

Abril 2021

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos Chinesa em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, O PAÍS, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho.

No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e  
Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop - Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# ÍNDICE

<b>I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>7</b>	
1.1	Consolidação orçamental sem crescimento: fórmula para aumento da pobreza	7
1.2	Preços dos produtos da cesta básica triplicaram em quatro anos	8
1.3	Consolidação orçamental sem crescimento: fórmula para aumento da pobreza	9
1.4	Preços dos produtos da cesta básica triplicaram em quatro anos	10
1.5	Desemprego, saúde e pobreza o cocktail perfeito para não se sair de onde se está:	11
1.6	Executivo reafirma compromisso de acabar com a fome e a pobreza até 2030	12
1.7	Famílias de Quiculungo começam a receber dinheiro do Kwenda	13
1.8	Mais de 700 empresas não pagam a segurança social	13
1.9	Histórias de pobreza resgatadas pelo FAZ	14
1.10	Importações caíram 30 por cento durante o ano passado	16
1.11	Inscrição no INSS feita com menos burocracia	16
1.12	Mais de 45 mil famílias beneficiárias do "Kwenda"	17
1.13	Mais de 45 mil famílias beneficiárias do "Kwenda"	17
1.14	Cerca de 42 mil famílias recebem apoio financeiro	18
1.15	Subsídio de desemprego obriga descontos de 20%	18
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>20</b>	
2.1	438 Milhões Kz de micro crédito para projectos em 3 províncias	20
2.2	Pequenos negócios apoiados com 700 milhões de kwanzas	20
2.3	Empreendedores vão ter acesso ao crédito	21
2.4	ADRA preocupada com fraco acesso ao crédito	21
2.5	Só dois bancos comerciais cumpriram mínimos de crédito	21
2.6	Acesso ao crédito facilitado	22
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>24</b>	
3.1	Pequenos negócios apoiados com 700 milhões de kwanzas	24
3.2	Associações divergem sobre o sector informal	24
3.3	Comércio Móveis made in Angola «batem» concorrentes importados	25
3.4	Autoridades e taxistas divergem" quanto à gestão das paragens	26
3.5	Mercado informal supera lojas oficiais na recuperação de telemóveis	27
<b>4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>29</b>	
4.1	Cobrança do IVA 18% acima do valor previsto no OGE 2020 revisto	29
4.2	Orçamento do cidadão vai permitir transparência das receitas, despesas, impostos e à dívida pública do país	30
4.3	Relatório de Execução do OGE 2020 reacende trocas de acusações entre MPLA e UNITA	30
<b>5. DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA</b>	<b>33</b>	
5.1	A propósito do orçamento participativo e do orçamento do município	33
5.2	Contextos, conceitos e problemas	34
5.3	UNITA volta a apontar vantagens das autarquias	36
5.4	Autoridades tradicionais denunciam «falhas» nos subsídios que recebem do estado	36
5.5	Lixo na capital é um exemplo da necessidade das autarquias	37

5.6	Líderes religiosos defendem originalidade na proposta de revisão da Constituição	37
5.7	Defendido maior empenho das autoridades tradicionais	38

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 40

6.1	Emolumentos do registo predial e notariado: Taxas ou imposto? Substancia vs forma	40
6.2	Governo sem dinheiro 'empuera' conclusão das obras para construtoras	41
6.3	“É preciso que a Polícia tenha a calma necessária para não responder à provocações”	42
6.4	O sector da construção como alavanca do desenvolvimento sustentável	43
6.5	Como a PGR chegou a Isaac dos Anjos na apreensão do «Acácia Rubras»	44
6.6	Centralidades do Namibe iniciam hoje venda de casas	45
6.7	Venda de habitações foi lançada ontem	45
6.8	Alterações do novo Código do Imposto Predial	46
6.9	Órgãos ministeriais sem aposentos 'herdam' activos imobiliários recuperados pelo Estado	46
6.10	Grupo Parlamentar do MPLA quer celeridade no processo de realojamento de famílias	48
6.11	Porto de Luanda distribui moradias a trabalhadores	48

## 7. TERRA 50

7.1	Governador acalma desalojados das salinas com promessa de realojamento	50
7.2	Tribunal pode anular decisão e restituir salinas aos moradores	51
7.3	Administração demole casas ilegais na Vila verde Cativa	51
7.4	Já não vamos admitir construções anárquicas”	53
7.5	Autoridades loteiam terreno para auto-construção dirigida	53
7.6	Terrenos sem aproveitamento passam à propriedade do Estado	54
7.7	ZEE Luanda-Bengo perde mais de 112 mil hectares de área	55
7.8	Litígios de terras são problemas recorrentes em Talatona	55
7.9	Disputas de terras são um problema recorrente em Talatona	56
7.10	Programa “Minha Terra” chega ao município da Bibala	58
7.11	Desabrigados pelas chuvas começam a ser realojados	59
7.12	Grupo Parlamentar do MPLA quer celeridade no processo de realojamento de famílias	59
7.13	520 hectares de terra gera conflito entre camponeses e ex-ministro dos Petróleos	60

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 62

8.1	Das 7 empresas que venceram o concurso 4 são estreantes e 3 repetentes	62
8.2	Filho do ex-PR, Ana Paula dos Santos, General Dino e António Mosquito 'limpam' Luanda	62
8.3	As lixeiras e os custos	64
8.4	Chuva e lixo em Luanda, um caos	65
8.5	Aterro sanitário e gangues lutam por comida entre os amontoados de lixo	65
8.6	Empresas dos EUA na corrida aos Mulenvos	67
8.7	GPL esconde valor dos contratos “difíceis de cumprir” este ano	67
8.8	Juristas questionam princípio da imparcialidade e boa-fé	68
8.9	Luanda continua suja, Joana Lina pondera voltar a rescindir contratos	69
8.10	Uma força-tarefa para o lixo em Luanda	70
8.11	A “economia do lixo”	71
8.12	Luanda fora de horas ou o lixo como metáfora	72
8.13	Hospital pediátrico 'alivia' perigo de saúde ao internato feminino do bairro Azul	73
8.14	Centro de Valorização de Rochas Ornamentais.	73
8.15	Isto já não vai lá com desculpas	76
8.16	Lixo na capital é um exemplo da necessidade das autarquias	78
8.17	MinFin 'chumba' contratos do GPL com operadoras de lixo em Luanda	78
8.18	Moscas podem carregar mais de 350 tipos de bactérias	80
8.19	Operadoras pedem moratória na caução de 5% dos contratos	80
8.20	Praga de moscas que assola Luanda só poderá ter fim em junho	81

8.21	«Um país com muitas moscas indica que o saneamento é débil»	82
8.22	Carolina Cerqueira já deu os primeiros passos na missão que lhe confiou JLO	82
8.23	Gestão do Aterro Sanitário dos Mulenvos atrai mais de 50 empresas	83
8.24	GPL contorna a lei e viabiliza contratos sem operadores depositarem caução	83
8.25	Incapacidade do GPL obriga PR a criar mega comissão para limpar-Luanda	84
8.26	MINFIN e UNICEF lançam Orçamento Cidadão	86
8.27	"Se pagássemos a caução ficávamos sem dinheiro para o lixo"	86
8.28	Joana Lina pede desculpas aos cidadãos pelos amontoados de lixo	87
8.29	“Concurso público não será anulado”	87
8.30	Executivo lança mega campanha de recolha de lixo em Luanda	88
8.31	Guarnição Militar de Luanda vai ajudar limpar Luanda	89
8.32	Campanha de recolha de lixo arranca hoje	89
8.33	Especialista diz que acúmulo de lixo, chuvas e seca trarão graves impactos epidemiológicos nos angolanos	90
8.34	Comissão Multisectorial constata zonas limpadas pelas operadoras	90
8.35	Focos de lixo começam a ser removido com ajuda de mais de 400 militares	91
8.36	Hora da mega campanha	92
8.37	Operação lixo	93
8.38	Saquele aguarda operadora	93
8.39	Governo “oferece” negócio do lixo a parcerias público-privadas	94
8.40	Abertos concursos para rentabilizar resíduos sólidos de Luanda	94
8.41	Luanda com novas operadoras de limpeza	95
8.42	Antigas operadoras removem lixo sem custos para o Estado	95
8.43	Concurso para o Aterro dos Mulenvos abre hoje	96
8.44	Governo esquece ministro do ambiente da comissão para limpar Luanda	97
8.45	Governo não assume, mas médicos denunciam surto de diarreia em Luanda	98
8.46	Joana Lina fez estragos ao desconstruir a teia do lixo	99

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 101

9.1	População queima dois marginais no bairro 28 de Agosto	101
-----	--	-----

## 10. AMBIENTE 102

10.1	Constatação plataforma ambiental atira-se contra exploração de petróleo em zonas protegidas	102
10.2	Instalações do INAMET inoperantes há 15 anos	102
10.3	Lobito aos papéis e submerso em promessas incumpridas	103
10.4	Chuva causa restrições no fornecimento de água	105
10.5	DR PREI regista operações de micro-crédito de Kz 18 milhões em Março	105
10.6	Vidrul vai produzir 29 mil toneladas de embalagens de vidro e estreia na produção de frascos	106
10.7	Praga de gafanhotos invade lavras no Cunene	108
10.8	Gafanhotos devastam mais de 20 campos agrícolas	108
10.9	Mais de 40 mil pessoas estão afectadas pela seca	109
10.10	Seca nos Gambos atinge mais de 40 mil habitantes	109
10.11	Chuvas comprometem colheitas no Andulo	110
10.12	Chuvas em Luanda causaram 14 mortes	110
10.13	Presidente da república consternado com as mortes pelas chuvas no país	111
10.14	Seca e fome obriga 15 mil angolanos a migrar para o Norte da Namíbia	111
10.15	A Chuva!	112
10.16	Bispo de Benguela deplora condições das vítimas das cheias de Março de 2015	113
10.17	Últimas chuvas de Luanda mataram mais pessoas que em toda a época 2019/20	114
10.18	Chuvas e danos	114
10.19	Desabrigados pelas chuvas começam a ser realojados	115
10.20	Manuel Nunes Júnior defende modernização do sector florestal	115
10.21	Ministro defende maior valorização da madeira	116
10.22	Presidente da AIA defende rigor nas medidas para desencorajar o comércio da madeira	117

<b>11. MINEIRA</b>	<b>119</b>
<b>12. MIGRAÇÃO</b>	<b>119</b>
<b>13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA</b>	<b>119</b>
13.1 Garantido estágio a jovens em empresas chinesas	119
13.2 China quer entrar no cluster da mandioca	120
13.3 Importações caíram 30 por cento durante o ano passado	120
13.4 Ministro de Estado defende maior promoção do investimento chinês em Angola	121
13.5 Acreditar no poder da tecnologia”, diz vice-presidente da Huawei	122
13.6 Três províncias atraem o investimento chinês	122
13.7 Câmara de comércio angola-china busca novas soluções para a classe	123

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Consolidação orçamental sem crescimento: fórmula para aumento da pobreza

*Jornal Expansão*

*2 De Abril de 2021*

*Texto: Carlos Vaz*

A economia angolana agoniza no leito da depressão económica, desemprego alto e pobreza escancarada. Mais do que a realidade fria dos números, de acordo com o INE, 41% dos angolanos vive abaixo da linha de pobreza e com o Banco Mundial 52%, assiste-se todos os dias na capital do País a um desfile de tamanha indigência que me faz pensar no pecado que aqueles angolanos cometeram para merecerem tal destino.

Depois de quatro anos consecutivos de recessão económica e degradação das condições de vida, 2020 não foi benigno nem para a economia muito menos para aqueles que já enfrentavam uma redução atroz no rendimento. Impulsionada pela pandemia da Covid-19 a economia terá contraído 5,8% (III trimestre 2020), o nível de preço aumentado pelo menos 25%, com maior ênfase para a inflação dos alimentos, e o de sem prego situado em 31%.

Entretanto, a prioridade do governo continua a ser a consolidação orçamental em linha com as metas do Programa de Financiamento Ampliado do FMI cujo objectivo principal é restaurar a sustentabilidade das contas fiscais e externas. A verdade é que na situação em que se encontrava quando pediu a ajuda do FMI para implementar um programa de ajustamento que já havia começado não se vislumbravam grandes alternativas. É comum nestas situações encontrar-se uma combinação de crescimento e ajustamento orçamental (redução das despesas e aumento dos impostos).

Por se tratar de uma combinação muito difícil de se conseguir e por muitas vezes os países chegarem neste estágio sob um programa do FMI, a tônica recai quase sempre no ajustamento e pouco no crescimento. O ponto fraco desta abordagem é a incerteza sobre o tempo que levará entre a estabilização (como resultado do ajustamento) e a retoma do crescimento. Uma vez que a própria consolidação pode ser ela mesma um factor inibidor do crescimento.

Como se vê no gráfico abaixo, nos últimos anos todas as categorias da despesa pública registaram quedas dramáticas, com realce para o investimento público que saiu de níveis à volta dos 10,8% do PIB em 2014 para cerca de 3,6% no actual orçamento. Não sendo, portanto, de admirar que a economia não esteja a crescer. As despesas com a compra de bens e serviços públicos saíram de 8,7% para 3,3% no mesmo período e os subsídios de 6,6% para 2,1%. Os juros da dívida pública que representavam 1% do PIE em 2014, em 2020 representaram cerca de 8% do PIB. Portanto, o cenário é de dívida crescente, menos investimentos, menos despesas correntes e menos despesas sociais.

No entanto, o indicador que melhor capta o esforço de consolidação feito nos últimos anos é dado pelo saldo primário não petrolífero em percentagem do PIB não petrolífero, tendo sido estruturalmente negativo e elevado registou uma queda considerável de cerca de -44,6% em 2013 para níveis de -4,3% no ano passado.

O problema é que por mais que consideremos esta consolidação como sendo um ganho da política de austeridade, a situação continua a ser de extrema vulnerabilidade na medida em que a Dívida Pública continua muito alta (à volta dos 134% do PIB em 2020) e as necessidades de financiamento crescentes. Para não mencionar os riscos resultantes de reduções no preço e quedas na produção de petróleo bem como o adiamento da retoma do crescimento das economias desenvolvidas.

É preciso não perder de vista que sem crescimento económico não será possível reduzir os níveis do endividamento e garantir a sustentabilidade das finanças públicas muito menos gerar-se empregos suficientes para a população economicamente activa crescente ou construir escolas e hospitais para os milhares de crianças que nascem a cada ano.

O que torna o cenário ainda mais lúgubre é que o Orçamento de 2021 continua na senda da austeridade, a rolagem da dívida continua a retirar recursos da economia e a competir com os empresários no acesso aos poucos recursos da banca nacional, a política monetária contraccionista desmente o discurso de que se quer estimular o crédito e o excesso de contratação simplificada de que se quer melhorar a qualidade da despesa. A única verdade é que quem está a pagar a factura deste ajustamento são os mais jovens e os mais pobres com cada vez menos oportunidades de emprego, inflação galopante e um contínuo "apertar do cinto".

## 1.2 Preços dos produtos da cesta básica triplicaram em quatro anos

*Jornal Expansão*

*9 De Abril de 2021*

*Texto: Graciete Xavier*

Leite em pó, fuba de milho, massa alimentar e carapau fazem parte dos produtos que custam três vezes mais do que custavam em 2017, ano em que entrou em funções o primeiro governo do Presidente João Lourenço.

Nos últimos quatro anos, houve um aumento claro nos preços dos principais produtos da cesta básica, conforme constatou o Expansão, comparando os preços praticados esta semana em quatro supermercados da capital do País com a média de preços do "Relatório Semanal dos Preços" do Instituto de Preços e Concorrência (IPREC), de Março de 2017.

A lata de leite em pó de 1.800g custa mais do que o triplo do preço praticado em 2017. Antes custava 5.029 Kz e hoje são precisos 15.031 Kz para adquirir a mesma lata de leite, o que ilustra bem como a inflação e a desvalorização do Kz, combinadas" agravaram a perda de poder de compra dos angolanos.

A fuba de milho, um dos produtos da cesta básica mais procurados e que não pode faltar na mesa das famílias angolanas, também faz parte dos bens cujo preço triplicou, apresentando um aumento de 170%. Ou seja, em 2017, um quilo de fuba de milho custava 433 Kz nos supermercados, hoje tem um preço médio de 1.170 Kz.

Na lista dos produtos que estão quase três vezes mais caros está também o pacote de esparguete, de 0,45 Kg. Em 2017 custava 274 Kz e hoje tem um preço médio de 705 Kz, um aumento de 157%.

O carapau, além de ser o produto mais escasso nos supermercados visitados esta semana pelo Expansão em Luanda, também é dos que mais subiu. Em quatro supermercados, apenas dois tinham carapau à venda a 2.560 Kz e 3.900 Kz, quando em 2017 o consumidor conseguia adquirir um quilo a 1.463 Kz. E de referir que o carapau é o segundo peixe mais consumido pelas famílias angolanas a seguir à lambula, com um preço mais acessível.

Entre os bens em que o preço duplicou está o arroz, que faz parte dos produtos da cesta básica mais procurados. O Expansão escolheu um arroz de gama baixa, made in Angola, até porque nos de gama alta os preços subiram ainda mais. O quilo de arroz, que

antes era comprado a 401 Kz, custa hoje 840 Kz, um aumento de 109% em relação ao preço praticado em 2017. O litro de óleo alimentar também duplicou, custava 673,36 Kz há quatro anos e estava a ser vendido esta semana a 1.401 Kz.

A farinha de trigo, cujo quilo em 2017 se comprava a 308 Kz, hoje custa 762 kz, o quilo de açúcar subiu de 367 Kz para 787 kz, e o feijão manteiga custava 1.207 Kz e agora são precisos 2.508 Kz para comprar um quilo.

Apenas dois produtos da cesta básica não registaram subidas muitos acentuados nestes últimos quatro anos. O sal custava 313 Kz e está a ser vendido a 448 Kz e o quilo de fuba de bombó, que antes tinha um preço de 435 Kz custa 749 kz.

Curioso é o facto de produtos da mesma marca terem preços de venda muito diferentes, nalguns casos muito superiores. É o caso do óleo alimentar Fula. No supermercado Martal tem um preço fixado de 1.262 Kz, superior em quase 200 kz ao preço de venda no Shoprite, onde custa 1.099 Kz. No Jumbo o preço dispara para os 1.750 Kz e na Maxi está a 1.490 Kz.

O quilo de feijão manteiga nacional, vendido a granel, também tem preços diferentes consoante o supermercado. No Jumbo é vendido a 1.890 Kz enquanto na Shoprite custa 2.099 Kz e na Maxi encontra-se a 2.000 Kz.

Hoje fazer compras é uma dor de cabeça

Para a compra de uma cesta com arroz, massa esparguete, óleo alimentar, sal, carapau, frango, fuba de bombó, fuba de milho, feijão manteiga eleite, em 2017- altura em que o salário mínimo era de 16.503 kz - um consumidor angolano tinha de desembolsar 11.795 kz. Passados quatro anos, estes mesmos produtos custam no total 29.240 Kz (ver tabela nº1), ou seja quase o triplo, o que dá bem conta da perda de poder de compra das famílias angolanas.

Para Maria Ngoma hoje fazer compras é uma verdadeira dor de cabeça. No seu caso, alimentar uma família com três filhos obriga a uma ginástica constante, porque os preços não param de aumentar. "Eu tenho três filhos e antes para comprar tudo o que era necessário para a casa durante um mês eu só precisava de 40 mil Kz. Agora nem com 100 mil Kz é possível comprar os mesmos produtos para sustentar uma família com o mesmo número de membros", afirma.

Segundo o economista Carlos Padre, a variação que estes produtos tiveram, durante estes quatro anos, tem muito a ver com a lei da oferta e da procura,



porque a maior parte destes produtos eram importados, até praticamente ao ano passado, e um dos aspectos que mais contribuiu para a alteração dos preços foi a desvalorização cambial.

"O país tem de se organizar para que esses produtos deixem de ser importados, pois é mais fácil controlar a produção nacional do que a importação. A produção nacional é a solução para o país ter maior oferta de bens da cesta básica, sem estar sujeito à alteração constante dos preços", afirma. O economista defende que a política económica "deve estar concentrada no estímulo ao sector privado para a produção destes produtos, pois, apesar dos esforços feitos no âmbito do Prodesi, continua a haver fraca presença da produção nacional".

"Há uma diminuição do consumo porque as famílias já não estão com disposição financeira para consumir tanto quanto antes e os esforços de investimento do Estado não são compatíveis com as necessidades que Angola tem", remata.

### 1.3 Consolidação orçamental sem crescimento: fórmula para aumento da pobreza

*Jornal Expansão*

*2 De Abril de 2021*

*Texto: Carlos Vaz*

A economia angolana agoniza no leito da depressão económica, desemprego alto e pobreza escancarada. Mais do que a realidade fria dos números, de acordo com o INE, 41% dos angolanos vive abaixo da linha de pobreza e com o Banco Mundial 52%, assiste-se todos os dias na capital do País a um desfile de tamanha indigência que me faz pensar no pecado que aqueles angolanos cometeram para merecerem tal destino.

Depois de quatro anos consecutivos de recessão económica e degradação das condições de vida, 2020 não foi benigno nem para a economia muito menos para aqueles que já enfrentavam uma redução atroz no rendimento. Impulsionada pela pandemia da Covid-19 a economia terá contraído 5,8% (III trimestre 2020), o nível de preço aumentado pelo menos 25%, com maior ênfase para a inflação dos alimentos, e o de sem prego situado em 31%.

Entretanto, a prioridade do governo continua a ser a consolidação orçamental em linha com as metas do Programa de Financiamento Ampliado do FMI cujo objectivo principal é restaurar a sustentabilidade das contas fiscais e externas. A verdade é que na situação em que se encontrava quando pediu a ajuda do FMI

para implementar um programa de ajustamento que já havia começado não se vislumbravam grandes alternativas. É comum nestas situações encontrar-se uma combinação de crescimento e ajustamento orçamental (redução das despesas e aumento dos impostos).

Por se tratar de uma combinação muito difícil de se conseguir e por muitas vezes os países chegarem neste estágio sob um programa do FMI, a tônica recai quase sempre no ajustamento e pouco no crescimento. O ponto fraco desta abordagem é a incerteza sobre o tempo que levará entre a estabilização (como resultado do ajustamento) e a retoma do crescimento. Uma vez que a própria consolidação pode ser ela mesma um factor inibidor do crescimento.

Como se vê no gráfico abaixo, nos últimos anos todas as categorias da despesa pública registaram quedas dramáticas, com realce para o investimento público que saiu de níveis à volta dos 10,8% do PIB em 2014 para cerca de 3,6% no actual orçamento. Não sendo, portanto, de admirar que a economia não esteja a crescer. As despesas com a compra de bens e serviços públicos saíram de 8,7% para 3,3% no mesmo período e os subsídios de 6,6% para 2,1%. Os juros da dívida pública que representavam 1% do PIE em 2014, em 2020 representaram cerca de 8% do PIB. Portanto, o cenário é de dívida crescente, menos investimentos, menos despesas correntes e menos despesas sociais.

No entanto, o indicador que melhor capta o esforço de consolidação feito nos últimos anos é dado pelo saldo primário não petrolífero em percentagem do PIB não petrolífero, tendo sido estruturalmente negativo e elevado registou uma queda considerável de cerca de -44,6% em 2013 para níveis de -4,3% no ano passado.

O problema é que por mais que consideremos esta consolidação como sendo um ganho da política de austeridade, a situação continua a ser de extrema vulnerabilidade na medida em que a Dívida Pública continua muito alta (à volta dos 134% do PIB em 2020) e as necessidades de financiamento crescentes. Para não mencionar os riscos resultantes de reduções no preço e quedas na produção de petróleo bem como o adiamento da retoma do crescimento das economias desenvolvidas.

É preciso não perder de vista que sem crescimento económico não será possível reduzir os níveis do endividamento e garantir a sustentabilidade das finanças públicas muito menos gerar-se empregos suficientes para a população economicamente activa

crescente ou construir escolas e hospitais para os milhares de crianças que nascem a cada ano.

O que torna o cenário ainda mais lúgubre é que o Orçamento de 2021 continua na senda da austeridade, a rolagem da dívida continua a retirar recursos da economia e a competir com os empresários no acesso aos poucos recursos da banca nacional, a política monetária contracionista desmente o discurso de que se quer estimular o crédito e o excesso de contratação simplificada de que se quer melhorar a qualidade da despesa. A única verdade é que quem está a pagar a factura deste ajustamento são os mais jovens e os mais pobres com cada vez menos oportunidades de emprego, inflação galopante e um contínuo "apertar do cinto".

#### 1.4 Preços dos produtos da cesta básica triplicaram em quatro anos

*Jornal Expansão*

*9 De Abril de 2021*

*Texto: Graciete Xavier*

Leite em pó, fuba de milho, massa alimentar e carapau fazem parte dos produtos que custam três vezes mais do que custavam em 2017, ano em que entrou em funções o primeiro governo do Presidente João Lourenço.

Nos últimos quatro anos, houve um aumento claro nos preços dos principais produtos da cesta básica, conforme constatou o Expansão, comparando os preços praticados esta semana em quatro supermercados da capital do País com a média de preços do "Relatório Semanal dos Preços" do Instituto de Preços e Concorrência (IPREC), de Março de 2017.

A lata de leite em pó de 1.800g custa mais do que o triplo do preço praticado em 2017. Antes custava 5.029 Kz e hoje são precisos 15.031 Kz para adquirir a mesma lata de leite, o que ilustra bem como a inflação e a desvalorização do Kz, combinadas" agravaram a perda de poder de compra dos angolanos.

A fuba de milho, um dos produtos da cesta básica mais procurados e que não pode faltar na mesa das famílias angolanas, também faz parte dos bens cujo preço triplicou, apresentando um aumento de 170%. Ou seja, em 2017, um quilo de fuba de milho custava 433 Kz nos supermercados, hoje tem um preço médio de 1.170 Kz.

Na lista dos produtos que estão quase três vezes mais caros está também o pacote de esparguete, de 0,45

Kg. Em 2017 custava 274 Kz e hoje tem um preço médio de 705 Kz, um aumento de 157%.

O carapau, além de ser o produto mais escasso nos supermercados visitados esta semana pelo Expansão em Luanda, também é dos que mais subiu. Em quatro supermercados, apenas dois tinham carapau à venda a 2.560 Kz e 3.900 Kz, quando em 2017 o consumidor conseguia adquirir um quilo a 1.463 Kz. E de referir que o carapau é o segundo peixe mais consumido pelas famílias angolanas a seguir à lambula, com um preço mais acessível.

Entre os bens em que o preço duplicou está o arroz, que faz parte dos produtos da cesta básica mais procurados. O Expansão escolheu um arroz de gama baixa, made in Angola, até porque nos de gama alta os preços subiram ainda mais. O quilo de arroz, que antes era comprado a 401 Kz, custa hoje 840 Kz, um aumento de 109% em relação ao preço praticado em 2017. O litro de óleo alimentar também duplicou, custava 673,36 Kz há quatro anos e estava a ser vendido esta semana a 1.401 Kz.

A farinha de trigo, cujo quilo em 2017 se comprava a 308 Kz, hoje custa 762 Kz, o quilo de açúcar subiu de 367 Kz para 787 Kz, e o feijão manteiga custava 1.207 Kz e agora são precisos 2.508 Kz para comprar um quilo.

Apenas dois produtos da cesta básica não registaram subidas muito acentuadas nestes últimos quatro anos. O sal custava 313 Kz e está a ser vendido a 448 Kz e o quilo de fuba de bombó, que antes tinha um preço de 435 Kz custa 749 Kz.

Curioso é o facto de produtos da mesma marca terem preços de venda muito diferentes, nalguns casos muito superiores. É o caso do óleo alimentar Fula. No supermercado Martal tem um preço fixado de 1.262 Kz, superior em quase 200 Kz ao preço de venda no Shoprite, onde custa 1.099 Kz. No Jumbo o preço dispara para os 1.750 Kz e na Maxi está a 1.490 Kz.

O quilo de feijão manteiga nacional, vendido a granel, também tem preços diferentes consoante o supermercado. No Jumbo é vendido a 1.890 Kz enquanto na Shoprite custa 2.099 Kz e na Maxi encontra-se a 2.000 Kz.

Hoje fazer compras é uma dor de cabeça

Para a compra de uma cesta com arroz, massa esparguete, óleo alimentar, sal, carapau, frango, fuba de bombó, fuba de milho, feijão manteiga eleite, em 2017 - altura em que o salário mínimo era de 16.503 Kz - um consumidor angolano tinha de desembolsar 11.795 Kz. Passados quatro anos, estes mesmos

produtos custam no total 29.240 Kz (ver tabela nº1), ou seja quase o triplo, o que dá bem conta da perda de poder de compra das famílias angolanas.

Para Maria Ngoma hoje fazer compras é uma verdadeira dor de cabeça. No seu caso, alimentar uma família com três filhos obriga a uma ginástica constante, porque os preços não param de aumentar. "Eu tenho três filhos e antes para comprar tudo o que era necessário para a casa durante um mês eu só precisava de 40 mil Kz. Agora nem com 100 mil Kz é possível comprar os mesmos produtos para sustentar uma família com o mesmo número de membros", afirma.

Segundo o economista Carlos Padre, a variação que estes produtos tiveram, durante estes quatro anos, tem muito a ver com a lei da oferta e da procura, porque a maior parte destes produtos eram importados, até praticamente ao ano passado, e um dos aspectos que mais contribuiu para a alteração dos preços foi a desvalorização cambial.

"O país tem de se organizar para que esses produtos deixem de ser importados, pois é mais fácil controlar a produção nacional do que a importação. A produção nacional é a solução para o país ter maior oferta de bens da cesta básica, sem estar sujeito à alteração constante dos preços", afirma. O economista defende que a política económica "deve estar concentrada no estímulo ao sector privado para a produção destes produtos, pois, apesar dos esforços feitos no âmbito do Prodesi, continua a haver fraca presença da produção nacional".

"Há uma diminuição do consumo porque as famílias já não estão com disposição financeira para consumir tanto quanto antes e os esforços de investimento do Estado não são compatíveis com as necessidades que Angola tem", remata.

## 1.5 Desemprego, saúde e pobreza o cocktail perfeito para não se sair de onde se está:

*Jornal Expansão*

*16 De Abril de 2021*

*Texto: Alves da Rocha*

Este tema foi-me sugerido por um recentíssimo estudo sobre a pobreza em Portugal (Abril de 2021), coordenado pelo Professor Fernando Diogo, intitulado 'A Pobreza em Portugal- Trajectos e Quotidianos', patrocinado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos e com uma equipa numerosa (Ana Cristina Palos, Carlos Farinha Rodrigues, Elvira Pereira, Fernando Bessa Ribeiro, Francisco Branco,

Gabriela Trevisan, Lídia Fernandes, Osvaldo Silva, Pedro Perista e Inês Amaro (colaboração), pertencentes a diversas universidades portuguesas.

Duas conclusões chamam a atenção de quem se ocupa com a análise científica destas matérias e de quem se preocupa com as suas incidências sociais e económicas (e mesmo políticas, pois em países onde a democracia funciona, desemprego e pobreza costumam fazer perder eleições): as causas da pobreza identificadas como as mais poderosas explicações do fenómeno da pobreza em Portugal são o desemprego, a saúde (ou a falta dela) e o divórcio (rompimento dos elos familiares consequencializador de fracturação dos rendimentos, face à sua constância no tempo/degradação do respectivo poder de aquisição). A pobreza não existe apenas entre a população desempregada (desemprego e pobreza casam-se bem e reforçam-se mutuamente), mas igualmente entre os empregados (correlação já há algum tempo atrás identificada/analizada por organismos internacionais ligados ao estudo destas matérias, como a Organização Internacional do Trabalho e que o CEIC, no seu Relatório de 2013, abordou para Angola).

Este aspecto pobreza/emprego chama imediatamente a atenção para os níveis de salários e a necessidade de os resguardar ao longo dos processos de crescimento económico, para que aconteça o desenvolvimento (mais valor do PIE por habitante e melhor repartido, segundo critérios de eficiência e equidade).

Falar em níveis salariais é falar da importância da educação para os processos de reprodução alargada dos tecidos económicos e das matrizes sociais. Salários mais elevados, protectores de níveis altos ou pelo menos aceitáveis de condições de vida, presente e futura, só podem ser praticados, em nome do progresso, com elevados padrões de produtividade e, portanto, de educação. Aliás, mais educação e menos pobreza é, também, um binómio comprovado por variadas evidências empíricas, nas economias desenvolvidas e, sobretudo, nas denominadas emergentes, que conseguiram suplantar os ciclos viciosos da pobreza e do subdesenvolvimento (China é um dos exemplos mais referenciados de superação da pobreza, em pouco mais de 10 anos).

O Relatório Económico 2019-2020 e o Relatório Social 2019-2020, a serem apresentados e lançados em finais de Maio do corrente ano, tratam, uma vez mais, destes temas sociais. É daí que se retiram alguns pensamentos, reflexões, análises e evidências.

O quadro epidemiológico do País revela que a malária é a principal doença que mais afecta a população em Angola. De acordo com Relatório

Social 2018 (CEIC-UCAN, 2020), nesse ano, o número de novos casos de malária foi de 5,9 milhões. A síndrome gripal, a febre tifóide, a pneumonia, a diarreia, a hipertensão e a disenteria vêm logo a seguir com mais de 200 mil pessoas infectadas por cada doença.

As unidades sanitárias públicas apresentam-se sempre lotadas em todo território nacional e em muitas localidades são os enfermeiros que garantem o atendimento regular ao público por insuficiência e em muitos casos por falta de médicos. Em geral, há escassez de medicamentos e materiais gastáveis na sua maioria, de tal modo que os familiares dos pacientes são obrigados a adquirir os mesmos nas farmácias privadas ou nos mercados informais.

Pela primeira vez, os serviços de saúde pública tiveram uma fatia mais significativa, 70% do total do orçamento do sector em 2Q20. É mais provável que isto se deva ao combate à pandemia da Covid-19.

Como remate, deve sublinhar-se que assertivos e eficazes serviços de saúde primária (prevenção e tratamento) influenciam positivamente a produtividade de curto prazo (redução do absentismo, incremento da energia laboral, etc.).

O desemprego representa um tremendo desperdício económico, medido pela perda de capacidade de crescimento actual e futuro. Depois, a marginalidade social, sendo, muitas vezes, os desempregados vistos como incapazes de conseguirem uma utilização concreta da sua força de trabalho. Finalmente, a perda de oportunidades de promover equilíbrios sociais afectados pela pobreza e deficiente distribuição do rendimento nacional.

Segundo a Folha Informativa do INE sobre o Desemprego do IV Trimestre de 2020, a fotografia é a seguinte:

Não havendo ganhos de produtividade - indispensáveis para se poder competir internacionalmente e vencer os desafios da SADC e da União Económica Africana - a taxa de desemprego, em 2023, situar-se-ia em 30%, demonstrando-se, assim, que sem crescimento económico significativo não acontecem ganhos de emprego (para uma taxa média anual de aumento do PIE de 15%, a taxa de desemprego cairia para 7,9% valor de Primeiro Mundo, dignificado r de quem trabalha e apaziguador do desperdício social associado ao desemprego.

Face a um sistema sanitário desequilibrado e a uma saúde débil da população (agravada pelas incidências

da Covid-19) e a taxas elevadas de desemprego, a pobreza não vai arredar pé nos próximos 10 anos.

Também para a pandemia da pobreza, só taxas poderosas de crescimento (15% ao ano) e actuações contundentes sobre a repartição do rendimento, a montante e ajustante (elasticidade rendimento/pobreza próximo de 2,0), se conseguiria uma redução para 7 milhões de pobres em 2023.

## I.6 Executivo reafirma compromisso de acabar com a fome e a pobreza até 2030

*Jornal o País*

*16 De Abril de 2021*

Segundo o ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos, erradicar a fome e a extrema pobreza no país faz parte da meta a ser cumprida na presente década, um aspecto que segundo referiu, faz parte da agenda interna do actual Executivo.

Sérgio Santos fez esta afirmação durante o Workshop de Avaliação do Esboço do 1º Relatório Voluntário dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que Angola prevê entregar à Organização das Nações Unidas (ONU) em Julho do corrente ano.

O referido relatório deve espelhar os principais desafios e uma oportunidade para cada um dos países signatários para alcance de um nível melhorado de desenvolvimento para os povos, seguindo os 17 objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

A década de acção, como está definida, é, para Sérgio Santos, um desafio para o Governo angolano que faz parte do Conselho Económico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo mandato termina este ano. “Esta década é crucial. No ano 2030 teremos concluído esta estratégia internacional de elevar o nível de vida dos povos”, garantiu Sérgio Santos.

O governante disse que não se pode deixar o ano de 2021 sem apresentar o relatório nacional voluntário que dignifica Angola, onde se prestará também atenção às questões ambientais.

O relatório deve espelhar o que o país está a fazer para implementar os 17 objectivos como a erradicação da fome, pobreza extrema, promover a saúde e bem-estar, dar educação de qualidade e água potável e saneamento.

Primeiro relatório em seis anos Apesar de ser subscritora da Agenda de Desenvolvimento Sustentável desde o seu início, em 2015, é a primeira vez que Angola vai apresentar um relatório, diferente de muitos países da organização que entram para o seu quarto documento.

Questionado sobre as razões do atraso de Angola na apresentação de relatórios, o director Nacional para Integração, Cooperação e Negócios Internacionais do Ministério da Economia e Planeamento, António Pombal, justificou que os governos anteriores tiveram outras prioridades.

Entretanto, António Pombal disse que ainda existem nove anos pela frente para se criar bases para o Desenvolvimento Sustentável em Angola. “Mas nunca é tarde desde que nós consigamos apresentar o primeiro relatório”, considerou o responsável.

As acções para o cumprimento da Agenda 2030, em Angola, estão enquadradas no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, sob tutela do Ministério da Economia e Planeamento

Em 2015, o país juntamente com outras 192 nações, comprometeu-se no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, com a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, que tem como ponto central 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas.

A Agenda 2030 e os ODS representa desafios e exige uma acção colectiva e articulada de todos os parceiros de desenvolvimento, sob a liderança dos governos, para garantir que ninguém seja deixado para trás.

A nova agenda de desenvolvimento sustentável amplia o compromisso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), e traz um novo desafio, tanto em abrangência quanto em complexidade, bem como em interdependência e sinergias.

## **I.7 Famílias de Quiculungo começam a receber dinheiro do Kwenda**

*Jornal de Angola*  
16 De Abril de/ 2021  
Texto: Miguel Gomes

As famílias mais desfavorecidas do município de Quiculungo, província do Cuanza Norte, começaram esta sexta-feira, (16) a receber 25 mil e 500 kwanzas, referentes ao primeiro pagamento trimestral do programa Kwenda.

No município não há agências bancárias, por isso, os pagamentos são feitos via telefone. As transferências serão entregues a 2.060 famílias cadastradas nesta fase, num processo que vai se estender durante os próximos dias.

A cerimónia decorreu no bairro Kimbamba, uma das zonas mais pobres da circunscrição, a 1,5 quilómetros da sede municipal.

Uma das beneficiárias no bairro Kimbamba é Ângela Domingos, 34 anos e quatro filhos. Rapidamente mostra os documentos, cuidadosamente enrolados no seu pano, de onde sai uma senha do Kwenda e o seu cartão de eleitor.

Em declarações ao Jornal de Angola, Ângela Domingos conta que pretende adquirir um "colchão para descansar melhor, um lençol e comida".

Para aceder aos 25.500 kwanzas, os cidadãos cadastrados recebem um telefone que lhes permite activar o processo e receber o dinheiro físico num agente local da principal operadora de telecomunicações.

Situado numa zona montanhosa, nas imediações da região de Ambaca, Quiculungo foi uma praça forte da produção de café e outros produtos

## **I.8 Mais de 700 empresas não pagam a segurança social**

*Jornal O País*  
21 De Abril de 2021  
Texto: Domingos Bento

Mais de setecentas empresas que operam no mercado angolano, nos mais variados sectores de actividade, não pagam a Segurança Social, deu a conhecer ontem, em Luanda, o director-geral do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), Anselmo Monteiro.

O gestor apontou as empresas públicas como sendo as principais incumpridoras no pagamento à Segurança Social, cuja dívida por este incumprimento ronda os 38 mil milhões de kwanzas.

Anselmo Monteiro, que falava durante um briefing com jornalistas, organizado pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), adiantou já estarem em curso uma série de medidas, em colaboração com o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE), para exigir que as empresas de vedor as paguem a dívida, sobpena de comprometerem as suas

actividades e estabilidade futura dos seus funcionários.

De acordo com Anselmo Monteiro, actualmente, a sua instituição em colaboração como IGAPE estão a partir para conciliação e concertação com as empresas devedoras.

Porém, caso esta medida não venha a servir, adiantou não estarem descartadas a aplicação de medidas coercivas.

Por seu lado, o secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social, Pedro Filipe, disse que o INSS regista uma base total de 194 mil e 165 contribuintes, sendo o aparelho público administrativo com uma taxa de representação de apenas 1,6 %, que se contrapõem com os 98,4 por cento do sector privado empresarial.

Deste total de contribuintes, o governante explicou que os sectores do comércio e dos serviços assumem a taxa mais elevada com 9 e 14 %, respectivamente. Na posição oposta, Pedro Filipe referiu que o sector agrícola e das pescas têm uma representação diminuta com apenas 2 %.

Relativamente aos segurados, o secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social disse que o sistema regista um total de 2 milhões e 8.833 trabalhadores, sendo que 76 % são pertencentes ao sector empresarial e 24 % fazem parte do sector público administrativo.

Quanto ao número de pensionistas, Pedro Filipe deu a conhecer que o INSS controla um total de 181 mil e 63 assistidos, cujas idades rondam entre aos 61 aos 70 anos de idade.

#### Regimes de protecção social

Pedro Filipe disse ainda que o INSS dispõe de quatro regimes de protecção social, dos quais se destacam os trabalhadores por conta de outrem, que é a grande maioria dos segurados com uma taxa de 99,5% de toda a base. Já os regimes por conta própria, regime dos clérigos e oregim e dos trabalhadores domésticos continuam a registar uma taxa contributiva bastante reduzida com 0,2%, 0,1% e 0,2%, respectivamente.

Mediadores vão ajudar no alargamento da base contributiva Por outro lado, Pedro Filipe adiantou estarem em curso uma série de medidas e projectos para o alargamento da base contributiva. Neste sentido, deu a conhecer a criação da figura do mediador do INSS que vai trabalhar junto das entidades empregadoras e dos trabalhadores por

conta própria para estimulá-los a descontar para a segurança social.

O governante apontou ainda a eliminação de barreiras e burocracia para permitir o registo fácil de trabalhadores no sistema nacional de Segurança Social. Conforme explicou, actualmente, ao contrário do que acontecia no passado, para além do bilhete de identidade, a inscrição do trabalhador pode ser feita com qualquer um outro documento.

De acordo com Pedro Filipe, a necessidade de alargar a base contributiva no presente, com a inscrição dos trabalhadores à Segurança Social, vai permitir que, no futuro, quer as famílias como o próprio Estado tenham menos encargos com o grupo de trabalhadores que actualmente não são segurados pelo sistema.

“Por isso é que vamos desenvolver uma série de sensibilização para alertar aos empregadores e aos trabalhadores da importância da contribuição para estabilidade futura. A não contribuição hoje poderá ter implicações e encargos no futuro. E é isso que pretendemos evitar”, atestou.

## I.9 Histórias de pobreza resgatadas pelo FAZ

*Jornal OPAÍS*

*24 De Abril de 2021*

*Texto: José Kaliengue,*

Quando a agente da Polícia Nacional Maurícia Congo morreu, por doença, em 2019, no Quiculungo, onde servia, a sua mãe, Amélia Kihunga, que agora tem 76 anos de idade, ficou responsável pelos seis órfãos que deixou. Totalmente responsável, porque o pai das crianças as abandonou e não presta qualquer tipo de apoio ou de acompanhamento. Da parte do Estado, que Maurícia serviu, tendo até participado em combates, segundo a mãe, o alheamento das crianças é igualmente grande. Ou foi. Pelo menos até esta Sexta-feira, 16 de Abril, não chegava um tostão de ajuda.

A reclamação por uma pensão está no Tribunal da província do Cuanza-Norte. Caso parado. Amélia foi ouvida uma vez apenas, desde 2019, mas nada ouviu até agora, sobre o desfecho do processo que despoletou depois de aconselhada por um seu irmão que vive em Ndalatando, a capital da província.

Na Sexta-feira (16), Amélia, nascida em 1945 e que vive numa casa de adobes sem qualquer móvel, no bairro Kimbamba, apouco mais de dois quilómetros da vila de Quiculungo, recebeu do projecto Kwenda

25 mil kwanzas e um telemóvel da UNITEL, aparelho que servirá para facilitar o recebimento de mais três prestações no mesmo valor ao longo dos próximos 12 meses. É uma das beneficiárias do projecto de transferências monetárias sociais que está a ser desenvolvido pelo Executivo angolano, por via do FAS (Fundo de Apoio Social), para apoiar famílias tipificadas como vulneráveis. É o mais robusto programa social alguma vez desenvolvido em Angola, avaliado em USD 420 milhões.

Sem saber escrever, comprovou o recebimento com a sua impressão digital num documento que lhe foi entregue pela vice-governadora do Cuanza-Norte para a Área Política e Social, Leonor Garibaldi

“Ando a sofrer muito”, disse Amélia, até porque “mesmo o tabaco que cultivo e vendo, já não anda, não tem clientes”. Ela vende molhos de três folhas de tabaco que seca dentro de casa a Kz 100.

O neto mais velho de Amélia mudou-se para Luanda, ela não sabe o que ele faz na capital, mas uma das netas, de 16 anos de idade, engravidou em tem agora uma criança de seis meses de vida. Amélia vê-se a braços com um bisneto filho de adolescentes sem emprego e sem fontes de rendimento. Mas já sabe o que fazer com o dinheiro do FAS: vai comprar colchões para ela e para os netos. “É duro dormir no chão”, justifica-se. E o resto irá para comprar enxadas para aumentar a produção na lavra, com a participação dos netos, que, sem documentos e registo civil, não frequentam a escola.

Um colchão com mais de 20 anos Maria de Carvalho Massa (37 anos de idade) está a acabar-se como pessoa. Os membros definham, mal consegue andar pelos espaços argilosos de Kambamba. Vai emagrecendo com o passar dos dias.

Perdeu a audição e a capacidade de articular palavras. Chegou ao local da cerimónia de lançamento dos pagamentos do Kwenda por telefone no Quiculungo levada às costas por uma prima, na companhia de Fernanda Geovetti (24), filha de Umbita Geovetti Víctor (nascida a 20 de Agosto de 1965), que, abandonada pelo marido há 20 anos, cuidou dos filhos e agora da Irmã Maria de Carvalho.

Maria de Carvalho, que é viúva, chegou com a roupa limpa. A água não é problema na localidade, o chafariz sempre funcionou. Já a electricidade, os moradores sabem que passa nos cabos de media tensão sobre as suas casas de adobe.

Umbita Geovetti anda triste porque os técnicos do projecto Kwenda dizem que ela não é elegível para o programa das transferências monetárias por ser

mulher de um homem reformado, portanto, a família beneficia já de um subsídio do Estado. “Ele me abandonou há 20 anos, ainda tenho de apoiar a minha irmã, que já não anda. Mas ela vai receber, na próxima semana, quer comprar uma botija de gás, eu só quero comprar lençóis e um colchão, o meu já tem mais de vinte anos, o meu marido já me encontrou com ele. Está gasto, o corpo dói”.

“Assim mesmo” disse, olhando para a irmã sentada numa pedra”, “aqui onde estamos, se lhe dá uma crise, cai. E para recuperar, tem de ser no hospital. Assusta!”

Fernanda Geovetti diz que a tia “tem o coração baixo” e quer também reparar a sua casa, que “está a cair”.

Apesar de a sua mãe não estar cadastrada, Fernanda Geovetti diz estar. Também ela está sozinha com as suas crianças. E quer o seu telefone, “para falar com quem está longe e para saber quando o dinheiro chegar. Eles mandam uma mensagem e eu só terei de colocar o código e receber o dinheiro na loja”.

Onorato da Silva do Gabinete Jurídico da Administração Municipal do Quiculungo, entretanto aconselha os beneficiários do Kwenda a investir o dinheiro num negócio. Diz que na sede do município há uma senhora que, ao receber o dinheiro na fase piloto, em Outubro de 2020, investiu no comércio, indo e vindo de Ndalatando. Hoje já aluga carrinhas para levar mandioca a Capital da província

Cabo Verde na terra de Meculungo Os colonos portugueses chegaram à área em 1913, para criar roças de café, e corromperam o nome original, passando-o de Meculungo, o nome de um caçador que fundou o assentamento, para Quiculungo. Quando chegaram, os europeus criaram um colonato numa área que depois deu lugar à roça de café “Cabo Verde”, porque lá foram trabalhar muitos homens vindos daquelas ilhas e de S. Tomé e Príncipe, segundo Umbita Geovetti. A região era rica em fazendas de café, e também de palmares.

O café já não tem a força de antes, ainda que o já famoso Café Cazengo seja lá produzido. A quase impraticabilidade das vias de acesso e os preços no mercado do café desincentivam a produção, sobre tudo a familiar. Mas na fase da Inserção Produtiva do projecto Kwenda, o FAS pretende levar as famílias a empenhar-se outra vez no café, envolvendo kimbundus e dihungus, os dois grandes grupos que habitam o Quiculungo e que por altura da Independência Nacional se colocaram em lados opostos, com os primeiros ligados ao MPLA e os últimos a FNLA, histórias que já disso não passam.

“Hoje está tudo misturado e até veio gente umbundu e kikongo, é tudo Quiculungo”, como diz Umbita Geovetti.

## I.10 Importações caíram 30 por cento durante o ano passado

*Jornal de Angola*  
24 De Abril de 2021

As importações diminuíram em mais de 30 por cento em 2020, quando só a aquisição de alimentos no exterior caiu 20 por cento, declarou o ministro de Estado para a Coordenação Económica no acto de posse dos novos órgãos sociais da Câmara de Comércio Angola-China, quinta-feira, em Luanda.

Manuel Nunes Júnior atribuiu essa evolução ao início de um processo em que a produção nacional começa a ocupar espaço na satisfação das necessidades do país, mercê de iniciativas institucionais como o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (Prodesi), considerado pelo ministro como "uma verdadeira aliança entre o Estado e o sector privado para o aumento da produção nacional", emprego e rendimentos dos cidadãos, bem como para o combate à fome e à pobreza.

Ao proferir estas declarações, o ministro referia-se aos novos paradigmas de governação que emergiram no fim de 2017, algo que, do ponto de económico, é dominado pela decisão de acabar com a grande dependência de Angola em relação aos recursos petrolíferos.

No ano passado, apesar da conjuntura difícil, a agricultura teve um crescimento de 5,0 por cento, quando, no cômputo geral, a economia contraiu 5,4 por cento, o que o ministro apresentou como um "facto notável" do percurso iniciado pelo Prodesi no domínio da produção dos alimentos de grande consumo.

Manuel Nunes Júnior apontou, ainda, o respeito pelo primado da lei como parte dos paradigmas da construção de uma economia de mercado, uma noção baseada em que "num Estado em que o primado da lei não é respeitado, é muito difícil atrair investimentos em níveis adequados" ou em que "o mundo de negócios é baseado na confiança e quando não há confiança ninguém investe".

Lembrou que "são muitas as medidas já tomadas pelo Executivo no sentido de combater práticas que não são saudáveis nem recomendáveis para a gestão da

vida do país e que por isso não são conducentes ao desenvolvimento de Angola".

A Câmara de Comércio Angola-China, exortou, deve ter a missão essencial de atrair investimentos chineses que façam aumentar a velocidade e a qualidade do processo de diversificação da economia em curso no nosso país, na medida em que o Governo melhora o ambiente de negócios e torna o processo de investimento em Angola mais célere e eficiente.

## I.11 Inscrição no INSS feita com menos burocracia

*Jornal de Angola*  
24 De Abril 2021  
Texto: Edivaldo Cristóvão

Os trabalhadores que não têm Bilhete de Identidade podem, a partir de Maio, inscrever-se no sistema da Segurança Social, devendo apresentar outros documentos como o Cartão de Eleitor, Cédula Pessoal, Assento de Nascimento ou a Certidão de Baptismo.

A nova medida foi apresentada pelo secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social, Pedro Filipe, durante um "briefing" com jornalistas, onde explicou que os projectos estruturantes do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) estão inseridos em novos Decretos Presidenciais, que visam simplificar os serviços e facilitar a vida dos cidadãos.

O secretário de Estado esclareceu que a não exigência do Bilhete de Identidade visa ultrapassar a burocracia que os trabalhadores encontravam para se inscrever no sistema da Segurança Social. Com a nova modalidade, acrescentou, haverá mais possibilidade de estarem inscritos, mesmo que não tenham qualquer documento, sendo permitido fazer a inscrição provisória para depois de um ano regularizá-la.

O regime da Protecção Social Obrigatória destaca que os trabalhadores por conta de outrem são a grande maioria dos segurados, obtendo uma taxa de 99,5 por cento, de toda a base, enquanto os regimes por conta própria, do Clero e dos trabalhadores domésticos continuam a registar uma taxa contributiva bastante reduzida, com apenas 0,2 por cento, 0,1 e 0,2, respectivamente.

O Decreto 295/20 estabelece que o Regime Jurídico da Protecção Social Obrigatória é destinado aos trabalhadores agrícolas, das pescas e daquelas



actividades de baixo rendimento. As classes de baixo rendimento representam apenas dois por cento dos trabalhadores inscritos no INSS, concretamente os que actuam nos sectores agrícola e das pescas, quando no boletim de estatística representam a grande maioria dos empregados no activo.

O regime do Clero, que inclui os padres, pastores e ministros, foi lançado há três anos e tem uma representação de 0,1 por cento, ou seja apenas 650 estão inscritos. O regime do trabalho doméstico tem a taxa de contribuição mais baixa, sendo dois por cento para o trabalhador e seis para o empregador, totalizando 5.691 trabalhadores inscritos.

Os novos Decretos Presidenciais definem que a contribuição exigida aos trabalhadores do regime de pequenas e médias empresas passa agora para 1.5 por cento dos seus rendimentos. Foi também estabelecido um novo instrumento do regulamento de gestão das reservas técnicas e dos activos do INSS, que determina, de forma clara, até quanto se pode investir no ramo imobiliário, empresas e títulos de tesouro.

#### Mediador da Segurança Social

Pedro Filipe anunciou que o Decreto Presidencial 301/20 vem introduzir a figura do mediador da Segurança Social, para o instituto ter uma postura mais proactiva, onde passarão a ir ao encontro dos potenciais utentes, empresas e famílias, para promover a inscrição destas pessoas no sistema. O projecto será lançado em Maio, na província de Benguela. Os mediadores vão ter uma remuneração consoante aos números de contribuintes que conseguirem inserir no sistema da Segurança Social.

O governante esclareceu que o mediador é uma figura que ainda não foi implementada em nenhum país e que Angola teve esta iniciativa para alargar a base contributiva. O Decreto Presidencial nº 297/20 estabelece o funcionamento das Reservas Técnicas, onde foram entregues, para a esfera do INSS, as "Torres Eucalipto", em construção, o Instituto Sapiens, o Hotel Monalisa e o edifício da Medical Central. A instituição tem vindo também a rentabilizar o seu património, com o arrendamento.

O Decreto Presidencial nº 299/20, que regula a Protecção na Velhice, está em fase final de preparação e vai alterar o modelo de cálculo das pensões e dos prazos de acesso. Desde Dezembro de 2019 foram realizadas 13.305 provas de vida, das quais 10.865 pensões de reforma e 2.440 de sobrevivência. Nos próximos tempos as provas de vida serão feitas de uma outra forma, que tem a vantagem de tornar o processo simples e seguro para

o pensionista e o INSS, sem necessidade de o beneficiário deslocar-se à agência de atendimento e poder ser feita no exterior do país.

### I.12 Mais de 45 mil famílias beneficiárias do "Kwenda"

*Jornal de Angola*  
29 De Abril de 2021  
Texto: José Chaves

O governador do Bié, Pereira Alfredo, lança, hoje, na aldeia Sima, município do Andulo, o processo de transferências monetárias, inserido no Programa de Fortalecimento do Sistema Nacional de Protecção Social, conhecido como "Kwenda", o chefe de Departamento provincial do Fundo de Acção Social (FAS), Rizoni Costa, afirmem que, além das transferências monetárias, as famílias vulneráveis irão beneficiar de reintegração no sistema produtivo, educação e ensino, registo civil e instrução financeira.

No Andulo, foram cadastradas mais de 45 mil famílias vulneráveis. Cada agregado vai beneficiar, trimestralmente, de 25 mil kwanzas, equivalente a oito mil e 500 kwanzas por mês.

O Kwenda é um projecto do Executivo, apoiado pelo Banco Mundial, que visa criar políticas de apoio às famílias mais pobres e em situação de vulnerabilidade. O programa, com a duração de três anos, abrange quatro componentes: transferências sociais monetárias, inclusão produtiva, municipalização da acção social e reforço do Cadastro Social Único.

### I.13 Mais de 45 mil famílias beneficiárias do "Kwenda"

*Jornal de Angola*  
29 De Abril de 2021  
Texto: José Chaves

O governador do Bié, Pereira Alfredo, lança, hoje, na aldeia Sima, município do Andulo, o processo de transferências monetárias, inserido no Programa de Fortalecimento do Sistema Nacional de Protecção Social, conhecido como "Kwenda", o chefe de Departamento provincial do Fundo de Acção Social (FAS), Rizoni Costa, afirmem que, além das transferências monetárias, as famílias vulneráveis irão beneficiar de reintegração no sistema produtivo, educação e ensino, registo civil e instrução financeira.

No Andulo, foram cadastradas mais de 45 mil famílias vulneráveis. Cada agregado vai beneficiar,

trimestralmente, de 25 mil kwanzas, equivalente a oito mil e 500 kwanzas por mês.

O Kwenda é um projecto do Executivo, apoiado pelo Banco Mundial, que visa criar políticas de apoio às famílias mais pobres e em situação de vulnerabilidade. O programa, com a duração de três anos, abrange quatro componentes: transferências sociais monetárias, inclusão produtiva, municipalização da acção social e reforço do Cadastro Social Único.

### **I.14 Cerca de 42 mil famílias recebem apoio financeiro**

*Jornal de Angola*

*30 De Abril de 2021*

*Texto: José Bule e João Constantino*

Cerca de 42 mil famílias, das 47 mil prevista, no município do Andulo, na província do Bié, começaram, ontem, a beneficiar de apoios financeiros, no quadro do processo de transferências sociais monetárias, inseridas no Programa de Fortalecimento do Sistema Nacional de Protecção Social, denominado Kwenda.

O acto de entrega dos cartões que dão acesso ao levantamento de 8.500 kwanzas por mês foi orientado pelo governador do Bié, Pereira Alfredo, na companhia do director-geral do Fundo de Acção Social (FAS), Belarmino Jelembi.

Pereira Alfredo sublinhou que o Kwenda é um programa do Governo que visa ajudar as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade em todo o território nacional. O projecto, salientou, abrange quatro componentes, as transferências sociais monetárias, inclusão produtiva, municipalização da acção social e o reforço do Cadastro Social Único.

Garantiu que o programa vai ser estendido a outros municípios da província. O chefe de Departamento provincial do FAS, Rizone Costa salientou que além, das transferências monetárias, as famílias vulneráveis irão beneficiar, também, de reintegração no sistema produtivo, educação e ensino, registo civil e instrução financeira.

No Andulo, o processo de cadastramento, com duração de um mês e meio, contou com o envolvimento de 113 Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS). O Andulo é o oitavo município a iniciar o processo de transferências sociais monetárias, depois dos municípios do Nzeto, Cacula, Ombandja, Cambundi-Carimbo, Cuito Cuanavale, Quiculungo e Dembos

nas províncias do Zaire, Huíla, Cunene, Malanje Cuando Cubango Cuanza-Norte e Bengo. O projecto Kwenda está orçado em 420 milhões de dólares, dos quais 320 milhões financiados pelo Banco Mundial (BM) e 100 milhões de dólares suportados pelo Tesouro Nacional.

Entrega de meios de produção

No âmbito da componente de inclusão produtiva, iniciativa do FAS, o governador fez a entrega de diversos meios a uma cooperativa agrícola na povoação de Chicumbi. Consta dos bens entregues uma tonelada de fertilizantes, motorizada de três rodas, duas moto-bombas, cem pares de botas de borracha e outros. José Chaves João Constantino

### **I.15 Subsídio de desemprego obriga descontos de 20%**

*Jornal de Angola*

*30 De Abril de 2021*

*Texto: Isaque Lourenço*

A institucionalização do Subsídio de Desemprego no país obrigaria a um desconto mínimo para a Segurança Social de 20 por cento no somatório dos descontos feitos a favor da Segurança Social, contra os actuais 11 por cento (3,0 aos trabalhadores e 8,0 às empresas), conforme opinião, ontem, em Luanda, do jornalista e economista Carlos Rosado de Carvalho.

"O subsídio de desemprego é um amortecedor das desigualdades sociais", afirmou. Sobre o tema, Carlos Rosado recomenda que seja solicitado um estudo às Universidades ao que se seguiria um amplo debate na sociedade.

Citou como exemplo Portugal, país que cobra mais de 30 por cento, sendo 11 por cento aos trabalhadores e 22 por cento às empresas, e ainda assim, na fase de suspensão da actividade das empresas devido à Covid-19, enfrentou muitas dificuldades para o Estado honrar com os compromissos da Segurança Social, por força da conhecida "lay off", que obriga o Governo a subsidiar o desemprego temporário. Segundo Carlos Rosado de Carvalho, ainda assim, de uma coisa diz não ter dúvida: Se o país quiser operacionalizar o subsídio de desemprego, vai precisar aumentar a base contributiva, pois a actual não chega. Para sustentar as suas ideias, o economista questiona se, neste contexto de crise, as empresas/patrões e mesmo os trabalhadores, muito dos quais com salários abaixo das expectativas, terão disponibilidade financeira e até mesmo vontade para aumentar as actuais contribuições. Informalidade atrapalha

Segundo Carlos Rosado de Carvalho, o facto de dos 10 milhões de trabalhadores, segundo avançou, oito milhões estarem no sector informal da economia, onde não têm contratos de trabalho, nem descontam para a Segurança Social, é um grande factor de impedimento para o Subsídio de Desemprego. Para ele, era preciso formalizar-se mesmo a economia. Nesse sentido, aproveitou lançar o repto para que um encontro com os sindicatos profissionais seja feito pelo Governo para com estes discutirem-se este tema e outros de grande importância, como o é o da actual lei e da protecção do emprego, que considera "um ataque aos trabalhadores". Carlos Rosado de Carvalho falava a uma audiência diversificada de profissionais e estudantes em alusão ao "Dia da Liberdade de Imprensa", que se comemora a 3 de Maio. O evento da AJECO elegeu o tema "A Liberdade de Imprensa e o Jornalismo Económico".

Formalização é um desafio da economia angolana

A formalização da economia é um permanente desafio para a estratégia de desenvolvimento do país, pois é de comum acordo que Angola precisa atrair a actividade económica do sector informal para o formal, além de que não existe uma receita única para o alcance de tal desiderato, segundo afirmou o gestor Fernando Sebastião. Para ele, que se junta às várias opiniões sobre a matéria da formalização da economia, entende como princípio fundamental o que chama de os 3F, designadamente Formalização das pessoas; Formalização da propriedade e Formalização das transacções.

O gestor Fernando Sebastião entende que são vários os desafios da economia e envolvem todos os sectores da sociedade, uma vez afectar a vida como um todo. Nisso, admite, o Estado é o condutor deste processo e deve ter não apenas como rosto visível o departamento ministerial encarregue da planificação económica, mas todos os outros.

"Entendo que sem a observância das três etapas avançadas, qualquer política económica, ainda que acertada no plano teórico, tem a sua implementação prática muito mais dificultada", afirmou. Segundo disse, na SADC, por termos algumas dificuldades em comum, é possível colherem-se vários exemplos de avanços e recuos obtidos no processo de formalização da economia. A Namíbia, exemplifica, tem menos informalidade do que Angola e pode ser um caso a ter em conta, sem que seja necessário tentar de imediato modelos europeus.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 438 Milhões Kz de micro crédito para projectos em 3 províncias

*Jornal Expansão*  
9 De Abril de 2021

A sociedade de micro crédito Facilcred, em parceria com o Banco de Negócios Internacional (BNI), já disponibilizou 438 milhões Kz para financiar vários projectos, nos sectores da agricultura, processamento e comércio de pescado, agro negócio, recolha de resíduos sólidos, logística e distribuição' nas províncias do Huambo, Namíbe e Luanda.

A informação consta num comunicado, onde a sociedade de micro crédito refere que o conselho de administração do BNI tem estado a acompanhar as actividades das pequenas e médias empresas nacionais, com os seus centros de negócios espalhados por todo país.

"O BNI tem uma equipa técnica que garante a assistência às empresas dos diferentes sectores de actividade, a fim de explicar aos seus responsáveis todo o funcionamento do processo, como, por exemplo, o que devem fazer e que documentos apresentar com vista à abertura de contas que lhes possibilitem receber os apoios concedidos, assim como a sua movimentação".

O documento acrescenta que estes centros de negócios actuam como equipas proactivas, que trabalham com uma oferta de soluções específicas para este segmento de clientes, garantindo às empresas o apoio necessário e o acesso a um conjunto de soluções financeiras adaptadas aos mais variados tipos de negócios, permitindo assim, que estas possam crescer e ter maior robustez a nível nacional.

Com a operacionalização da linha de crédito do Fundo de Apoio de Capital de Risco Angolano (FACRA) e a parceria BNI, "foram já financiados pela Facilcred um total de 439 projectos, sendo 367 no Huambo, 70 no Namíbe e 2 em Luanda, avança o comunicado.

Entre os financiamentos, o destaque vai para os 367 projectos no sector da agricultura, 66 projectos no sector de processamento, comércio de peixe e pesca; 2 projectos no sector do agronegócio; 1 no sector da recolha de resíduos sólidos e igual número no sector da logística e distribuição. Nos últimos dois meses, uma equipa da Facilcred, acompanhada por membros do FACRA e do gabinete provincial para o

Desenvolvimento Económico Integrado, visitou os projectos financiados nas províncias do Namíbe e do Huambo.

V.P.

### 2.2 Pequenos negócios apoiados com 700 milhões de kwanzas

*Jornal de Angola*  
10 De Abril de 2021  
Texto: Regina Handa

Um total de 323 projectos de microcrédito de empresários da província de Luanda foi financiado, em 2020, com 700 milhões de kwanzas junto do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), segundo números apresentados ontem, na capital do país, pelo ministro da Economia e Planeamento.

Sérgio dos Santos abordou, os empresários de Luanda, num encontro alargado para manifestar a disposição da sua equipa no apoio aos projectos que gerem valor acrescentado à economia, no quadro do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI). Já no quadro das Medidas de Alívio Económico na capital, foram apoiados 172 iniciativas, das quais 76 pelo BDA e o restante dos projectos pelos bancos comerciais. Das iniciativas apoiadas, 38 são do Comércio e Distribuição, seis de Compra de Fertilizantes, um das Pescas, e mais 13 de outros sectores.

Na base de dados, Luanda controla 730 produtores, divididos pelos vários municípios, designadamente Viana (205), Luanda (161), Cacuaco (113), Icolo e Bengo (83), Belas (78), Cazenga (32), Quiçama (21), Kilamba Kiaxi (19 e Talatona (18). Na sua intervenção, Sérgio dos Santos disse que das 18 cooperativas da capital, até aqui, já foram financiadas 17, restando apenas uma, cujo processo está em fase muito avançada. Um indicador avançado pelo ministro no encontro de ontem é o de que se precisa de partilhar a informação sobre a produção disponível pelo país, por exemplo, e em particular na capital, para que rapidamente se possa vender o que está à disposição.

O ministro da Economia e Planeamento, Sérgio dos Santos, pediu aos empresários que melhorem a produção agrícola e de aves feita na zona da cintura verde e em outras unidades públicas ou privadas, de modo a capital do país retomar os níveis de oferta que eram registados até muito recentemente. Conforme afirmou, está em Luanda o maior investimento da actividade avícola e, de igual

modo, o maior volume de produção do país, daí o interesse do Ministério em obter mais informações dos constrangimentos e em como pode ajudar os investidores e produtores destes sectores."Estamos a realizar um trabalho com os empresários para identificar as oportunidades em que temos de melhorar o nosso trabalho e garantir o apoio necessário para o aumento da produção nacional", disse.

#### Venda da produção

Quanto à venda da produção, o governante disse ser esta a principal "doença" que mata os produtores, razão pela qual é estratégia ajudar o escoamento e venda dos produtos através de feiras e juntar em fóruns de negócios os detentores de produtos para entre eles acertarem os canais de partilha. Para realizar os projectos, o MEP aposta também na melhoria da promoção dos produtores, por meio da comunicação ao mercado onde está o produto.

No encontro, Sérgio dos Santos ouviu também as preocupações dos empresários dos mais variados municípios da capital aos quais deixou garantias de respostas céleres aos problemas identificados. No global, o PRODESI aprovou 511,6 mil milhões em crédito, para atender a 760 processos. Há ainda 93 em negociação do total de 1.309 candidaturas. O rácio de projectos aprovados em relação aos submetidos é de 58,06 por cento o que significa que 6 em cada 10 são aprovados.

## 2.3 Empreendedores vão ter acesso ao crédito

*Jornal de Angola*  
13 De Abril de 2021

Quarenta e um jovens, na província da Lunda -Norte, formados em empreendedorismo, recebem, amanhã, certificados para o acesso ao crédito bancário, anunciou, ontem, à imprensa, na cidade do Dundo, a ministra da Juventude e Desportos, Ana Paula do Sacramento Neto.

A governante disse que os jovens beneficiaram de uma acção formativa que os preparou para a criação de postos de emprego. Os novos empreendedores vão receber kits para desenvolverem trabalhos de Serralharia, Mecânica, Corte e Costura, entre outras profissões.

Durante a estadia na província, a ministra vai dialogar com as associações juvenis para tomar nota dos principais problemas dos seus filiados. Ana Paula do Sacramento Neto vai visitar ainda as

cooperativas agrícolas de jovens, no âmbito do Programa de Apoio ao Crédito (PAC).

## 2.4 ADRA preocupada com fraco acesso ao crédito

*Jornal de Angola*  
14 De Abril de 2021  
Texto: Adérito Veloso

Os critérios de acesso ao crédito que os camponeses e os agricultores familiares continuam a enfrentar preocupam a Acção Para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) que declara ser esse um problema mencionado pelos camponeses como um dos constrangimentos para o aumento da produção.

Em declarações ontem, ao Jornal de Angola, o director-geral da ADRA, Carlos Cambuta, afirmou que, apesar de haver algumas medidas de política orientadas para combater a burocracia, ainda assim, a dificuldade reside nos critérios de acesso, pois muitos agricultores não possuem documentos exigidos, como título de terra para fins agrícolas.

"É importante referir que a falta de documentos não decorre da vontade dos camponeses e dos agricultores, mas da excessiva burocracia que encontram junto das instituições competentes do Estado", aponta o gestor.

O responsável defende a facilitação do acesso e aos factores de produção, quanto aos de conservação de produtos agrícolas, numa altura em que no país existem associações e cooperativas agropecuárias que têm estado a abastecer os mercados, apesar das enormes dificuldades que enfrentam, nomeadamente da conservação e do escoamento.

A persistência dessas organizações no abastecimento de produtos agrícolas em diferentes mercados durante o Estado de Emergência seguido de Calamidade Pública, ambos impostos pela pandemia da Covid-19, constitui evidência para não hesitar trabalhar com essas organizações de forma estrutural e permanente.

## 2.5 Só dois bancos comerciais cumpriram mínimos de crédito

*Jornal Expansão*  
23 De Abril de 2021

Apenas dois dos 25 bancos comerciais que operam no mercado angolano já cumpriram com o mínimo de projectos desembolsados, no âmbito do Aviso 10,

que obriga a banca a financiar iniciativas empresariais dentro" do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), de acordo com o balanço de Março do Banco Nacional de Angola (BNA).

Trata-se do Banco de Negócios Internacional (BNI) e do Banco Yetu, com um total de 25 e 20 projectos financiados, respectivamente.

No caso do BNI, que estava obrigado a um mínimo de 20 projectos, passou essa fasquia, tendo alargado para 25 o número de projectos desembolsados.

Assim, a pouco menos de uma semana para o fecho do primeiro prazo estabelecido pelo banco central (30 de Abril de 2021), restam 21 bancos para cumprimento dos mínimos exigidos pelo regulador, já que o Banco de Poupança e Crédito foi posto de parte desta obrigatoriedade devido à reestruturação em curso, e o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), pela sua vocação, que é o financiamento a projectos de desenvolvimento.

Aliás, no balanço de Março, três instituições bancárias que estavam incluídas nos relatórios anteriores do grau de cumprimento do Aviso n. o 10 também foram colocadas de parte, nomeadamente o Banco Económico, o Standard Chartered Bank (SCBA) e o Sol. Entretanto, a nota do banco central não explica porque é que tapagou' os nomes das instituições do balanço do PRODESI.

Ao Expansão, analistas do mercado continuam a apresentar como argumento do baixo número de projectos desembolsados e da fraca participação dos bancos comerciais no cumprimento dos níveis mínimos, entre outros, a fraca preparação dos projectos e planos de negócio e a inexperiência dos proponentes dos projectos nos negócios a que se candidatam para financiamento.

I Nelson Rodrigues

## 2.6 Acesso ao crédito facilitado

*Jornal Economia e Finanças*  
30 De Abril de 2021

A procura por financiamento na banca angolana é, geralmente, alta sô travada pelas exigências até então, das garantias nem sempre acessíveis, mas sempre exigíveis por parte dos detentores de capital, no caso o bancos e outra instituições de crédito.

Não vale recordar, das veze em que apesar da necessidade, a ausência de um fiador/avalista travou o avanço do pedido de um dado crédito. É a norma.

E como sô dizer-se a lei é dura, ma é a lei e sempre tende, no caso da banca, evitar a subida do crédito malparado, uma realidade dolorosa, ma.;, que cresceu, no últimos ano.

Foi a pensar nisso, certeza absoluta, que o Governo esta emana deu um "tiro certo" ao problema e com "uma sô cassetada" resolveu dois problemas: De tomar o acesso ao crédito mais facilitado e o alargamento das garantias atendíveis para a banca.

Doravante, os bens móveis como viaturas navios aeronaves, embarcações manadas de bois ou outros animais, joias valiosas e até bens agrícolas entre outros vão passar a servir de garantia para a obtenção de crédito junto das instituições bancárias.

A medida tomada pelo Conselho de Ministros foi no âmbito do Programa de Melhoria do Ambiente de Negocia o Regulamento da Lei sobre o Regime Jurídico das Garantias Mobiliárias e Registo de Garantias.

O instrumento jurídico define o quadro jurídico sobre a utilização de bens móveis como garantia para a obtenção de financiamento, através de uma plataforma eletrónica que vai permitir o registo dos mesmos;" com o propósito de promover e reforçar a confiança das instituições financeiras.

A aprovação deste diploma abre portas para a institucionalização, no país, da Central de Registo de Garantias Mobiliárias um órgão afecto ao Ministério da justiça e dos Direitos Humanos que vai centralizar, para efeitos de publicidade, toda a informação do registo de garantias sobre bens mobiliários desde que oferecidos a título de garantia de cumprimento de obrigações.

A entrada em vigor desta decisão vai permitir a qualquer cidadão usar os seus bens móveis como garantia para solicitar um crédito junto da banca.

Esta medida vai, seguramente, gerar um impacto muito grande na circulação monetária financeira mercantil.

Não é novidade que muita gente tem capacidade empreendedora, tem ideias ma.;, precisa de dinheiro': reconheceu o ministro, sublinhando que, até ao momento, a instituições bancárias exigem como garantia para cedência de crédito, bens imóveis, como terreno e outro;" o que não estava ao alcance de todos. Nem toda a gente tem ca.;a ou terreno, ma.;, tem outros bens que podem dar como garantia para a obtenção de um empréstimo.

A iniciativa marca "um ponto de viragem" no sistema de crédito e de financiamento à economia, na medida

em que se trata de um dos aspectos fundamentais da diversificação da economia, facilitação de negócios e da criação de um ambiente adequado de negócios no país.

Vale apreciar que a medida é extensiva aos cidadãos singulares que dão dinheiro por empréstimo estes podem exigir, também, como garantia, um dos bens móveis referidos.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Pequenos negócios apoiados com 700 milhões de kwanzas

*Jornal de Angola*  
10 De Abril de 2021  
Texto: Regina Handa

Um total de 323 projectos de microcrédito de empresários da província de Luanda foi financiado, em 2020, com 700 milhões de kwanzas junto do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), segundo números apresentados ontem, na capital do país, pelo ministro da Economia e Planeamento.

Sérgio dos Santos abordou, os empresários de Luanda, num encontro alargado para manifestar a disposição da sua equipa no apoio aos projectos que gerem valor acrescentado à economia, no quadro do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI). Já no quadro das Medidas de Alívio Económico na capital, foram apoiados 172 iniciativas, das quais 76 pelo BDA e o restante dos projectos pelos bancos comerciais. Das iniciativas apoiadas, 38 são do Comércio e Distribuição, seis de Compra de Fertilizantes, um das Pescas, e mais 13 de outros sectores.

Na base de dados, Luanda controla 730 produtores, divididos pelos vários municípios, designadamente Viana (205), Luanda (161), Cacuaco (113), Icolo e Bengo (83), Belas (78), Cazenga (32), Quiçama (21), Kilamba Kiaxi (19 e Talatona (18). Na sua intervenção, Sérgio dos Santos disse que das 18 cooperativas da capital, até aqui, já foram financiadas 17, restando apenas uma, cujo processo está em fase muito avançada. Um indicador avançado pelo ministro no encontro de ontem é o de que se precisa de partilhar a informação sobre a produção disponível pelo país, por exemplo, e em particular na capital, para que rapidamente se possa vender o que está à disposição.

O ministro da Economia e Planeamento, Sérgio dos Santos, pediu aos empresários que melhorem a produção agrícola e de aves feita na zona da cintura verde e em outras unidades públicas ou privadas, de modo a capital do país retomar os níveis de oferta que eram registados até muito recentemente. Conforme afirmou, está em Luanda o maior investimento da actividade avícola e, de igual modo, o maior volume de produção do país, daí o

interesse do Ministério em obter mais informações dos constrangimentos e em como pode ajudar os investidores e produtores destes sectores. "Estamos a realizar um trabalho com os empresários para identificar as oportunidades em que temos de melhorar o nosso trabalho e garantir o apoio necessário para o aumento da produção nacional", disse.

Venda da produção

Quanto à venda da produção, o governante disse ser esta a principal "doença" que mata os produtores, razão pela qual é estratégia ajudar o escoamento e venda dos produtos através de feiras e juntar em fóruns de negócios os detentores de produtos para entre eles acertarem os canais de partilha. Para realizar os projectos, o MEP aposta também na melhoria da promoção dos produtores, por meio da comunicação ao mercado onde está o produto.

No encontro, Sérgio dos Santos ouviu também as preocupações dos empresários dos mais variados municípios da capital aos quais deixou garantias de respostas céleres aos problemas identificados. No global, o PRODESI aprovou 511,6 mil milhões em crédito, para atender a 760 processos. Há ainda 93 em negociação do total de 1.309 candidaturas. O rácio de projectos aprovados em relação aos submetidos é de 58,06 por cento o que significa que 6 em cada 10 são aprovados.

### 3.2 Associações divergem sobre o sector informal

*Jornal de Angola*  
16 De Abril de 2021  
Texto: Adelina Inácio

Organizações ligadas à actividade económica e empresarial divergiram, ontem, sobre a atribuição de dignidade constitucional à economia informal na Proposta de Revisão Pontual da Constituição da República, em discussão no Parlamento.

No quadro da discussão da Proposta de Revisão, os deputados auscultaram, ontem, a Associação Industrial de Angola (AIA), a Ordem dos Economistas de Angola, Ordem dos Contabilistas, a Associação dos Bancos, entre outras sobre os artigos 14º, 32º, 92º, 100º, 104º, 119º, 199º, 262º, 213º, 214º e 242º da Proposta de Revisão Pontual da Constituição da República.

Algumas associações defenderam que não se devia dar dignidade constitucional à economia informal, mas, sim, trabalhar para que ela se transforme em



formal. Mas a Ordem dos Economistas saudou a proposta, porque entende que deve ter dignidade constitucional. Rui Malaquias, da Ordem dos Economistas, referiu que o reconhecimento da economia informal, no artigo 92º da Proposta de Revisão Constitucional, faz com que se preste maior atenção a esta actividade. "A dimensão da economia informal, até hoje, é desconhecida e faz com que, objectivamente, não se conheça a dimensão da economia total", afirmou.

A economia informal reconhecida constitucionalmente, esclareceu, faz com que seja visível para os apoios do Estado. "As últimas acções de apoio ao sector empresarial foram sempre para aqueles empresários formais e aqueles que são informais são invisíveis porque nem sequer estão reconhecidos", sublinhou.

#### Autonomia do BNA

A autonomia do Banco Nacional foi, igualmente, referenciada pelos participantes, que pediram cautela relativamente ao facto de poder haver algum problema, tendo em conta os interesses do BNA em contornar a inflação e os interesses políticos do Governo.

Jorge Baptista, da Associação dos Empreendedores de Angola, disse que a organização continua a trabalhar na Proposta de Revisão Constitucional para dar o seu contributo nos sectores principais para o desenvolvimento do país. Referiu que o artigo 14º da Proposta de Revisão, que fala sobre a propriedade privada e a livre iniciativa não introduz mudanças, apenas complementa o papel do Estado face a este princípio. Este artigo, prosseguiu, acresce ao Estado o dever de promover e completar a iniciativa económica e empresarial, ficando obrigado a respeitar e proteger a propriedade privada, criar políticas de incentivo à actividade económica e empresarial.

Para Rui Malaquias, da Ordem dos Economistas, com a independência do Banco Nacional de Angola " não vai haver uma cartilha rígida sobre o que o Banco Central vai ou não fazer". Segundo aquele economista, "os governadores dos bancos centrais têm tendência de direccionar a sua actuação para a promoção do emprego, deixando de lado o combate à inflação". José Severino, da AIA, centrou a sua abordagem no artigo 14º da Proposta de Revisão Pontual da Constituição. Defendeu que é preciso apostar forte na questão da iniciativa privada e da actividade associativa. Pediu que se incluísse também, no mesmo artigo, as actividades das associações empresariais.

Quanto às nacionalizações, José Severino entende que as mesmas devem estar sujeitas à avaliação patrimonial por peritos e com recurso à arbitragem.

A Associação dos Gestores e Administradores de Angola deu a sua contribuição para o enriquecimento dos artigos 100º, 104º e 199º. Leitão Paulo António, em representação da associação, sugeriu a definição de regras de planeamento, organização, elaboração, apresentação, fiscalização e controlo do Orçamento Geral do Estado.

Filipe Segunda, do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Bancários, saudou a iniciativa da autonomia do Banco Nacional de Angola, por ser uma necessidade que se impunha sem interferências políticas.

Mário Arão, representante da Associação de Empresas de Comércio e Distribuição (ECODIMA), pediu o reforço do sector judicial, "porque também afecta o privado no seu todo, tendo em conta a morosidade dos processos".

### 3.3 Comércio Móveis made in Angola «batem» concorrentes importados

*Novo Jornal*

*16 De Abril de 2021*

*Texto: Hortênsio Sebastião*

Em Luanda, a correria para a aquisição de mobílias importadas começou a deixar de ser opção de muitos consumidores que passaram a privilegiar a compra de material produzido no País. Em causa, para uns, está a qualidade da madeira local e a prática de preços acessíveis, mas, para outros, a limitação no acesso às divisas e a Covid-19, que tem sido principal obstáculo para os importadores.

Uma equipa deste semanário deslocou-se algumas marcenarias e carpintarias de Luanda e constatou que nalguns desses espaços, anteriormente dados como falidos, o negócio começa a renascer, fruto da preferência dos clientes, que não só elogiam a qualidade da matéria-prima com que são confeccionados os mobiliários, mas também a durabilidade dos móveis.

A marcenaria Mizé Kitembo, situada nas imediações do supermercado Jumbo, está recheada de móveis, desde guarda-fatos, camas e cadeiras em madeira, ao que os produtores afirmam que são adquiridos

mediante encomenda, estando entre os mais solicitados o mobiliário de quarto e mesas.

O dono da marcenaria Mizé Kitembo, que atende pelo mesmo nome, conta que, num passado recente, quase não havia procura pelos móveis made in Angola, chegando ao ponto de os produtos terem ficado durante meses expostos ao sol e à chuva, por falta de clientes.

Actualmente, prossegue Mizé Kitembo, a demanda tem crescido significativamente, chegando ao ponto de a marcenaria não ter capacidade para atender às encomendas por falta de madeira originária, especialmente das províncias de Cabinda, Zaire e uíge, que normalmente têm sido adquiridas no mercado do Kikolo e dos Kwanzas.

Na Mizé Kitembo, o preço de um guarda-fatos, em média, não fica acima de 100 mil kwanzas, enquanto uma mesa com seis cadeiras pode ser comprada até 160 mil kwanzas.

A carpintaria Decor A a Z, localizada no distrito urbano da Maianga, esmera-se por confeccionar diversa gama de mobiliários em madeira pinho e amoreira, possui no seu portfólio sofás, mesas e cadeiras. Por lá, uma mesa com quatro cadeiras custa 100 mil Kz. O responsável dessa unidade, identificado apenas por Efraim, confia ao NJ que a pandemia da Covid-19 fez disparar o número de solicitações de mobiliário, sobretudo para restaurantes e habitações.

Na ronda que o NJ efectuou, constatou-se que grande parte das lojas que comercializam mobiliário importado detém elevadas quantidades de móveis e o produto nacional é dado ausente neste circuito mercantil. Aliás, os móveis nacionais são unicamente comercializados a partir das marcenarias.

À excepção do mobiliário de origem portuguesa e italiana, que revela inquestionável qualidade, com custos aquém da bolsa da maioria dos cidadãos, o mobiliário de outras procedências, diga-se mesmo - Namíbia ou China- embora ostente preços acessíveis e acabamentos requintados e revestidos em fórmica de várias cores, a sua duração peca por defeito, segundo clientes contactados.

"Comprei uma cómoda vinda da Namíbia, mas em menos de seis meses a mesma começou a desfazer-se", queixa-se Alexandre Domingos, que agora se tornou cliente de uma marcenaria local, frisando que, por via disso, optou pela compra de mobiliário made in Angola. Outro comprador, José Nguli, garante ter deixado de adquirir mobiliário importado por esse não ser fabricado com madeira pura, mas por se

tratar de madeira prensada, uma espécie de serradura ou sobra de madeira quando cortada. "Hoje, dada a falta de divisas e impedimentos que se colocam para viajar para o exterior e dispondo de poucos recursos financeiros, prefiro adquirir mobiliário nacional", atira Nguli.

AADIC aplaude tendência

Em declarações ao NJ, o vice-presidente da Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC), Jordão Coelho, aplaude a tendência de os consumidores preferirem a aquisição de mobiliários nacionais em detrimento dos importados, não apenas como alternativa à escassez de divisas para a importação, mas por ser uma mais-valia para o Estado, que vê criados mais empregos e, igualmente, a oportunidade de negócio, sobretudo das profissões adormecidas, como são os casos da carpintaria e da marcenaria.

O também especialista em Direito do Consumidor realça que "o mercado é livre e os consumidores têm a prerrogativa de solicitar serviços ou comprar os produtos onde se sintam que há maior confiabilidade, porque vêem a sua legítima expectativa se efectivar, quer em termos de preços, quer daquilo que é a durabilidade".

"Hoje até mesmo os organizadores de eventos, desde decoradoras, aos que servem eventos, usam muito a nossa madeira, o material rústico, como mesas e cadeiras e não só", sentencia Jordão Coelho.

•hortencio.sebastiaoovojornal.co.ao

### 3.4 Autoridades e taxistas divergem quanto à gestão das paragens

*Novo Jornal*

*30 De Abril de 2021*

*Texto: Alberto Cândido*

A Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA) acusa os agentes da polícia Nacional e algumas administrações municipais de "interferências constantes" na organização das paragens de táxis em Luanda.

Ao Novo Jornal, Francisco Paciente, presidente da ANATA, revela que estas entidades têm "criado os seus próprios grupos de lotadores", situação que tem causado "confusões desembaraços",

Aliás, prossegue este líder associativo, a alegada interferência tem também contribuído para "a insegurança nas paragens", uma vez que muitos dos supostos lotadores criados por agentes da PN e

algumas administrações municipais não aceitam ser cadastrados pela ANATA, sendo que alguns deles "são supostos marginais procurados pela Justiça e se encobrem nas paragens".

Por isso, Francisco Paciente apela a que agentes da Polícia Nacional e funcionários de determinadas administrações municipais deixem de olhar para as paragens de táxi da capital como uma espécie de "fonte de rendimento fácil".

"Agora funciona dessa forma, qualquer político, na sua área de jurisdição, em Luanda, chama um grupo de jovens, põe coletes e, com o apoio de alguns órgãos de comunicação social, cria a sua associação de táxis ou Iotadores", disse, mencionando o município do Kilamba Kiaxi como exemplo.

Abordado pelo Novo Jornal, o administrador municipal do Kilamba Kiaxi, Fernando Cardoso, recomendou que se falasse com o director de Tráfego e Mobilidade do município, Zeca da Costa, que, por sua vez, não se mostrou disponível a prestar declarações, alegando não ter a autorização do administrador para o efeito.

Contudo, as queixas do líder dos taxistas são rebatidas por Simão Saulo, chefe do Departamento de Trânsito do Comando Provincial de Luanda, que, em breves declarações ao NJ, assegura que as autoridades costumam interagir com todas as organizações de defesa dos taxistas, tendo, inclusive, sido criado um grupo de WhatsApp no qual cada elemento tem a possibilidade de fazer críticas ou apontar soluções para os diversos problemas liga dos à mobilidade em Luanda.

Referindo que as declarações do presidente da ANATA "não correspondem à verdade", Simão Saulo insiste que o diálogo "é a melhor via para se resolver as situações anormais que ocorrem a nível da via pública", embora volte a sublinhar que, "em momento algum", se têm registado as informações avançadas por Francisco Paciente ao Novo Jornal.

No ano passado, a ANATA firmou com o Gabinete de Tráfego de Mobilidade Urbana do Governo provincial de Luanda um memorando que permitia à associação fazer a organização dos taxistas e lotadores nas suas respectivas paragens. Embora o referido acordo tenha contado com o "aval" da Polícia Nacional, Francisco Paciente insiste que há administrações a ignorarem o memorando, alegando que "as paragens de táxi deveriam estar sob gestão das administrações municipais e não de uma associação privada".

### 3.5 Mercado informal supera lojas oficiais na recuperação de telemóveis

*Novo Jornal*

*30 De Abril de 2021*

A prestação de serviços de assistência técnica aos telemóveis, assegurada por vendedores dos diferentes mercados informais, retira espaço às lojas oficiais de reparação, as conhecidas clínicas de telefones celulares espalhadas pela cidade de Luanda, apurou o NJ in-loco.

Surgiram de forma tímida, mas a cada dia os lugares para se assegurar a operacionalidade do produto - telemóvel multiplicam-se pela capital, com as oficinas legais a perderem no negócio, a favor de meros profissionais tecnológicos distribuídos por algumas praças de Luanda, por esses últimos não só praticarem preços módicos e passíveis de negociação, mas também por prestarem serviços à hora para os consumidores.

Luís Comba, 29 anos, funcionário público, é utente de um telemóvel digital topo de gama, diz que possui o aparelho há cinco anos e, por duas vezes, recorreu a um técnico do mercado paralelo para repará-lo, tendo-o feito com perfeição no mercado dos Congolese.

"Sempre que preciso de concertar o meu telemóvel, faço recurso àquele local, pois, para além do preço inferior, posso presenciar o decorrer da tarefa, para evitar que se desvie ou danifique algum dispositivo", conta Luís.

No mercado dos Congolese, tido como principal centro informal de restauro de telemóveis em Luanda, o NJ localizou Coxi

Alfredo, técnico reparador que opera há sete anos naquele lugar. Tem no computador portátil a sua principal ferramenta de labor, este "mestre" recepciona e concerta diariamente entre 15 e 18 telemóveis.

"Não trabalho sozinho, tenho outros colaboradores que angariam clientes dentro e fora do mercado. Depois de reparar os telefones, reparto com eles os lucros obtidos", confidencia Coxi, salientando que, por operação, cobra entre 15 e 20 mil kwanzas.

Em contrapartida, o NJ localizou, na baixa de Luanda, uma loja de recuperação de telemóveis que dá pelo nome Angorhone, Situada na rua da Missão, essa casa que também comercializa acessórios para

telefones celulares dedica-se unicamente ao concerto de aparelhos da marca Iphone.

Ali, este semanário, após questionar o preçário praticado, apurou que a reparação de um telemóvel varia entre 60 e 100 mil kwanzas.

Noutra clínica de telemóveis que fica junto ao largo da Mutamba, pode-se verificar a escassa procura por estes serviços, porquanto alguns clientes questionados pelo NJ disseram que os preços altos afugentam a clientela, preferindo a maioria destes fazer recurso ao mercado informal, que, segundo eles, presta idêntico serviço e vezes sem conta com a qualidade aceitável.

- HORTÊNCIO SEBASTIÃO

## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Cobrança do IVA 18% acima do valor previsto no OGE 2020 revisto

*Jornal Expansão*

*9 De Abril de 2021*

*Texto: Martins Chambassuco*

A cobrança do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), em 2020 cifrou-se nos 729,3 mil milhões Kz, 18% a mais do que a receita prevista no Orçamento Geral do Estado (OGE) 'Revisto para 2020, no montante de 618,1 mil milhões Kz, apesar de o IVA das importações ter ficado 21 % abaixo da meta de 197 mil milhões Kz, por causa da diminuição das importações em 2020.

Do total cobrado, 340,5 mil milhões correspondem ao IVA arrecadado apenas aos grandes contribuintes, e que estavam integrados obrigatoriamente no regime geral, o equivalente a 47% do IVA total arrecadado no ano passado.

Os dados da Administração Geral Tributária (AGT) sobre o total da receita fiscal, em 12 meses de 2020, indicam que o fisco arrecadou, em termos brutos, 729,3 mil milhões Kz com a aplicação do imposto às empresas do regime geral e do regime transitório, o IVA sobre as importações, e o IVA cativo cobrado automaticamente pelo Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado. Entra também 110 somatórios o valor da cobrança indevida efectuada por contribuintes não autorizados a cobrar o IVA pela AGT, mas que procederam à entrega voluntária aos cofres do Estado do imposto cobrado aos seus clientes, deduzindo os valores para a reserva dos reembolsos.

Contas feitas, com base nos relatórios fiscais da AGT sobre a receita tributária, deste total, 156 mil milhões Kz, o equivalente a 21,4%, correspondem à cobrança do IVA sobre as importações de bens diversos durante o período em análise. Ou seja, os importadores pagaram ao fisco 156 mil milhões Kz.

Uma fonte do Expansão avança que o facto de os valores estarem acima do previsto no OGE Revisto

para 2020 são animadoras quanto ao cumprimento das projecções de arrecadação do fisco para 2021. A fasquia foi elevada para os 988 mil milhões Kz, esperando-se um aumento da receita fiscal com o IVA na ordem dos 35%, comparativamente ao arrecadado no ano passado.

A fonte reconhece que todas essas previsões indicam mais aperto para as famílias e para as empresas, ou seja as famílias e as empresas vão pagar a factura fiscal este ano.

Reconhece, no entanto, que o IVA apresenta-se como um mecanismo vantajoso, tendo em conta que veio eliminar o efeito cascata do Imposto de Consumo e deu outra dinâmica no pagamento dos tributos devidos ao Estado. Ainda assim, revela a fonte, a AGT deixou de publicar as previsões de arrecadação fiscal, mensais, há um ano e espera-se que com a entrada em vigor do Regime Simplificado do IVA em Janeiro deste ano tudo volte ao normal.

Reconhece, por outro lado, que a implementação do IVA foi um grande exercício que desafiou a estrutura fiscal e lembrou que até agora persistem insuficiências na implementação do imposto, encontrando mesmo resistência junto de muitos agentes económicos em Angola. O IVA, prosseguiu, é um processo e com a entrada em vigor do Regime Simplificado, deixando para trás o regime transitório, muitos contribuintes vão ser enquadrados no regime geral e ampliar a base fiscal.

Ainda persistem algumas irregularidades na regularização dos impostos. AAGT reconhece que há muitas melhorias, mas nem todos os contribuintes liquidaram o imposto com a entrega voluntária aos cofres do Estado. A dívida anual dos contribuintes ainda está por apurar. Até final de Setembro de 2020 registaram-se como dívida relativa ao IVA cobrado nas operações internas mais de 70 mil milhões Kz que ainda não deram entrada nos cofres do Estado.

A cobrança destes valores, segundo o fisco, será efectuada em sede de execução fiscal, tendo já sido entregues as certidões de dívida, nos termos do artigo 30.0 do Código do IVA, bem como os respectivos mandados de penhora, nos termos do Código de Execução Fiscal, que só serão expedidos para os bancos e para os devedores com as respectivas penalizações, tendo em conta que já terminou o prazo das medidas adoptadas ao abrigo da situação de calamidade.

## 4.2 Orçamento do cidadão vai permitir transparência das receitas, despesas, impostos e à dívida pública do país

*Jornal O PAÍS*

*22 De Abril de 2021*

A ministra das Finanças teceu tal afirmação, após um minuto de silêncio observado em homenagem às vítimas da forte chuva registada em Luanda, durante a sessão de apresentação pública do Orçamento do Cidadão, que aconteceu no anfiteatro da Faculdade de Economia, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Durante a apresentação aos estudantes e ao corpo docente, do documento que demonstra o percurso orçamental ao longo de um ano, foi partilhado de forma resumida, simples e prática os aspectos que substanciam o principal instrumento da política económica e financeira do Estado com enfoque para as matérias ligadas a receita e despesa, passando pelos impostos e a dívida pública.

“O OGE procura realizar aquilo que é o objecto de estudo da ciência económica: a alocação de recursos escassos para satisfazer necessidades limitadas. O Orçamento Cidadão, este ano feito com a parceria no UNICEF na sua divulgação. O Orçamento Cidadão procura proporcionar uma compreensão simples do que é o OGE”, esclareceu.

Vera Daves de Sousa confidenciou aos estudantes que participaram do evento que uma das maiores lições da sua vida é que cada grupo, no seu trabalho em equipa, vale o que valer o seu elomais fraco. “Se estudarmos e trabalharmos em equipa, elevamos a fasquia de todos, porque nunca ninguém sabe tudo ou faz tudo sozinho, todos nos tornamos mais conhecedores, ninguém é deixado para trás e o elo mais fraco torna-se mais forte. É assim também na vida em comunidade. Um país com pontos fracos, em que alguém seja deixado para trás, é certamente um país que fica aquém de todo o seu potencial”, destacou acrescentando ser esta a razão pela qual é atribuída grande importância à escola formal e a todas as formas de aprendizagem e de literacia, em todos os domínios. A ministra das Finanças manifestou-se esperançosa de que o Orçamento Cidadão, ora apresentado, venha a facilitar uma compreensão mais nítida e mais ampla sobre a forma como o Estado obtém e aplica os seus recursos.

“Na verdade, há já vários anos que fazemos e publicamos esta versão simplificada do OGE. Mas queremos que tenha mais visibilidade e, portanto,

mais utilidade, como forma de reforçar a literacia financeira de todas as angolanas e de todos os angolanos. Esse reforço da literacia financeira é muito importante em si mesmo, mas acreditamos que exerce um papel também muito importante para aumentar a consciência do cidadão”, sublinhou. O apelo para a adopção da consciência cidadã, de acordo com a visão da ministra das Finanças, foi no sentido de os jovens académicos passarem a ter consciência, com base em informação completa e fidedigna, sobre os seus direitos e deveres como cidadãos, para assim, participarem activa e civicamente em todas as questões da comunidade. “Cidadãos mais bem informados e mais conscientes são também cidadãos mais exigentes. Cidadão mais exigentes, munidos de conhecimento rigoroso e de informação credível, exigem mais e melhor de quem os governa e melhoram, portanto, a governação”, destacou.

Segundo a ministra das Finanças “este é um exercício de transparência por parte de quem acredita que o escrutínio consciente, informado e de boa-fé de todas as decisões melhora a qualidade dos resultados e esse é o grande propósito de qualquer pessoa que presta um serviço público”.

Por sua vez, o representante do UNICEF, Andrew Trevett, defendeu que a cooperação técnica entre o Ministério das Finanças e o UNICEF tem como base o interesse mútuo de colaboração para disseminação do OGE e do processo orçamental, tal como a participação dos cidadãos nas finanças públicas de Angola. “Esta parceria representa um passo positivo, a participação do cidadão nas finanças públicas de Angola e alberga também contribuições técnicas ao orçamento e a auscultação da sociedade civil, bem como a elaboração de estudos e análises com enfoque nas finanças e no desenvolvimento social.

## 4.3 Relatório de Execução do OGE 2020 reacende trocas de acusações entre MPLA e UNITA

*Jornal OPAÍS*

*24 De Abril de 2021*

7.<sup>a</sup> Reunião Plenária Ordinária da 4.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da IV Legislatura da Assembleia Nacional, que tinha, dentre vários temas a abordar, a discussão e votação dos projetos de resolução sobre a apreciação dos relatórios de exercício do Orçamento Geraldo Estado (OGE), referentes ao primeiro, segundo e terceiro trimestre de 2020, acabou por criar um clima de acusação entre os dois maiores partidos políticos, MPLA e UNITA, que obrigou, inclusive, o Presidente do Parlamento, Fernando da

Piedade Dias dos Santos, a exigir ordem e respeito pelo povo que assistia a partir de casa.

Depois da ministra das Finanças, Vera Daves, ter feito o enquadramento técnico da forma como o OGE foi aplicado, tendo dito que Governo registou, nos I, II e III trimestres do exercício económico de 2020, receitas de 7.7 biliões de Kwanzas e representou uma execução de 58 por cento do Orçamento Geral de Estado (OGE) revisto, a sessão seguia o seu curso normal com as primeiras duas apresentações do grupo parlamentar da UNITA, com Eduardo Dumbo e Manuel Savihemba, respectivamente.

Na sequência, seguiu igualmente

Sendiangani Mbimbi, que, logo, na sua primeira abordagem, como fez questão de repudiá-lo o presidente do Parlamento, Fernando da Piedade, fugiu do tema em abordagem quando acusou o MPLA de executar o OGE a seu favor em detrimento do sofrimento povo.

O deputado da UNITA disse que os orçamentos anuais não se reflectem na vida das populações angolanas, defendendo que o importante não é saber como os dinheiros do OGE foram gastos, mas aferir o impacto que a sua execução tem na vida das famílias.

De acordo com Sendiangani Mbimbi, ao longo dos anos, os OGE's têm servido apenas a grupos de pessoas ligados ao partido no poder, enquanto as populações continuam a debater-se com problemas de água, vias de comunicação, hospitais e outras necessidades.

No entanto, ao ver a imagem do seu partido insultada, Nvunda Salucombo, da bancada parlamentar do MPLA, pediu um ponto de ordem para relembrar as matanças que o antigo líder fundador da UNITA, Jonas Savimbi, protagonizou contra alguns angolanos.

A meio a um climatense, o presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, pediu foco aos deputados e respeito pelo público, tendo ainda apela do que adoptassem uma postura de exemplo.

Todavia, depois de ser ultrapassado o clima de tensão, ao tomar a palavra, o deputado da UNITA, Joaquim Nafóia, lamentou a facto de a Assembleia Nacional continuar a não ter poder de fiscalizar as acções do Executivo, acto que, no seu entender, fragiliza a implementação das políticas públicas.

Outrossim, deplorou o facto de o Executivo não ter acatado as recomendações dadas pela Assembleia Nacional para a implementação e definição de um conjunto de acções que visam a melhoria das condições de vida das populações. Neste sentido, apontou as recomendações dadas para a reabilitação de um conjunto de estradas que ligam o interior do país. Joaquim Nafóia afirmou que, recentemente, o órgão legislativo instou o Executivo a reabilitar o Hospital Geral da Vila de Cafunfo, na província da Lunda-Norte, mas que, até ao momento, não houve nada em concreto, tendo denunciado que, actualmente, a unidade segue sem nenhum médico, situação que, no seu entender, representa um perigo à vida das populações.

Para Joaquim Nafóia, é preciso que haja mudança de paradigma de formas tornar a execução do OGE num verdadeiro instrumento de desenvolvimento ao serviço das comunidades.

OGE contribuiu para a melhoria de vida das populações

Em resposta às inquietações da UNITA, o deputado Jesuíno Silva, do MPLA, disse que o exercício de prestação de conta é um dos pressupostos importantes de um estado de direito e democrático, tendo dito que a execução do Orçamento Geral do Estado concorreu significativamente para a melhoria devida dos angolanos.

De acordo com Jesuíno Silva, o Executivo priorizou o sector social durante o primeiro, segundo e terceiro semestre de 2020.

Conforme explicou, do conjunto de verbas estimadas no Orçamento Geral de 2020, avaliada em mais de 15 biliões de kwanzas, durante o primeiro e segundo trimestre, apesar de ser um ano pandémico, o Executivo deu prioridade ao sector social, tendo apontado que, no domínio da execução financeira, tanto no primeiro como no segundo trimestre, o Executivo priorizou o sector social devido à importância vital que tem directamente sobre a vida das pessoas.

Neste sentido, referiu a aposta do Governo em produtos da cesta básica e medicamentos, que, juntos, tiveram uma atenção de 34 por cento, enquanto que o sector da defesa, segurança e ordem pública seguiram com 27 por cento.

Por outro lado, Jesuíno Silva disse ainda que, no que toca o sector económico, o Governo deu a importância com a disponibilização de 25 por cento das receitas globais e os serviços públicos com um valor de 8 por cento.

Preservada a estabilidade social e a paz

Por seu turno, Joanes André, igualmente do grupo parlamentar do MPLA, entende que, apesar das dificuldades causadas pela Covid-19, o Executivo preservou a estabilidade social, económica e a paz, salvaguardando as obras de investimento público que, conforme disse, estão a impactar directamente sobre a vida das populações. A título de exemplo, apontou o reforço do sistema de abastecimento de água em Mbanza Congo e a electrificação da província do Zaire.

Destacou ainda a ampliação do sistema de abastecimento de água em Luanda, Huambo e Namibe, assim como a reabilitação do Hospital Sanatório do Palanca.

Para Joanes André, não é verdade que a aplicação financeira do OGE no primeiro e segundo trimestre de 2020 não tenha impacto positivo sobre a vida das populações como insinuou a UNITA. Para ele, diversas obras em vários domínios estão a decorrer, sobretudo nas províncias do Bengo, Cabinda e Cuanza-Sul, que demonstra bem o interesse do Governo em tornar o OGE num mecanismo de desenvolvimento do país.



## 5. DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 A propósito do orçamento participativo e do orçamento do município

*Novo Jornal*

*2 De Abril de 2021*

*Texto: Sérgio Calundungo*

A participação cívica é indispensável para o bom funcionamento de uma democracia e incontornável para o tão desejado desenvolvimento económico local. Em Angola, muita gente ainda não sabe, certamente que, se tudo correr como escrito no papel, o orçamento participativo e o orçamento do município poderão abrir oportunidades de participação política dos cidadãos a nível da governação local.

Embora o volume de verba destinados aos orçamentos participativos e aos orçamentos do município, tenham diminuído de valor para todos os municípios, independentemente da sua realidade concreta e possam sempre ser alvos de algumas críticas, a meu ver não devem ser pura e simplesmente ignorados, por isso sou de opinião que o orçamento participativo e o orçamento do município são mecanismos importantes, colocados à disposição da democracia participativa, de forma a permitir aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos municipais, através de processos de participação da comunidade. Os resultados poderão ser obras de infra-estruturas, bens e serviços, mas também, potenciais ganhos em termos de sentimento de inclusão, auto-estima e apropriação, o que significa que o desejo e a participação cívica não podem ser ignorados.

Se tudo correr bem e como previsto, eu acredito, que com estes instrumentos teremos pela primeira vez, a oportunidade de ter uma situação em que o poder de decisão, sobre algumas verbas públicas a serem gastas, num determinado município passam da alta burocracia, das esferas da chefia a nível municipal, provincial ou nacional, para os cidadãos, que vivem num dado município. E, se as pessoas responsáveis por materializar este processo, a nível local, provincial e nacional se empenharem de facto, para que as coisas corram como previsto na lei, eu não tenho dúvidas de que isso poderá reforçar a vontade dos cidadãos, de forma a participarem nas políticas públicas e abrir oportunidades para o surgimento de outros benefícios.

O ciclo de discussão, negociação e elaboração do orçamento participativo e do município deve passar mais ou menos pelos mesmos estágios.

Contudo é importante que as instituições do Estado, responsáveis pela implementação do orçamento participativo, estejam atentas a alguns alertas, que vêm sendo lançados. Dentre estes eu gostaria de destacar pelo menos dois, que considero imprescindíveis, para que tudo corra como o esperado. O primeiro prende-se com a necessidade do reforço da transparência, por meio da disponibilização para todos os interessados. De todas as informações referentes aos orçamentos participativos e do município, o segundo passa, pela necessidade de se observar maior prestação de contas, por parte das autoridades e dos cidadãos, que em representação dos municípios farão parte do grupo responsável pela gestão do orçamento participativo. Esses mecanismos geram confiança e melhoram a qualidade da governança nos municípios - e assim, contribuem para reduzir a corrupção e o mau gasto dos recursos públicos.

Sei que não é um processo fácil. Nestes casos surgem e surgirão sempre erros e constrangimentos, na hora da sua implementação, mas se pelo menos, por esta via conseguíssemos contribuir para o desenvolvimento de uma cultura democrática, a nível das comunidades, nos diferentes municípios e para o fortalecimento da sociedade civil ao local, através do surgimento de lideranças locais, que representam a vontade das suas comunidades e a estas prestarem contas, já teríamos dado um grande passo.

Quem, a nível do seu bairro, aldeia, comuna ou município, não gostaria de ver o orçamento local, quer este seja o que se está a chamar de participativo ou o do município a ser exposto publicamente, por meio de assembleias abertas, que ocorrem de forma regular e periódicas, feito através de acções que incluem negociação directa, entre municípios e responsáveis pelas administrações, antes de qualquer deliberação a esse respeito? Que razões podem impedir que ao longo do ciclo orçamentário a gestão seja, como até ao momento acontece, feita sem que se incluam devidamente a realização de debates, audiências e consultas públicas? Estou consciente de que não existe uma receita, que se possa aplicar da mesma forma, em todos os municípios deste país, para o funcionamento do orçamento participativo e para o orçamento do município. Cada situação local será diferente da outra. Afinal de contas a realidade de um município, como Talatona é bem diferente de um outro, como o do Curoca. Mas geralmente o ciclo de discussão, negociação e elaboração do orçamento participativo e do município deve passar mais ou menos pelos mesmos estágios. O que seria

importante reflectir é se os mecanismos que visam assegurar a participação de todos e de todas, se os valores financeiros em questão e se as habilidades...

## 5.2 Contextos, conceitos e problemas

*Jornal de Angola*

*11 De Abril de 2021*

*Texto: Luís Kandjimbo*

Os contextos e conceitos de poder tradicional, bem como a sua justificação, estão na ordem do dia entre nós, se tivermos em atenção as recorrências do debate político mediatizado.

Chega-se rapidamente à conclusão de que a tematização do poder tradicional e do poder local constitui o centro de uma certa, muitas vezes fraca e assimétrica, dialéctica argumentativa. O pecado mortal das pretensas dialécticas argumentativas reside no facto de não se atribuir qualquer importância à segurança enunciativa de quem opera com os conceitos e seus sentidos nas línguas que são usadas pelas diversas comunidades angolanas.

Tal fragilidade decorre de uma simples constatação. Entre nós, não são conhecidos os problemas debatidos em África sobre as realidades comuns. Contrariamente ao que sucede em muitos países africanos, alguns independentes há cerca de seis décadas, outros com menos tempo, no contexto angolano o poder tradicional e as autoridades tradicionais não suscitaram ainda o debate que se deseja. Quando se fala da governação descentralizada, o centro das atenções é o poder local, no sentido eurocêntrico do conceito, na medida em que a sua conceptualização exclui o poder tradicional e as suas fontes de legitimação. Como compreender que em certo domínio do saber jurídico, não se tenha pleno conhecimento dos modos de legitimação do poder tradicional?

### Poder tradicional e o debate

Para ilustrar a ideia enunciada, segundo a qual o poder tradicional ainda não suscitou ainda o debate que se deseja, pode ser útil acompanhar dois filósofos africanos, Albert Kasanda e Olufemi Taiwo (na imagem), a que se juntam cientistas políticos e especialistas de relações internacionais, cujas obras e ideias são mal conhecidas em Angola. Além daqueles dois, estou a referir-me ao ugandês Mahmood Mamdani, nigeriano Eghosa E. Osaghae e democrata-congolês Tukumbi Lumumba-Kasongo.

Esta ignorância epistémica é uma consequência da glossobalcanização que já aqui denunciei em outras ocasiões. Aliás, não é exclusivamente angolana. Dele têm a perfeita consciência outros cidadãos africanos lúcidos. A minha experiência mais recente a este respeito ocorreu nos últimos oito anos, durante as sessões de trabalho do Comité Científico Internacional da UNESCO para a Redacção da História Geral de África (volumes IX, X e XI). Dos seus quinze membros, apenas seis eram verdadeiros políglotas, por serem igualmente falantes da língua portuguesa. De resto, a comunicação não era nunca realizada em qualquer língua africana. Por conseguinte, sobre as cabeças africanas paira sempre o espectro do empréstimo cognitivo desprovido da sua dimensão cultural.

Portanto, a glossobalcanização é um problema que merece ser tópicamente de conversa para aqueles que atribuem algum valor às culturas, às línguas e aos conceitos elaborados através da sua mediação. Pode dizer-se que é uma problemática relevante da geopolítica das línguas. Mas, na verdade, deve especialmente ser considerado como um problema susceptível de mobilizar a atenção dos que se ocupam do exame racional e crítico do aparato teórico e conceptual que sustenta a política. Mesmo assim não abundam. Por isso, há que reconhecer a escassez de publicações no domínio da filosofia política.

Mas, tanto quanto julgo saber, não é apenas esse problema que solicita a atenção do congolês-democrata Albert Kasanda e do nigeriano Olufemi Taiwo ou de outros que mencionei. Todos manifestam um interesse particular por problemas respeitantes à justificação do poder, à renovação e reconceptualização dos fundamentos da filosofia africana, bem como à filosofia política do período pós-independência. Como questão preliminar estes autores introduzem uma reflexão acerca das fontes negligenciadas da filosofia política africana, entre as quais se incluem a música, as artes visuais e a literatura. A este propósito, Albert Kasanda vai mais longe. Considera mesmo que a marginalização das literaturas africanas constitui uma grave atitude preconceituosa.

Para o que interessa ao tópico da conversa, Albert Kasanda identifica três preocupações essenciais para a filosofia política africana, nomeadamente, (1) o bem-estar dos cidadãos africanos, (2) natureza e justificação do poder e (3) o modelo adequado de organização social e política.

Por força da articulação destas três perspectivas analíticas propostas, Olufemi Taiwo vem dizer que nesse sentido qualquer concepção da natureza humana, por mais grosseira que seja, pode ser

pertinente relativamente aos fins que se prossegue em qualquer ordem política. Em seu entender, nenhuma ordem política pode escapar suposições sobre o tipo de seres humanos que beneficiam das articulações resultantes de tal concepção. É indispensável considerar os princípios metafísicos relativos à natureza humana defendidos por vários filósofos políticos africanos no período pós-independência. Por isso, para Olufemi Taiwo a uma outra questão central da filosofia política à qual os pensadores africanos devem continuar a dar respostas é a seguinte: se nem todos podem, governar, quem pode governar?

### Legitimação

As respostas a semelhantes questões conduzem-nos a nossa conversa às fontes negligenciadas da legitimação do poder tradicional que, entre nós, alguns os juristas qualificam como autocrático, representativo, mas sem base democrática. Tais qualificações constituem formas de marginalização que, como autodefesa, permitem que as autoridades tradicionais reajam através de mecanismos endógenos que escapam ao domínio do Estado e ao conhecimento dos seus agentes. O cientista político nigeriano Eghosa E. Osaghae trata desta matéria quando, ilustrando com exemplos da Nigéria, se debruçou sobre estratégia de "afastamento" dos cidadãos do campo dominado pelo Estado, sendo as relações de parentesco o mecanismo fundamental de tal atitude e outras formas de solidariedade e ajuda mútua. Mas isso revela apenas o fracasso dos Estados independentes, que é semelhante ao fracasso do Estado colonial.

Na mesma senda, Tukumbi Lumumba-Kasongo aborda a necessidade de reconceptualização do Estado em África, enquanto agente do desenvolvimento. Tal esforço tem em vista a elaboração de novas definições de cidadania e novos conceitos de territorialidade em termos jurídicos, políticos e económicos. Lumumba-Kasongo entende que prevalece, no nosso continente, uma confusão multidimensional sobre uma agenda de progresso social. Por essa razão, defende a revisão dos conceitos de Estado e desenvolvimento, à luz das lutas actuais que devem dar lugar à multipolaridade nas relações internacionais.

Portanto, tal como em outros continentes, o bem-estar dos cidadãos africanos é também o fim último da política em África. Mas revela-se necessário igualmente reflectir sobre a natureza e justificação do exercício do poder e os modelos adequados de organização social e política. Resumem-se aí as grandes linhas em que se pode analisar as tarefas que

ao nível do pensamento devem ser levadas a cabo, permanentemente.

Como se pode calcular, o problema subjacente à definição do conceito de poder tradicional deve ser levado a sério para que ao Estado, aos seus agentes e às elites políticas angolanas não se impute a responsabilidade de impotência perante a importância de organizações políticas comunitárias cuja resiliência tem outros fundamentos. Na verdade, a "retradicionização" ou "ressurgimento das autoridades tradicionais", como alguns especialistas pretendem denominar o fenómeno, não pode ser mérito do Estado, sob pena de se reduzir a história de Angola à exclusiva narrativa produzida sobre o triunfo do Estado moderno de tipo ocidental. O reconhecimento formal das instituições do poder tradicional, nos termos do artigo 223º da Constituição da República de Angola, deveria dar lugar ao abandono do positivismo jurídico dominante na análise do fenómeno. O que parece defensável é a advocacia de estudos interdisciplinares urgentes. Se for conferida a devida importância à conflitualidade histórica entre a antropologia missionária protestante e a antropologia colonial em Angola, compreender-se-á a razão por que ainda hoje subsistem ignorâncias epistémicas sobre os processos de legitimação do poder tradicional. Talvez fosse interessante trazer à conversa uma questão já muito debatida em África. Estou a referir-me à formulação do filósofo ganense Kwasi Wiredu acerca da "democracia consensual" ou "democracia deliberativa". Entre nós, o tema, ou seja, a "democracia do ondjango", foi tratado pela filósofa Arminda Fernando Filipe. Por isso, faz sentido a leitura ou releitura do seu livro.

No dizer de Arminda Filipe, a democracia tradicional significa poder participativo de todos os cidadãos cuja autoridade é exercida por aqueles que a comunidade designa. Assim, a democracia contemporânea em África deve ter em conta a singularidade e o contexto cultural dos povos africanos. Há aqui uma proposta interessante para debate no âmbito da filosofia cultural e da filosofia social. O relativismo cognitivo deve ser trazido à mesa da conversa. A este propósito, seria sugestivo dialogar com Polycarp Ikuenobe que encontra virtualidades no relativismo. Não podendo ser apenas autorefutante, o relativismo, no seu entender, permite descortinar uma variante moderada do relativismo cognitivo segundo o qual a justificação do conhecimento, enquanto crença, é sempre contextual. Depende de alternativas relevantes cuja adequação realiza-se através de conexões de carácter cultural, social, pragmático. Seria caso para dizer que a operacionalização do conceito de poder tradicional,

no contexto do Estado moderno, implica uma crítica e um diálogo sobre crenças dominantes a seu respeito, entre diferentes pessoas, em diferentes culturas e contextos.

### 5.3 UNITA volta a apontar vantagens das autarquias

*Jornal de Angola*

*12 De Abril 2021*

*Texto: Adolfo Mundombe*

A vice-presidente da UNITA defendeu, sábado, no Huambo, a realização de eleições autárquicas em simultâneo em todo o território nacional, considerando que o processo “trará melhoria nas condições de vida e bem-estar das populações”, pelo que adianta estar-se-á “a retardar o desenvolvimento” sócio-económico do país.

Arlete Chimbinda, que discursava num acto político alusivo à abertura do ano político 2021, disse que “o impedimento” pela não realização das autarquias está do lado do Governo, que “não está a criar as condições” para a sua materialização, causando, com isso, o aumento das assimetrias regionais. A também deputada pediu aos militantes e simpatizantes do partido a “arregaçar as mangas” para o trabalho que visa “a alternância do poder no país”.

“Angola não pode ser um país de sonhos adiados”, considerou Arlete Chimbinda, para quem “é preciso acudir o país” para que “os angolanos não vivam como enteados e sem ser valorizados”. Para a vice-presidente da UNITA, os militantes deste partido devem saber que 2021 deve ser considerado o ano crucial para as transformações políticas para mudar a esperança dos angolanos. “Esta manifestação só é possível se, em conjunto, nos empenharmos na mobilização para o voto”, disse.

#### Melhoria na Saúde

Arlete Chimbinda exortou o Governo a criar melhores condições sociais e de trabalho para os profissionais de Saúde, para que possam corresponder, positivamente, com a demanda dos cidadãos que afluem às unidades sanitárias em todo o país.

#### Processo contra Rui Galhardo

Uma equipa de advogados do presidente da UNITA, Adalberto Costa Júnior, procedeu, na sexta-feira, a entrada, junto da Procuradoria-Geral da República (PGR), de um processo-crime contra o militante Rui

Galhardo Silva, indica a assessoria de imprensa da presidência do partido.

“São substantivas as provas materiais reunidas, que se encontram em suporte audiovisual e doutra natureza, entregues em anexo ao processo que deu entrada junto daquele órgão de promoção da justiça penal em Angola”, refere a nota da assessoria de imprensa de Adalberto Costa Júnior.

De recordar que Rui Galhardo também fez entrega ao Serviço de Investigação Criminal (SIC), no mês de Março, de uma queixa-crime contra Adalberto Costa Júnior, por alegado incitamento ao seu linchamento, na província do Uíge.

Segundo Galhardo, esse facto teria ocorrido por altura das celebrações dos 55 anos da fundação da UNITA, depois de ter sido acusado por alguns militantes de ser portador de armas de fogo, no carro.

A denúncia, entretanto, já foi desmentida pela Polícia Nacional, depois de um serviço de peritagem que não apurou a existência de qualquer armamento na viatura.

### 5.4 Autoridades tradicionais denunciam «falhas» nos subsídios que recebem do estado

*Novo Jornal*

*16 De Abril de 2021*

*Texto: Teresa Fukiady*

Autoridades tradicionais - nomeadamente reis, regedores ou sobas grandes, sobas e seculos -, denunciaram ao Novo Jornal graves irregularidades no pagamento dos subsídios que deviam auferir, todos os meses, do Estado. Queixam-se, também, de atrasos constantes e dizem não saber a quem se queixar.

Os sobas reagem a uma informação do Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (MCTA), segundo a qual o País gasta cerca de 755 milhões de kwanzas, mensalmente, com o pagamento de subsídios a 40 mil autoridades tradicionais distribuídas pelo País.

Noutras palavras, o Estado chega a gastar, por ano, perto de 9,1 mil milhões de kwanzas com tais subsídios. O gasto total (755. 130. 986,29 Kz), se dividido pelas 40.075 autoridades tradicionais cadastradas, permite, a cada um, receber um subsídio mensal de 18.842,9 kwanzas e 226.115,3 Kz, anualmente. Em conversa com este semanário, algumas autoridades tradicionais asseguram que “o

subsídio é irregular" e que chegam a ficar vários meses sem os receber.

"No ano passado, por exemplo, ficámos 10 meses sem receber, só recebemos em Novembro e, neste ano, ainda nada recebemos", esclarece a fonte.

Outra fonte, soba numa localidade da província de Luanda, afirma que o valor do subsídio que auferem não é uniforme, que varia em função da região. Por exemplo, conta que em Luanda o subsídio é maior em relação ao Kwanza-Sul.

"Há sobas que não recebem o dinheiro há cerca de dois anos, mesmo estando inscritos", frisa.

A situação já foi comunicada ao MCTA, mas os "sobas" não receberam feedback. Ministério da Cultura não sabe quem paga os «sobas»

Este semanário consultou o Orçamento Geral do Estado (aGE) dos anos 2018, 2019 e 2020, a fim de obter informações sobre a verba disponibilizada para os referidos subsídios, mas sem sucesso. Questionou ao MCTA, que também não conseguiu responder.

No MCTA, o NJ indagou a directora Nacional das Comunidades e das Instituições do Poder, Rosa MeIo, que avançou não saber a proveniência do referido orçamento.

Já o director do Gabinete Jurídico do MCfA, que inclusive já esteve nas vestes de secretário de Estado para a Cultura, Aguiñaldo Cristóvão, também alegou desconhecer a situação. A secretária do MCfA avança que a verba nem sequer está orçamentada e que o pagamento é feito pelo Ministério das Finanças, mas esse, por último, alegou ser competência do organismo.

## 5.5 Lixo na capital é um exemplo da necessidade das autarquias

*Jornal de Angola*  
16 De Abril de 2021  
Texto: Edna Dala

O Grupo Parlamentar da UNITA apontou, ontem, a crise do lixo em Luanda como um exemplo da necessidade de institucionalização das autarquias locais.

"A crise do lixo que assola Luanda é mais uma prova de que a descentralização político-administrativa, por via da institucionalização do Poder Local Autónomo, é fundamental para se corrigir muitas das distorções e disfunções que caracterizam, hoje, a Administração

Pública", afirmou o presidente do Grupo Parlamentar da UNITA.

Liberty Chiyaka falava durante uma conferência de imprensa que serviu para falar sobre o pedido de audição aos ministros da Cultura, Turismo e Ambiente, Saúde e à governadora de Luanda, remetidos, recentemente, ao presidente da Assembleia Nacional, devido à problemática do lixo na província. Para a UNITA, a institucionalização do poder local vai permitir, igualmente, a existência de um novo modelo de recolha, tratamento e gestão dos resíduos sólidos, de modo autónomo, transparente e descentralizado, cuja competência a Constituição atribui às autarquias locais. "A situação a que chegamos é demasiado grave para nos mantermos indiferentes a ela", considerou Liberty Chiyaka, para quem o dever de cidadania "interpela-nos a que instemos os governantes a tomarem medidas enérgicas no sentido de estancar a crise do lixo em Luanda, quando os cidadãos pagam uma taxa específica para financiar o sistema de recolha de resíduos sólidos".

### Responsabilização política

O Grupo Parlamentar da UNITA solicitou a intervenção do Presidente da República para responsabilizar política e administrativamente a governadora de Luanda. Liberty Chiyaka solicitou, também, a criação de uma "task force" com atribuições para anular o último concurso público promovido pelo Governo Provincial de Luanda, que terá seleccionado empresas sem capacidade técnica para a tarefa contratada.

## 5.6 Líderes religiosos defendem originalidade na proposta de revisão da Constituição

*Jornal O PAÍS*  
17 De Abril de 2021  
Texto: Neusa Filipe

O processo de auscultação institucional sobre a proposta de Revisão Constitucional submetida à Assembleia Nacional pelo Presidente da República juntou, ontem, os deputados e as diferentes instituições religiosas para a recolha de contribuições.

Na ocasião, as diferentes instituições religiosas, por via dos seus representantes, levantaram, entre outras questões, a fiscalização da Assembleia Nacional aos actos do Executivo, a definição do gradualismo nas Autarquias Locais, a liberdade de religião, a laicidade do Estado e a matriz cristã do país.

Os líderes religiosos, que engrandeceram a iniciativa do Presidente da República, comprometeram-se em entregar, nos próximos dias, as suas contribuições escritas, e, defendem que a Constituição da República deve assentar na realidade e na cultura angolana para que a mesma não seja um documento estranho à realidade angolana.

A secretária-geral do Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA), Deolinda Teca, pediu uma melhor clarificação e definição do gradualismo geográfico e funcional na materialização das eleições autárquicas.

A responsável apelou a Assembleia Nacional a dedicar mais tempo às comunidades para que as mesmas consigam entender os dois tipos de modalidades para que, quando chegar o momento, todos possam participar conscientes daquilo que estarão a fazer, sugerindo ainda maior cautela nas questões ligadas à fiscalização e a separação de poder.

Abrangência às questões religiosas.

Por seu lado, o apóstolo Elias Pedro, do Fórum Cristão Angolano, defendeu abrangência às questões religiosas sobretudo as referentes à liberdade de religião e de culto.

Também em representação da Igreja Kimbanguista, Garcia Sumbo, referiu que o artigo 10º da Constituição sobre o Estado de laicidade deve ser revisto, por entender que o mesmo apresenta consigo algum vazio.

O prelado defendeu, igualmente, uma revisão ao artigo 14º que alega estar em conflito com o artigo 15º sobre a lei de terras.

Na questão ligada ao poder local, a Sociedade Bíblica de Angola, defendeu, na voz da sua representante, Beatriz Ferreira, a legitimidade das entidades tradicionais.

“A nossa contribuição vem no sentido de se garantir no texto constitucional a referência de que, a autoridade tradicional deve ser legitimada pelas populações porque, pelo direito costumeiro, temos estado a verificar que as autoridades tradicionais são excessivamente legitimadas pelas autoridades Estatais e não pela própria comunidade”, disse.

A responsável sublinhou, por outro lado, a necessidade de se clarificar o formato da autoridade tradicional em sede do poder local e ainda a questão sobre a soberania representativa dos Tribunais Superiores, alegando que as alterações que se pretende introduzir ao seu artigo podem representar um retrocesso ao Estado Democrático.

Por sua vez, Luís Nguimbi, do Fórum Cristão Angolano, referiu que a Constituição angolana deve enquadrar bem as instituições religiosas, introduzindo na redacção o facto de a Igreja ter acompanhado o surgimento histórico de Angola. “Foi a Igreja que bateu o pé contra a colonização, mas tem sido ignorada na Constituição. Queremos aparecer na Constituição como elementos de história”, reivindicou.

## 5.7 Defendido maior empenho das autoridades tradicionais

*Jornal de Angola*

*19 De Abril de 2021*

*Texto: Flávia Massua*

O vice-governador da Lunda-Sul para o sector Político, Social e Económico, Mendes Gaspar, apelou ontem às autoridades tradicionais a intensificarem a colaboração com os órgãos do Estado, tendo em vista a melhoria das condições de vida das comunidades em que estão inseridas.

Ao intervir na abertura do encontro sobre "Cidadania e Segurança Pública", Mendes Gaspar estendeu o apelo aos membros da sociedade civil, sublinhando a necessidade de existir uma cidadania activa e participativa. Segundo o vice-governador "um cidadão deve ser autónomo e ao mesmo tempo solidário".

No encontro promovido pelo Centro de Estudos para Boa Governação em Angola (UFOLO), Mendes Gaspar referiu que a segurança pública é uma das premissas fundamentais para a salvaguarda da sociedade.

O director adjunto da Escola de Polícia do Capolo, afecta ao Comando Nacional da corporação, António Pinduca, defendeu a mudança de mentalidade sobre o pensamento de que o polícia é inimigo do povo.

Reconheceu que tem havido excessos em algumas actuações policiais, razão pela qual decorrem no país sessões de formação para incutir nos efectivos a ideia de que "existimos para a protecção das comunidades e pelo cumprimento escrupuloso da Constituição da República".

Convidado para dissertar o tema, "Situação socioeconómica na região diamantífera das Lundas", o Rei Lunda Txokwe, José Esteves Muacanhica, destacou os níveis acentuados de pobreza nas comunidades adjacentes às zonas de exploração de diamantes da região, níveis gritantes de desemprego

da juventude da Região Leste e estado avançado de degradação das vias de acesso.

Apelou à concretização da implementação do caminho de ferro até à província da Lunda-Norte, para facilitar o transporte de pessoas e mercadorias. Isso, disse, também facilitaria as trocas comerciais, reduzindo a fome e a pobreza.

Depois de efectuar trabalhos do género nas províncias da Huíla, Benguela e Lunda-Norte, o presidente do UFOLO, Rafael Marques, reconheceu o baixo desenvolvimento vivido na Região Leste, pelos trabalhos de pesquisas de várias ordens desenvolvidos há anos.

\* Com a Angop

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Emolumentos do registo predial e notariado: Taxas ou imposto? Substancia vs forma

*Jornal Expansão*  
2 De Abril de 2021

Se devemos obediência à lei, e sem sombra de dúvidas assim deve ser, quanto mais não seja à matter lege, a Constituição da República!!!

A entrada em vigor do Decreto Executivo Conjunto n.º 58/21 de 4 de Março, dos Ministérios das Finanças e da Justiça e dos Direitos Humanos, actualiza as taxas dos actos notariais e do registo predial, viabilizando a abertura da campanha de massificação de âmbito nacional para o Registo Predial, dirigida pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, órgão tutelar das conservatórias do Registo Predial e Cartórios notariais.

É digna de reconhecimento a acção, no sentido de se tentar inverter o quadro que grassa a condição jurídica do parque imobiliário nacional, da dificuldade que os cidadãos e empresas enfrentam no registo da titularidade das suas casas e terrenos, abrindo-se aqui uma oportunidade. Até porque o relatório de fundamentação do referido diploma, aponta como uma das maiores vicissitudes registadas no processo de registo da propriedade, os valores das taxas actualmente cobradas pelos Cartórios Notariais e Conservatórias do Registo Predial.

Nos termos do diploma, a actualização das taxas consubstancia-se na fixação ou redução dos emolumentos para 25.000 Kz (actos notariais) e 25.000 Kz (actos do registo predial) de modo a facilitar e estimular os cidadãos ao registo dos seus imóveis.

Mas é exactamente esta facilitação e estímulo aos cidadãos para o registo dos seus imóveis que se afigura necessário aclarar, o facto de que não se trata de todos e/ou quaisquer imóveis, mas apenas daqueles imóveis do Estado que se constituem ou transmitem a particulares e empresas pela primeira vez, o que, em nosso entender, parece ferir os princípios da igualdade e até da concorrência, visto que estes actos conferem o nobre e elementar direito de propriedade sobre todo e qualquer imóvel e não apenas sobre os imóveis do Estado. Portanto, o princípio da igualdade face aos imóveis de cidadãos

que não tenham adquirido ao Estado parece-nos aqui violado.

Por outra, o Estado, ao transmitir para os particulares ou empresas, fá-lo em regra na qualidade de privado. Por ser um acta de comércio é regido pelo direito privado como acontece aos particulares ou empresas quando assim procedem. Por este facto, afigura-se concorrência desleal face ao particular e empresa que, de igual modo, procede à venda ou promessa de venda de imóveis, não tendo "facilidade" idêntica no acta de registo destes imóveis.

Importa notar que a referida actualização é temporária, vigorando por um período de 18 meses, contados desde a entrada em vigor do Diploma, findo o qual as taxas voltam aos termos "regra" do Decreto Presidencial nº 301/19 de 16 de Outubro.

Vale lembrar que, nos termos deste diploma, o registo de um imóvel com valor acima de 100.000 Kz e até 200.000 Kz a taxa a pagar é de 120.000 Kz, sendo a taxa progressiva em função do valor do imóvel.

Pois, é pela progressividade dos emolumentos, fixados na tabela, que procuramos debitar o nosso entendimento e reflexão sobre as características dos impostos e das taxas, de modo a identificar com clareza se estamos em presença de um ou de outro tributo.

Ora bem, em termos simples, temos o imposto como sendo uma prestação patrimonial unilateral e definitiva estabelecida por lei a favor de uma pessoa colectiva de direito público para prossecução de fins públicos que não constitui sanção de um acta ilícito.

As taxas são, nos termos da alínea a) do nº 1 do artº 4.º da Lei nº 7/11 de 16 de Fevereiro, sobre o Regime Geral das Taxas, prestações avaliáveis em dinheiro, exigidas por uma entidade pública como contrapartida individualizada pela prestação concreta de um serviço público, pela utilização de um bem do domínio público, ou pela remoção de um obstáculo jurídico à actividade dos particulares.

Como características distintivas entre os referidos tributos, temos a bilateralidade, na taxa, diversamente do que ocorre no imposto que tem carácter unilateral as taxas, face à prestação do particular a favor do Estado e demais entes públicos existe uma contraprestação específica, a prestação de um serviço público, no caso os emolumentos devidos pelos serviços de registo predial e notariado.

Esse traço identitário da unilateralidade e bilateralidade do tributo tem sido considerado doutrinariamente, como a grande bússola, para



determinar se estamos em presença de um imposto ou de uma taxa. No entanto, não esgota o seu objecto, que é mais específico.

Enquanto os impostos obedecem ao princípio da legalidade fiscal, - tendo como medida o princípio da capacidade contributiva, que assenta na capacidade económica do contribuinte e nos benefícios que aufera, as taxas guiam-se pela lei de autorização legislativa emanada pela Assembleia Nacional e pela Lei nº7/11 de 16 de Fevereiro, que estabelece o Regime Geral das Taxas, tendo como medida o princípio da proporcionalidade, que tem o objectivo de aferir a compatibilidade entre os meios e os fins da actuação administrativa, para evitar estatuições abusivas.

A taxa tem de ser proporcional ao serviço especificamente prestado, não devendo ultrapassar o custo da actividade pública ou o benefício auferido pelo particular, termos do artº 9.º do Regime Geral das Taxas, dispondo o nº 3 do artº 16.º, que, para a determinação do montante das taxas, consideram-se os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, a amortização do imobilizado e, consoante os casos, os custos necessários para garantir a manutenção e um desenvolvimento razoável do serviço ou actividade, por cuja prestação ou realização se exige a taxa.

Resumindo, para sabermos se do ponto de vista jurídico-constitucional estamos diante de um imposto ou diante de uma taxa, bastará procedermos ao teste da sua medida, que nos informa estarmos perante um imposto se este só poder ser aferido com base na capacidade contributiva do contribuinte;

Ou diante de uma taxa se for susceptível de ser aferida com base na referida ideia da proporcionalidade, sendo que dois critérios são considerados, o da bilateralidade e o da proporcionalidade, não bastando que tenha carácter bilateral, exigindo-se a proporcionalidade do tributo pago à contraprestação específica.

Eis a Vexata Quaestio

Pois, os "emolumentos" cobrados pelos serviços de registo predial e notariado descritos no Decreto Presidencial n.º 301/19 de 16 de Outubro estão dispostos de modo a enquadrá-los como impostos e não como taxas, por fazerem depender os valores cobrados pelo serviço de registo predial e notariado ao valor do imóvel descrito pelos requerentes.

De forma que o montante dos emolumentos está estabelecido em função da capacidade contributiva revelada na solicitação desses serviços pelos

respectivos requerentes e não pelo custo do serviço específico e efectivo do registo predial ou do serviço notarial prestado. Portanto, pelo menos em termos jurídico-constitucionais, estamos em presença de matéria de impostos, que são aferidos pela capacidade económica do contribuinte.

Recomenda-se, com efeito, a inversão do figurino e conformação à lei e aos cânones da ciência da tributação, conferindo de facto o cariz da proporcionalidade aos emolumentos do registo predial de modo a conferir justiça tributária, que no fundo configura-se o bastão da legitimação da nobre, mas árdua e ingrata missão de tributar.

Tributar sim, mas tributar com justiça!!!

## 6.2 Governo sem dinheiro 'empuera' conclusão das obras para construtoras

*Jornal Expansão*  
2 De Abril de 2021

O ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território (MINOPOT) vai lançar, no dia 12 de Abril, o concurso público para a reabilitação de 6.145 habitações, entre apartamentos e vivendas, das centralidades "Vida Pacífica e KK 5800", na província de Luanda.

As infraestruturas públicas, que agora carecem de reabilitação, estavam sob alçada dos generais Kopelipa e Dino. Mas, no âmbito da recuperação de activos do Estado, a posse legal dos imóveis habitacionais apreendidos na Urbanização Vida Pacífica e KK 5800 passou para a esfera do Estado, tendo sido constituído fiel depositário o MINOPOT, que, por sua vez, delegou a gestão e alienação do referido património ao Instituto Nacional de Habitação (INH).

O ministro Manuel Tavares de Almeida, na sua intervenção num encontro de auscultação para a revisão dos preços das empreitadas e a reabilitação dos edifícios públicos, realizado há uma semana, disse que, dada a actual situação financeira do país, o recurso deverá passar pela parceria público-privada.

Por falta de verbas para financiar as obras, o governante admitiu que, como moeda de troca, as construtoras que aderirem ao processo terão a atribuição de alguns edifícios, que o Estado pretende colocar à disposição da população. O responsável disse ao Expansão que os bancos comerciais, associações e consórcios de empresas, desde que tenham capacidade técnica e financeira, podem

participar. Sem revelar o custo total para a reabilitação das habitações, o governante explicou que o projecto é uma oportunidade de negócio atractivo e pode satisfazer os interesses do Estado e dos investidores.

Algumas empresas construtoras presentes no acto mostram-se cépticas em relação ao modelo de parceria com o Estado, por considerarem o negócio "arriscado". Ou seja, como os inquilinos do Estado têm um período de 30 anos para pagar as habitações, as empresas não querem embarcar no processo porque o retorno do investimento vai ser muito demorado. "Já vimos vários modelos caírem por terra por falta de rigor nos processos de aquisição das habitações, por isso é que existe esta desconfiança. A única solução para as pessoas aderirem a este programa é o crédito bancário" disse um empresário.

Victor Panzo

### 6.3 “É preciso que a Polícia tenha a calma necessária para não responder à provocações”

*Jornal O País*

*10 De Abril de 2021*

Tendo em atenção o título da sua obra, “O uso da força no exercício da função policial Aspectos jurídicos e técnico-policiais”, a primeira questão que coloco é: em que circunstâncias é permitido o uso da força durante a acção policial?

Bem, não pretendo dizer tudo o que está no livro porque corro o sério risco de as pessoas não o comprarem, mas devo dizer que é preciso ter em conta que a actuação policial quer de proactividade ou de repressão, ela é destinada a pessoas. Estas pessoas têm direitos, liberdades e garantias. Logo a actuação policial deve ser devidamente calculada, sob pena de cair em excessos.

Nestes casos, muito se tem questionado sobre a desproporcionalidade dos meios empregues. O que tem a dizer a respeito?

Olha, essa questão é bastante complexa, porquanto um dos pressupostos a ter em conta no uso da força por parte das forças dessegurança é a proporcionalidade das medidas. Os meios de defesa devem ser proporcionais aos meios de ataque. Mas é justamente nesse ponto onde reside o problema. Como se avalia essa proporcionalidade? Como verificar se os meios são ou não proporcionais? Por exemplo, quando se apedreja uma esquadra policial, a resposta deve ser feita com meios idênticos? É claro

que não, mas ainda assim há que se analisar como defender sem ir para além do estritamente necessário

Existem critérios para legitimar o uso da força?

Claro que existem critérios legais para utilização da força, aliás o princípio basilar da actuação policial em democracia é o princípio da legalidade.

Desde logo, a legítima defesa do próprio agente ou de terceiros, mas também o estado de necessidade. Por outro lado, é preciso ter em conta que a segurança é uma tarefa fundamental do Estado e por isso o Estado tem o monopólio da segurança pública, embora os cidadãos possam e devem participar na sua própria segurança coadjuvando as forças de segurança.

Sendo a utilização da força a última ratio, quais são as outras formas ou meios que a antecedem? Eu espelho no livro um conjunto de aspectos a ter em conta antes da utilização do uso da força, que só deve ocorrer em última ratio. Mas não basta utilizar a força em última ratio, é preciso que, ainda assim, sejam observados os princípios da mínima intervenção, da adequação e da proporcionalidade. No livro esmiuçamos bastante esse assunto.

A obra nos leva a reflectir sobre a razoabilidade do uso da força. Olhando para a sua experiência policial, é possível ter em conta este critério durante a acção policial?

(risos)... Eu percebo a sua pergunta. A profissão policial é nobre mas é muito difícil. O polícia tem de possuir certas virtudes como a paciência, justiça, prudência, por exemplo. A questão da razoabilidade tem de ver com a proporcionalidade dos meios em uso que atrás expliquei. Portanto, é possível aplicar sim, mas tenho de admitir que não é fácil.

Pode falar-nos sobre alguns dos limites impostos para a utilização da força policial?

Desde já, tal como disse há pouco, a Polícia só pode fazer aquilo que consta na lei. A legalidade cria uma grande baliza na forma de actuar da Polícia, ou seja, enquanto o cidadão pode fazer tudo o que não seja proibido, a Polícia só pode fazer o que lhe é permitido. Mas há mais princípios a ter em conta, como a igualdade, a proporcionalidade, a boa-fé, a prossecução do interesse público, etc.

Neste livro podemos encontrar directrizes sobre como a Polícia Nacional pode cumprir a sua sublime missão constitucional de garantir a ordem e a tranquilidade, em momentos de manifesta

## 6.4 O sector da construção como alavanca do desenvolvimento sustentável

*Jornal de Angola*

*13 De Abril de 2021*

Com a recessão e declínio dos níveis de actividade económica nos últimos anos, o sector imobiliário e da construção sofreu um grande revês, reflectido no recrudescimento da actividade, que, no 1º trimestre de 2017, registou uma taxa de crescimento de 4,8% e, no 1º trimestre de 2020, de cerca de 2,9%.

O sector imobiliário e o da construção assumem-se como verdadeiras alavancas da actividade económica, pois, ao contrário do sector petrolífero e de outros de actividade, funcionam como molas propulsoras, influenciando variadas actividades económicas, desde a indústria extractiva à transformadora, com destaque para a construção de cerâmicas, vidros, carpintaria, marcenaria, tintas, etc.

O sector imobiliário tem uma importância económica e social crucial. Considerando o crédito à construção e o crédito à actividade imobiliária alavancas para o crescimento económico, esses volumes de empréstimos oriundos da banca representaram, em 2019, cerca de 1.250 mil milhões de Kwanzas, correspondendo a 25% do crédito bruto concedido.

Para percebermos a relevância deste sector, é importante reter que a necessidade de infra-estruturas, habitação própria e habitação social e condigna é um tema permanente das sociedades modernas, que apela fortemente ao investimento. Mesmo em períodos de crise, é importante que o sector privado encontre soluções capazes de garantir o aumento da oferta, quer em infra-estruturas, quer de equipamentos habitacionais dirigidos aos diversos segmentos de mercado.

É importante referir que o sector enfrenta um ciclo recessivo, decorrente da situação macro-económica e da pandemia da Covid-19, em que o preço dos imóveis estabilizou relativamente e o poder de compra dos consumidores decresce, em função do actual quadro macro-económico e das políticas restritivas de acesso ao crédito bancário.

É evidente que a recuperação do sector imobiliário depende fundamentalmente da melhoria dos indicadores macro-económicos, porque, apesar de existirem grandes potencialidades, é preciso que o cidadão ganhe poder de compra, num mercado que depende sobremaneira do crédito e das taxas de juro praticadas, que inviabilizam a sua expansão.

O mercado imobiliário dificilmente irá realizar a retoma significativa, sem a redução da inflação e da taxa de juros, que devem baixar significativamente, para que seja mais fácil ao cidadão adquirir os seus imóveis e aos empresários participarem, de uma forma mais activa, no seu desenvolvimento. Porém, também espera-se pelo relançamento das empresas que fornecem as matérias-primas para o sector da construção e a estabilização de preços, uma vez que, no pico da pandemia, verificou-se uma baixa na produção de insumos, com impacto no aumento dos preços dos materiais e dos projectos de construção.

A recuperação do sector suscita grande expectativa, porque existem muitas distorções de mercado que ainda persistem e fazem com que o mercado, em alguns casos, apresente uma certa sobrevalorização de activos, que precisam de ser corrigidos.

No passado, os grandes movimentos migratórios intra-territoriais davam-se sobretudo do campo para a cidade. Hoje, esta tendência inverte-se, graças a certas conquistas no plano tecnológico e também pela incapacidade das grandes cidades poderem realizar o sonho de cidadãos que viam nas cidades a possibilidade de oferecer melhores condições de vida, movimentos esses que permitirão, a curto prazo, o aparecimento de novas cidades no interior.

Ora, estes factores terão um efeito determinante no crescimento e desenvolvimento das cidades. Por outro lado, o excesso de população, a falta de planeamento urbanístico são factores que aceleram a obsolescência das infra-estruturas. Portanto, um rol de constrangimentos para os grandes centros urbanos, que encaram uma pressão enorme sobre as infra-estruturas, particularmente as de abastecimento de água, energia, saneamento, transportes e habitacional.

O Estado e o sector financeiro desempenham um papel crucial, uma vez que o custo de crédito é um factor essencial para estimular a actividade do sector. Portanto, implantar pólos universitários em algumas regiões, para que possam atrair jovens empresas empreendedoras, garantir o financiamento dos vários sectores da região, por via de instituições de crédito a médio/longo prazo, pode ser um caminho a seguir.

Este intento é perfeitamente exequível, desde que suportado por uma estratégia que permita a participação do Estado, do sector financeiro e da sociedade, sabendo que é preciso motivar e mobilizar os cidadãos e empresas a instalarem-se e desenvolverem o interior do país. Há condições para criar pólos de desenvolvimento com grande influência sobre a economia nacional e atrair

empresas para zonas que são hoje desérticas e criar os novos centros de excelência, competitivos e geradores de inovação e desenvolvimento, que constituirão a matriz das futuras megapólis do país.

\*Economista

## 6.5 Como a PGR chegou a Isaac dos Anjos na apreensão do «Acácia Rubras»

*Novo Jornal*

*16 De Abril de 2021*

*Texto: João Marcos*

Presente em caravanas do Governo de Benguela nas visitas a projectos imobiliários quando Isaac dos Anjos dirigia a província, o empresário angolano Remígio Paulo do Rosário foi como que um "fio condutor" nas investigações que culminaram com a apreensão, há uma semana, do condomínio «Acácias Rubras», arredores da cidade capital, com a Procuradoria-Geral da República (PGR) a desvendar operadores privados a reboque de fundos públicos, apurou o Novo Jornal.

A PGR aponta como "beneficiário" o agora assessor do Presidente da República para a área produtiva, suspeito de ter recorrido a terceiros para apagar as marcas da ilegalidade.

Entre as operadoras, conforme o fiscal da legalidade, está a empresa Rempros, LDÃ, sediada na Huíla, que tem na estrutura accionista Paulo do Rosário, figura muito ligada a Isaac dos Anjos.

Tanto é que membros do Governo de Benguela, entre directores provinciais e administradores municipais, viam no empresário uma espécie de "governador-sombra", capaz de colocar em sentido até os vice-governadores.

Esta aliança determinou, pois, a incursão de técnicos da Direcção Nacional de Investigação e Acção Penal (DNIAP), no quadro do processo de recuperação de activos do Estado, levado a cabo sem a colaboração do Serviço de Investigação Criminal/Benguela, que, por sinal, vinha seguindo os sinais de peculato.

"Foram ao local do projecto logo após a chegada de Luanda, abdicando dos nossos préstimos, e afixaram o auto de selagem relativo à apreensão daquela urbanização", contou um oficial superior do SIC.

Documentos disponíveis indicam que a Inspecção Provincial de Finanças e a Investigação Criminal estiveram atentas à "subtracção de fundos dos

sectores da Educação e Saúde para um projecto a favor de privados", há cinco anos, quando já se encontravam erguidos sete dos 14 edifícios delineados para mais de 200 apartamentos.

Agora, com o projecto paralisado, a PGR confirma as suspeições, tendo o seu porta-voz, o procurador Álvaro João, afirmado que "as pessoas tentaram ocultar a fraude entregando os edifícios a uma empresa".

Numa declaração à Rádio Ecclésia, o magistrado adiantou que o beneficiário é o antigo gestor (da província), que passou para a sua esfera patrimonial um bem construído com fundos do Estado. Desatar o nó com o MPLA à espreita o futuro dos edifícios apreendidos em Angola é um assunto que levanta interrogações, em discussão há já algum tempo, mas o caso do projecto «Acácias Rubras» apresenta outras complicações, incluindo a titularidade do espaço/terreno que o acolhe.

Várias entidades, públicas e privadas, procederam já a compras de apartamentos, com pagamentos faseados, e outras, sabe o NJ, foram aconselhadas a não avançar justamente porque se previa o que agora acontece.

A pensar na acomodação dos seus colaboradores expatriados, a Universidade Katyavala Bwila (UKB), a título elucidativo, gastou já 20 milhões de kwanzas, parte de um total de 200 milhões para dois andares.

A informação foi prestada pelo Magnífico Reitor, Albano Ferreira, ao ex-governador, Rui Falcão, que lamentava já, na altura, o rumo dos acontecimentos.

Em grande medida, para lá dos crimes apontados pela PGR, porque o terreno é pertencente ao MPLA, que deverá receber, se cumpridos os acordos, um bloco e algumas lojas delineadas para a urbanização, segundo um membro da Comissão Executiva do Comité Provincial, que optou pelo anonimato.

O camarada recordou que a urbanização está nas imediações de duas grandes superfícies comerciais, o Kero e a shoprite, que tiveram de pagar cinco milhões de dólares cada pelos terrenos antes pertencentes ao partido no poder.

Quanto ao futuro, o jurista Chipilica Eduardo acredita que os compradores tenham de ajustar contas com a empresa que efectuou as vendas, mas assinala ser importante que, uma vez confirmados os crimes, os agentes públicos sejam responsabilizados.

"É certo que quem já pagou deve reivindicar junto dos que receberam, o crime, em caso de

responsabilização, não pode compensar", explica Eduardo.

Cada apartamento, conforme estipulado há mais de cinco anos, custa o equivalente a 100 mil dólares norte-americanos.

## 6.6 Centralidades do Namibe iniciam hoje venda de casas

*Jornal de Angola*  
23 De Abril de 2021

As habitações das centralidades “5 de Abril” e “Praia Amélia”, de Moçâmedes, começam a ser comercializadas hoje, anunciou o Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território (Minopot).

Numa nota enviada, ontem, à Redacção do Jornal de Angola, o Minopot afirma que é esperada a participação do titular do pelouro, Manuel Tavares de Almeida, num acto de lançamento das vendas das residências das duas centralidades, constituídas por quatro mil habitações (duas mil em cada) e capacidade combinada para alojar 24 mil habitantes. As habitações, de tipologia T3, estão distribuídas em moradias isoladas, geminadas e edifícios de dois e três pisos, com as centralidades a incluírem quatro jardins-de-infância, duas escolas primárias e duas secundárias.

A comercialização das habitações será feita de acordo com o Decreto Presidencial nº 278/20, de 26 de Outubro, que estabelece um novo Regime Geral de Acesso e uso das habitações construídas com fundos públicos, ocorrendo de forma faseada, para respeitar as medidas de biossegurança e evitar aglomerados. O Governo Provincial do Namibe, o Fundo de Fomento Habitacional e o Instituto Nacional da Habitação fazem, nos próximos dias, esclarecimentos sobre documentos a entregar, data e local do sorteio e outras informações relevantes para o processo. Com fundos públicos, o Executivo construiu 24 centralidades de tipologia diversa em várias regiões das 18 províncias do país, com duas, a do Kilamba e Sequele, já totalmente ocupadas e vendidas por renda resolúvel ou a pronto pagamento.

Em Dezembro, o Minopot e o Ministério das Finanças instituíram regras de pagamento das habitações adquiridas nessas centralidades, estabelecendo, para a renda resolúvel, prazos de até 30 anos, ou seja, 360 meses de maturidade (prestações). O preço inclui a taxa de juro sobre a parcela financeira de 3%, o que eleva o preço fixado na tabela. A tabela de preços varia entre os 4,98

milhões de kwanzas para a tipologia T3, sem elevadores, como na Centralidade de Capari, no Bengo.

Dados divulgados em Fevereiro pela Direcção de Gestão Fundiária e Habitação do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território indicavam que 57 mil, ou 64 por cento, de um total de 88.924 habitações já comercializadas pelo Estado, estavam, naquela altura, em situação de dívida com o Fundo de Fomento de Habitação. O valor estimado da dívida contraída por moradores das centralidades espalhadas pelo país era de 175 mil milhões de kwanzas.

## 6.7 Venda de habitações foi lançada ontem

*Jornal de Angola*  
24 De Abril de 2021

As duas centralidades, situadas no município de Moçâmedes, província do Namibe, têm capacidade para albergar 24 mil habitantes, num total de quatro mil unidades habitacionais, sendo metade para cada projecto habitacional, contemplando, igualmente, quatro jardins-de-infância, duas escolas primárias e igual número de secundárias. As habitações estão distribuídas em moradias isoladas, geminadas e edifícios de dois e três pisos, todas da tipologia T3.

A comercialização das habitações será feita de acordo com o Decreto Presidencial nº 278/20, de 26 de Outubro, que estabelece o novo Regime Geral de Acesso e Uso das Habitações Construídas com Fundos Públicos, e será feita de forma faseada.

Inscrições começam em Maio

Na primeira fase, com início a 10 de Maio e término a 3 de Junho, serão atendidos os interessados em adquirir moradias no regime de renda resolúvel. Para o regime de arrendamento, as inscrições vão de 24 de Maio a 3 de Junho, ao passo que os interessados em adquiri-las pronto pagamento devem inscrever-se a partir de 7 de Junho até 17 do mesmo mês.

O governo da província do Namibe, o Fundo de Fomento Habitacional e o Instituto Nacional da Habitação farão, nos próximos dias, esclarecimentos sobre os documentos a entregar, data e local do sorteio e outras informações relevantes para o processo.

Vladimir Prata 2021

O ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território procedeu, ontem, no Namibe, ao

lançamento da venda livre das habitações das centralidades “5 de Abril” e “Praia Amélia”, em acto testemunhado pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida.

## 6.8 Alterações do novo Código do Imposto Predial

*Jornal de Angola*  
26 De Abril de 2021

Com a publicação da Lei nº 20/20, de 9 de Julho (“Lei 20/20”) entrou em vigor, no dia 8 de Julho de 2020, o novo Código do Imposto Predial, o qual revogou parcialmente o Regulamento para Liquidação e Cobrança do Imposto Sobre as Sucessões e Doações e Sisa Sobre as Transmissões de Imobiliários por Título Oneroso, ao nível das normas relativas às transmissões de bens imóveis, e o Código do Imposto Predial Urbano (“IPU”), que incidia sobre a detenção e o arrendamento de imóveis, tendo consolidado num único Código as regras de tributação aplicáveis à detenção, arrendamento e transmissão de imóveis.

Neste sentido, o responsável pela contabilidade de uma empresa proprietária de dois imóveis, um afecto à actividade comercial e administrativa e outro à actividade de arrendamento, pretende ser esclarecido quanto às alterações que decorrem da entrada em vigor do novo Código do Imposto Predial e que deverão ser por si acauteladas no decurso do ano de 2021.

Em resposta à questão colocada, importa dar nota de que o novo Código do Imposto Predial trouxe algumas alterações relevantes que terão de ser acauteladas pelos detentores de imóveis, isto é, pelos proprietários, usufrutuários, beneficiários do direito de superfície, entre outros. Com efeito, verificaram-se alterações ao nível do calendário para liquidação e pagamento deste imposto, mas também sobre a base de cálculo do mesmo.

A primeira alteração que importa reter será então que o Imposto Predial relativo ao imóvel no qual a empresa exerce a sua actividade comercial deverá ser liquidado e pago até ao dia 31 de Março de 2021 (sendo que no anterior Código do IPU este imposto teria que ser liquidado até ao final do mês de Janeiro e pago em duas prestações iguais em Janeiro e Julho). O contribuinte pode, contudo, optar pelo pagamento deste imposto em seis prestações, sendo que anteriormente apenas poderia optar pelo pagamento em 4 tranches.

Adicionalmente, tratando-se de um prédio urbano, outra alteração relevante reside na base de cálculo, passando o imposto a ser calculado exclusivamente sobre o valor patrimonial resultante da avaliação fiscal dos imóveis. Note-se que, anteriormente, o imposto incidia sobre o valor de aquisição ou sobre o valor patrimonial consoante o maior.

Ocorreu, ainda, uma reformulação das taxas de tributação aplicáveis à detenção de prédios urbanos, mediante a criação de três escalões distintos, a eliminação da isenção anteriormente prevista dos cinco milhões de kwanzas e a criação de um escalão intermédio que deverá passar a pagar um montante fixo de cinco mil kwanzas. Para os prédios urbanos com valor patrimonial superior a seis milhões de kwanzas mantém-se a taxa de 0,5 por cento, sobre o excesso de cinco milhões de kwanzas.

Quanto aos imóveis arrendados mantêm-se, em termos gerais, as regras de liquidação, ou seja, os arrendatários com contabilidade, modelo de contabilidade simplificado ou livro de registos, tais como as empresas, continuam responsáveis pela liquidação do imposto, mediante retenção na fonte, até ao último dia útil do mês seguinte ao pagamento da renda, enquanto que, nos restantes casos, em que os arrendatários não têm contabilidade, modelo de contabilidade simplificado ou livro de registos, tais como os particulares, a liquidação e o pagamento do imposto senhorio, devendo ser ao último dia útil do mês de Março (anteriormente, Janeiro). A taxa efectiva de imposto aplicável mantém-se nos 15 por cento sobre o valor das rendas.

## 6.9 Órgãos ministeriais sem aposentos ‘herdam’ activos imobiliários recuperados pelo Estado

*Jornal OPAÍS*  
26 De Abril de 2021

O Governo angolano elaborou uma estratégia, na qual sugere que parte dos activos imobiliários recuperados pelo Estado, no âmbito do processo de combate à corrupção, sejam cedidos aos órgãos ministeriais que, até ao momento, não dispõem de instalações próprias para desenvolver de forma condigna as suas actividades. O documento, anexo a um Decreto Presidencial de 19 de Abril, reforça que a medida surge do facto de “haver a necessidade de se assegurar a prudente e diligente gestão dos bens e activos”, conseguidos ilicitamente, “de modo a assegurar a sua optimização, prevenir a perda de valor

comercial, a deterioração, bem como a afectação a favor de serviços públicos essenciais”.

Por outro lado, o Governo justifica também a medida por, nalguns casos, verificar-se uma despesa considerável com o aluguer de escritórios para alguns órgãos ministeriais, tendo recomendado, por isso, no documento em causa, um levantamento junto aos órgãos interministeriais que não possuam imóvel próprio ou que o possuem em regime de arrendamento para que possam beneficiar da atribuição de alguns destes activos como forma de redução de custos e optimização da despesa do Estado. Com a conclusão da transferência da titularidade dos activos imobiliários para a esfera do Estado, o Executivo defende também a realização de um trabalho entre os ministérios das Obras Públicas e Ordenamento do Território e o das Finanças, através da Direcção Nacional do Património do Estado, a fim de verificar o estado de conservação dos imóveis em causa, processo que deverá culminar com a elaboração de um relatório específico.

Propõe-se ainda no mesmo documento, uma abordagem distinta aos activos imobiliários recuperados pelo Estado, tendo em conta a sua natureza. Assim, na abordagem aos activos imobiliários para fins comerciais ou escritórios, defende-se, em primeira instância, a elaboração de procedimentos administrativos para a transferência efectiva da titularidade a favor do Estado, “visando o exercício de plenos direitos sobre o imóvel”.

O Governo defende também, em relação aos mesmos activos, a realização das diligências necessárias para a alienação destes imóveis, privilegiando as modalidades de concurso público, leilão electrónico ou a contratação de um intermediário imobiliário, em função da dimensão do imóvel.

“Os custos associados à preservação destes activos devem ser cobertos pelo Fundo do Programa de Privatizações e executados pelo Instituto Nacional de Habitação”, lê-se ainda no documento que temos vindo a referir.

Abordagem diferente nos activos imobiliários habitacionais

Na abordagem aos activos imobiliários para fins habitacionais, o plano gizado pelo Governo defende, num primeiro momento, o registo da sua titularidade em nome do Estado, “visando o exercício dos plenos direitos sobre o imóvel”, devendo este processo, em particular, estar sob gestão da Direcção Nacional do Património do Estado.

Os imóveis considerados premium (com valor de mercado acima da média) devem, segundo o mesmo documento, ser alienados com recurso a agentes imobiliários, que deverão ser remunerados na base de uma taxa de sucesso, ou por via de leilão electrónico, de acordo com a dimensão do activo. Esta tarefa, em particular, deverá ser realizada pelo Ministério das Finanças, através da Direcção Nacional do Património do Estado.

Ainda segundo o mesmo documento, as habitações sociais concluídas devem ficar sob gestão do Instituto Nacional de Habitação, enquanto órgão responsável por assegurar a gestão e venda dos imóveis construídos no âmbito dos projectos habitacionais do Estado, com a finalidade de as comercializar na modalidade de renda resolúvel à semelhança dos restantes projectos de habitações sociais construídos ao abrigo do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

Para as residências ainda em fase de construção, semas infra-estruturas de base, recomenda-se a elaboração de um plano de conclusão de obras, pelo Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, através do Instituto Nacional de Habitação, visando a sua posterior comercialização.

Em relação às habitações sociais ainda em fase de construção, mas com as infra-estruturas já integradas, recomenda-se a sua alienação ao sector privado, nomeadamente empresas e cooperativas. Por outro lado, sugere-se também, em alternativa, para estas mesmas habitações a parceria público-privada para a sua posterior conclusão e comercialização. Em ambos os casos, descarta-se a possibilidade de haver desembolsos financeiros por parte do tesouro nacional para a conclusão das referidas obras.

De acordo com os dados da Procuradoria Geral da República (PGR), até finais de 2020, o Estado angolano conseguiu recuperar inúmeros bens, estimados em 2,6 mil milhões de dólares, constando, entre os bens recuperados, imóveis habitacionais, escritórios, edifícios, fábricas, terminais portuários, participações sociais em empresas, entre outros. Ao todo, terão sido recuperados, até então, cerca de 5,3 mil milhões de dólares em dinheiro e bens, segundo os dados oficiais.

## 6.10 Grupo Parlamentar do MPLA quer celeridade no processo de realojamento de famílias

*Jornal OPAÍS*

*28 De Abril de 2021*

*Texto: Neusa Filipe*

O presidente do grupo parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, disse, ontem, em Luanda, que o processo de entrega de residências às famílias residentes em zonas de risco e sinistradas pelas chuvas não pode estar em volta em teias burocráticas.

Virgílio de Fontes Pereira, que falava por ocasião da entrega simbólica de residências a três das sessenta e oito famílias cadastradas no processo de realojamento, apelou aos órgãos competentes do Estado a agilizarem os procedimentos, para que haja uma simplificação em sede da reforma administrativa em curso.

“É necessário que processos como esses sejam agilizados para que possamos resolver de facto as necessidades das famílias. Se fizemo-lo em quatro dias é porque foram agilizados os procedimentos a partir da Administração Municipal do Cazenga com outros órgãos do Governo Provincial”, disse.

Sublinhou que com a entrega das residências foi concretizada uma acção social de solidariedade, humanismo e patriotismo que visa melhorar a qualidade de vida das pessoas.

O parlamentar deixou um apelo às famílias contempladas a conservarem as residências recebidas, no sentido de se evitar maior pressão sobre o Estado, o que alega que não ajuda a resolver os problemas. Apela ainda as famílias para que façam as suas construções dentro das normas, para que possam beneficiar dos apoios do Estado. “Devemos manter a sinalização junto do cidadão, para que cada um tenha consciência de que não deve, mesmo perante as dificuldades construir em zonas de risco, pois, nem todos os dias o Governo estará disponível para resolver o problema”, alertou.

Acrescentou que as necessidades são crescentes, mas os meios não crescem quanto às necessidades, quer em termo de número, quer em termo de qualidade.

Um processo contínuo

O administrador municipal do Cazenga, Tomás Bica, garantiu que o processo de realojamento das famílias, que vivem à volta de algumas bacias consideradas

sinistras em épocas chuvosas, vai reiniciar nos próximos dias.

Disse tratar-se de um processo que já vem desde 2018, com sessenta e oito famílias já cadastradas. Das sessenta e oito famílias cadastradas, apenas três foram contempladas ontem, recebendo cada uma um apartamento na Centralidade do Kalawenda, município do Cazenga.

Para facilitar o processo de cedências das residências, foi necessária a intervenção do grupo parlamentar do MPLA, que fez diligências junto dos órgãos competentes do Estado, para que nesse processo de distribuição das residências às famílias desalojadas do Cazenga se pudesse priorizar as três famílias que se encontravam em situação preocupante, já que um dos casais contemplados tem um recém-nascido.

As famílias beneficiadas dizem estarem agora mais seguras, e mostraram-se satisfeitas com o gesto, pedindo para que o mesmo seja feito com as demais famílias que ainda se encontram a residir em zonas de risco.

## 6.11 Porto de Luanda distribui moradias a trabalhadores

*Jornal de Angola*

*30 De Abril de 2021*

*Texto: Helma Reis*

O Porto de Luanda entregou, na quarta-feira, 60 moradias sociais, localizadas na urbanização Walale, Distrito Urbano do Zango, município de Viana, a funcionários que vão, brevemente, para a reforma ordinária e antecipada.

As 60 casas distribuídas na quarta-feira estão entre 114 moradias adquiridas pela empresa portuária para serem entregues a trabalhadores em vias de ser reformados.

Os primeiros beneficiários pertencem à área de segurança do Porto de Luanda, disse, na cerimónia de entrega das 60 moradias, o presidente do Conselho de Administração da empresa pública, Adalberto Bengue.

O gestor aeroportuário disse estar a aquisição de casas para trabalhadores inseridos num programa criado no âmbito da política de responsabilidade social do Porto de Luanda.

Alberto Bengue anunciou, para os próximos dias, a distribuição de mais 54 moradias, para a conclusão do processo de entrega das 114 casas sociais adquiridas pelo Porto de Luanda.



"É um projecto bastante ambicioso, para cuja execução tivemos que trabalhar com os nossos reformados", acrescentou o presidente do Conselho de Administração do Porto de Luanda.

O responsável salientou que, no âmbito da responsabilidade social do Porto de Luanda, estão também contempladas acções como a reabilitação de escolas e centros de saúde da Boavista e a entrega de bens a famílias vulneráveis que vivem no referido bairro e noutros da província de Luanda.

Alberto Bengue declarou que o Conselho de Administração do Porto de Luanda continua apostado no desenvolvimento económico-financeiro e social da empresa e a manter 'as operações portuárias cada vez melhor, no âmbito do plano director e do ordenamento portuário, que já está em fase terminal.

Presente na cerimónia de entrega de moradias, o secretário de Estado para o sector da Aviação Civil, Marítimo e Portuário, Carlos Borges, enalteceu o gesto do Porto de Luanda e, dirigindo-se aos beneficiários, disse que a reforma é o ponto de partida para uma nova fase da vida.

"Este acto simbólico (de entrega de moradias) não deve ser visto como a conclusão de um processo, mas, sim, o preparar da empresa para um futuro que se sequer mais eficaz e eficiente", declarou Carlos Borges.

O secretário de Estado frisou que "temos de ser capazes de, na diferença, nos entender e, na dificuldade, manter a união, mas, também, perceber que há ciclos que devem ser vistos como oportunidade".

## 7. TERRA

### 7.1 Governador acalma desalojados das salinas com promessa de realojamento

*Jornal o País*

*02 De Abril de 2021*

*Texto: Constantino Eduardo*

No quadro da visita de trabalho que efectuou ao município de Benguela, visando se inteirar dos principais problemas da cidade ‘mãe de cidades’, Luís Nunes decidiu, na manhã de Quarta-feira, 31, constatarin loco as condições a que se sujeitam perto de 300 antigos moradores do bairro das Salinas, no Magistério Primário ‘Lúcio Lara’, contrariando, como gesto, práticas do anterior governador que, em pouco mais de nove meses, não conseguiu, sequer, visitar o local, apesar do grito de socorro dos desalojados.

O governador provincial de Benguela auscultou os principais problemas, sendo certo que o maior deles, neste momento, tem exactamente que ver com o regresso às Salinas, um espaço que a Administração de Benguela já está a lotear para consequente comercialização.

No diálogo mantido, os moradores manifestaram ao governador o desejo imperioso de regressarem à sua zona de origem.

Todavia, antes mesmo de Nunes ter pensado em efectuar uma visita aos antigos moradores, já a administração de Adelta Matias tinha sugerido que estes ficassem num espaço adjacente ao local onde estão alojados, mas estes recusaram a proposta, como argumento de que o espaço era pertença de ex-militares. ‘Está bem, nos vamos resolver o problema. Vocês querem terreno, não é? Nós vamos arranjar’, promete o homem forte de Benguela, Luís Nunes.

O inquilino do Palácio cor-de-rosa, à Praia Morena, descarta, desde já, o regresso dos desalojados às Salinas, comprometendo-se, contudo, a proceder ao loteamento em um outro espaço com infraestruturas básicas para água e energia eléctrica e promete também ajudar na construção das casas.

‘Vocês não podem ir na conversa de muitas pessoas que estão a querer servir-se de vocês (...) Eu vou resolver o problema’, disse, desaconselhando, porém, o regresso às Salinas pelo facto de a zona não dispor de condições para habitabilidade.

À imprensa, depois do diálogo que consideraram de frutífero com o governador, os moradores enalteceram o gesto de Nunes e, agora, esperam que as promessas feitas venham a ser materializadas.

Dona Joana destaca o facto de ter sido a primeira vez que um membro do Executivo, com a responsabilidade de Luís Nunes, os visita, levando na bagagem uma fórmula de solucionar o problema, dez meses depois. ‘Temos a administradora que nunca nos visitou e a senhora Adelta Matias está aqui hoje (31) e não sei porquê é que está aqui. Talvez por força do governador. Nós estamos satisfeitos’, manifesta a senhora.

Apesar de o governador ter prometido lotear outro terreno e, por conseguinte, ajudar na construção das casas, era desejo de Dona Joana e companheiros desalojados ter de volta os seus espaços no bairro das demolições se acusa ma administração de Benguela de ter agido de má-fé.

‘Nós também não somos pessoas para viver naquele bairro das Salinas? Então se não formos nós, quem vai viver lá. Nós queremos que dê em a nossa restituição de posse’, pede.

Governador participa no conselho municipal de auscultação

Depois de ter radiografado o município sede, o governador provincial de Benguela, Luís Nunes, participou na reunião do conselho de auscultação social de Benguela, em sede da qual garantiu trabalhar afinadamente para melhorar a vida dos munícipes.

O governante promete tudo fazer para assegurar a melhoria das condições sociais da população, reiterando, porém, ser imprescindível o envolvimento de todas as forças vivas de Benguela para a materialização de tal desiderato.

‘Vamos tudo fazer juntos e de mãos dadas para que os problemas da população sejam resolvidos’, salienta, tendo recebido, por parte da sociedade civil, o apoio de que precisa para governar a província. Neste sentido, os membros aproveitaram a presença de Nunes para apontar alguns dos vários problemas que afligem a população, com destaque para a debilidade nas vias de comunicação, deficiência no saneamento básico, limpeza das valas de drenagem, bem como a falta de água e energia eléctrica em algumas zonas da cidade de Benguela.

## 7.2 Tribunal pode anular decisão e restituir salinas aos moradores

*Jornal OPAIS*

*8 De Abril de 2021*

*Texto: Constantino Eduardo*

A posição do Tribunal da Comarca de Benguela surge nove meses depois de terem ocorrido as demolições no conhecido bairro das Salinas, zona B do município sede da província de Benguela, deixando centenas de famílias desalojadas e, de seguida, reassentadas na desactivada escola do Magistério Primário ‘Lúcio Lara’.

No despacho, o juiz refere que, considerando a especialidade destes autos, mormente o pedido e o objecto do recurso contencioso administrativo na nossa realidade, que, em termos simplificados, abrange a invalidade ou anulação total ou parcial do acto administrativo, à luz do que estabelece o artigo 8º, conjugado com o 40 do Decreto-Lei número 04-A/96 de 05 de Abril, segundo os quais os factos controvertidos essenciais neles suscitados apenas podem ser provados por documentos.

“Nestes termos, atendendo (a) toda a prova documental juntada aos autos (que para todos os efeitos considero suficiente), entendendo ser dispensável a realização de outras diligências, tal como dispõe o artigo 51 do mencionado Decreto-Lei n 04 -A/96 de 05 de Abril, pelo que é pertinente passar-se à fase seguinte, fase das alegações”, lê-se, no despacho do juiz de direito.

Entretanto, o advogado da defesa, José Faria, esclareceu, em entrevista exclusiva ao jornal OPAIS, que, em linhas gerais, esta posição do Tribunal da Comarca sugere que o “acto de demolição” da Administração de Benguela deverá ser anulado e a consequência jurídica produzida, neste particular, passará necessariamente pelo regresso dos antigos moradores às Salinas.

“Este documento do Tribunal representa que o processo de impugnação do acto de demolição da administradora (Adelta Matias) está em curso e que a qualquer momento pode ser tomada uma decisão que, eventualmente, poderá anular o acto(...)”, refere.

Relativamente à promessa do governador provincial de Benguela, Luís Nunes, de ajudar na construção das casas num outro espaço, no quadro da visita que efectuou ao local onde estão alojados os moradores, o causídico enaltece a iniciativa, a sensibilidade do timoneiro do Palácio cor-de-rosa, à praia Morena, mas sustenta que, a julgar pelo facto de o processo já não estar sob alçada da Administração Municipal, esta

não pode manifestar o interesse unilateral de reassentamento.

Ademais, sustenta o advogado, doravante, toda a acção daquele órgão da administração local do Estado terá de ser negociada entre as partes, “porque o processo está em tribunal”, refere, sustentando que, quando o processo está em sede judicial, se esgota qualquer tipo de intervenção administrativa relativamente ao assunto, a menos que as partes, neste quesito, estabeleçam um acordo, devendo “comunicar ao tribunal, para que homologue este acordo. Fora disto, qualquer tipo de reassentamento que pretendam fazer, não poderá produzir algum efeito, porque não será feito no âmbito de um acordo com interesse de ambas as partes”, disse.

José Faria acusa a administração sede de estar a cometer erros, enganando o actual governador de Benguela “com alguns factos que não são verídicos cujas consequências serão ainda maiores”.

Na perspectiva do advogado, em vez de se resolver o problema, estar-se-á a cometer muitos erros.

As tentativas deste jornal em ouvir a administradora municipal de Benguela, Adelta Georgina Matias, sobre se tinha ou não conhecimento do aludido despacho redundaram em fracasso. A titular do município-sede não atendeu às chamadas telefónicas.

No entanto, a Administração de Benguela tem alegado que as demolições, ocorridas em Julho de 2020, foram lícitas e aquele órgão fê-lo baseando-se numa acção judicial, dado que as casas foram construídas numa zona descrita como sendo reserva fundiária do Estado.

## 7.3 Administração demole casas ilegais na Vila verde Cativa

*Jornal de Angola*

*11 De Abril de 2021*

*Texto: Kílssia Ferreira*

Mais de 500 moradias, número que a Administração Municipal de Cacuaco diz não corresponder à verdade, foram demolidas, na terça-feira, na Vila Verde Cativa, Distrito Urbano do Sequele, em Luanda, decisão que espantou os moradores por o bairro ter sido erguido, de acordo com os lesados, com base na regularização administrativa de terrenos.

A surpresa dos moradores deve-se ao facto de, depois de ter havido demolições, em Novembro do ano passado, no Bairro Merengue, terem recebido, numa deslocação efectuada por alguns à Administração

Municipal de Cacuo, a garantia de que as casas do Vila Verde Cativa nunca seriam demolidas, por ser, alegadamente, um bairro legalizado.

A preocupação dos moradores regressou nos últimos dias quando, primeiro, se começou a ouvir, em surdina, que as casas seriam mesmo demolidas, receio que deu lugar à certeza, com a chegada ao local, no dia 12 de Março, de uma notificação geral, na qual se lê que vão ser demolidas "casas ilegais", localizadas no sector 3 do bairro Vila Verde Cativa, que dispõe de dez sectores. Os lesados dizem não entender a decisão de demolição de casas apenas no sector 3, quando o bairro comporta dez sectores, criados à medida que registava um crescimento demográfico.

O Jornal de Angola soube ontem que o espaço onde estavam as casas demolidas pertenceu a Paulo Mutange Sambuco, cidadão angolano que, depois de ter obtido o direito de superfície, vendeu parcelas de terreno para a construção de moradias e equipamentos para a actividade comercial, como armazéns e restaurantes.

Na manhã de ontem, o presidente do Conselho Fiscal da Comissão de Moradores do bairro Vila Verde Cativa, Sousa Costa Cláudio, manteve com os lesados uma reunião que serviu, essencialmente, para transmitir os passos que estão a ser dados, com o envolvimento de um advogado e do próprio ex-proprietário do espaço, para a reposição da legalidade.

O argumento da Administração Municipal de Cacuo de que as casas que estavam no sector 3 foram construídas ilegalmente pode cair por terra se forem mesmo autênticos os documentos apresentados por moradores ao Jornal de Angola, como croquis de localização, assinados por funcionários da Área Técnica da Administração Municipal de Cacuo.

As demolições de mais de 500 casas, de seis armazéns e de um restaurante, que já estava em funcionamento, foram feitas em sete horas, das 12h00 às 19h00, por apenas três máquinas demolidoras, cujo trabalho foi presenciado por elementos das Forças Armadas Angolanas (FAA) e por agentes da Polícia Nacional e do Serviço de Fiscalização do Município de Cacuo.

"Tudo as máquinas demoliram". Uma frase com que a equipa de reportagem do Jornal de Angola foi recebida sexta-feira, dia da sua primeira deslocação à zona, depois das demolições de casas de apenas um sector do bairro Vila Verde Cativa, decisão que os lesados dizem reiteradamente não entender porque o bairro está entre os legalizados do Distrito Urbano do Sequele, como ficou patente numa reportagem feita,

em 2019, pelo Jornal de Angola, em cujas linhas estão declarações de um alto responsável distrital, mencionando os bairros que vão desaparecer por terem sido construídos ilegalmente numa reserva fundiária do Estado.

De acordo com o presidente do Conselho Fiscal da Comissão de Moradores do bairro Vila Verde Cativa, entre as casas demolidas estavam mais de 300 já habitadas e algumas em construção e já vedadas.

Prejuízos incalculáveis

Feliciano José, de 35 anos e um dos lesados, disse ao Jornal de Angola que o terreno de 20 por 20 metros quadrados, onde construiu, com "muito sacrifício, a casa, demolida na terça-feira última, comprou, em 2016, a Paulo Mutange Sambuco, pela quantia de 150 mil kwanzas. Com o documento de cedência do terreno, Feliciano José dirigiu-se à Administração Municipal de Cacuo, de onde saiu com um técnico até ao terreno que adquiriu, onde foram feitas medições, trabalho concluído com a entrega, dias depois, pelo funcionário, de um croquis de localização.

"Eu não me considero invasor de terreno, visto que tenho documentos cedidos pela Administração Municipal de Cacuo", afirmou Feliciano José, que disse querer justiça porque a sua família está agora a viver em casa dos seus pais, na sequência da demolição da sua moradia, de quatro quartos, para onde se mudou, no ano passado, com a esposa e os três filhos.

Donana Silva e Ana Pedro, proprietárias de dois dos seis armazéns demolidos, com toda a mercadoria no interior, estão a fazer contas à vida para retomarem o negócio, cujos prejuízos disseram ser incalculáveis.

As duas senhoras acentuaram que, quando souberam da presença das máquinas, pediram ao chefe do Serviço de Fiscalização do Município de Cacuo, para, pelo menos, retirarem a mercadoria, mas o responsável ignorou o pedido com o argumento de ter recebido "ordem para partir tudo".

Sobre a decisão de demolição, Ana Pedro considerou ter havido "muita maldade" por parte da Administração Municipal de Cacuo e disse não ser invasora de terreno, alegando ter documento emitido pela Administração Municipal de Cacuo.

"Quero justiça! Quem vai pagar os danos que sofri?", interrogou, depois, Donana Silva, que disse ter havido pessoas vítimas de agressão por terem filmado os momentos do processo de demolições, informação que o Jornal de Angola não conseguiu apurar a veracidade por não ter chegado à fala, apesar

das tentativas feitas, com o chefe do Serviço de Fiscalização do Município de Cacuo, nem com o comandante municipal da Polícia Nacional.

No decurso das demolições, houve alteração entre moradores e elementos das forças militares e policiais, motivada pela retirada, pelo chefe do Serviço de Fiscalização do município de Cacuo, de acordo com lesados abordados pelo Jornal de Angola, de um exemplar da bandeira da República, que estava hasteado num Comité de Acção do Partido (CAP), estrutura do MPLA, gesto que irritou os moradores. Na sequência, foram feitos vários tiros para os dispersar, o que resultou no ferimento de duas pessoas, uma delas – um pedreiro - transportada numa viatura militar para uma unidade sanitária.

A segunda vítima, alvejada num dos braços, foi transportada na viatura do presidente do Conselho Fiscal da Comissão de Moradores do bairro Vila Cativa para o Hospital do Distrito Urbano do Sequele, de onde foi transferida para o Hospital Américo Boavida. O paciente acabou submetido a uma intervenção cirúrgica.

#### 7.4 Já não vamos admitir construções anárquicas”

*Jornal de Angola*

*11 De Abril de 2021*

O administrador municipal de Cacuo, Auzílio Jacob, disse, ontem, ao Jornal de Angola, que são falsos os documentos apresentados pelos cidadãos que dizem ser lesados e confirmou a legalidade do acto de demolições, realizado no bairro Vila Verde Cativa, Distrito Urbano do Sequele. Auzílio Jacob acrescentou que a Administração Municipal de Cacuo já não vai "admitir construções anárquicas nem invasão de terrenos".

O administrador municipal de Cacuo disse que não corresponde à verdade a informação de que teriam sido demolidas mais de 500 moradias, alegando que o local não era habitado, porque "não havia casas", encontrando-se apenas armazéns que procediam à venda de material de construção civil.

"O que aconteceu é que eles foram burlados", acentuou o administrador, que declarou não ter sido feito por técnicos da Administração Municipal de Cacuo nenhum croquis de localização nem documento que confirme a titularidade de terrenos em nome dos cidadãos que dizem ter saído lesados do acto de demolições realizado na terça-feira última.

De acordo com Auzílio Jacob, nenhum dos documentos em posse dos considerados lesados tem selo de segurança que consta dos documentos emitidos pela Administração Municipal de Cacuo, sendo, por esta razão, prova de que são "documentos falsos".

Quando lhe foi pedido para confirmar se Paulo Mutange Sambuco era o titular do espaço onde foram feitas demolições, o administrador convidou o referido cidadão a deslocar-se à Administração Municipal de Cacuo com a papelada que diz ter, para provar que tem a titularidade do espaço.

"Quem quiser adquirir terreno no município de Cacuo deve dirigir-se à Administração Municipal e não a um cidadão comum", salientou Auzílio Jacob, que fez, implicitamente, menção a Paulo Mutange Sambuco, o cidadão que terá vendido parcelas de terreno na zona onde houve demolições. O administrador do município de Cacuo disse ser também falsa a informação posta a circular de que duas pessoas teriam ficado feridas, na sequência de disparos feitos por militares durante o acto de demolições.

Apesar de ter tido conhecimento pelo Jornal de Angola da existência de uma fotografia de um dos cidadãos que os abordados pelo jornal disseram terem sido baleados, o administrador insistiu em dizer que não houve vítimas.

#### 7.5 Autoridades loteiam terreno para auto-construção dirigida

*Jornal de Angola*

*12 De Abril de 2021*

*Texto: Kayila Silvina*

A Administração Municipal de Mbanza Kongo, província do Zaire, vai, nos próximos dias, colocar à disposição dos habitantes locais, 130 lotes de terreno para a auto-construção dirigida, no âmbito do Programa de Combate à Ocupação e Construção Ilegais na região.

A informação foi revelada pelo administrador municipal, Manuel Gomes, durante o encontro do Conselho de Auscultação da Comunidade do Município.

Segundo o administrador municipal adjunto para a área Técnica, Osvaldo Neves, os terrenos estão situados na zona do Kilemos, arredores de Mbanza Kongo, cujos trabalhos de desmatamento estão em curso. "O local está a ser desmatado para posterior loteamento e distribuição aos interessados, que terão de pagar um valor para receberem o terreno. Portanto, antes vamos fazer o cadastramento dos candidatos", explicou Osvaldo Neves.

Os membros ao Conselho de Auscultação da comunidade apoiaram a iniciativa, apelando as entidades competentes para conduzirem o processo com lisura e transparência. Após discussão de vários pontos sobre a vida do município, os participantes ao evento recomendaram a melhoria da relação entre a administração local e as populações no que toca ao Programa de Combate contra a Ocupação e Construção Ilegais.

Em relação à legalização do património do município, o encontro orientou a criação de cartilha de informação para o esclarecimento à população sobre os requisitos necessários para a legalização de terrenos na região de Mbanza Kongo.

A intensificação das acções de fiscalização para desencorajar o abate desordenado de árvores no município, e a aplicação de multas aos infractores, de acordo com a Lei das Transgressões Administrativas, foram também recomendados pelos participantes ao Conselho de Auscultação.

A criação de sistemas de captação e distribuição de água a todas as localidades de Mbanza Kongo figura entre os temas exortados pelo conselho. Com 205 mil e 272 habitantes, o município de Mbanza Kongo conta com cinco comunas, nomeadamente, Madimba, Luvo, Nkiende, Kaluka e Kalambata.

## 7.6 Terrenos sem aproveitamento passam à propriedade do Estado

*Jornal de Angola*

*13 De Abril de 2021*

*Texto: Manuela Gomes*

Os proprietários de terrenos sem nenhum índice de aproveitamento útil e activo verão os espaços revertidos a favor do Estado, reafirmou, ontem, o secretário de Estado para as Autarquias Locais, Márcio Daniel.

Em declarações à imprensa, no final do encontro ordinário da Comissão Interministerial para a Promoção do Programa de Resgate dos Valores Morais e Cívicos, explicou que o Executivo, nesta

nova abordagem, vai identificar um conjunto de espaços onde a intervenção do Estado perdeu muito da sua acutilância, no que diz respeito à autoridade.

No encontro, orientado pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, foi decidido que se inicie um trabalho que defina um programa para que o Estado implemente a medida constante na Lei de Terras de reversão automática para a esfera jurídica do Estado de todos os terrenos que não têm um índice de aproveitamento útil e efectivo.

O programa, segundo ainda o porta-voz da Comissão, vai definir o cronograma de início para a aplicação da medida. Vai definir se se começa nas zonas urbanas ou rurais.

"A seu tempo, vamos apresentar o programa, mas está já orientado um trabalho aturado por parte do grupo técnico para que consigamos propor medidas concretas, essencialmente ajustadas e sensíveis ao momento que o país vive", adiantou.

### Publicidade na via pública

A Comissão Interministerial para a Promoção do Programa de Resgate dos Valores Morais e Cívicos tomou, também, uma medida em relação à afixação de publicidade na via pública. Afirmou que o Estado deu um sinal de um novo procedimento que licencia a publicidade.

"Quem tem publicidade afixada e não foi previamente autorizada tem 45 dias para dirigir-se às administrações municipais, onde já se encontra um novo procedimento simplificado, para a autenticação da mesma. Depois dos 45 dias, será feita a remoção da publicidade que se encontra indevidamente afixada na via pública, para melhorarmos ou diminuirmos a poluição visual que vemos todos os dias na nossa sociedade", avisou.

Márcio Daniel esclareceu que os cidadãos podem, neste período, dirigir-se às 164 administrações municipais e aceder ao sistema mais facilitado para tratar do assunto em causa. "Decidimos que os governos provinciais e administrações municipais devem proceder à identificação de espaços onde há publicidade não autorizada", disse.

Durante o encontro também foi tomada uma medida que se prende com a constituição dos comités executivos a nível provincial e municipal, para o acompanhamento das várias acções que integram o plano de acção para o Programa de Resgate dos Valores Morais e Cívicos. A lógica é simples, disse o porta-voz da Comissão, para quem não basta tomar decisões. "É necessário que elas tenham uma

estrutura de acompanhamento, monitoria e avaliação que nos permitam, a nível central, receber informações, avaliar e poder dar orientações sobre o andamento do plano de acção”, esclareceu.

Para promover o processo de resgate da autoridade do Estado, disse, adoptou-se uma metodologia que visa, em primeiro lugar, o Estado dar um sinal interno de organização, revisão dos procedimentos, simplificação e de uma maior comunicação do local onde os cidadãos podem dirigir-se para aceder às licenças, autorizações e outro conjunto de tarefas que o Estado presta.

O secretário de Estado para as Autarquias Locais avançou que estes locais já estão identificados e que o plano de acção contempla vários espaços que estão alocados a vários departamentos ministeriais.

## 7.7 ZEE Luanda-Bengo perde mais de 112 mil hectares de área

*Jornal Expansão*  
16 De Abril de 2021

A Zona Económica Especial Luanda - Bengo vai passar a gerir apenas 7.577 hectares de área, menos 112.422 hectares dos 120 mil hectares que geria e que passarão a ser controlados pelas administrações locais. A redução drástica de área da ZEE, que passa a ser "domínio privado" gerido pela Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda-Bengo, prende-se com "conflitos de competência", segundo apurou o Expansão junto de quadros da Administração Pública. E ocorre quando é anunciada a sua transformação em zona franca, a primeira do país, estatuto que concede benefícios fiscais às empresas que aí se instalarem.

De acordo com o Decreto Presidencial n. o 81/21 de 8 de Abril, que redimensiona o perímetro territorial que configura a Zona Económica Especial (ZEE) Luanda-Bengo, o seu território compreende agora apenas duas das 21 reservas que detinha: as reservas industriais de Viana e a de Vala. A redução "desafecta" do seu perímetro 19 reservas.

A Reserva Industrial de Viana, sita no município de Viana, que anteriormente tinha oito mil hectares, passa a ter uma área de 4,7 mil hectares e um perímetro de 33,3 quilómetros e a Reserva Industrial de Vala, sita no município de Icolo e Bengo, antes com 30 mil hectares, passará a ter uma área de 2,8 mil hectares e um perímetro de 25,4 quilómetros. Ainda de acordo com o diploma, são desafectadas dos limites geográficos da Zona Económica Especial

Luanda-Bengo os restantes 112,4 mil hectares, num total de 19.

Os terrenos desafectados passarão a ser geridos pelas administrações municipais onde estão localizadas, "Estes terrenos não eram administrados apenas pela Zona Económica Especial, mas também por órgãos da administração do Estado, como o Ministério da Agricultura ou o Governo Provincial, por exemplo, o que causava conflitos de competências", explicou um especialista em Administração pública ao Expansão.

O técnico avançou ainda que não é possível, do ponto de vista da Administração Pública, ter esta combinação de entidades a fazerem as mesmas coisas.

O Expansão tentou obter esclarecimentos junto do Ministério da Economia e da Administração da Zona Económica Especial, mas as tentativas não foram bem-sucedidas.

Graciete Xavier

## 7.8 Litígios de terras são problemas recorrentes em Talatona

*Jornal de Angola*  
19 De Abril de 2021  
Texto: Edivaldo Cristóvão

A Administração Municipal de Talatona, em Luanda, recebe por dia mais de dez casos de litígios de terras, segundo o seu administrador, Hermelindo Pereira. Em entrevista ao Jornal de Angola, o administrador abordou as incidências locais, nos últimos anos, tendo destacado a ocupação arbitrária de terras, por parte da população, como um dos principais desafios da administração.

"Esta situação surgiu em função da zona, que antes era agrícola e depois passou para residencial. Algumas entidades deram os mesmos terrenos a várias pessoas, o que tem causado estes litígios", explicou.

Hermelindo Pereira está no cargo de administrador de Talatona há quase dois anos. O município é composto por seis distritos urbanos e uma comuna, nomeadamente, Talatona sede, Benfica, Futungo de Belas, Lar do Patriota, Camama, Cidade Universitária e Mussulo.

Vocacionado inicialmente para a prática da agricultura, o município de Talatona foi, posteriormente, constituído reserva do Estado. Nessa altura, vários projectos foram implementados, com

destaque para a construção da Via Expressa, do Estádio 11 de Novembro, da Cidade Universitária Agostinho Neto, a par de hotéis e diversos empreendimentos que, entretanto, foram surgindo.

Do ponto de vista do desenvolvimento, o administrador realçou o crescimento urbanístico do município, que engloba projectos de grande dimensão, como o da área da Camama, o loteamento do Benfica, distrito urbano de Talatona, o Belas Shopping, o Centro de Convenções de Talatona e outros grandes empreendimentos.

Hermelindo Pereira reconheceu que o crescimento da cidade, do ponto de vista de ocupação de espaço, tem sido superior à capacidade do Governo em termos de infra-estruturas criadas, começando pela base, que consiste no fornecimento da energia eléctrica e na distribuição de água potável.

O município possui uma extensão territorial de aproximadamente 170 quilómetros quadrados, com uma população estimada de 800 mil habitantes, maioritariamente, jovens. A localidade fez parte da cidade de Luanda, cujo território se estendia ao município da Samba. Na sequência de divisões político-administrativas, integrou ainda os municípios de Belas e Kilamba Kiaxi, antes de ascender à categoria actual.

Segundo o administrador, a intenção do Executivo é tornar o município de Talatona uma nova cidade da Zona Sul de Luanda, com uma área residencial e político-administrativa e espaço de lazer moderno e de grande conforto. Entretanto, três meses após à nomeação de Hermelindo Pereira, um incêndio de grandes proporções, causado por um curto-circuito, deflagrou nas instalações da administração, destruindo-as quase completamente. As consequências do incidente ainda se fazem sentir, sobretudo pelo desaparecimento de muitos processos.

Nesta altura, a administração procura adquirir um espaço para construir a nova sede. Actualmente, os serviços funcionam, de forma provisória, num espaço cedido pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, localizado na zona do Quifica, no Benfica.

#### Mussulo

A comuna do Mussulo, por estar separada pelo mar, é dos locais que ainda não tem concretizadas as ligações da EPAL e da EDEL. No entanto, estão a ser feitos estudos para serem criadas fontes alternativas, de acordo com Hermelindo Pereira. O administrador revelou que a distribuição de água e

energia tem melhorado significativamente, nos últimos anos, em outras zonas do município, como resultado dos investimentos feitos. No caso da água, ainda é um problema, desde a produção ao transporte.

"Os nossos bairros cresceram muito e a capacidade do Governo de trazer esse serviço até à população torna-se mais lenta. Mas temos tido algum desenvolvimento de ligações domiciliárias em boa parte do território", assegurou.

## 7.9 Disputas de terras são um problema recorrente em Talatona

*Jornal de Angola*

*19 De Abril de 2021*

*Texto: Edivaldo Cristóvão*

A Administração Municipal de Talatona, em Luanda, recebe mais de dez casos de disputas de terras por dia, segundo o seu administrador, Hermelindo Pereira. Em entrevista ao *Jornal de Angola*, o administrador abordou questões locais nos últimos anos, tendo destacado a ocupação arbitrária de terras pela população como um dos principais desafios da administração.

"Essa situação surgiu por causa da área, que era agrícola e depois passou a ser residencial. Algumas entidades cederam as mesmas terras a várias pessoas, o que gerou essas disputas", explicou.

Hermelindo Pereira exerce funções de administrador de Talatona há quase O concelho é composto por seis distritos urbanos e uma comuna, nomeadamente Sede de Talatona, Benfica, Futungo de Belas, Lar do Patriota, Camama, Cidade Universitária e Mussulo.

Dedicado inicialmente à prática da agricultura, o município de Talatona foi posteriormente constituído como reserva estadual. Naquela época, diversos projetos foram implantados, com destaque para a construção da Via Ex-pressa, do Estádio 11 de Novembro, da Cidade Universitária Agostinho Neto, ao lado de hotéis e diversos empreendimentos que, entretanto, surgiram.

Do ponto de vista do desenvolvimento, o administrador destacou o crescimento urbano do concelho, que engloba projectos de grande envergadura, como a zona do Camama, o loteamento Benfica, o distrito urbano de Talatona, o Belas Shopping, o Centro de Convenções de Talatona e outros grandes empreendimentos.



Hermelindo Pereira reconheceu que o crescimento da cidade, do ponto de vista da ocupação do espaço, tem sido superior à capacidade do Governo em termos de infra-estruturas criadas, a partir da base, que consiste no fornecimento de electricidade e água potável.

O município possui extensão territorial de aproximadamente 170 quilómetros quadrados, com população estimada em 800 mil habitantes, em sua maioria jovens. O local fazia parte da cidade de Luanda, cujo território se estendia até ao concelho da Samba. Como resultado de divisões político-administrativas, integrou também os municípios de Belas e Kilamba Kiaxi, antes de ascender à atual categoria.

De acordo com o administrador, a intenção do executivo é fazer do município de Talatona uma nova cidade da Zona Sul de Luanda, com uma zona residencial e político-administrativa e um espaço de lazer moderno e de grande conforto. Porém, três meses após a nomeação de Hermelindo Pereira, um grande incêndio provocado por um curto-circuito irrompeu nas instalações da administração, destruindo-as quase por completo. As consequências do incidente ainda se fazem sentir, principalmente pelo desaparecimento de muitos processos.

Neste momento, a administração busca adquirir um espaço para construir a nova sede. Actualmente, os serviços funcionam, a título provisório, num espaço cedido pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, localizado na zona da Quifica, em Benfica.

#### Mussulo

A comuna do Mussulo, estando separada pelo mar, é um dos locais que ainda não completaram as ligações da EPAL e EDEL. No entanto, estudos estão sendo feitos para criar fontes alternativas, segundo Hermelindo Pereira. O administrador revelou que a distribuição de água e energia melhorou significativamente, nos últimos anos, em outras áreas do município, em resultado dos investimentos realizados. No caso da água, ainda é um problema, da produção ao transporte.

“Nossos bairros cresceram muito e a capacidade do governo de levar esse serviço à população fica mais lenta. Mas tivemos algum desenvolvimento de conexões residenciais em grande parte do território”, disse.

**DIA A DIA** O comércio e os serviços de provisão dominam o setor de emprego.

Os sectores que mais garantem a empregabilidade no concelho de Talatona são o comércio e a prestação de serviços. Isto é seguido pela restauração de pequena escala, turismo e pesca.

O administrador de Talatona reconheceu que as ofertas de emprego são principalmente feitas pela iniciativa privada, o que muito ajuda no combate ao serviço informal.

“Nossa intenção é criar condições para que as pessoas encontrem em Talatona um bom lugar para morar, passear e se divertir”, frisou. Hermelindo Pereira garantiu ainda que o nível de segurança pública é aceitável, em geral a extensão territorial do município.

“Felizmente, Talatona não é das zonas mais críticas de Luanda. A única situação preocupante é a vandalização de bens públicos, praticada por alguns particulares que, pela força do comércio periférico, roubam cabos eléctricos para vender”, lamentou.

No entanto, o responsável considera que a relação estreita entre as autoridades e os cidadãos será decisiva para pôr termo a esta e a outras situações lesivas, sublinhando a necessidade de denunciar acções deste tipo para que a Polícia possa actuar em tempo útil.

“o nosso trabalho é tornar Angola diferente e melhor. A administração pretende criar, nos próximos dias, uma equipa de futebol e um grupo de carnaval, para dar mais identidade ao concelho”.

O município de Talatona foi o primeiro a registar casos de Covid-19 no país e já foi um dos mais críticos. Mas a situação inverteu-se, em resultado do cumprimento das medidas de biossegurança definidas pelas autoridades sanitárias, por parte dos cidadãos.

#### EX-MILITAR TAMBÉM RECEBE APOIO

##### Projetos ajudam famílias

Dois importantes programas estão em andamento no município. É o conhecido Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) e o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP). Segundo Hermelindo Pereira, o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o município de Talatona é de aproximadamente quatro bilhões de kwanzas. Do PIIM, a administração recebe mais de 1 bilhão de kwanzas, incluídos no orçamento.

Até agora, esses programas atenderam cerca de 70% (290) dos ex-militares e aproximadamente 30% das famílias vulneráveis (100) do município. A materialização se dá por meio da inserção desses

cidadãos no mercado de trabalho, com o retorno da vida comercial ativa, para garantir o sustento das famílias.

O Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza prevê a destinação de 25 milhões de kwanzas mensais às administrações municipais, para o desenvolvimento de ações voltadas ao comércio, inclusão social, trabalho autónomo, tratamento de carteira de habilitação para mototaxis e capacitação de cooperativas agrícolas. Neste projeto, as pessoas são identificadas de acordo com as competências que possuem, para melhor suporte e enquadramento. No âmbito do PIIM estão previstos 12 projectos a concretizar, que incluem a construção e reabilitação de estradas, a construção de cinco escolas e três hospitais, a melhoria da iluminação pública, bem como o desassoreamento e limpeza de valas de drenagem.

Dada a reconhecida insuficiência das duas unidades hospitalares existentes no concelho de Talatona, estão a ser construídas novas infra-estruturas

em Honga, Cidade Universitária e Camama. Começaram a ser construídas escolas no Mussulo, Patriota, Talatona, Camama e Benfica.

“Infelizmente, o orçamento que nos chega não tem sido suficiente para atender a todas as necessidades, porque o município tem crescido muito e tem muitas infra-estruturas que exigem mais recursos”, disse o administrador.

No entanto, a cobrança de alguns impostos, implementada nas últimas vezes, tem permitido à administração arrecadar cerca de 50 milhões de kwanzas por mês e assim fazer face a situações de urgência.

A drenagem das valas do município também é uma grande preocupação, porque toda a água da zona sul vai para Talatona. A situação piorou depois que alguns moradores construíram áreas que eram hidrovias. Por isso, sempre que chover existe o risco de inundações.

## 7.10 Programa “Minha Terra” chega ao município da Bibala

*Jornal de Angola*  
24 De Abril de 2021

Mais de 400 títulos de concessão de terras rurais foram já atribuídos em quatro províncias, no âmbito do programa “Minha Terra”, informou, ontem, no município da Bibala, província do Namibe, o portavoz da Comissão Interministerial para o Registo dos

Terrenos Rurais às Comunidades Locais, Silva Venâncio responsável falava na cerimónia de entrega de títulos de terra a municípios daquela localidade, em acto presidido pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, na comuna do Kapangombe.

Um total de 20 cidadãos receberam das mãos do ministro os documentos que oficializam a concessão de terrenos rurais para fins de utilidade pública.

“Temos um grupo técnico composto por todas as instituições que participam nesse processo de concessão de terras, que se desloca às comunidades para fazer um levantamento desses terrenos, o que permite fazer a atribuição dos títulos num prazo inferior a 60 dias”, disse. Silva Venâncio referiu que serão atribuídos, nesta primeira fase, 200 títulos em cada um dos municípios do país.

A secretária de Estado para Ordenamento do Território, Ana Paula de Carvalho, recordou que este programa é uma iniciativa do Titular do Poder Executivo. “Foi-nos lançado o desafio de resolver um grande problema no nosso país que afecta, sobretudo, os nossos camponeses que, apesar de dia após dia, trabalharem a terra com esforço e dedicação, não são detentores de títulos de concessão das terras que cultivam”, disse.

A governante elogiou o trabalho feito pela equipa multissetorial na Bibala, o que permitiu identificar um total de 228 parcelas de terra, sendo que mais de 100 títulos foram já emitidos. “A terra é um activo que os cidadãos angolanos podem ter para promover o seu desenvolvimento e um dos meios mais impactantes para o combate à fome e à pobreza, e promoção do desenvolvimento económico do país”.

Esse programa, disse a secretária de Estado, tem como vantagens garantir a segurança da posse dos terrenos, redução dos prazos de concessão de títulos de direito de superfície, simplificação do processo de concessão de terrenos e a redução dos custos do processo de concessão.

“O título de direito de superfície poderá ainda permitir o acesso ao crédito bancário, impulsionar a legalização de associações e cooperativas”, disse, referindo que o programa está, igualmente, alinhado com os objectivos da diversificação da economia, melhorando o ambiente de negócios no país.

Vladimir Prata | Bibal

## 7.11 Desabrigados pelas chuvas começam a ser realojados

*Jornal de Angola*

27 De Abril de 2021

Texto: Manuela Gomes

Três das mais de 60 famílias desabrigadas pelas chuvas, no município do Cazenga, em Luanda, foram, ontem, realojadas na Centralidade de Kalawenda, um dos vários projectos habitacionais do Estado, localizado naquela circunscrição.

As residências entregues pelo Grupo Parlamentar do MPLA fazem parte das mais de 300 habitações do tipo T2, construídas naquela centralidade.

As últimas chuvas que se abateram sobre Luanda fizeram com que 68 famílias no município do Cazenga ficassem desalojadas e perdessem os seus bens, aguardando por reassentamento, no âmbito do Programa de Realojamento das Famílias.

Segundo o presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, o início do processo de realojamento das famílias desabrigadas pelas chuvas mostra, mais uma vez, o cumprimento das propostas dos deputados que visam melhorar a qualidade de vida da população vítima de catástrofes.

Virgílio de Fontes Pereira disse que foram feitas diligências, junto dos órgãos competentes do Estado, para que, no processo de distribuição de residências às famílias desalojadas pela chuva no Cazenga, se desse prioridade às três famílias.

"Demos primazia a essas famílias, particularmente a que tem uma criança com apenas um ano e vive em situação de extrema precariedade. Houve, da nossa parte, solidariedade institucional e conseguimos este apoio", disse.

Virgílio de Fontes Pereira explicou que essa acção é a concretização de mais uma acção social, que pauta por razões de solidariedade, humanismo, patriotismo e que visa melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Na sua visão, este é um processo que deve ser contínuo, sem muitas burocracias. Para o presidente do Grupo Parlamentar do MPLA é preciso que os órgãos competentes do Estado agilizem os procedimentos, com a simplificação de passos administrativos, para que processos como esse sejam agilizados e resolvam as necessidades das famílias.

"Felizmente este processo que hoje damos cumprimento fizemo-lo em quatro dias. Foram agilizados procedimentos a partir da Administração

Municipal do Cazenga, em colaboração com órgãos do Governo da Província de Luanda e do Executivo", referiu Virgílio de Fontes Pereira.

## 7.12 Grupo Parlamentar do MPLA quer celeridade no processo de realojamento de famílias

*Jornal OPAÍS*

28 De Abril de 2021

Texto: Neusa Filipe

O presidente do grupo parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, disse, ontem, em Luanda, que o processo de entrega de residências às famílias residentes em zonas de risco e sinistradas pelas chuvas não pode estar em volto em teias burocráticas.

Virgílio de Fontes Pereira, que falava por ocasião da entrega simbólica de residências a três das sessenta e oito famílias cadastradas no processo de realojamento, apelou aos órgãos competentes do Estado a agilizarem os procedimentos, para que haja uma simplificação em sede da reforma administrativa em curso.

"É necessário que processos como esses sejam agilizados para que possamos resolver de facto as necessidades das famílias. Se fizemo-lo em quatro dias é porque foram agilizados os procedimentos a partir da Administração Municipal do Cazenga com outros órgãos do Governo Provincial", disse.

Sublinhou que com a entrega das residências foi concretizada uma acção social de solidariedade, humanismo e patriotismo que visa melhorar a qualidade de vida das pessoas.

O parlamentar deixou um apelo às famílias contempladas a conservarem as residências recebidas, no sentido de se evitar maior pressão sobre o Estado, o que alega que não ajuda a resolver os problemas. Apela ainda as famílias para que façam as suas construções dentro das normas, para que possam beneficiar dos apoios do Estado. "Devemos manter a sinalização junto do cidadão, para que cada um tenha consciência de que não deve, mesmo perante as dificuldades construir em zonas de risco, pois, nem todos os dias o Governo estará disponível para resolver o problema", alertou.

Acrescentou que as necessidades são crescentes, mas os meios não crescem quanto às necessidades, quer em termo de número, quer em termo de qualidade.

Um processo contínuo

O administrador municipal do Cazenga, Tomás Bica, garantiu que o processo de realojamento das famílias, que vivem à volta de algumas bacias consideradas sinistras em épocas chuvosas, vai reiniciar nos próximos dias.

Disse tratar-se de um processo que já vem desde 2018, com sessenta e oito famílias já cadastradas. Das sessenta e oito famílias cadastradas, apenas três foram contempladas ontem, recebendo cada uma um apartamento na Centralidade do Kalawenda, município do Cazenga.

Para facilitar o processo de cedências das residências, foi necessária a intervenção do grupo parlamentar do MPLA, que fez diligências junto dos órgãos competentes do Estado, para que nesse processo de distribuição das residências às famílias desalojadas do Cazenga se pudesse priorizar as três famílias que se encontravam em situação preocupante, já que um dos casais contemplados tem um recém-nascido.

As famílias beneficiadas dizem estarem agora mais seguras, e mostraram-se satisfeitas com o gesto, pedindo para que o mesmo seja feito com as demais famílias que ainda se encontram a residir em zonas de risco.

### 7.13 520 hectares de terra gera conflito entre camponeses e ex-ministro dos Petróleos

*Jornal O PAÍS*

*31 De Março de 2021*

*Texto: Dumilde Fuxi*

Nos próximos dias, o antigo ministro dos Petróleos, representado por João Pedro, e os camponeses da Cooperativa Agro-Pecuária e Transporte Verde do Kwanza (CATVK) vão assinar um acordo para pôr fim ao conflito de terreno, que dura cerca de 17 anos.

A decisão, soube o jornal OPAÍS dos participantes no processo, foi tomada após vários conflitos entre as partes, que desencadeou inclusive ameaças de morte e prisão de alguns camponeses.

O então administrador distrital dos Ramiros, Tomás Muanza, garantiu que Desidério Costa é proprietário de uma extensão de terra no bairro Kilamba, e o litígio com os camponeses, nesta altura divididos em duas alas, estava praticamente resolvido.

O responsável, que falou a este jornal antes da sua exoneração, informou que a Administração tem

acompanhado o processo, tendo já mediado a entrega, por parte de Desidério Costa, de 150 hectares de terra aos camponeses, distribuídos em igual parcela para os grupos representados por Natália Bongue e o soba Chivela, respectivamente. “No âmbito administrativo, o assunto já foi resolvido”, disse.

Tomás Muanza reconheceu a titularidade de Desidério Costa sobre uma extensão do terreno em litígio, com direito de superfície, mas também a legitimidade dos camponeses que ali se instalaram antes do loteamento do espaço, com documentos comprovativos.

Entretanto, lamentou o dirigente, existem ainda alguns cidadãos que teimam em invadir espaços alheios, proliferando os conflitos de terreno nos Ramiros.

Por sua vez, o advogado Zola Bambi adiantou que, apesar do prévio acordo entre as partes para dirimir o conflito, este objectivo só se pode dar por consumado com a assinatura do mesmo, prevista para os próximos dias.

O mandatário dos camponeses disse que, tão logo isso seja feito, o documento deverá dar entrada no tribunal, para a suspensão da acção anteriormente intentada contra Desidério Costa, que apenas aparece representado por João Pedro.

“Dos encontros que promovemos com o senhor Desidério Costa, através de uma das suas instituições, ele nunca apareceu”, disse Zola Bambi, ressaltando que João Pedro, apesar de se ter apresentado como o representante do antigo ministro dos Petróleos, “não permite que a outra parte certifique-se da autenticidade da procuração que apenas exhibe a distância”.

Suposta exploração de petróleo foi o “mote” do conflito

Desidério da Graça Veríssimo e Costa foi ministro dos Petróleos de 2002 a 2008. Antes, entre 1984 e 2002, ocupou a pasta de vice-ministro do sector que cuida do principal produto de exportação de Angola.

Há quase duas décadas que o antigo dirigente tem sido mencionado como o mandante de uma série de actos de alegada usurpação de terrenos de camponeses no Ramiro, uma zona que regista, constantemente, conflitos desta natureza. Um grupo de 501 camponeses do bairro Kilamba, distrito dos Ramiros, no município do Belas, em Luanda, queixam-se de terem sido usurpados 520 hectares de terras de cultivo, alegadamente por estarem numa zona destinada à exploração de petróleo. Apontam, como

responsável por estes actos, Desidério Costa, porém representado por um cidadão identificado por João Pedro.

Os denunciantes pertencem a cooperativa CATVK e explicam que a tentativa de usurpação teve início em 2004, quando foram informados que a área em que praticavam agricultura tinha de ser desocupada para dar lugar à exploração de petróleo detectado na zona. Para que o alegado desiderato fosse alcançado, elucidam, foram ignorados os pressupostos legais que levariam a desocupação do espaço, tendo os mesmos recorrido à força bélica para tomar o terreno que, até hoje, não conhece qualquer actividade anteriormente anunciada.

Foram apenas erguidas algumas propriedades individuais, as quais, denunciam os camponeses, beneficiaram Desidério Costa, o seu representante, João Pedro, o ex-comandante municipal do Belas e o seu sucessor, Alberto Bala e Augusto José, respectivamente, e Francisco Tomás, antigo comandante da esquadra do Ramiro.

De igual modo, o general Sukissa, o administrador do Belas, Miguel de Almeida, e autoridades tradicionais daquela circunscrição, no caso os sobas Miguel Neto e Chivela.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Das 7 empresas que venceram o concurso 4 são estreadas e 3 repetentes

*Jornal Expansão*  
2 De Abril de 2021

Entre desconhecidas e repetentes as empresas que venceram o concurso público para a recolha de resíduos sólidos urbanos na capital do País sabem que têm que garantir operações até 31 de Dezembro de 2021. Valor dos contratos, informação que deveria ser pública, não foi divulgado.

01   ICOLO E BENGO	
ER SOL, LDA - CONSTITUÍDA EM 2008	
ACCIONISTAS	PARTICIPAÇÃO
SANUTO - Investimento e Participações, LDA	40%
Nuno Marcelo de Oliveira	20%
Vanda Maria Breganha de Lemos Macedo	20%
Eduane Danilo Lemos dos Santos	20%
CAPITAL SOCIAL EM KZ 400.000	
SANUTO	
António Carlos de Oliveira	96%
Gregório Paca Macambo	4%
02   LUANDA E CAZENGA	
ELISAL - CONSTITUÍDA EM 1991	
ACCIONISTAS	PARTICIPAÇÃO
Estado	100%
CAPITAL SOCIAL EM KZ N/D	
03   QUISSAMA E VIANA	
SAMBIENTE - CONSTITUÍDA EM 1995	
ACCIONISTAS	PARTICIPAÇÃO
Francisco Raimundo Pinheiro	70%
José Sachango	30%
CAPITAL SOCIAL EM KZ 5.000.000	
04   CACUACO	
MULTI LIMPEZA - CONSTITUÍDA EM 2012	
ACCIONISTAS	PARTICIPAÇÃO
Lude da Fonseca	70%
Joaquim António da Fonseca	30%
CAPITAL SOCIAL EM KZ 100.000	

05   BELAS	
JUMP BUSINESS - CONSTITUÍDA EM 2014	
ACCIONISTAS	PARTICIPAÇÃO
João Nelson Pemo Capita	50%
Alberto dos Anjos Capita Tomás	50%
CAPITAL SOCIAL EM KZ 100.000	
06   KILAMBA KIAXI	
CHAY CHAY - CONSTITUÍDA EM 2008	
ACCIONISTAS	PARTICIPAÇÃO
Jorge Pedro Bastos	80%
Hermenegildo Pedro Bastos	10%
Dário Pedro Cristóvão Bastos	10%
CAPITAL SOCIAL EM KZ N/D	
07   TALATONA	
CONSÓRCIO DASSALA - CONSTITUÍDA EM 2004	
ENVIROBAC - CONSTITUÍDA EM 2005	
DASSALA	PARTICIPAÇÃO
Alberto Adelino Dassala	86,67%
Ernandes Euclides Evaristo Avelino Dassala	6,67%
Stenley Leandro Dassala	6,67%
CAPITAL SOCIAL EM KZ 3.000.000	
ENVIROBAC	PARTICIPAÇÃO
Enviroserv Waste Management (sul africana)	51%
BACATRAL - Sociedade de Transportes	49%
CAPITAL SOCIAL EM KZ 18.000.000	

### 8.2 Filho do ex-PR, Ana Paula dos Santos, General Dino e António Mosquito 'limpam' Luanda

*Jornal Expansão*  
2 De Abril de 2021

Texto: Faustino Diogo e Joaquim Reis

A recolha de lixo em Luanda ganhou novos rostos esta semana com a escolha das empresas que vão limpar a capital do País pelo menos até ao final do ano. Ana Paula dos Santos, Danilo dos Santos, General Dino e António Mosquito estão directamente ou indirectamente ligados a algumas das seis empresas privadas, que juntamente com a pública Elisal, foram seleccionadas pelo Governo Provincial para acabar com os amontoados de lixo que grassam pela cidade desde o final do ano passado.

Até ao facho desta edição, o Expansão não conseguiu apurar o valor dos contratos, apesar das inúmeras tentativas, mas o total deverá rondar os, a troco de 34,8 mil milhões Kz que o Presidente da República

disponibilizou para a contratação de empresas para até ao final do ano recolherem o lixo produzido na província. Segundo apurou o Expansão com base num documento da Agência Nacional de Resíduos, apenas a repetente Sambiente e a pública Elisal constam da lista de 131 empresas autorizadas por este organismo público a desenvolver actividades na área de gestão de resíduos

A estreante Er Sol, que tem entre os accionistas Danilo dos Santos e Vanda Macedo, irmã da ex-primeira-darna Ana Paula dos Santos, ficou com a responsabilidade da limpeza pública e recolha de resíduos sólidos no município do Icolo e Bengo. O accionista maioritário é a empresa SANUTO que, por sua vez, tem como accionista (96%) António Carlos de Oliveira o homem que esteve na constituição do grupo Cochan, que em 2014 cedeu a totalidade da sua participação (70%) nesse-grupo ao general Dino. Oliveira foi também administrador não executivo da Nazaki Oil & Gas, companhia parceira da empresa norte-americana Cobalt International, que opera os blocos 9 e 21 de pré-sal e que foi forçada pelos EUA a abandonar as operações em Angola por estar a violar legislação daquele país que impede a associação de empresas norte-americanas com Pessoas Politicamente Ex-postas. A Nazaki pertencia a Manuel Vicente, e aos generais Kopelipa e Dino.

António Mosquito

A comissão de avaliação do concurso público para escolha das operadoras que irão limpar Luanda nos próximos oito meses entregou o município do Talatona ao consórcio constituído pelas empresas Dassala e a Envirobac.

A Dassala, constituída em 2004 tem um capital social de 3 milhões Kz e tem como accionistas Alberto Adelino Dassala (86,67%) e os filhos Ernandes Euclides Evaristo Avelino Dassala e Stenley Leandro Dassala.

Quanto à outra sócia do consórcio, a Envirobac, tem como accionistas a sul-africana Enviroserv Waste Management (51%) e a angolana Bacatral- Sociedade de Transportes constituída em 2000 e que tem como accionistas o empresário António Mosquito (75%) e Eduarda Nakunjuka Martinho Pindali (25%).

Noutro ponto da província, o Kilamba Kiaxi estará a cargo da Chay Chay, empresa que marca também a sua estreia na limpeza da capi tal. Tem como accionistas Jorge Pedro Bastos (80%) e os seus filhos Hermenegildo Pedro Bastos e Dirio Pedro Cristóvão Bastos, que na altura da constituição da empresa, em 2008, tinham 9 e 6 anos de idade, Àsernelhança de algumas das outras empresas que vão recolher os

resíduos na província de Luan- da, a Chay Chay tem um vasto leque de áreas onde pode actuar, de acordo com a constituição da empresa publicada em Diário da República. O objecto social desta empresa contempla o exercício do comércio geral, por grosso e a retalho, importação e exportação, representações comerciais, prestação de serviços, exploração mineira e florestal, agro-pecuária, hotelaria, turismo, transportes, pescas, construção civil e indústria.

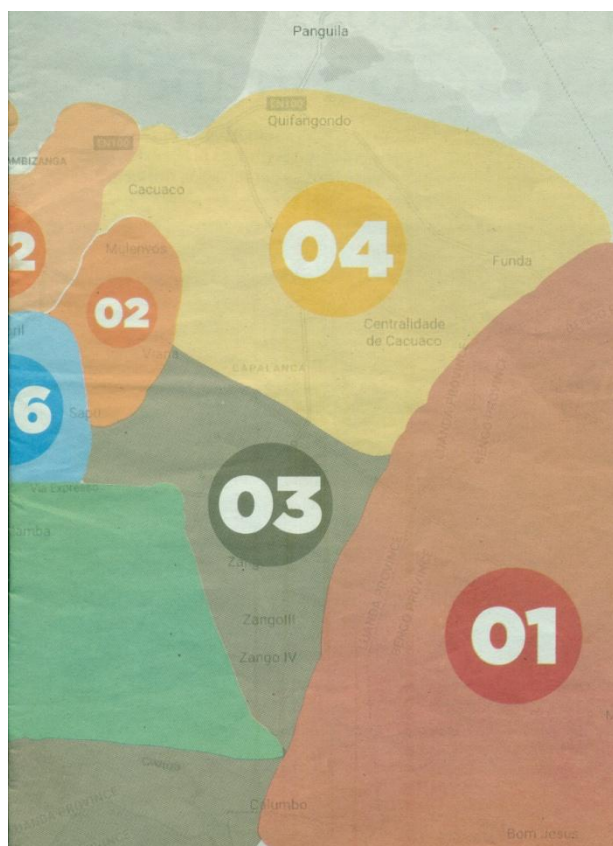
O município de Cacucaco também vai ter uma estreante. A escolhida recaiu na Multi-Limpeza criada em 2012 com um capital social de 100 mil Kz. Esta sociedade tem como accionistas Lude da Fonseca (70%) e Joaquim António da Fonseca (30%), e também podem actuarem vastas áreas como a prestação de serviços, limpeza e saneamento, até à venda de roupa e calçado, farmácias, indústria, pescas, agricultura, plastificação de documentos, aluguer de viaturas, venda de material de escritório e escolar, salão de beleza e cabeleireira, centros médicos, clínica geral, pastelaria, geladaria e exploração de bombas de combustível, entre outras.

Da Jump Business que vai limpar o município de Belas, pouco se sabe. Recorrendo ao Diário da República verifica-se que foi criada em 2014 e tem como sócios João Nelson Pemo Capita e Alberto dos Anjos Capita Tomás, cada um com 50% do capital social:

Entre as escolhidas para a nova era da limpeza da capital apenas uma, tirando a Elisal, fazia parte do leque das empresas que no ano passado viram os contratos suspensos pelo governo de Luanda.

Trata-se da Sambiente que tinha a responsabilidade de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos nos municípios da Quissama e Icolo e Bengo. Agora manteve Quissama, ganhou Viana, mas perdeu o Icolo e Bengo. Criada em 1995, em 2018 aumentou o capital social tendo a SANSUL (70%) que é também a accionista maioritária do Banco Sol, criada em 1995 e detida em 99% pela GEFI, a holding do MPLA - saído da estrutura accionista. Assim, Francisco Raimundo Pinheiro (70%) juntou-se a José Sachango (30%) que já está na estrutura accionista desta empresa desde a sua constituição.

Já a Elisal, que está a ser reequipada, ficou com a responsabilidade da limpeza e recolha de resíduos sólidos nos municípios de Luanda e Cazenga.



### 8.3 As lixeiras e os custos

*Jornal de Angola*

*8 De Abril de 2021*

*Texto: Luciano Rocha*

As avultadas somas investidas para tentar reduzir os atentados à higiene pública luandense são insuficientes - não-de ser sempre - se, em simultâneo, não forem aplicadas medidas que impeçam, uma vez mais, o desbaratamento de dinheiro público.

A situação dos lixos públicos na capital do país e no resto da província com o mesmo nome agravou-se assustadoramente nos últimos tempos, por razões que saltam à vista do cidadão comum, mesmo o mais desatento. Não há campanhas, bem ou mal-intencionadas, que impeçam de ver - ou tropeçar -, a cada passo, naqueles atentados à saúde.

A entrada em funcionamento de novas empresas da limpeza pública de Luanda aproveitadas, de imediato, por alguns, para, sem medirem a extensão do problema, anunciarem o início de “novo ciclo” - mais um - da imagem da província, caíram rapidamente por terra, tal qual os amontoados de lixo do que restam de contentores.

A pressa, quase sempre inimiga da perfeição, voltou a confirmar a verdade da frase, quando o governo provincial rompeu o compromisso contratual com algumas das operadoras de recolha de resíduos sólidos, sem ter, em devido tempo, arranjado alternativa. Os resultados aí estão. Acentuados pela chuva, a quem não pode ser imputada responsabilidade. Muito esperou ela que Luanda se preparasse para a receber.

Verdade seja dita, contudo, que quando este governo provincial tomou posse já o espaço público luandense era o caos, pelo que se entende - não significa concordar - que, face a tamanhos cenários, a vontade fosse de “dar um murro na mesa”, mesmo correndo o risco de a quebrar, desde que houvesse outra para a substituir. Neste caso, pelos vistos, não havia. Por isso, foi “pior a emenda do que o soneto”.

O governo provincial tem “culpas no cartório”, mas não está sozinho. Fazem-lhe companhia as administrações municipais e distritais, comissão administrativa da cidade, além de outras instituições, incluindo algumas não directamente relacionadas com a situação higiénica da capital do país e da restante superfície que lhe herdou o nome. Umas e outras bem podiam - ou deviam? - colaborar neste combate de vida ou morte, pois é disso que se trata.



Perante a situação indescritível do espaço público luandense, a governadora fez o mínimo que podia: penitenciou-se. Outros não o fizeram, nem fazem. Por preferirem sacudir responsabilidades para capotes alheios, escudarem-se em desculpas esfarrapadas.

Os atentados ao espaço público luandense estendem-se há décadas, num agravamento contínuo ao ritmo de promessas vãs e das culpas atribuídas à meteorologia, como se chuva, calor e cacimbo não tivessem tempos próprios de aparecer.

As lixeiras a céu aberto que enxameiam Luanda são, certamente, responsáveis por doenças, até mortes, de muitos dos que a habitam sem hipóteses de as evitarem.

Os amontoados de lixo por tudo quanto é sítio público na província, na qual se situa a capital do país, constituem ninhos privilegiados, não só do coronavírus, como de doenças transmitidas por baratas, moscas, mosquitos, piolhos, pulgas, ratos. Que, sem permissão, visitam, cada vez mais, o luandense comum. Em casa, locais de trabalho, lojas, superfícies comerciais, principalmente de produtos de mercearia, restaurantes e quejandos, perseguem-no na rua. A juntar-se-lhes há cães e gatos vadios, também eles elementos da correia contagiosa de enfermidades graves, até letais.

Todas estas situações do dia-a-dia do luandense comum fazem com que alguns de nós nos lembremos do velho “carro do fumo” e da “carroça” de recolha de animais à solta na via pública. Há medidas que, nestes “tempos modernos”, podem ser aplicadas, ainda por cima sem grandes custos.

Os amontoados de lixo por tudo quanto é sítio público na província, na qual se situa a capital do país, constituem ninhos privilegiados, não só do coronavírus, como de doenças transmitidas por baratas, moscas, mosquitos, piolhos, pulgas, ratos. Que, sem permissão, visitam, cada vez mais, o luandense comum. Em casa, locais de trabalho, lojas, superfícies comerciais, principalmente de produtos de mercearia, restaurantes e quejandos, perseguem-no na rua.

## 8.4 Chuva e lixo em Luanda, um caos

*Jornal OP AIS*

*08 De Abril de 2021*

Ilustre coordenador do jornal O PÁIS, obrigado pela oportunidade que me oferece nesta edição do espaço dedicado aos leitores.

Com o regresso das chuvas na província de Luanda e arredores, o lixo e outros agentes poluentes estão em caixa alta.

Ainda assim, as autoridades continuam, pode-se ver em muitos pontos da cidade e da periferia, a ignorar o assunto.

Perante este cenário, tudo indica que no tempo de cacimbo teremos muita gente nos hospitais com uma doença muito conhecida por nós, o paludismo.

Irrita-me saber que a província de Luanda ainda se debate com graves problemas de saneamento básico. Isto não se admite.

Até nas centralidades, recentemente edificadas, o cenário é mesmo. Aonde é que se pode imputar a culpa? Pois, o cenário tem sido muito gritante e tudo, depois, vai encalhar nos hospitais, como se a culpa fosse deles, é preciso ter uma gestão mais virada à valorização do homem, o lixo é um caos, está demais!

## 8.5 Aterro sanitário e gangues lutam por comida entre os amontoados de lixo

*Novo Jornal*

*9 De Abril de 2021*

*Texto: Sebastião Antônio & Tomé*

*Grosso*

Maria Youmbi, 33 anos, é moradora do bairro Mulenvos de Baixo, município de Cacuaco, a 16 quilómetros da cidade de Luanda. Mãe de dois menores de cinco anos, está desempregada, como a maioria das suas companheiras. Por isso, para "salvar" os filhos da fome que assola milhares de famílias no bairro onde reside, encontra, nos amontoados de resíduos, no Aterro Sanitário dos Mulenvos, a poucos metros da sua casa, o "pão", o "peixe" e a "água" para a refeição diária. Aliás, é assim a vida naquele bairro.

Todos os dias, antes do habitual cantar majestoso do galo, às primeiras horas do dia, Maria vai à procura de alimentos diversos no único aterro de Luanda. De casa até àquela 'terra prometida', que se tornou num lugar de sobrevivência, ainda enfrenta a escuridão que 'esconde' os 'amigos' do alheio. Mas, por sorte, sempre escapa das "mãos" dos marginais.

Batata, arroz, fuba, frango, carne, peixe, milho, tomate e frutas diversas - produtos deteriorados -, alimentos enterrados no Aterro dos Mulenvos, são habitualmente recuperados pela jovem mulher. Sem receio das doenças que podem advir dessa prática,

reaproveita-os para o consumo e para revender nos mercados do Kikolo, na conhecida pracinha da Retranca, na Praça da Cerâmica e na vila de Cacuaco, ignorando as consequências para a saúde das pessoas.

Em conversa com a equipa do Novo Jornal, Maria Youmbi revela ainda que aproveita a escuridão da noite para comercializar os produtos que recupera do lixo, para alguns proprietários de pequenas lojas, vulgo cantinas.

"Quando chegam os caminhões de lixo, corremos atrás, para ver o que vão depositar", revela a mulher de 33 anos, que não escondeu a dor que carrega no seu peito, por não poder ter alternativas para viver.

"É a falta de emprego que me traz aqui, é muito sofrimento! Tudo quanto é comida encontrada no lixo levamos para casa. As únicas coisas que não aproveitamos são paus e areia", descreve.

À semelhança de Maria, estão outras mulheres, homens e crianças que disputam as várias montanhas de lixo, devido à fome. É o caso, por exemplo, de Ana Clara, de 35 anos, moradora do município de viana, que há 19 anos também sobrevive do lixo. À equipa do NJ desabafou que optou pelo lixo por não suportar as dificuldades que enfrenta, desde os seus 16 anos. Por meio da recolha do lixo, alimenta três filhos e o marido, há muito desempregado.

"Estou nesta luta há muito, não tenho ninguém para me ajudar. Se não recolher comida do lixo, morro de fome, por isso peço ao Governo que sinta a nossa dor e que ofereça mais empregos para os nossos filhos, a fim de que não passem pela mesma desgraça que estamos a viver", suplica.

Para além de Maria e Ana, há outros cidadãos que madrugam nas imediações do aterro sanitário, à procura de comida, como já noticiou este semanário noutras peças jornalísticas. Aliás, esta semana, um vídeo que denuncia a 'guerra' travada naquele lugar devido à fome "vitalizou" nas redes sociais. «o meu irmão morreu aqui» Segundo relatos de alguns colectores de "lixo, é frequente o registado de mortes no local, uns por acidentes, outros por razões desconhecidas. Grupos organizados também protagonizam crimes diversos naquele aterro, como agressões físicas, violações, assassinatos e roubos.

Malaquias Tembo, 16 anos, também morador do município de Cacuaco, conta que uma das vítimas mortais foi um dos seus irmãos que, em 2020, por acidente, foi soterrado pelo lixo, quando caminhões tentavam depositar resíduos.

"Procuramos por ele durante horas, mas não o encontrávamos. Horas depois, algumas pessoas que

recolhiam resíduos nos alertaram que o seu corpo estava enterrado no lixo", lembra, em lágrimas, o adolescente.

Makyesse Lutandila, de 24 anos, justifica a decisão em catar resíduos sólidos no Aterro Sanitário dos Mulenvos com o abandono do pai. Com o dinheiro que ganha, vendendo garrafas recolhidas, o jovem diz que ajuda a mãe, que também é catadora. "Não temos quem nos dá comida, por isso estou aqui", disse.

Edson Domingos, 48 anos, outro interlocutor, catador há mais de 10 anos, diz que, apesar dos perigos que enfrenta, é lá onde passa as madrugadas, de segunda a sábado.

"Já não durmo em casa, estou sempre aqui, todos os dias, entre as 02 horas e as 7h00", afirma o jovem, para quem o desemprego é a principal causa das suas lutas nas montanhas dos Mulenvos.

Hamilton João, que também falou ao NJ, corrobora com os demais interlocutores e diz que conheceu o negócio do lixo depois de não encontrar alternativa para ajudar a mãe e os irmãos.

"Venho a este local porque o meu pai morreu. Depois da sua morte, procurei emprego, mas não encontrei, então decidi-me a vir para aqui, a fim de ganhar um pouco de dinheiro para ajudar os meus irmãos e a minha mãe", relata.

Especialista fala em doenças "cancerígenas"

Para o biólogo Adão Diogo, os perigos do consumo de produtos em estado de deterioração constitui um atentado à saúde daquelas comunidades, uma vez que estão sujeitas a contrair doenças cancerígenas, gastrointestinais, epidérmicas e outras. Por isso, desaconselha a prática.

"Ao redor do Aterro Sanitário dos Mulenvos há uma grande população que inala o fumo produzido no local, devido à queima de lixo, que, além de poluir a atmosfera, também coloca em risco a saúde dessa comunidade", alerta.

O biólogo sugere que, por uma questão de segurança, as autoridades governamentais devam desalojar as populações que residem nas proximidades do Aterro Sanitários dos Mulenvos.

## 8.6 Empresas dos EUA na corrida aos Mulenvos

*Jornal de Angola*

*09 De Abril de 2021*

*Texto: Hélder Jeremias*

O Governo está interessado na participação de duas empresas norte-americanas, a Advanced Disposal e a Clean Harbors, bem como da britânica Biffa High Wycomb, no concurso público internacional lançado para a gestão e valorização do Aterro Sanitário dos Mulenvos, revelou, ontem, em Luanda, o secretário de Estado para o Planeamento.

Milton Reis, que falava durante o "briefing" semanal com a imprensa, revelou que, pouco mais de uma semana depois de o concurso ter sido lançado, a 29 de Março, ontem, 23 empresas nacionais e estrangeiras tinham apresentado propostas, mas permanece o interesse em convidar aquelas três companhias internacionais.

A atribuição da gestão do Aterro Sanitário dos Mulenvos é realizada por meio de um concurso público internacional limitado por prévia qualificação, quando um determinado número de empresas é convidado a apresentar propostas, circunscrevendo o universo da licitação. A decisão do Executivo é a de que, no concurso, participem empresas com experiência e capacidade na gestão e reciclagem de resíduos, assim como bem familiarizadas com este segmento da economia, declarou Milton Reis, revelando que o Ministério da Economia e Planeamento accionou mecanismos diplomáticos para informar as empresas, por intermédio das embaixadas dos dois países em Luanda, do interesse das autoridades angolanas.

"A tramitação para se fazer chegar os convites conta com o apoio das representações diplomáticas dos respectivos países", indicou o secretário de Estado, acrescentando que se espera, por essa via, a obtenção de contactos virtuais com os líderes dessas empresas.

A intenção de convidar três das maiores empresas internacionais do sector, apontou, está ligada a um estudo de mercado que aponta inúmeras vantagens económicas que o país pode obter com o alto nível tecnológico detido por cada uma dessas companhias.

Milton Reis reafirmou que as candidaturas serão submetidas ao mesmo critério de avaliação, tendo em conta que a gestão e valorização compreende várias especialidades e que o objectivo é a celebração de contratos na modalidade de Parceria Público-Privada (PPP). As inscrições terminam a 29 do presente mês.

Aprovado pelo Despacho Presidencial 34/21, de 24 de Março, o Projecto de Concessão para a Gestão do Aterro dos Mulenvos prevê a triagem e valorização dos resíduos sólidos através da reciclagem, venda de produtos reciclados, compostagem, incineração, biogás e produção de energia. A operação conta com uma linha de financiamento do Fundo Activo de Capital de Risco (FACRA), tendo como perspectiva a resolução dos elevados problemas na limpeza de Luanda, em função do envolvimento de vários actores que a cadeia empregar, desde a recolha até à reutilização.

Estima-se que Luanda produz 3,3 milhões de toneladas de resíduos por ano, sendo que 45 por cento desta produção tem potencial para a reutilização como matéria-prima para a indústria, 35 por cento tem potencialização para a reutilização como fertilizantes, ao passo que os restantes 20 por cento poderiam ser utilizados na produção de energia eléctrica.

## 8.7 GPL esconde valor dos contratos "difíceis de cumprir" este ano

*Jornal Expansão*

*9 De Abril de 2021*

*Texto: Joaquim José Reis e Olga Leite*

A pública Elisal e a privada Sambiente são as empresas que vão ficar com a maior parte dos 34,9 mil milhões Kz que o Presidente da República disponibilizou para a gestão do lixo na capital do País com carácter emergencial até ao final do ano se cumprirem as obrigações que constam nos contratos, que algumas empresas que se afastaram do concurso consideram ser difíceis de cumprir.

Numa altura em que o Governo Provincial ainda não divulgou o valor dos contratos adjudicados a sete empresas, caso se verifiquem as contratações pelos valores máximos que estão estipulados nos cadernos de encargos, 620 Kz em cada 1.000 Kz que o Estado irá gastar este ano serão encaminhados para a Elisal e a Sambiente que, aliás, são as únicas que fazem parte da lista de 131 empresas autorizadas pela Agência Nacional de Resíduos a desenvolver actividades na área de gestão de resíduos.

Só a Elisal vai receber 13,9 mil milhões pela limpeza dos municípios de Luanda e do Cazenga, enquanto a Sambiente - empresa que no passado teve como accionista maioritário a SANSUL, que é também a accionista maioritária do Banco Sol, criada em 1995 e detida em 99% pela GEFI, a holding do MPLA - vai receber 7,6 mil milhões (ver tabela).

Na semana passada, o Governo Provincial de Luanda (GPL) seleccionou as seis empresas privadas e uma pública que vão até ao final do ano fazer a recolha de resíduos sólidos urbanos na província da capital do país, algumas delas ligadas a Pessoas Politicamente Expostas, com ligações ao homem que dirigiu os destinos de Angola durante quase 40 anos, Eduardo dos Santos.

Entre elas estão a sua ex-mulher, Ana Paula dos Santos, e o filho Danilo dos Santos, mas também o General Dino e o empresário António Mosquito, que directamente ou indirectamente estão ligados a algumas destas empresas, segundo apurou o Expansão com base na publicação dos registos destas empresas em Diário da República.

O negócio do lixo em Luanda, província onde moram mais de 8 milhões de pessoas, custou 1,4 mil milhões USD nos últimos quatro anos. Mas o negócio tem estado quase sempre envolto em secretismo e polémica já que praticamente sempre que há mudanças nos governos provinciais surgem algumas empresas ligadas aos interesses dos políticos a ganhar concursos públicos.

Apesar das diversas tentativas, o GPL não divulgou ao Expansão os valores envolvidos nos novos contratos, mas terá de o fazer publicamente até 15 dias após a assinatura das adjudicações na plataforma do Serviço Nacional da Contratação Pública, segundo adiantou uma fonte do organismo público.

Obrigados a colocar contentores nas ruas

Foi então necessário o Expansão recorrer ao caderno de encargos do concurso para apurar os valores envolvidos, bem como as obrigações a que estas empresas ficam 'amarradas' até ao final de 2021. O conceito de limpeza urbana é muito lato e as empresas terão a responsabilidade, não apenas de garantir a recolha e envio para aterro e limpeza das ruas (varredura manual e mecânica e lavagem de passeios e ruas) como também "controlo de vectores, poda de árvores, capinagem, desassoreamento e desobstrução de valetas e sarjetas e limpeza de praias". O controlo de vectores compreende o controlo de todo o tipo de praga de insectos, com "intervenções de pulverização para combate dos vectores da malária", bem como "desbaratização e desratização", serviço que já deixou de se ver na capital há largos meses.

No caderno de encargos consta ainda a obrigatoriedade de limpeza dos recintos de feiras e locais de eventos, devendo estes ser limpos "após o seu encerramento", obrigando à lavagem dos locais

"em caso de comercialização de produtos perecíveis (carnes, pescados e afins)".

Para cada um dos procedimentos o GPL exige a "constatação in loco" da qualidade do serviço prestado, não especificando, no entanto, a quem compete esta fiscalização.

As empresas estão obrigadas a instalar contentores de grandes dimensões nas áreas onde desenvolverão a sua actividade, terão de possuir camiões específicos para a recolha e transporte, veículos motorizados para a supervisão dos serviços, e veículos especiais para lavagem das ruas e bermas, entre outros.

Quanto à reciclagem, que já deveria estar a ser feita pelas empresas do sector desde 2020, ao abrigo do PESGRU (Programa Estratégico Para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos) da ONU, deverá ficar novamente adiada, já que, em matéria de equipamentos, em nenhum ponto do caderno de encargos é exigido contentores de recolha selectiva. Assim, poderá até haver um conflito entre o GPL e a Agência Nacional de Resíduos, cuja PCA, Nelma Caetano, admitiu ao Expansão que irá aplicar coimas em caso de incumprimento nestas matérias.

O Expansão falou com alguns empresários que adquiriram o caderno de encargos com o objectivo de concorrer. A maior parte considerou que para cumprir à risca as obrigações técnicas e ao nível de recursos humanos e tecnológicos que constam no caderno de encargos o negócio não era financeiramente viável, razão pela qual acabaram por desistir. "É completamente impossível cumprir as exigências do concurso. As que venceram nem sequer cumpriram com os requisitos todos do concurso, como estar inscritas na Agência Nacional de Resíduos", disse um dos empresários.

## 8.8 Juristas questionam princípio da imparcialidade e boa-fé

*Jornal Expansão*  
9 De Abril de 2021

Poderia a Elisal, empresa pública do Governo Provincial de Luanda (GPL), participar em pé de igualdade com as restantes 38 empresas privadas no concurso de contratação emergencial para concessão de operadores de serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos de Luanda? O Expansão consultou alguns juristas e a resposta é um redondo "não".

A questão mais imediata prende-se com o pressuposto de um concurso público, ou seja, quando

a entidade contratante reconhece que não tem capacidade para realizar determinada tarefa e recorre a terceiros para o fazer. "Ora, o GPL tem uma empresa que foi criada estritamente para cumprir esta tarefa", refere o advogado e docente universitário de contratação pública, Nilton Caetano.

A Lei dos Contratos Públicos (41/20 de 23 de Dezembro) não proíbe a participação de empresas públicas, mas poderá estar em causa o dever de imparcialidade e de respeito pela livre concorrência, admite.

Relativamente ao primeiro princípio, o da imparcialidade (alínea f-) do Art. 3.º da Lei dos Contratos Públicos), Nilton Caetano é taxativo: "não foi respeitado" devido às "relações negociais entre a entidade adjudicante e o concorrente ou candidato", ou seja, entre o GPL e a Elisal. "É como se o GPL apostasse no seu próprio filho", exemplifica.

Luís Martinho Lunga, jurista, aponta em triplo sentido para justificar a sua incompreensão pela participação da Elisal, que "não deveria concorrer porque é pública", porque promove o "intervencionismo do Estado na economia, que diminui a eficiência da prestação dos serviços" e põe em causa "a transparência e boa-fé (alínea h-) do Art.º 3º) quando a entidade contratante, GPL, contrata uma subordinada, a Elisal", Lunga considera que o procedimento "fica à partida viciado".

Laurentino Canga: advogado, ouvido pelo Expansão, considera que pela sua natureza jurídica a Elisal não "deveria ser integrada no concurso", mas pelo facto de a empresa "seguir o objecto da contratação poderia ter sido alvo de adjudicação directa", o que interpreta como "excesso de zelo".

Criada em 1991 precisamente para fazer a limpeza da capital, e gestão do tratamento de efluentes de águas residuais, a Elisal foi transformada juridicamente em empresa pública de grande dimensão em 2004.

Esta é a mesma empresa que, entre 1997 e 2002, o GPL substituiu pela Urbana 2000 (ligada a Isabel dos Santos), por incapacidade da empresa pública em "assumir efectivamente o papel para o qual foi criada". Curiosamente, foram estas-as mesmas razões que em 2002 levaram o Conselho de Ministros a apreciar o Novo Modelo de Gestão de Resíduos Sólidos e a entregar a operadores privados o processo de limpeza; recolha, saneamento urbano, transporte, tratamento de depósito final dos resíduos sólidos.

As "sérias dificuldades em assumir efectivamente o papel para o qual foi criada", citando o portal do IGAPE, vão agora ser postas à prova, dado o nível de

exigência do caderno de encargos do concurso para limpeza urbana do município de Luanda, definido pelo GPL.

O.L.

## 8.9 Luanda continua suja, Joana Lina pondera voltar a rescindir contratos

*Novo Jornal*

*9 De Abril de 2021*

*Texto: Teresa Fukiady*

Uma semana após o início dos trabalhos das novas empresas de limpeza e recolha de resíduos sólidos, Luanda continua 'engolida' por vários amontoados de lixo e cheiro nauseabundo. Segundo apurou o Novo Jornal de uma fonte ligada ao processo, a situação preocupa a governadora Joana Una, que, inclusive, não descarta a possibilidade de rescindir o contrato com algumas das empresas e abrir um novo concurso.

"A governadora já ligou para as operadoras, a fim de saber o que se está a passar, e alertou que, olhando para a situação, há a prerrogativa de rescindir o contrato com algumas empresas e colocar outras que estejam em melhores condições", revela.

O lixo em Luanda tornou-se no grande "calcanhar de Aquiles" para Joana Lina, que tem sido contestada após ter rescindido os contratos com as antigas operadoras, alegando que as mesmas representavam altos custos para os cofres do Estado.

A fonte informa que algumas destas empresas estão a mostrar-se "incapazes" de cumprir com a missão de limpar os lotes que lhes foram atribuídos, por "falta de material e de equipamentos", e que algumas estão à espera que o GPL pague adiantado a primeira parcela para a aquisição dos mesmos, intenção já rejeitada pelo GPL, por não fazer parte do contrato.

"Estava claro que, logo após a assinatura dos contratos, as empresas começariam a trabalhar, mas essas estão a revelar-se incapazes ou sem meios", remata.

O GPL apresentou, a 29 de Março, as novas empresas responsáveis pela recolha do lixo na capital do país, após a aprovação dessas no concurso público. Foram no total sete instituições (seis privadas e uma pública) para os nove municípios da capital do País. A Elisal ficou com a missão de limpar Luanda e Cazenga, enquanto a Er Sol, Icolo e Bengo. Já a ambiente, os municípios de Quiçama e Viana. A

Multilimpeza com Cacucaco, Chay Chay, Kilamba-kiaxi e o Consórcio Dassala/Envirobac com o município de Tatatona. Participaram do concurso 69 empresas do ramo de limpeza e saneamento básico, sendo que apenas trinta e nove apresentaram propostas concretas, do ponto de vista técnico e financeiro.

Reacção: empresas com falta de meios para retirar lixo em Luanda

Ao Novo Jornal, o administrador de Viana, Manuel Pimentel, reconhece a situação, mas garante que a Sambiente já começou a fazer o trabalho, embora de forma lenta, por falta de contentores. O responsável afirma que a empresa promete limpar e colocar os contentores nas ruas a partir de sexta-feira. Já o administrador do Kilamba-Kiaxi, Fernando Cardoso, explica que a Chay Chay assegura que vai começar a alocar os meios nos próximos dias. «A verdade é que a empresa está timidamente a colocar os meios».

Já Horácio Mbakassi, director-geral da Envirobac, empresa que entra num consórcio com a Dassala, refere que já arrancaram com os trabalhos no município de Talatona, mas também aguardam pela aquisição de mais meios e equipamentos. "Estamos a adquirir contentores. As fábricas não tinham estoques, temos de pagar primeiro, e também há as questões burocráticas com os bancos", justifica.

• [teresa.fukiadyenovojornal.co.ao](mailto:teresa.fukiadyenovojornal.co.ao)

## 8.10 Uma força-tarefa para o lixo em Luanda

*Jornal de Angola*

*09 De Abril de 2021*

*Texto: Sousa Jamba*

As redes sociais estão cheias de cliques de cidadãos enfurecidos por causa das águas e do lixo em partes de Luanda. Uma das coisas de que muito aprecio nos Estados Unidos é que em momentos de calamidades naturais há uma espécie de trégua nas disputas partidárias; todas as forças unem-se para aliviar o sofrimento das populações.

Em 2005, as atenções do mundo estavam viradas para Nova Orleães, onde o furacão Katrina estava a causar uma das maiores tragédias da História dos Estados Unidos. O presidente da câmara da cidade de Nova Orleães não parava de dar entrevistas; havia cidadãos que lhe dirigiam críticas muito duras. Isto até que a Guarda Nacional, parte do exército americano que tem a especialidade de lidar com calamidades naturais, entrou em cena. Lembro-me

claramente do General Russel Honore; ele insistia que havia um plano e ele estava em Nova Orleães para a implementação desse plano. Muita gente sentiu-se aliviada; a operação para lidar com os efeitos do furacão estava nas mãos de um General.

Quando fiz o Mestrado em Estratégia na Universidade de Seton Hall, em Nova Jérquia, muitos dos meus colegas eram oficiais do exército americano, que pretendiam ir para o sector privado. Muitas empresas nos Estados Unidos gostam de empregar oficiais do exército por eles terem uma imensa capacidade de não perderem o foco quando se está a implementar uma operação. Neste momento, Luanda vai precisar de uma força de missão com objectivos bem claros. Primeiro, eliminar todo o lixo em todos os bairros; segundo, limpar todos os sistemas de drenagem. Terceiro, e finalmente, avaliar o processo de gestão dos resíduos na capital e recomendar formas mais eficazes de tratar disso.

Tal operação não seria, de forma alguma, uma usurpação das competências do Governo Provincial de Luanda. Uma das coisas que às vezes me espanta em Angola, sobretudo nas instituições governamentais, são as disputas desnecessárias para conquista de território. Alguém vai para um hospital onde as torneiras não funcionam; onde até as casas de banho estão entupidas. Alguém sugere outras formas de superar estes problemas — sugerindo, por exemplo, que na Tanzânia, muitos hospitais nas áreas rurais usam energia solar para purificar a água. O chefe deste hospital em Angola sente-se logo ameaçado. Ele insiste, indignado, que ele é o chefe do hospital e ponto final. Claro que este chefe não vai querer lidar com a questão da razão principal de um hospital, que é velar pela saúde dos cidadãos.

Na defesa do seu território, muitos chefes perdem a noção da interconexão das coisas. Muitos órgãos governamentais têm a sua cultura organizacional — como as coisas foram sempre feitas; quem sugerir uma inovação, é tido como um subversivo que deve ser parado de imediato. O problema é que este tipo de atitude resulta em muita complacência. Em Dezembro do ano passado, eu tive que ir para Luanda saído do Huambo (onde resido) e tinha antes que fazer o teste da Covid-19. Primeiro tinha que ir à delegação de saúde no centro da cidade, depois tinha que ir a um banco designado por este órgão. Só que o banco em questão tinha um sistema que não aceitava pagamentos para aquela conta. Passei todo o dia a correr de um lado para outro da cidade do Huambo. Depois de oito horas (uma viagem de avião de Nova Iorque para Londres), consegui, finalmente, fazer o teste. Quando eu reclamava, os oficiais insistiam que eles só estavam a obedecer as ordens que tinham

vindo de cima. Ninguém estava interessado em ouvir sugestões de como o processo poderia ser simplificado.

Imaginemos, então, uma força-tarefa para limpar Luanda. Esta seria liderada por alguém vindo de qualquer ramo da sociedade que tenha demonstrado uma imensa capacidade de implementar projectos. Há muitos angolanos que trabalharam e brilharam em projectos em multinacionais. Também pode ser alguém vindo do Exército ou de um outro órgão.

O chefe desta força-tarefa teria que identificar uma equipa para o ajudar na implantação do projecto. Aqui não seria uma questão de "job for the boys" ou "emprego para os compadres." Esta equipa teria que ser composta por técnicos competentes. Logo depois haveria uma clarificação do projecto — objetivos, duração, etc. Isto seria seguido pelo orçamento necessário para a sua implementação. (As sobre factorações estariam completamente fora do jogo). Teríamos, então, um delimitamento claro das várias operações que seriam necessárias para a implantação do projecto. Haveria, também, mecanismos para garantir que tudo estaria nos trilhos. Foi isto que aconteceu em Nova Orleães. Depois de cumprida a missão, o General Honoré e os seus homens deixaram Nova Orleães para ser gerida pelas autoridades locais. Luanda, certamente, iria beneficiar de uma força-missão para a sua limpeza. Curiosamente, o General Honoré agora tem uma outra missão: liderar o inquérito para se saber exactamente como é que os apoiantes do Donald Trump conseguiram invadir o Capitólio e fazer toda aquela "mbwanja"...

## 8.11 A "economia do lixo"

*Jornal de Angola*  
10 De Abril de 2021

Muito se fala sobre a componente económica e financeira dos resíduos sólidos, mas pouco ou nada se lhe acompanha ao ponto de se começar a desonerar o Estado das elevadas somas que continua ainda a despender para a recolha e gestão do lixo.

Parece já consensual a ideia de que o Estado não precisa de continuar a gastar somas sem nada ganhar para os referidos fins, na medida em que a produção de lixo deve dar lugar a outros intervenientes para a sua gestão e recolha. Na verdade, trata-se de um processo que informalmente já funciona e rende milhões, lamentavelmente sem que o Estado ganhe algum.

A "economia do lixo" já funciona, atendendo ao universo de pessoas e casas de peso que laboram

nesta área, dando claramente a entender em termos práticos a dimensão económica dos resíduos sólidos. Há um aproveitamento económico do lixo que, ao nível do comércio informal, está a empurrar as instituições do Estado para uma função de meros observadores, enquanto elevadas somas acabam afugentadas do fisco. Quem controla as casas de peso, o "exército de catadores" pelas lixeiras e ruas de Luanda, onde a escavação do solo em busca de metais ferrosos ocorre à luz do dia, deixando as pessoas boquiabertas sobre essa nova actividade exercida essencialmente por adolescentes? Os reflexos da "economia do lixo" começam a ganhar contornos de um segmento que em termos fiscais devia dar lugar a um processo de transferência da natureza informal em que se encontra para o formalismo, gerando receitas para o Estado.

Hoje, precisamos de soluções mais sustentáveis para lidar com a produção de lixo nas comunidades e inverter o quadro em que o Estado gasta sem retorno para ver as ruas, largos, ruelas e becos, livres do lixo. Não se pretende dizer que as instituições do Estado devam deixar de desempenhar o papel que lhes cabe para manter limpas as comunidades. Apenas defender que, tal como advogam numerosas vezes, é tempo de as soluções para melhor lidar com lixo deixarem de ter o monopólio do Estado para passar aos entes privados, como timidamente já vem a suceder, infelizmente, somente com custos para o Estado. Este último precisa também de passar a arrecadar valores que resultem da gestão dos resíduos sólidos, tal como ocorre em muitas partes do mundo, gerando receitas para o erário.

A transformação dos aterros sanitários em plataformas para a transformação, reciclagem e reaproveitamento dos componentes do lixo, deve ser uma realidade para que a "economia do lixo" deixe de ter somente custos para o Estado. Urge evoluir rapidamente para a educação e sensibilização das populações no sentido de que estas contribuam para melhor gestão do lixo a partir da comunidade. Não há dúvidas de que a forma como dispomos do lixo em casa e nas comunidades até aos locais apropriados espelha, muitas vezes, a forma menos boa como lidamos com os resíduos sólidos. As conversas sobre a natureza da dimensão económica e financeira do lixo devem dar lugar a soluções urgentes que ajudem o Estado a deixar de gastar sem retorno à vista com a gestão e recolha dos resíduos sólidos.

## 8.12 Luanda fora de horas ou o lixo como metáfora

*Jornal O PAÍS*

*12 De Março de 2021*

Há 20 anos (mais coisa menos coisa) falava-se de cidadãos que, se não se alimentavam do lixo, vagueariam pelo lixo porque padeceriam de doenças mentais. Hoje, são milhares os cidadãos que vivem no e do lixo e se alimentam do mesmo. Se ontem seriam as doenças mentais, hoje é a pobreza que dita e explica a existência de exércitos de meninos na rua a pedirem nas esquinas da vida e um outro que passa o dia junto dos (poucos) contentores, aguardando, recolhendo, sobre vivendo. Onde há lixo, há gente, cidadãos, particularmente em Luanda. Mas onde há lixo e Luanda há também e sobretudo ausência: de comida, de saúde, de escola, de vida.

O país está submerso em lixo. Mais ou menos volátil, o lixo está entre nós. Do orgânico à corrupção, nepotismo, entre tantos outros, todos fazem parte do menu colocado à disposição nas vitrines deste país que luta por sair do estertor.

Há também uns bons anos (mais de 20), escrevi um artigo/crónica a que dei o título “Angola, o lixo e o luxo”. Hoje, sinto a necessidade de o/a visitar porque, se no passado o lixo não somente (con)vivia pa-redes-meias com o luxo, se não na mesma proporção, muito próximo disso, seguramente já renunciava e representava os nossos males sociais de hoje. Se ontem a coabitação entre o lixo e o luxo não seria tão flagrante para a maioria dos cidadãos, hoje essa coabitação estará mais presente nas “consciências” porque o tempo passou, as pessoas mudaram e hoje entende-se ser aviltante a existência de tanto lixo, e mais, sendo que há quem tem ou deve ter a responsabilidade de o tratar. Exemplo disso é o facto de as campanhas de limpeza que ontem mobilizavam milhares, hoje ficar(em)-se pelas dezenas (ou centenas?).

O lixo como resíduo e como problema, existe em todo o país. Sem querer entrar ou promover o pânico, Luanda precisa de ser salva! O facto de a cidade de Luanda, este macro-cosmos desta imensa Angola, não ter saneamento básico, estar pejada de lixo, revela não somente a incapacidade de resolver os problemas básicos do país, como também a displicência com que os mesmos são encarados. Assim é que o lixo está associado à pobreza no que diz respeito não somente no que à sua qualidade e quantidade dizem respeito, mas também ao modo como é depositado, recolhido e tratado. Assim é que o lixo, tal como se apresenta, representa a estrutura e a organização social, económica e de

civilidade/civismo do país e das comunidades. Assim é que o lixo não será só resíduo mas também, e sobretudo, metáfora da irresponsabilidade e irresponsabilização que constituem parte das misérias em que nos vemos imersos. Entre a aflitiva e preocupante pobreza material e a abundante miséria de espírito, venha o diabo e escolha. Se a isso acrescentarmos a (pré)campanha eleitoral que mesmo para aqueles que, como eu, considera interessantíssimo e às vezes exulta com as trocas de palavras, argumentos e justificações entre as partes que competem pelo lugar no pódio, há matérias sobre as quais não há discussão, não há argumentos, não pode haver contemplos, como é o caso do tratamento do lixo. E, claro, o de Cafunfo.

Há uma certa ambiguidade na forma como a polícia é vista. Bem-vinda, aplaudida quando a segurança dos cidadãos está em causa e os mesmos sentem que a sua presença os fazem sentirem-se seguros. Vaiada, quando reprime a liberdade de reunião e de manifestação, direitos consagrados pela Constituição. Nas últimas semanas, muito já se disse sobre Cafunfo. Qual o pomo da discórdia? O uso da força. Melhor dizendo, o uso excessivo da força. As mortes. Os mortos. Entre o dito e o que ficou por dizer, destacaria o seguinte: que a vida humana não tem preço. Que o estado deve, tem que primar por que as forças de segurança e defesa não atirem a e para matar. Que a polícia, as forças armadas e todos os órgãos afectos a esses organismos que têm a segurança das pessoas, dos bens e do país como sua responsabilidade, tem que ter os instrumentos (que não somente metralhadoras e mísseis) ao seu dispor para garantir a salvaguarda de todos nós e do país. Têm, devem dispor, por exemplo, de gás lacrimogéneo, balas de borracha e, desse modo, exercerem o seu métier respeitando, sempre, os direitos e as liberdades dos cidadãos. A polícia não pode partir para a guerra e com “trungunice” procurar justificar o injustificável. O cidadão não deve ter medo da polícia, mas sim respeitá-la. Tal como a polícia também deve respeitar o cidadão.

Não queremos e não precisamos que quem governa este país seja e se mostre displicente com relação aos graves problemas que nos apoquentam e com que nos confrontamos.

Precisamos que quem governa/e as províncias, o país, seja inconformado. Precisamos de os saber e sentir verdadeiramente preocupados. Precisamos de saber e sentir que, se necessário, os eleitos e/ ou nomeados (depende do ponto de vista) não dormem para resolver os problemas das populações.

Precisamos de pessoas, não necessariamente de políticos, que se sacrifiquem pelo bem comum.



Precisamos que quem tenha a tarefa de manter a paz, a segurança e a tranquilidade dos cidadãos se traduza façam o seu trabalho com responsabilidade. Aliás, como todos nós. Precisamos que, e volto à RESPONSABILIDADE

E RESPONSABILIZAÇÃO, quem trate por exemplo do seu BI o receba na data aprazada (continuam as províncias, na sua maioria, reféns do envio dos BIs de Luanda) e não colocar os pobres cidadãos, literalmente, no vai vêm, alguns a 300, 600 kms das capitais que para lá vão para tratar, depois para receber, e têm que regressar porque entretanto o documento não está pronto, ainda não chegou...! E a cadeia de responsabilidade sonde está, onde fica? E quem paga o transporte do cidadão? E os cidadãos perguntam: ATÉ QUANDO? Metáforas de uma província, de um país que tem tudo para dar certo e continua submerso no lixo. Mas nem tudo é mau neste país à beira mar plantado. Termino com uma nota positiva, saudando um funcionário da TAAG, de seu nome Orandi Rodrigues, pela diferença pela positiva, pelo profissionalismo e nobreza na busca de solução de uma situação que poderia ter terminado muito mal e os passageiros até deveriam ter sido ressarcidos pelo sucedido. Sem entrar em pormenores, enquanto outros funcionários da companhia directamente relacionados com o caso “lavaram as suas mãos”, ele assumiu a falha e acabou não somente por sair bem na fotografia como, igualmente, por bem representara companhia em que trabalha.

\*Professora e Investigadora

### 8.13 Hospital pediátrico ‘alivia’ perigo de saúde ao internato feminino do bairro Azul

*Jornal O PAÍS*

*13 De Março de 2021*

*Texto: Alberto Bambi*

Condoído com a situação que, segundo disse, tardou a chegar aos seus ouvidos, Francisco Domingos Nunes, o director-geral do hospital pediátrico David Bernardino, em Luanda, apressou-se nas diligências, ao ponto de, a partir de Sexta-feira, 12, estar a devolver a sanidade ao referido local.

O director referiu que, antes disso, ele e a sua equipa já envidavam algum esforço no sentido de se repor a regularidade da recolha que, ora, se fazia ao contentor, tendo recordado que a responsabilidade de recolher o lixo não era da direcção do hospital pediátrico. “Essa obrigação é da operadora de limpeza que se ocupa de realizar trabalho nessa

circunscrição de Luanda”, disse Francisco Domingos Nunes, tendo-se escusado a citar o nome da empresa.

Garantiu, entretanto, que o cenário começou a mudar, ontem. “As operadoras já começaram a trabalhar, nessa Sexta-feira, mas é claro que tivemos de nos queixar também da situação”, revelou o director que retirou o protagonismo da proeza a si, passando-o ao seu administrador que fez chegar aí os funcionários da operadora de recolha.

Considerando legítimas as queixas da comunidade vizinha, Francisco Domingos Nunes recordou que a sua instituição não é a única que deposita resíduos sólidos no contentor, tendo informado que as queixosas, funcionários da casa mortuária e até alguns moradores da cercania o fazem. O responsável entende que, entre esses usuários, a comunidade religiosa saia em desvantagem, por ser a única que tem residentes quase permanentes que estão mais próximos do espaço que quase ficou totalmente tomado por lixo.

Pelo que deu a entender, Francisco Domingos Nunes está disponível a cooperar com os residentes da área, sempre que surgir uma situação do género.

Ontem, O PAÍS constatou homens trajados de uniformes verdes, parte dos quais tripulando veículos pesados apropriados para a recolha de lixo, a limparem o chão da referida zona, que inclui também a do acesso à morgue central de Luanda.

No período da tarde, o lixo que preencheria o contentor até ao limite e os amontoados de resíduos sólidos que, faz muito tempo, jaziam no chão, estava totalmente recolhido, uma situação que deixou aliviada as dirigentes do centro de acolhimento feminino.

Na ocasião, o contacto com funcionários da empresa de limpeza destacada no terreno não foi possível, pelo facto de não terem sido superiormente autorizados a fazerem-no.

### 8.14 Centro de Valorização de Rochas Ornamentais.

*Novo Jornal*

*16 De Abril de 2021*

Depois da explosão da nossa maior epidemia social - a corrupção - depois da ruínoza gestão do "boom" petrolífero, depois da sangria dos cofres públicos e depois de uma violenta recessão económica que, está agora, a ser amplificada pela crise pandémica, mais um azar bate à porta do Presidente.

O principal navio da frota governativa de Luanda está encalhado e já não consegue travar a revolta das ondas de lixo que se abatem sobre os habitantes da cidade, que concentra a maior densidade de massa crítica do país.

Mas, não é só na capital que por esta razão, está a subir a tensão em terra. O mesmo sucede também no interior com o desordenamento do território a gerar o nascimento, em redor das principais cidades, de novos "musseques satélites" de versão quarto-mundista.

Muitos governantes não gostam que se fale disso e de outras incongruências governativas. Muitos governantes - mas não todos - não gostam porque gostariam de governar sem serem acossados pelos governados.

Não gostam porque detestam ser mordidos nos calcanhares pelos governados. Não gostam porque gostariam de ver os governados iludidos de barriga cheia com as suas promessas vãs. O prazo de validade desse tempo está, no entanto, a chegar ao fim...

Para a sua auto-defesa, os governantes tendem a vestir a pele de cordeiro, tentando passar ilesos por entre os pingos da chuva. A tendência é surgirem como vítimas de supostas cabalas. A técnica é antiga e visa confundir os reparos e as críticas da opinião pública com actos de perseguição.

Ora, esse é o argumento de quem não tem argumentos. É a defesa frágil de governantes que, sem perfil para serem governantes, não estão preparados para ser escrutinados pelos cidadãos, que, vivendo numa sociedade democrática, não vão abrir mão do direito de os criticar ou de os aplaudir.

Mas, quem governa, com competência, visão e capacidade de liderança, tem também de perceber que, ao fazê-lo, se quiser ver renovada a confiança dos cidadãos, não faz mais do que a sua obrigação.

Tem de perceber que é para isso que os governantes são pagos e que, por isso, não fazem favor algum aos governados. Tem de perceber, ainda, que não devem esperar ser idolatrados pelos cidadãos ou glorificados pela imprensa.

Mas, os cidadãos, apesar de críticos, não deixam de reconhecer também o que é bem feito pelo Governo ou que está a ser projectado para melhor os servir.

Ao criar, por exemplo, a primeira Zona Franca em Angola - na área do Dandé - o Governo revela visão ao apostar numa plataforma logística que, entre outros objectivos, "visa assegurar as reservas

estratégicas de combustíveis, num terreno adjacente ao terminal oceânico da Sonangol, e a criação de infra-estruturas de armazenamento de produtos alimentares".

E ao retomar, mais de quarenta anos depois, o transporte de minério de ferro da mina de Cutato no Cuando Cubango para o Porto do Namibe, o Caminho de Ferro de Moçâmedes abre um capítulo novo no desbravamento de antigos caminhos que vão ajudar a colocar novamente no exterior alguns produtos minerais extraídos daquela região do sul do país.

No domínio da indústria diamantífera também há boas notícias. Depois de vários anos de inexplicável distanciamento das zonas produtivas, a Endiama Mining (Pesquisa e Produção da Endiama EP) vai sair de Luanda e instalar finalmente a sua sede na região da Lunda Norte para passar a intervir no mercado como uma verdadeira operadora das minas de diamantes.

Outras boas notícias têm a ver com a inauguração, em breve, ainda na Lunda-Norte, da mina de manganês do Quizenga, e, no Lubango, do Laboratório do IGEO- Instituto de Geologia - assim como a apresentação do

No Cuando-Cubango, a criação de 14 polos agrícolas comunitários, impulsionada pelo governador Júlio Bessa, se dimensionados com racionalidade, pode também vir ser um valioso contributo no combate à fome.

Mas, no meio de tudo isso, há uma realidade cinzenta que, representando um verdadeiro atentado à saúde pública, não pode deixar ninguém indiferente: a transformação da capital do país na maior lixeira urbana da África lusófona e no maior escândalo de incompetência jamais visto na história da antiga Câmara Municipal de Luanda.

Não espanta, por isso, que o Comité Central do MPLA na reunião da semana passada, tenha decidido separar as águas ao nível da liderança partidária, por um lado, e por outro lado, da governação da capital.

É certo que mais vale tarde do que nunca, mas os estragos causados pelo monumental despiste de Joana Lina não deixam de ser estrondosos. E se os erros de palmatória que estão a ser detectados na governação de Luanda não forem rapidamente corrigidos, por mais protegidos que estejam os condomínios de luxo de gente poderosa, dificilmente sobreviverão à violência do lixo...

Joana Lina tentou corrigir a direcção do tiro, mas acabou por disparar tiros de pólvora seca e, ainda por

cima, falhou no alvo. Feita à mão, através de 'um concurso de feira, a emenda está-se a revelar pior do que o soneto, depois da própria ter garantido, aos quatro ventos, que o lixo em Luanda tinha os dias contados!

Com operadoras amadoras, que precisam, elas próprias, de ser desinfestadas por dentro, quem, aos olhos da população, está agora habilitado a ter os dias contados não é, por certo, o lixo. E é por essas e por outras que, nalguns casos, é preciso mesmo avançar com a eleição dos Presidentes das Edilidades...

Ao não ter acautelado um plano de prevenção, a governadora diz-se agora traída pelo amorismo de algumas novas operadoras. Joana Lina está equivocada. Traiu-se a si própria quando embarcou na escolha de empresas sem um mínimo de credibilidade para estar no mercado.

Traiu-se a si própria ao pretender agora rescindir os contratos com essas empresas, pondo em causa a seriedade do concurso que ela própria promoveu e dirigiu.

Traiu-se a si própria também ao não ter feito a prévia validação do papel da empresa pública Elisal, como, aqui há tempos, recomendava Manuel Neto da Costa, antigo Ministro da Economia e planeamento de João Lourenço, de Isto já não vai lá com desculpas!

Julho de 2019 a Janeiro de 2020:

1 - Se existe uma tal empresa, qual a razão da contratação de serviços a terceiros?

2 - Contratando-se os serviços a terceiros, qual a razão da existência detal empresa?

3 - Há imparcialidade num tal concurso em que uma das empresas concorrentes é da entidade contratante?

Ora, se essa empresa, que não foi alvo de uma pré-avaliação técnico e financeira das suas (in) capacidades, não consegue há anos dar conta do recado, porque não é extinta, libertando-se o Estado de encargos despesistas?

Isto, minha cara Governadora, era elementar!

Mas, Joana Lina traiu-se a si própria sobretudo quando aceitou o cargo. Traiu-se a si própria ao ocupar um cargo que não está a ser capaz de exercer. Traiu-se a si própria com a charada de um concurso de vão de escada e com a desgraçada pretensão de querer tratar os luandeses como "tolos"...

Ao aceitar ser nomeada partia-se do princípio que Joana Lina sabia de antemão os problemas que haveria de enfrentar. Afinal...

Ao não conseguir acertar a agulha até para resolver problemas tão elementares como a recolha do lixo ou a poda das árvores, Joana Lina está a revelar que, afinal, não estava preparada para governar a capital...

Não podendo atribuir culpas aos seus antecessores, só lhe resta arrepiar caminho e seguir o exemplo de Angela Merkel.

Sendo dos políticos mais respeitados no mundo, ao fim de mais de década e meia como Chanceler alemã, Merkel não hesitou em tomar" a humilde decisão de pedir desculpas publicamente por ter cometido um erro de avaliação e, com isso, contribuído para quebrar a confiança dos cidadãos num dos momentos mais críticos do combate à pandemia".

Fê-lo, sabendo que por ali não se cometem duas vezes os mesmos erros. Por aqui, os erros repetem-se com uma frequência quase demencial.

O Presidente não pode, por isso, continuar a confiar em governantes que não merecem a confiança dos governados. E não pode porquê?

Porque, como sucedeu com o seu antecessor, arrisca-se a vir a ser responsabilizado sozinho na praça pública por todos os males governativos que venham a ocorrer em Angola durante a sua presidência.

Porque se os seus colaboradores não arregaçarem, desde já, as mangas e não se libertar de gente incompetente, sem habilidade política e sem visão de Estado, arrisca-se a facilitar a vida daqueles que, como o próprio reconhece, uma vez no poder, "não" lhes "vão tratar com mimos" ...

Porque, se insistir em ser complacente para com quem tem agendas paralelas e está desacreditado perante a opinião pública, arrisca-se a ver o sonho de um dia vir a ser lembrado como o Deng Xiau Ping de . Angola, convertido num grande pesadelo...

Porque, depositando confiança sem os devidos filtros em colaboradores que fingem ser-lhe fiéis, arrisca-se a ser "matabichado" por eles, como o foi Mikail Gorbatchov quando, em 1990, na antiga União Soviética decidiu encetar a "Glasnost" ...

Por aqui, a repetência no erro parece ser uma doença governativa insanável. No GPL, depois de um primeiro erro de avaliação, assistiu-se, logo a seguir, ao cometimento de um outro erro ainda maior. Depois de um primeiro pedido de desculpas, apela-se agora para um novo pedido de desculpas.

Talvez não seja má ideia. Porquê? Porque se já ninguém leva a sério o que (não) se faz no GPL, nem acredita no que vem aí, ao assistirmos à sucessão de desculpas atrás de desculpas, teríamos uma vantagem: veríamos mais rapidamente encurtados os dias de vida de quem ainda está à frente dos seus destinos. É que é tanto o lixo na camioneta de Joana Lina, que isto por lá já não vai com desculpas! Antes que seja tarde demais...

## 8.15 Isto já não vai lá com desculpas

*Novo Jornal*

*16 De Abril de 2021*

Depois da explosão da nossa maior epidemia social a corrupção - depois da ruíosa gestão do "boom" petrolífero, depois da sangria dos cofres públicos e depois de uma violenta recessão económica que, está agora, a ser amplificada pela crise pandémica, mais um azar bate à porta do Presidente.

O principal navio da frota governativa de Luanda está encalhado e já não consegue travar a revolta das ondas de lixo que se abatem sobre os habitantes da cidade, que concentra a maior densidade de massa crítica do país.

Mas, não é só na capital que por esta razão, está a subir a tensão em terra. O mesmo sucede também no interior com o desordenamento do território a gerar o nascimento, em redor das principais cidades, de novos "musseques satélites" de versão quarto mundista.

Muitos governantes não gostam que se fale disso e de outras incongruências governativas. Muitos governantes - mas não todos - não gostam porque gostariam de governar sem serem acoitados pelos governados.

Não gostam porque detestam ser mordidos nos calcanhares pelos governados. Não gostam porque gostariam de ver os governados iludidos de barriga cheia com as suas promessas vãs. O prazo de validade desse tempo está, no entanto, a chegar ao fim ...

Para a sua auto-defesa, os governantes tendem a vestir a pele de cordeiro, tentando passar ilesos por entre os pingos da chuva. A tendência é surgirem

como vítimas de supostas cabalas. A técnica é antiga e visa confundir os reparos e as críticas da opinião pública com actos de perseguição.

Ora, esse é o argumento de quem não tem argumentos. É a defesa frágil de governantes que, sem perfil para serem governantes, não estão preparados para ser escrutinados pelos cidadãos, que, vivendo numa sociedade democrática, não vão abrir mão do direito de os criticar ou de os aplaudir.

Mas, quem governa, com competência, visão e capacidade de liderança, tem também de perceber que, ao fazê-lo, se quiser ver renovada a confiança dos cidadãos, não faz mais do que a sua obrigação.

Tem de perceber que é para isso que os governantes são pagos e que, por isso, não fazem favor algum aos governados. Tem de perceber, ainda, que não devem esperar ser idolatrados pelos cidadãos ou glorificados pela imprensa.

Mas, os cidadãos, apesar de críticos, não deixam de reconhecer também o que é bem feito pelo Governo ou que está a ser projectado para melhor os servir.

Ao criar, por exemplo, a primeira Zona Franca em Angola - na área do Dande - o Governo revela visão ao apostar numa plataforma logística que, entre outros objectivos, "visa assegurar as reservas estratégicas de combustíveis, num terreno adjacente ao terminal oceânico da Sonangol, e a criação de infra-estruturas de armazenamento de produtos alimentares".

E ao retomar, mais de quarenta anos depois, o transporte de minério de ferro da mina de Cutato no Cuando Cubango para o Porto do Namibe, o Caminho de Ferro de Moçâmedes abre um capítulo novo no desbravamento de antigos caminhos que vão ajudar a colocar novamente no exterior alguns produtos minerais extraídos daquela região do sul do país.

No domínio da indústria diamantífera também há boas notícias. Depois de vários anos de inexplicável distanciamento das zonas produtivas, a Endiama Mining (Pesquisa e Produção da Endiama EP) vai sair de Luanda e instalar finalmente a sua sede na região da Lunda Norte para passar a intervir no mercado como uma verdadeira operadora das minas de diamantes.

Outras boas notícias têm a ver com a inauguração, em breve, ainda na Lunda-Norte, da mina de manganês do Quizenga, e, no Lubango, do Laboratório do IGEO- Instituto de Geologia - assim como a apresentação do Centro de Valorização de Rochas Ornamentais.

No Cuando-Cubango, a criação de 14 polos agrícolas comunitários, impulsionada pelo governador Júlio Bessa, se dimensionados com racionalidade, pode também vir ser um valioso contributo no combate à fome.

Mas, no meio de tudo isso, há uma realidade cinzenta que, representando um verdadeiro atentado à saúde pública, não pode deixar ninguém indiferente: a transformação da capital do país na maior lixeira urbana da África lusófona e no maior escândalo de incompetência jamais visto na história da antiga Câmara Municipal de Luanda.

Não espanta, por isso, que o Comité Central do MPLA na reunião da semana passada, tenha decidido separar as águas ao nível da liderança partidária, por um lado, e por outro lado, da governação da capital.

É certo que mais vale tarde do que nunca, mas os estragos causados pelo monumental despiste de Joana Lina não deixam de ser estrondosos. E se os erros de palmatória que estão a ser detectados na governação de Luanda não forem rapidamente corrigidos, por mais protegidos que estejam os condomínios de luxo de gente Partia-se do princípio que Joana Lina sabia de antemão os problemas que haveria de encontrar. Afinal! poderosa, dificilmente sobreviverão à violência do lixo ...

Joana Lina tentou corrigir a direcção do tiro, mas acabou por disparar tiros de pólvora seca e, ainda por cima, falhou no alvo. Feita à mão, através de um concurso de feira, a emenda está-se a revelar pior do que o soneto, depois da própria ter garantido, aos quatro ventos, que o lixo em Luanda tinha os dias contados!

Com operadoras amadoras, que precisam, elas próprias, de ser desinfestadas por dentro, quem, aos olhos da população, está agora habilitado a ter os dias contados não é, por certo, o lixo. E é por essas e por outras que, nalguns casos, é preciso mesmo avançar com a eleição dos Presidentes das Edilidades...

Ao não ter acautelado um plano de prevenção, a governadora diz-se agora traída pelo amorismo de algumas novas operadoras. Joana Lina está equivocada. Traiu-se a si própria quando embarcou na escolha de empresas sem um mínimo de credibilidade para estar no mercado.

Traiu-se a si própria ao pretender agora rescindir os contratos com essas empresas, pondo em causa a seriedade do concurso que ela própria promoveu e dirigiu.

Traiu-se a si própria também ao não ter feito a prévia validação do papel da empresa pública Elisal, como,

aqui há tempos, recomendava Manuel Neto da Costa, antigo Ministro da Economia e planeamento de João Lourenço, de Julho de 2019 a Janeiro de 2020:

1 - Se existe uma tal empresa, qual a razão da contratação de serviços a terceiros?

2 - Contratando-se os serviços a terceiros, qual a razão da existência de tal empresa?

3 - Há imparcialidade num tal concurso em que uma das empresas concorrentes é da entidade contratante?

Ora, se essa empresa, que não foi alvo de uma pré-avaliação técnica e financeira das suas (in)capacidades, não consegue há anos dar conta do recado, porque não é extinta, libertando-se o Estado de encargos despesistas? Isto, minha cara Governadora, era elementar!

Mas, Ioana Lina traiu-se a si própria sobretudo quando aceitou o cargo. Traiu-se a si própria ao ocupar um cargo que não está a ser capaz de exercer. Traiu-se a si própria com a charada de um concurso de vão de escada e com a desgraçada pretensão de querer tratar os luandeses como "tolos" ...

Ao aceitar ser nomeada partia-se do princípio que Joana Lina sabia de antemão os problemas que haveria de enfrentar. Afinal...

Ao não conseguir acertar a agulha até para resolver problemas tão elementares como a recolha do lixo ou a poda das árvores, Joana Lina está a revelar que, afinal, não estava preparada para governar a capital...

Não podendo atribuir culpas aos seus antecessores, só lhe resta arrear caminho e seguir o exemplo de Angela Merkel.

Sendo dos políticos mais respeitados no mundo, ao fim de mais de década e meia como Chanceler alemã, Merkel não hesitou em tomar" a humilde decisão de pedir desculpas publicamente por ter cometido um erro de avaliação e, com isso, contribuído para quebrar a confiança dos cidadãos num dos momentos mais críticos do combate à pandemia".

Fê-lo, sabendo que por ali não se cometem duas vezes os mesmos erros. Por aqui, os erros repetem-se com uma frequência quase demencial.

O Presidente não pode, por isso, continuar a confiar em governantes que não merecem a confiança dos governados. E não pode porquê?

Porque, como sucedeu com o seu antecessor, arrisca-se a vir a ser responsabilizado sozinho na praça

pública por todos os males governativos que venham a ocorrer em Angola durante a sua presidência.

Porque, se os seus colaboradores não arregaçarem, desde já, as mangas e não se libertar de gente incompetente, sem habilidade política e sem visão de Estado, arrisca-se a facilitar a vida daqueles que, como o próprio reconhece, uma vez no poder, "não" lhes "vão tratar com mimos" ...

Porque, se insistir em ser complacente para com quem tem agendas paralelas e está desacreditado perante a opinião pública, arrisca-se a ver o sonho de um dia vir a ser lembrado como o Deng Xiau Ping de Angola, convertido num grande pesadelo ...

Porque, depositando confiança sem os devidos filtros em colaboradores que fingem ser-lhe fiéis, arrisca-se a ser "matabichado" por eles, como o foi Mikail Gorbatchov quando, em 1990, na antiga União Soviética decidiu encetar a "Glasnost" ...

Por aqui, a repetência no erro parece ser uma doença governativa insanável. No GPL, depois de um primeiro erro de avaliação, assistiu-se, logo a seguir, ao cometimento de um outro erro ainda maior. Depois de um primeiro pedido de desculpas, apela-se agora para um novo pedido de desculpas.

Talvez não seja má ideia. Porquê? Porque se já ninguém leva a sério o que (não) se faz no GPL, nem acredita no que vem aí, ao assistirmos à sucessão de desculpas atrás de desculpas, teríamos uma vantagem: veríamos mais rapidamente encurtados os dias de vida de quem ainda está à frente dos seus destinos. É que é tanto o lixo na camioneta de Joana Lina, que isto por lá já não vai com desculpas!

Antes que seja tarde demais ...

## 8.16 Lixo na capital é um exemplo da necessidade das autarquias

*Jornal de Angola*  
16 De Abril de 2021  
Texto: Edna Dala

O Grupo Parlamentar da UNITA apontou, ontem, a crise do lixo em Luanda como um exemplo da necessidade de institucionalização das autarquias locais.

"A crise do lixo que assola Luanda é mais uma prova de que a descentralização político-administrativa, por via da institucionalização do Poder Local Autónomo, é fundamental para se corrigir muitas das distorções e disfunções que caracterizam, hoje, a Administração

Pública", afirmou o presidente do Grupo Parlamentar da UNITA.

Liberty Chiyaka falava durante uma conferência de imprensa que serviu para falar sobre o pedido de audição aos ministros da Cultura, Turismo e Ambiente, Saúde e à governadora de Luanda, remetidos, recentemente, ao presidente da Assembleia Nacional, devido à problemática do lixo na província. Para a UNITA, a institucionalização do poder local vai permitir, igualmente, a existência de um novo modelo de recolha, tratamento e gestão dos resíduos sólidos, de modo autónomo, transparente e descentralizado, cuja competência a Constituição atribui às autarquias locais. "A situação a que chegamos é demasiado grave para nos mantermos indiferentes a ela", considerou Liberty Chiyaka, para quem o dever de cidadania "interpela-nos a que instemos os governantes a tomarem medidas enérgicas no sentido de estancar a crise do lixo em Luanda, quando os cidadãos pagam uma taxa específica para financiar o sistema de recolha de resíduos sólidos".

### Responsabilização política

O Grupo Parlamentar da UNITA solicitou a intervenção do Presidente da República para responsabilizar política e administrativamente a governadora de Luanda. Liberty Chiyaka solicitou, também, a criação de uma "task force" com atribuições para anular o último concurso público promovido pelo Governo Provincial de Luanda, que terá seleccionado empresas sem capacidade técnica para a tarefa contratada.

## 8.17 MinFin 'chumba' contratos do GPL com operadoras de lixo em Luanda

*Jornal Expansão*  
16 De Abril de 2021  
Texto: Faustino Diogo

Várias irregularidades levaram o Ministério das Finanças a devolver os contratos que o Governo Provincial de Luanda (GPL) assinou no final do mês passado com as operadoras que venceram o concurso público para a recolha de resíduos sólidos na capital até ao final do ano e aguarda pela sua revisão, apurou o Expansão.

Os contratos assinados a 31 de Março com as empresas privadas Sambiente, Chay Chay, Multi Limpeza, Consórcio Dassala/Envirobac, Jump Business, ER- Sol e a pública Elisal, contém várias irregularidades que põem em causa, inclusive, o

objecto do contrato, revelou fonte do Governo. Note-se que várias empresas deixaram cair a participação no concurso após a aquisição do caderno de encargos por entender que os valores máximos estipulados por município eram muito inferiores aos custos que teriam para realizar todas as exigências em termos contratuais.

A pouco mais de um ano das eleições, o GPL viu-se a braços com um problema grave de salubridade e saúde pública, com poucas empresas capazes de uma resposta musculada. Depois de várias empresas desistirem, restavam 'operadoras' com pouca ou quase nenhuma experiência no negócio, sendo que algumas apresentam até Pessoas

Politicamente Expostas como últimos beneficiários.

Com base nas irregularidades detectadas nos contratos, fonte do Executivo disse ao Expansão que o melhor seria lançar um novo concurso público, situação que o GPL parece ter afastado, uma vez que está a refazer os contratos que terão que ser novamente assinados entre as partes.

Para o advogado Nelson Miguel, a realização de um novo concurso público está condicionada ao tipo de irregularidade existente. "Se as irregularidades forem graves deve ser realizado um novo concurso público até para salvaguardar a própria instituição pública. Mas se forem irregularidades de forma, podem ser alteradas sem a necessidade de realização de novo concurso", disse.

E acrescenta: "Tratando-se de um concurso público deveria ser o mais transparente possível. Se há irregularidades, deveriam ser divulgadas", considerou.

Ainda segundo fonte do Governo, após a entrada de Joana Lina no GPL foram afastados alguns elementos que tinham know how para a realização deste tipo de contratos e substituídos por elementos sem experiência, o que acabou por ditar alguns dos problemas detectados nos contratos.

O Expansão solicitou esclarecimentos ao GPL, que tem atirado a responsabilidade dos atrasos na limpeza da capital para cima das empresas, mas não obteve resposta até ao fecho de edição.

Por outro lado, as operadoras admitem desconhecer esta questão dos contratos, adiantando apenas que não foram informados sobre as alterações que estão a ser realizadas nos contratos. "Nada nos foi informado. E não sabemos que tipo de alterações estão a ser feitas nos contratos. Os contratos que temos foram os que assinámos em Março", disse ao Expansão o responsável de umas empresas de limpeza de Luanda.

Especialistas entendem que a alteração aos contratos pode influenciar o desempenho das operadoras de lixo já que enquanto os contratos não estiverem definitivamente fechados e com a chancela do MinFin não podem começar a ser pagos.

"Os contratos só começam a vigorar na plenitude depois de concluídos. Tratando-se de contratos públicos, significa que os pagamentos só começam a ser feitos depois de visados pelas instituições de direito, como por exemplo o Ministério das Finanças ou em última instância o Tribunal de Contas", disse o advogado Nelson Miguel.

As empresas revelaram esta semana que serão necessários mais 20 a 30 dias para conseguirem dotar-se de meios técnicos e humanos para garantir a recolha de lixo em Luanda. Isto apesar de o caderno de encargos prever que deveriam estar capacitados num prazo até 15 dias após a assinatura dos contratos, prazo entretanto já expirado. Quanto à questão de um eventual adiantamento do GPL para início das operações desconhece-se se isso consta nos contratos. "O carácter emergencial destes contratos acaba por condicionar o tipo de serviço que será prestado. As empresas precisam de dinheiro e enquanto não forem pagas estão de certa forma limitadas porque elas" não vão fazer grandes investimentos para depois de 8 meses deixarem de trabalhar. Neste momento devem estar à espera da percentagem do pagamento inicial que a maioria dos contratos prevê, embora desconheça se aqui esta situação se aplica", disse.

A questão financeira terá também afastado do concurso operadoras com maior capacidade por considerarem que o valor dos lotes em disputa são insuficientes para cobrir os custos de limpeza das localizadas.

E a amostra disso foi o que aconteceu com a empresa Vista Waste, convidada pelo governo de Joana Lina para apresentar uma proposta para assumir a recolha dos resíduos sólidos no município de Luanda. A empresa pediu 32,3 mil milhões Kz para os 8 meses do contrato emergencial, valor que é quase a totalidade dos 34,8 mil milhões Kz que o Presidente da República, João Lourenço, autorizou para a contratação das empresas. Como alternativa a responsabilidade de cuidar do município de Luanda foi entregue à Elisal pelo valor de 8,5 mil milhões Kz.

O Expansão falou com alguns empresários que adquiriram o caderno de encargos com o objectivo de concorrer. A maior parte considerou que para cumprir à risca as obrigações técnicas e ao nível de recursos humanos e tecnológicos que constam no caderno de encargos o negócio não era

financeiramente viável, razão pela qual acabaram por desistir. "É completamente impossível cumprir as exigências do concurso. As que venceram nem sequer cumpriram com todos os requisitos do concurso, como estar inscritas na Agência Nacional de Resíduos", disse um dos empresários.

### 8.18 Moscas podem carregar mais de 350 tipos de bactérias

*Novo Jornal*

*16 De Abril de 2021*

Um estudo realizado em 2017 pelos cientistas da Universidade Estadual da Pensilvânia, nos Estados Unidos da América, concluiu que moscas (insectos que pertencem à ordem díptera, que quer dizer duas asas,) podem trazer mais doenças do que se imagina. A pesquisa identificou mais de 300 tipos de bactérias na mosca doméstica e na mosca varejeira (espécies mais comuns em ambientes urbanos e lugares quentes).

Para o estudo, foram analisadas moscas de três continentes diferentes, sendo que na mosca doméstica foram encontradas 351 tipos diferentes de parasitas e na varejeira, 316. Verificou-se também que os micro-organismos são agentes transmissores de infecções no estômago e a causa de intoxicações e pneumonia. A pesquisa indica ainda que as moscas podem contribuir para a transmissão de agentes patogénicos em situações de surtos, e isso, segundo os pesquisadores, tem sido negligenciado pelas autoridades de saúde pública.

Apesar de serem pragas e vectores de bactérias patogénicas que causam doenças graves em certas circunstâncias. Segundo especialistas, as moscas também têm uma importância para o meio ambiente, pois, assim como as abelhas, algumas delas são insectos polinizadores e podem ajudar a ciência em outros sentidos. A amostra de microbiomas de uma mosca, por exemplo, poderia ajudar no estudo do conteúdo microbiano de alguns ambientes mais difíceis de alcançar com os métodos tradicionais.

Em média, a mosca, no seu estado adulto, vive durante cerca de 30 dias. Elas passam por um ciclo completo de quatro estágios: ovo, larva, pupa e adulto; procriam, sobretudo, em substâncias derivadas de carne, por vezes queijo.

### 8.19 Operadoras pedem moratória na caução de 5% dos contratos

*Jornal Expansão*

*16 De Abril de 2021*

Parte das empresas seleccionadas para a limpeza pública e recolha de resíduos sólidos em Luanda pediram ao Governo Provincial de Luanda uma moratória para o pagamento dos 5% de caução do valor do contrato previsto no regulamento do procedimento de contratação emergencial, apurou o *Expansão*.

O regulamento a que o *Expansão* teve acesso prevê que esta caução deveria ser paga no prazo máximo de até 10 dias a contar da data da notificação da decisão. Ou seja, as empresas tinham até 14 de Abril para regularizar a situação. Esta caução deve ser devolvida até três meses depois do fim do contrato, desde que a empresa tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

Como se sabe, a exigência do pagamento de caução é uma forma de as entidades contratantes garantirem que as empresas contratadas têm capacidade para garantir a boa execução dos serviços, o que no caso da limpeza urbana da capital pode estarem causa.

Fonte do GPL avançou que algumas das empresas querem mais tempo para o pagamento da caução, sem ter avançado se o governo de Joana Lina aceitou esse pedido.

O não pagamento da caução no tempo previsto é uma das situações que pode levar à caducidade dos contratos, de acordo com o regulamento.

Especialistas em contratação pública entendem que o governo de Joana Lina não tem competência para conferir esta moratória, já que a lei não prevê esta possibilidade e obriga que os contratos assinados devem ser enviados para o Serviço Nacional da Contratação Pública do Ministério das Finanças

A caução, de acordo com o governo de Luanda, é para "garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações estipuladas pelo contratos", podendo "a Entidade Pública Contratante usar esta verba, sem necessidade prévia de decisão judicial ou arbitral para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas pelo não cumprimento ou incumprimento dos contratos".



O caderno de encargos do concurso apresenta um conceito de limpeza urbana muito lato e as empresas terão a responsabilidade não apenas de garantir a recolha e envio para aterro e limpeza das ruas (varredura manual e mecânica e lavagem de passeios e ruas) como também "controlo de vectores, poda de árvores, capinagem, desassoreamento e desobstrução de valetas e sarjetas e limpeza de praias". O controlo de vectores compreende o controlo de todo o tipo de praga de insectos, com "intervenções de pulverização para combate dos vectores da malária", bem como "desbaratização e desratização", serviço que já deixou de se ver na capital há largos meses.

F.D.

## 8.20 Praga de moscas que assola Luanda só poderá ter fim em junho

*Novo Jornal*

*16 De Abril de 2021*

*Texto: Dulcineia Lafua e Lúcia Onde*

Má notícia para quem já não suporta lidar com as moscas que, nos últimos meses, um pouco por toda a Luanda, «tomaram de assalto» casas, locais de trabalho e espaços de lazer: elas poderão «fazer-nos companhia» até Junho. A previsão é de Rosa Pacavira, especialista em Entomologia, a área da Biologia que estuda os insectos sob todos os seus aspectos e relações com o homem, as plantas, os animais e o meio-ambiente.

"Elas [as moscas] aparecem com as altas temperaturas e, como estamos em época quente, o surgimento delas é maior", explica a estudiosa, que avança que outro factor causador da 'praga' que assola a capital são os elevados amontados de lixo em estado de putrefacção que se regista na capital.

Entretanto, enquanto não chega o sexto mês do ano, várias são as peripécias por que passam os cidadãos obrigados a «conviver» com estes insectos que chegam a medir até oito milímetros de comprimento, residindo em locais imundos e podendo carregar mais de 300 bactérias nocivas à saúde, numa vasta lista de doenças como diarreias, pneumonias, febre tifóide, cólera ou esterilidade.

Por isso, no combate à praga, há quem tenha optado por substituir os habituais frascos de insecticidas por métodos mais duros. Por exemplo, Roseane Ferreira, moradora do bairro Socola, no distrito do Sambizanga, admite já ter limpadado o chão com água e petróleo, tal era o 'aperto' por que passava devido à praga de moscas.

"Nos primeiros dias que comecei a notar a presença de moscas em casa, comprava insecticidas para combatê-las, tapava os charcos de água, mas quase não tinha êxito", recorda, lamentando que em plena capital se tenha de passar por situações tão constrangedoras, sobretudo no horário das refeições.

"Tens de prestar muita atenção para não correr o risco de comer uma mosca. Elas já não têm hora para aparecer: Mesmo a limpar o chão com petróleo, as moscas já não fogem", queixa-se Roseane Ferreira, que vê os seus lamentos, praticamente, 'replicados' por Ferreira Pedro, proprietário de um restaurante na Baixa de Luanda, que revela ao Novo Jornal qual tem sido, nos últimos tempos, a sua tarefa tão logo abre o estabelecimento: matar moscas.

"Adoptei um novo método, pulverizo o meu espaço com lixívia em pó, passando a usar ventoinhas com água para afugentá-las", explica Ferreira Pedro, que pede-a quem de direito que resolva a questão dos amontoados de lixo, temendo pelo surgimento de doenças como a cólera.

Estudos que aliviam, desde que as autoridades colaborem Felizmente, e para o alívio dos "caluandas", a entomóloga ou entomologista Rosa Pacavira não é apenas portadora de más notícias. Essa docente da mais antiga universidade do País revela, em declarações ao Novo Jornal, que a instituição a que pertence está a desenvolver um estudo sobre o ciclo de vida desses insectos, sobretudo das moscas domésticas e a varejeiras.

Segundo a professora, estudos realizados por estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto indicam ser possível combater-se as moscas, usando apenas plantas medicinais. De acordo com Rosa Pacavira, os estudantes têm efectuado trabalhos com várias plantas e, neste momento, já é possível falar-se em "resultados promissores".

"Estamos a desenvolver insecticidas à base de plantas muito conhecidas cá, como, por exemplo, o Neern, vulgo 'Cura-Tudo. Do seu fruto, extraímos um óleo que é altamente mortífero para as moscas e outros insectos. Temos também o rícino, manjerição e o eucalipto, que, bem aproveitados, ajudarão a combater as moscas", assegurou a responsável, antes de sublinhar que todo o grupo de trabalho está disponível para colaborar com as autoridades, com vista a pôr fim à praga que já vai aticando o senso de humor de alguns internautas angolanos, que, por exemplo, vão apelidando as moscas de "nossos novos animais de estimação".

Na breve entrevista ao Novo Jornal, Rosa Pacavira também aproveitou para deixar alertas como estes:

"As moscas domésticas de cor castanha e com listas pretas, o que temos em abundância nas nossas casas, podem transportar 315 bactérias e a varejeira, 316 e são altamente perigosas".

Entretanto, enquanto Luanda se bate com a praga de moscas, vendedores ambulantes e não só aproveitam para facturar, com vista à venda de insecticidas, com preços diversos e para todos os bolsos e gostos, em valores a variar entre 100 e 2000 kwanzas.

## 8.21 «Um país com muitas moscas indica que o saneamento é débil»

*Novo Jornal*

*16 De Abril de 2021*

*Texto: Dulcineia Lafua*

Especialistas ouvidos pelo Novo Jornal foram unânimes nas abordagens e "atiram" a culpa pelo número elevado de moscas que se tem visto um pouco por toda a capital aos enormes amontoados de lixo espalhados em Luanda. Os técnicos alertam para um possível surto de doenças diarreicas.

Por exemplo, Domingos Cristóvão, especialista em Saúde pública, entende que os amontoados de lixo, devido à grande variedade de resíduos orgânicos, "são provedores de moscas responsáveis pelas diarreias, amibiase, járdias, disenteria, cólera, febre tifóide e vômitos". Aliás, para este técnico, "um País com muitas moscas dá indícios claros de que o saneamento é débil".

"Caso não tratarmos da questão do lixo, continuaremos a ter a companhia das moscas. Isso pressupõe que, nos próximos dias, teremos enchentes nas nossas unidades sanitárias com pacientes apresentando quadros de diarreia, cólera, febre tifóide, entre outras doenças", alertou.

E essas enchentes nas unidades, prossegue Domingos Cristóvão, farão que se esgotem os recursos humanos e os materiais e gastáveis, "acabando, assim, por empobrecer o sector da Saúde". Por outro lado, acrescenta Domingos Cristóvão, tudo isso poderá aumentar a fadiga dos profissionais de saúde, o que fará que "não haja humanização dos serviços".

Domingos Cristóvão diz ainda que, através das patas, as moscas conseguem carregar milhões de micróbios nocivos à saúde do homem. Por isso, apelou às pessoas para condicionarem o lixo em locais próprios e fazerem o uso de fumigação intra e extra-domiciliar, bem como o uso de insecticidas.

«Estamos a alimentar as moscas»

José Alexandre Palanca, especialista em Saneamento Básico e engenheiro sanitário, explica que as moscas domésticas e moscas varejeiras - que são as mais comuns e frequentemente chamadas de "moscas das imundícies", porque se alimentam e se reproduzem em graças ao lixo, estrume e vegetação em decomposição - aparecem em determinado ambiente quando há muitos materiais orgânicos.

"As larvas das moscas alimentam-se desses materiais e onde é que encontramos essas matérias? Nos lixos. Logo, com os amontoados de lixo que não foram recolhidos desde o ano passado, estamos a alimentar as moscas", disse, antes de recordar que "as moscas frequentemente vomitam e excretam nas superfícies em que pousam, sendo potenciais transmissores de doenças aos seres humanos".

De acordo com este engenheiro sanitário, todas as moscas voam em média 30 km/dia e carregam consigo elementos nocivos à saúde. "Como vivem na imundície, as moscas levam sujeira para todo o lugar. Quando pousam nos alimentos, podem contaminá-los com bactérias e outros microrganismos patogénicos, propagando doenças como diarreia, cólera ou febre tifóide".

Luanda produz, mensalmente, 276 mil toneladas de lixo, o que perfaz mais de 3,3 milhões de toneladas/ano. Segundo José Palanca, com a falta de recolha, a capital continuará a ter moscas.

Há evidências de que as moscas surgiram há cerca de 65 milhões de anos, no tempo dos dinossauros. Alguns cientistas dizem que, no começo, elas viviam no Oriente Médio e uma única mosca pode colocar até 900 ovos.

## 8.22 Carolina Cerqueira já deu os primeiros passos na missão que lhe confiou JLO

*Novo Jornal*

*23 De Abril de 2021*

Se vossas excelências assim determinam, assim será-o. Foi com essas palavras que a governadora Joana Una «entregou» a limpeza de Luanda a Carolina Cerqueira, na passada terça-feira, 20, durante uma reunião liderada pelo PR, em que João Lourenço oficializou a ministra de Estado para Área Social como a nova «tirnoneira» da limpeza e saneamento da capital. Aliás, Carolina Cerqueira não perdeu tempo, como se viu na noite de quarta-feira, 21, quando liderou o alto grupo governamental que visitou Cazenga para mostrar solidariedade para com as vítimas das últimas

enxurradas, cujos dados oficiais apontam para 24 mortes.

O NJ sabe que o envolvimento de empresas privadas de construção civil é uma forma que o Executivo encontrou para, além da questão do lixo, tratar-se da limpeza das valas de drenagem e outras infra-estruturas que têm sucumbido à força das chuvas. Por isso, antes mesmo do final desta semana, a recém-criada Comissão Interministerial vai ser oficialmente anunciada ao público, uma vez que o plano do Executivo é que o grupo de trabalho entre verdadeiramente em acção a partir de segunda-feira, 26. O NJ apurou ainda que Joana Lina tem o cargo «preso por um fio» devido à situação do lixo na província, que, como revelou a ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, na já citada reunião de terça-feira, 20, tem sido responsável pelos surtos de doenças diarreicas e vômitos nalgumas unidades hospitalares da capital.

Nova frente de limpeza: empresas, onde vão actuar e quanto cada zona produz de lixo/ano

A Comissão Interministerial liderada pela ministra de Estado para Área Social, Carolina Cerqueira, convocou 11 empresas privadas ligadas ao sector da construção civil para trabalhos profundos no saneamento da província

### 8.23 Gestão do Aterro Sanitário dos Mulenvos atrai mais de 50 empresas

*Jornal O PAÍS*

*23 De Abril de 2021*

*Texto: Patrícia de Oliveira*

Milton Reis referiu que continua aberto o concurso internacional para gestão do Aterro Sanitário dos Mulenvos, em Luanda, que vai decorrer até 29 de Abril do ano em curso.

“Desde a publicação do concurso para a gestão do Aterro Sanitário dos Mulenvos, no dia 29 de Março do corrente ano, foram recebidas 51 propostas de empresas. Deste total, 15 foram recebidas na semana transacta”, ressaltou.

No briefing semanal do MEP, Milton Reis frisou que o projecto de concessão para a gestão do Aterro dos Mulenvos, aprovado pelo Despacho Presidencial 34/21 de 24 de Março, será implementado numa modalidade de parceria público-privada.

A gestão do Aterro Sanitário dos Mulenvos prevê a triagem e valorização dos resíduos sólidos, através da

reciclagem, venda dos resíduos sólidos, compostagem, biogás, produção de energia, por intermédio da biomassa.

O objectivo passa por melhorar a cadeia de gestão de resíduos em Luanda, através da optimização das infra-estruturas do aterro sanitário, que foi projectado em 2007 para 2.500 toneladas diárias e em 2020 recebia 6.500 toneladas de resíduos por dia. Do ponto de vista técnico, os especialistas consideram que o Aterro Sanitário dos Mulenvos já não cumpre os critérios para ser considerado um aterro, mas sim uma lixeira controlada.

De lembrar que este aterro, localizado no município de Viana, foi o único projectado no país, até meados de 2020, quando abriu o Aterro Sanitário da Catenguenha, no Huambo. O resto são lixeiras a céu aberto e valas sanitárias.

Para ultrapassar parte do problema e com carácter emergencial, em Fevereiro passado o Presidente da República aprovou um Procedimento de Contratação Emergencial, no valor de 34,8 mil milhões Kwanzas, para limpeza urbana até ao final deste ano.

### 8.24 GPL contorna a lei e viabiliza contratos sem operadores depositarem caução

*Jornal Expansão*

*23 De Abril de 2021*

*Texto: Olga Leite e Faustino Diogo*

O Governo Provincial de Luanda não deveria ter procedido à adjudicação dos contratos com as sete operadoras que venceram o concurso para a recolha de lixo na capital do país já que nenhuma depositou a caução de 5% sobre o valor do contrato, uma exigência que consta no caderno de encargos do concurso, que o próprio GPL definiu, e que segundo a lei é motivo para deixar cair a adjudicação. De acordo com vários juristas consultados pelo Expansão, o procedimento concursal começou já enviado, uma vez que há dúvidas sobre se o decreto presidencial n.º 17/21 de 23 de Fevereiro, que dá origem a este concurso do GPL, deveria ser emergencial. Isto porque, segundo Nilton Caetano, "não é correcto proceder à abertura do procedimento específico de Contratação Emergencial quando ainda não aconteceram estas situações, muito menos para evitar por exemplo inundações, tempestades, bem como surtos endémicos, epidémicos ou pandémicos", refere o professor universitário de contratação pública.

Já no caderno de encargos que disponibilizou em Março aos operadores que concorreram ao concurso para limpeza urbana, o Governo Provincial de Luanda, previa de antemão alguns dos problemas que se vieram a verificar, como quando refere que "estando-se em plena época chuvosa, prevendo-se nos próximos dias e meses a ocorrência de chuvas frequentes", que "combinada" com os "amontoados de lixo nas vias públicas", admite o GPL, "constitui um sério perigo à saúde pública". Ou seja, nada imprevisível, tudo previsto, admitem juristas.

De confusão em confusão, em vez de enquadrar o concurso no Procedimento de Contratação Emergencial, que o Art. ° 148° da recente Lei dos Contratos Públicos aligeira e facilita com algumas excepções, - dispensando até a obrigatoriedade de constituição da Comissão de Avaliação, bem como ao nível dos documentos de habilitação e até mesmo da "redução do contrato a escrito" -, o GPL acabou por colocar 'pedras na engrenagem', tendo transposto para o caderno de encargos procedimentos mais pesados e burocráticos, previstos na LCP. Na prática, tratou deste concurso com um procedimento de um concurso simplificado, mais moroso e exigente que o emergencial que era a orientação do chefe de Estado.

Terão sido até este tipo de confusões que levaram, na semana passada, fonte do Ministério das Finanças a criticar ao Expansão a forma como o GPL tratou de toda esta questão, adiantando que os contratos apresentavam irregularidades e que estavam a ser revistos num escritório de advogados "muito conhecido" em Luanda. De acordo com a fonte, as irregularidades devem-se "à pouca experiência do gabinete jurídico" do GPL já que após a entrada da governadora Joana Lina foram afastados alguns elementos que tinham know how para a realização deste tipo de contratos. Também pelo facto de estarmos perante o primeiro procedimento de contratação pública, no âmbito da nova Lei dos Contratos Públicos, em vigor há apenas quatro meses, que pode "representar jurisprudência em matérias emergenciais", segundo avançou um causídico.

A caducidade da adjudicação Depois de já ter nascido torto, segundo advogados, surge mais um problema no concurso que resulta do facto de o GPL ter avançado para os moldes de um concurso simplificado em que as peças contratuais que constam no caderno de encargos exigiam o pagamento de uma caução sobre o valor total do contrato a celebrar entre o GPL e as novas operadoras.

Segundo apurou o Expansão, o GPL não cumpriu nem fez cumprir a obrigatoriedade de pagamento da

caução "no prazo máximo de 10 dias a contar da data de notificação da decisão da adjudicação" (ponto 21.2 do Procedimento de Contratação Emergencial), que o próprio GPL diz constituir motivo para "caducidade da adjudicação", caso não se verifique a "não prestação da caução".

Esta caducidade está também prevista no Art. ° 102° da Lei dos Contratos Públicos (LCP) que no ponto 1 refere que "a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo C ..) a caução que lhe seja exigida", prevendo a alínea 2 do mesmo artigo que a entidade responsável pela contratação deve "adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente".

N a semana passada, o Expansão avançou que as operadoras tinham solicitado uma moratória ao GPL para o pagamento destas cauções. Entretanto, esta quarta-feira, dia em que os contratos deram finalmente entrada no Serviço Nacional de Contratação Pública, o Expansão apurou que o depósito dessas cauções ainda não se tinha verificado. Note-se que a exigência de cauções serve para garantir que as empresas que vencem os concursos têm capacidade financeira para executar os contratos públicos adjudicados.

Segundo o advogado e professor universitário na cadeira de contratação pública, Nilfon Caetano, o Art. ° 109° da LCP é claro relativamente à minuta do contrato que é aprovada pela entidade contratante "depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário". Ou seja, as minutas só deveriam ter sido enviadas às operadoras escolhidas depois da caução paga e só em casos excepcionais, como prevê o Art.° 96° da LCP, "sempre que devidamente fundamentado", a caução "pode ser prestada após a assinatura do contrato". Apesar das várias tentativas, o Governo Provincial de Luanda nunca respondeu aos pedidos de esclarecimentos do Expansão. O procedimento concursal, que começou enviesado, já consumiu quase um mês em avanços e recuos administrativos, enquanto o lixo se avoluma na capital.

## 8.25 Incapacidade do GPL obriga PR a criar mega comissão para limpar-Luanda

*Novo Jornal*

*23 De Abril de 2021*

*Texto: Teresa Fukiady*

O Presidente da República criou, esta semana, uma comissão interministerial que terá por objectivo

auxiliar a governadora de Luanda, Joana Lina, na dura 'guerra' que tem travado com o lixo, apurou o Novo Jornal junto de fonte ligada ao processo. João Lourenço, diz a fonte deste jornal, justifica a decisão com a "necessidade de haver melhor acompanhamento da situação do saneamento básico na província".

A Comissão interministerial será liderada pela ministra de Estado para Área Social, Carolina Cerqueira, e terá como propósito ajudar a governadora Joana Lina, que se tem visto sem solução para dar fim ao problema dos amontoados de lixo espalhados por toda a província.

Carolina Cerqueira e a sua comissão foram, no entanto, orientadas a não "importunar" Joana Lina nos aspectos de gestão que nada tenham a ver com os propósitos que levaram o Chefe de Estado a criar este grupo.

A comissão convocou, para segunda-feira, 26, as antigas e as novas empresas de recolha de resíduos sólidos e até mesmo instituições ligadas à construção civil, para uma megacampanha de limpeza da província.

O Novo Jornal sabe que as empresas cujos contratos foram rescindidos por Joana Lina no final do ano passado também foram chamadas por Carolina Cerqueira para participar desta empreitada, devido à fragilidade das actuais, como, por exemplo, a falta de equipamentos.

Além de Carolina Cerqueira, integram a comissão o ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do PR, Pedro Sebastião; o ministro da Administração do Território, Marçyl Lopes; a ministra das Finanças, Vera Daves; a ministra da Saúde, Inês Lutucuta, e ainda o ministro das obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares.

As mexidas que não funcionaram A capital vive desde finais do ano passado 'afundada' em amontoados de lixo e cheiro nauseabundo por todos os cantos, após a decisão da governadora de rescindir os contratos que o Governo Provincial de Luanda (GPL) mantinha com as seis operadoras de limpeza e recolha de resíduos sólidos desde 2016, por alegadamente serem onerosos para os cofres do Estado. A título de exemplo, em 2020, a facturação das operadoras de limpeza em Luanda cifrou-se em mais de 168,3 mil milhões de kwanzas, tendo sido pago pelo GPL o valor de 9,7 mil milhões de kwanzas correspondentes a 6% do valor total facturado.

Entretanto, desde o início do mês que Luanda tem sete novas empresas de recolha de resíduos sólidos, que foram aprovadas num concurso público. Contudo, as empresas contratadas pelo GPL têm dados sinais de incapacidade de cumprir com a missão de limpar a cidade devido à falta de equipamentos e materiais. Por isso, aliás, o Grupo Parlamentar da UNITA já veio a público pedir a exoneração da governadora de Luanda, alegando "incompetência" face ao problema do lixo.

Concurso público sob suspeita Segundo apurou o NJ, os contratos do GPL com as empresas que venceram o concurso público para a limpeza da província, até ao fecho desta edição, quarta-feira, 21, ainda não tinham sido entregues ao Serviço Nacional de Contratação Pública (SNCP), por supostamente estarem evitados de irregularidades, falhando-se, assim, o prazo dos 15 dias previstos pelo MINFIN.

Entretanto, contactado por este semanário, o coordenador da Comissão de Avaliação e director do Gabinete Jurídico do GPL, Domingos Eongo Alegria, nega a informação, assegurando, sem precisar a data, que os documentos já foram entregues às Finanças.

"O processo já está finalizado e nunca houve correções. As empresas estão a executar o contrato. Nunca fomos notificados sobre qualquer irregularidade", assegura.

Concurso público sob suspeita segundo apurou o NJ, os contratos do GPL com as empresas que venceram o concurso público para a limpeza da província, até ao fecho desta edição, quarta-feira, 21, ainda não tinham sido entregues ao Serviço Nacional de Contratação Pública (SNCP), por supostamente estarem evitados de irregularidades, falhando-se, assim, o prazo dos 15 dias previstos pelo MINFIN.

Entretanto, contactado por este semanário, o coordenador da Comissão de Avaliação e director do Gabinete Jurídico do GPL, Domingos Eongo Alegria, nega a informação, assegurando, sem precisar a data, que os documentos já foram entregues às Finanças.

"O processo já está finalizado e nunca houve correções. As empresas estão a executar o contrato. Nunca fomos notificados sobre qualquer irregularidade", assegura.

JLO disponibilizou mais de 34 mil milhões Kz para limpeza de Luanda

O Presidente da República autorizou, em Fevereiro, por meio de um despacho, uma despesa de 34,8 mil milhões/Kz para abertura de um procedimento de

contratação emergencial para serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos na província de Luanda. Ainda em Fevereiro, João Lourenço determinou a abertura de um crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Estado de 2021, no valor de 27,9 mil milhões de kwanzas, para "suportar as despesas relacionadas com a concessão de serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos na província de Luanda".

A limpeza pública é considerada um dos maiores problemas de Luanda, que tem mais de oito milhões de habitantes. A província tem urna produção anual de mais de 3,3 milhões de toneladas de resíduos sólidos. Luanda, Viana e Cazenga são os municípios que mais produzem «lixo» com um registo de mais de um quilo por dia por habitante.

teresa.fukiadvenovojornal.co.ao

## 8.26 MINFIN e UNICEF lançam Orçamento Cidadão

*Novo Jornal*

*23 De Abril de 2021*

Proporcionar uma compreensão simples do Orçamento Geral do Estado (OGE) é o principal propósito do programa 'Orçamento Cidadão', lançado nesta semana em Luanda, numa parceria entre o Ministério das Finanças (MINFIN) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

"O OGE procura realizar aquilo que é o objecto de estudo da ciência económica: a alocação de recursos escassos para satisfazer necessidades ilimitadas. O Orçamento Cidadão' procura proporcionar uma compreensão simples do 'que é o OGE", referiu a ministra das Finanças, Vera Daves.

Falando perante uma plateia preenchida de jovens estudantes, a governante salientou que o 'Orçamento Cidadão' é uma demonstração inequívoca do compromisso do MINFIN e do Executivo, de uma maneira geral, com a transparência e a literacia para uma cidadania participativa e responsável.

"Há já vários anos que fazemos e publicamos esta versão simplificada do OGE. Mas queremos que tenha mais visibilidade, mais utilidade, como forma de reforçar a literacia financeira de todas as angolanas e de todos os angolanos", sublinhou Vera Daves.

Já Andrew Trevett, representante do UNICEF, defendeu, na ocasião, que a cooperação tem como base o interesse mútuo: "Esta parceria ( ... ) também contribuições técnicas ao orçamento e a auscultação da sociedade civil, bem como a elaboração de estudos

e análises com enfoque nas finanças e no desenvolvimento social. A actividade que decorre aqui neste lugar faz parte destas iniciativas e das plataformas de diálogo conjuntos para pro- mover o entendimento sobre o OGE".

Novo Jornal

## 8.27 "Se pagássemos a caução ficávamos sem dinheiro para o lixo"

*Jornal Expansão*

*23 De Abril de 2021*

Se depositassem o equivalente a 5% do valor dos contratos algumas das operadores ficariam sem condições para dar início aos trabalhos contratualizados com o GPL, avançaram fontes das operadoras ao Expansão.

"A prioridade é acabar com o lixo em Luanda. Se pagássemos a caução nos prazos ficaríamos com menos condições para realizar o nosso trabalho. Precisamos de dinheiro para comprar material como contentores, má- quinas e outros meios importantes para a realização do trabalho", adiantou uma das fontes.

"Não tendo ainda recebido qualquer dinheiro do Governo Provincial de Luanda as empresas estão a usar os seus recursos financeiros e de certa forma estão condicionadas e limitadas. E isso torna praticamente impossível pagar neste momento a caução, apesar de devida", reconhece o responsável de uma das operadoras já no terreno.

Segundo esta fonte, o fim do lixo nas ruas da capital ainda não tem data prevista, apesar de algumas operadoras terem avançado o final do mês para que Luanda deixe de ser vista como a "capital do lixo" "Entendo que alguns colegas avancem este período mas muito dificilmente será cumprido. Vai diminuir, mas acabar não. Porque o passivo de lixo é enorme e cresce todos os dias. Grande parte da capacidade de recolha das operadoras ainda não está a 100 por cento, por isso acho que devemos levar mais algum tempo para resolver estes passivos", disse.

Até lá, o lixo continuará a ser uma realidade nas ruas de Luanda para desagrado dos cidadãos. "As novas empresas de limpeza estão a trabalhar há quase um mês, mas o lixo continua. Com as chuvas a situação piora, sobretudo nas zonas suburbanas, onde os carros de recolha não estão a entrar", desabafou um dos moradores na capital do País.

Entretanto, o Governo Provincial de Luanda submeteu esta quarta-feira ao Serviço Nacional de Contratação Pública os contratos entretanto revistos com as operadoras, apurou o Expansão junto de fonte do Governo. Fontes das operadoras adiantaram desconhecer as alterações a estes contratos.

"Para nós, os contratos assinados em Março continuam válidos tal e qual assinámos", disse ao Expansão o responsável de uma das empresas.

## 8.28 Joana Lina pede desculpas aos cidadãos pelos amontoados de lixo

*Jornal O PAÍS*

*24 De Março de 2021*

O gesto foi manifestado ontem, em declarações à imprensa, depois de ter depositado uma coroa do flores no túmulo do Soldado Desconhecido, na rua Primeiro Congresso do MPLA, no distrito urbano da Ingombota (Luanda), para assinalar o Dia da Libertação da África Austral e 33.º aniversário da Batalha do Cuito Cuanavale

Na ocasião, a governadora Joana Lina pediu desculpas aos munícipes, pelos constrangimentos que o lixo está a causar, garantindo que está em fase de conclusão o concurso público para contratação de novas operadoras de limpeza a fim de se inverter o actual quadro, nos próximos dias. Em relação à efeméride, Joana Lina sublinhou que tem significado histórico para os angolanos, visto que foi com a Batalha do Cuito Cuanavale que Angola marcou o continente africano e em particular a região da África Austral, com uma acção militar que contribuiu para a independência da Namíbia e o fim do "apartheid" (então regime segregacionista) na África do Sul.

Para a governadora, o legado tem de continuar a ser passado à nova geração, no sentido de perceberem o sacrifício consentido pelos mais velhos, para o alcance da paz e preservação da História.

Por seu turno, o secretário-geral da Federação dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria de Angola, brigadeiro na reforma, Vicente Júnior, disse que a Batalha do Cuito Cuanavale foi de transcendente importância pelo facto de o país granjear prestígio regional e internacional, reconhecido por todos.

O dia 23 de Março de 1988 marca o fim da Batalha do Cuito Cuanavale, no Sudeste de Angola, onde as extinta FAPLA (Forças Armadas Populares de

Libertação de Angola) e as FAR (Forças Armadas Revolucionárias, de Cuba) confrontaram o exército da maior potência militar regional, a África do Sul, e as forças da UNITA.

## 8.29 "Concurso público não será anulado"

*Jornal de Angola*

*25 De Abril 2021*

*Texto: Miguel Gomes*

O concurso público para a recolha de lixo em Luanda, que foi concluído no início de Março, "não será anulado, nem se coloca essa questão", disse, ontem, em conferência de imprensa, a governadora provincial.

"O concurso mantém-se de pé. As duas partes - Governo Provincial de Luanda (GPL) e empresas contratadas - sabem as obrigações que devem cumprir. Mesmo assim, registámos, com agrado, a iniciativa e a ajuda orientada pelo Presidente da República", frisou Joana Lina.

A governante explicou, ainda, que os contratos foram devidamente assinados e os acordos "estão todos em operação". Joana Lina justifica os enormes focos de resíduos espalhados pelos nove municípios da província, mesmo depois da entrada em vigor dos novos contratos, com o passivo acumulado durante o período em que não houve recolha de lixo.

O grupo de trabalho, que envolve Carolina Cerqueira (ministra de Estado para a Área Social), Vera Daves (ministra das Finanças), Pedro Sebastião (ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança), Manuel Almeida (ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território) e Sílvia Lutucuta (ministra da Saúde) vai apoiar o GPL durante "o tempo que for necessário".

"Não estamos a falar de uma campanha dirigida por um ou dois dias. Pretendemos que as acções sejam concretizadas da forma mais célere possível, mas é uma iniciativa sem tempo definido", disse Joana Lina.

Dívida superior a 300 milhões de dólares

Durante a conferência de imprensa, que juntou todos os membros da comissão multisectorial de trabalho, Vera Daves confirmou que o GPL acumulou uma dívida superior a 200 mil milhões de kwanzas (mais de 300 milhões de dólares) com as antigas operadoras.

A dívida é relativa aos serviços de limpeza prestados na província de Luanda durante os anos de 2018, 2019 e 2020.

A ministra das Finanças explicou que o anterior modelo de recolha de resíduos era "insustentável" e que a componente financeira teve um papel importante nas decisões que foram tomadas nos últimos meses. Estas medidas deram origem a um novo concurso com o objectivo de baixar os custos associados à limpeza urbana.

Vera Daves admitiu também que será "difícil liquidar o valor em dívida de uma só vez". "Temos proposto aos credores uma combinação de soluções, que passam por um pagamento em dinheiro, complementado com Obrigações do Tesouro e créditos fiscais", disse a ministra das Finanças.

A responsável garantiu que a comissão multisectorial de apoio ao GPL foi criada perante o "imminente risco de saúde pública", apelou à "sensibilidade das empresas" e lembrou que as eventuais facturas pelos serviços prestados "devem levar em consideração o contexto do país".

"Sabemos que as empresas não são instituições de caridade. Mas uma eventual crise de saúde pública associada às dificuldades económicas terá um impacto transversal em todos os sectores" referiu Vera Daves.

Para além das empresas, também um "número considerável" de efectivos da Guarnição Militar de Luanda das Forças Armadas Angolanas (FAA), dirigidos pelo GPL, estarão envolvidos no combate aos focos de lixo. "Neste período menos bom da província de Luanda, as FAA são chamadas a emprestar o seu esforço e entrega", disse Pedro Sebastião durante a conferência de imprensa.

### 8.30 Executivo lança mega campanha de recolha de lixo em Luanda

*Jornal de Angola*

*25 De Abril de 2021*

*Texto: César Esteves*

O Executivo lançou, ontem, em Luanda, em conferência de imprensa, uma mega campanha de limpeza para fazer face aos amontoados de lixo espalhados em várias zonas da capital do país.

A campanha arranca amanhã e vai envolver o Governo Provincial de Luanda (GPL), as Forças Armadas Angolanas (FAA), operadoras com tradição

na recolha de lixo e empresas de construção civil, que vão disponibilizar meios técnicos.

A ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, que presidiu à cerimónia de lançamento, afastou qualquer possibilidade de a comissão criada pelo Presidente da República afastar o GPL das suas responsabilidades. "Esta Comissão não pretende substituir-se ao Governo da Província de Luanda, sendo antes um auxiliar para a resolução de um problema gravíssimo específico inerente à acumulação, recolha e tratamento do lixo", clarificou.

A ideia, disse, é evitarem-se males maiores, sobretudo os relacionados com a saúde pública, com a degradação do ambiente e da qualidade de vida. Para o sucesso desta operação, a ministra de Estado para a Área Social diz contar, também, com o "esforço, boa vontade e dedicação" dos habitantes da capital, empresários, organizações não-governamentais, sociedade civil, partidos políticos, igrejas, estabelecimentos de ensino (médio e superior) e órgãos de Defesa e Segurança.

"Todos somos poucos para tão ingentes tarefas, razão pela qual esperamos que a defesa do bem-comum, da saúde e bem-estar das populações fale mais alto e nos permita continuar a coordenar as acções com grande sentido de responsabilidade colectiva", destacou.

A governante apontou as situações difíceis que Luanda tem enfrentado nos últimos meses, provocadas, sobretudo, pela Covid-19, pela ausência de limpeza e pelas fortes chuvas que têm fustigado a cidade.

Carolina Cerqueira salientou que alguns problemas que enfermam a capital, podiam ser minimizados se tivessem sido implementadas medidas adequadas de drenagem das águas pluviais, construção de infra-estruturas, controlo das construções anárquicas em linhas de água, nas encostas e até mesmo em valas de drenagem, realidade que coloca várias famílias em situação de grande risco.

#### Requalificação urbana

A ministra de Estado para a Área Social revelou ser vontade do Presidente da República que, depois da conclusão desta operação, o próximo passo seja a requalificação urbana, que deve ser encarada como um processo estratégico, envolvendo a articulação e integração de diversas componentes, tais como habitação, cultura, coesão social, espaço público e mobilidade.



"Para o efeito, o Executivo pensa adoptar uma política de cidades cujos programas urbanos valorizem não só o território como, também, o nosso património material e espiritual, capaz de contribuir para o progresso e o desenvolvimento económico do país", realçou.

A ministra da Saúde, também presente no evento, descartou a existência de casos de cólera em Luanda. Sílvia Lutucuta disse que os testes de despiste da doença, realizados até ao momento, apresentam resultados negativos. Apesar disso, prosseguiu, tem vindo a ser reforçada a vigilância epidemiológica para prevenir casos da doença em Luanda. Face a um possível surgimento da doença na capital do país, a ministra exorta as famílias a ferverem a água para beber, lavar sempre as mãos com água e sabão e a varrerem os quintais e zonas comuns.

### 8.31 Guarnição Militar de Luanda vai ajudar limpar Luanda

*Jornal o PAIS*

*25 De Abril de 2021*

*Texto: Ireneu Mujoco*

Segundo o ministro, os militares vão intervir onde forem chamados, pelo Governo Provincial de Luanda, para darem o seu contributo no estancamento de lixo.

Pedro Sebastião falava ontem, em conferência de imprensa, na apresentação do Programa de Recolha de Resíduos sólidos que contará com 12 empresas públicas, a cooperarem em Viana, Cacucaco, Kilambi Kiaxi, circunscrições onde há maior foco de lixo, por tempo indeterminado, disse existir um número considerável de efectivos militares mobilizados para o efeito.

O ministro não precisou o número de efectivos que estarão envolvidos nesta operação, avançando que eles estarão o tempo necessário.

Comedido nas suas declarações, disse que a intervenção das FAA enquadra-se na sua responsabilidade social, em tempo de paz, e acredita num sucesso desta operação.

Por sua vez, a ministra de Estado para Accção Social, Carolina Cerqueira, que apresentou o programa, informou que o modelo não visa substituir a acção da governadora de Luanda, mas auxilia-la neste processo.

Informou que o programa de iniciativa presidencial poderá levar tempo a der desenvolvido, tendo a sua

complexidade, pelo que conta com a colaboração da população, empresários, partidos políticos, igrejas e Organizações Não Governamentais.

Para dar resposta à situação, a Comissão Multisectorial é constituída, além da Casa Militar do Presidente da República, pelos Ministério da Construção e Urbanismo, da Saúde, segundo a ministra.

Esclareceu que esta comissão tem como objectivo específica a ajudar o Governo da província de Luanda a resolver os problemas inerentes à acumulação, recolha e tratamento de lixo, para se evitar males maiores.

Requalificação do lixo

Na conferência de imprensa, o ministro das Obras Públicas que também interveio, disse que 12 empresas estão disponíveis para ajudar os focos de lixo em Luanda. Manuel Tavares não revelou o nome das empresas que participam nesta campanha no quadro da responsabilidade civil.

### 8.32 Campanha de recolha de lixo arranca hoje

*Jornal de Angola*

*26 De Abril de 2021*

Uma mega campanha de limpeza, para fazer face aos amontoados de lixo espalhados em várias zonas da capital do país, lançada no sábado, pelo Executivo, arranca hoje, em Luanda.

A campanha vai contar com o Governo Provincial de Luanda (GPL), as Forças Armadas Angolanas (FAA), operadoras com tradição na recolha de lixo e empresas de construção civil, que vão disponibilizar meios técnicos.

A ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, afastou qualquer possibilidade de a comissão criada pelo Presidente da República afastar o GPL das suas responsabilidades. "Esta comissão não pretende substituir-se ao Governo da Província de Luanda, sendo antes um auxiliar para a resolução de um problema gravíssimo específico inerente à acumulação, recolha e tratamento do lixo".

"Todos somos poucos para tão ingentes tarefas, razão pela qual esperamos que a defesa do bem-comum, da saúde e bem-estar das populações fale mais alto e nos permita continuar a coordenar as acções com grande sentido de responsabilidade colectiva", destacou.

Carolina Cerqueira apontou as situações difíceis que Luanda tem enfrentado nos últimos meses, provocadas, sobretudo, pela Covid-19, pela ausência de limpeza e pelas fortes chuvas que têm fustigado a cidade.

### 8.33 Especialista diz que acúmulo de lixo, chuvas e seca trarão graves impactos epidemiológicos nos angolanos

*Jornal OPAÍS*

*26 De Abril de 2021*

*Texto: Maria Teixeira e Nambi*

*Wanderley*

Em entrevista exclusiva ao jornal OPAÍS, Euclides Sacomboio disse que, hoje, o país em termos epidemiológico concentra-se em resolver os problemas da Covid-19, mas vários outros desafios sociais se transformarão em problemas epidemiológicos.

Explicou que o acúmulo de lixo em Luanda, as chuvas, a seca e a praga de gafanhotos, e outros problemas sociais, como o desemprego e a falta de oportunidades, terão impacto grave na situação epidemiológica, nos próximos tempos.

Segundo o especialista, o acúmulo de lixo, associado às chuvas, trará problemas como a cólera, as doenças diarreicas, as gastroenterites, as contaminações alimentares e outros problemas de saúde ainda por descobrir.

“Sem contar que com as águas paradas teremos a proliferação de mosquitos, moscas do sono e outras pragas que farão circular o nosso inquilino mais conhecido, que é a malária, assim como a dengue, a chicungunya, a doença do sono e outras doenças tropicais”, alertou. Sublinhou que a praga de gafanhoto e o desemprego poderão trazer a mal nutrição, as anemias e os envenenamentos por alimentos (quando as pessoas se alimentam com produtos ainda não prontos ou com substâncias impróprias à saúde humana, por falta de alternativas alimentares), frisando que isso já tem acontecido em pequeno número, mas essa possibilidade tende a crescer.

“Creio que agora teremos de tirar o foco da pandemia e nos concentrarmos no que importa, embora tenhamos aumentos de casos, percebemos todos que a Covid-19 tem impacto menor ainda na nossa população, no que tange à mortalidade e à busca de serviços de saúde”, esclareceu.

Concentrar-se em problemas que sempre foram reais

Por outro lado, disse que precisamos nos concentrar em problemas que sempre foram reais, se não fizermos isso voltaremos a ter um cenário parecido àquele que tivemos da febre-amarela e da malária em 2016, onde a mortalidade nos angolanos aumentou significativamente.

O que significa que teremos pouca capacidade em termos de recursos humanos (profissionais de saúde e outros), em termos de materiais e equipamentos hospitalares e estruturas físicas, para conseguir gerir o fluxo de pacientes que vão ocorrer em unidades sanitárias.

“Deste modo, teremos sim um real colapso no sistema de saúde, sem esquecer a Covid-19 se fortalece em situação onde a imunidade colectiva está enfraquecida e a população está vulnerável”, disse. O doutor em Ciências de Saúde, Euclides Sacomboio, disse ainda que essa não é apenas uma missão das entidades sanitárias, “o lixo precisa ser recolhido e os responsáveis por isso devem fazer a sua parte”.

### 8.34 Comissão Multisectorial constata zonas limpadas pelas operadoras

*Jornal PAIS*

*27 De Abril de 2021*

*Texto: Stela Cambamba*

A campanha que, teve início, ontem, no bairro Neves Bendinha, município do Kilamba

Kiaksi, com a eliminação de pelo menos três focos de resíduos sólidos, numa operação desencadeada pelas empresas Elisal e Griner. Ambas actuaram na rua do Andulo, defronte ao Instituto Médio de Economia do Kilamba Kiaksi (IMEKK), no mercado do Neves Bendinha e da Almada Negreiro. A ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, liderou a delegação que esteve a constatar, na tarde de ontem, o trabalho desenvolvido pelas operadoras antigas que foram convidadas a ajudar a retirar os amontoados de lixo que afligem os cidadãos.

No Hoji-Ya-Henda, Kilamba Kiaksi e em Viana, locais que os membros da Comissão Multisectorial visitaram, foi possível observar os técnicos das operadoras a trabalhar, tendo retirado várias toneladas de resíduos sólidos que estavam acumulados há meses. Sem estabelecer prazo para se voltar a ver a província de Luanda limpa, Carolina Cerqueira garantiu que a equipa multisectorial vai

continuar a trabalhar, em colaboração com o Governo Provincial de Luanda.

“Vamos trabalhar no mapeamento que está a ser estabelecido em conjunto e pensamos que num espaço de tempo, não tão longo como o que pensávamos, vamos ter a província de Luanda limpa”, frisou. Acrescentou, de seguida, que isso deverá acontecer “pelo menos com a remoção dos grandes focos de lixo, tendo em conta que há muito boa vontade, quer das 12 empresas de construção que já estão no terreno como das operadoras antigas que estão também a colaborar”.

Carolina Cerqueira apelou à população a colaborar, apesar de reconhecer que o lixo causou muitos constrangimentos. O mesmo apelo é extensivo às instituições escolares e religiosas, no sentido de educarem as populações a depositarem o lixo apenas no contentor. “Constatamos que o número de contentores é muito pouco, mas, ainda assim, devemos ter disciplina”, frisou.

A ministra de Estado para a Área Social garantiu que as visitas vão continuar, sendo que, amanhã, Quarta-feira, os membros da Comissão Multisectorial vão constatar o trabalho que está a ser desenvolvido noutros pontos da capital do país. Depois das constatações, o grupo técnico vai reunir com a Comissão criada pelo Presidente da República, de modo a fazer a primeira análise dos trabalhos efectuados.

De lembrar que, desde o mês de Janeiro, do ano em curso, a recolha do lixo é feita de forma não regular, o que originou grande acúmulo de resíduos sólidos em praticamente todos os municípios. Desde então, vários bairros e várias ruas, incluindo das centralidades, além de estradas e valas de drenagem ficaram tomadas pelo lixo.

### 8.35 Focos de lixo começam a ser removido com ajuda de mais de 400 militares

*Jornal de Angola*

*27 De Abril de 2021*

*Texto: Edivaldo Cristóvão*

Os focos de lixo acumulado, há meses, em várias artérias da capital do país começaram a ser removidos ontem, com a ajuda de mais de 400 efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA) e de cidadãos voluntários.

Depois de ser lançada a campanha pela ministra de Estado para área Social, Carolina Cerqueira, muitos cidadãos abraçaram a causa e assumiram o

compromisso de recolher resíduos sólidos, até que os focos de lixo desapareçam.

Ontem as Forças Armadas fizeram a recolha de lixo em zonas urbanas da cidade de Luanda, concretamente em toda a extensão da Avenida 21 de Janeiro, Revolução de Outubro, estrada da Samba, Marginal de Luanda, Ilha do Cabo e na Baixa de Luanda.

"Estamos aqui para trabalhar até que a situação melhore", disse o major das FAA Carlos Mendes, que coordenava um grupo de 50 efectivos empenhados na limpeza e recolha de resíduos sólidos entre a avenida 1 ° de Maio e o Hotel Alameda.

O major disse que foram disponibilizados meios para recolha de lixo, por parte da Brigada Especial de Limpeza. Realçou que o objectivo de todos é voltar a ver a cidade limpa, para evitar problemas de saúde pública.

Uma militar exemplar

Deolinda Bandi é a única mulher encontrada, ontem, pela nossa equipa de reportagem, no meio de 50 efectivos das FAA que limpavam a avenida 1 ° de Maio até ao Hotel Alameda. Com 40 anos, a jovem disse ser preciso ter espírito de missão.

Deolinda Bandi entrou nas FAA em 1996, estando na corporação há cerca de 25 anos.

Revelou que esteve no Andulo, província do Bie, onde teve a honra de trabalhar com os generais Sousa e Santos "Disciplina", Wala, Eugénio e Dinis.

A jovem conta que há seis anos participou numa campanha de limpeza na cidade do Huambo, onde vivia na altura. "Pretendo contribuir para o bem-estar da sociedade, de modo a evitar doenças e manter a cidade limpa".

Início da crise .

O Governo Provincial de Luanda (GPL) suspendeu os contratos com antigas operadoras de lixo em Novembro de 2020, por incapacidade de pagar uma dívida de 246 mil milhões de kwanzas.

Essa situação fez com que vários focos de lixo fossem criados, o que tem provocado desagrado aos municípios, que receiam a propagação de doenças, fundamentalmente nesta fase da pandemia da Covid-19.

Em Fevereiro deste ano, o GPL, através de um Despacho Presidencial, autorizou a abertura de um

concurso público, onde sete propostas técnicas e financeiras de empresas de recolha de lixo foram aprovadas, no final de Março.

As referidas empresas tinham a missão de eliminar os focos de lixo espalhados nos nove municípios de Luanda. A Empresa de Limpeza de Luanda (Elísal) actuaria nos municípios de Luanda e Cazenga, Er-Sol (Icolo e Bengo), Ambiente (Quiçarna e Viana), Multilimpeza (Cacuaco), Jump Business (Belas), (ChayChay (Kílamba Kíaxi) e o Consórcio Dassala 'Enviobac (Ialatoná).

Depois da celebração dos contratos, as empresas assumiram que, até final de Abril, os principais focos estariam eliminados.

O grito de socorro

Com quatro filhos para criar, a jovem Ana João conta que, teve diarreia e paludismo, tendo sido internado por alguns dias. Confessou que teve muitas dificuldades para conseguir os medicamentos.

Segundo Ana João, 42 anos, residente em Viana, nas imediações da Universidade Jean Piaget, no Capalanca, na rua da antiga esquadra, há mais de seis meses que, na sua zona, o lixo não é retirado, situação que se torna pior quando chove, fazendo com que os bichos se aproximem às casas.

A jovem denunciou que a sua rua tem sido usada como aterro sanitário, porque chegam carrinhas cheias de lixo que é depositado e queimado no local.

João Gime, estudante da Universidade Jean Piaget, que vive nas proximidades com o irmão mais velho, considera que a situação do lixo deve ser resolvida por todos, o mais rápido possível.

A mega campanha de recolha de lixo vai prosseguir nos próximos dias até que a situação volta a normalidade.

## 8.36 Hora da mega campanha

*Jornal de Angola*

*27 De Abril de 2021*

Se for perene, sustentável e livrar a cidade capital dos amontoados de lixo de forma permanente, provavelmente faremos um balanço positivo da medida e iniciativa tomada, daqui a algum tempo, com o alargamento de intervenientes no processo, gestão e recolha dos resíduos sólidos.

Variadas vezes defendemos, e parece razoável continuar a defender, a necessidade e urgência de um

plano permanente direccionado para a transformação do lixo em activos económicos que inviabilizem o quadro em que desfavoravelmente o Estado é levado a gastar e acumular dívidas inoportáveis. A sustentabilidade de um plano para limpeza da cidade de Luanda é urgente na medida em que o crescimento demográfico da cidade é uma realidade que, a ocorrer nos moldes em que sucede, tende a levar a eclipsar o recurso a medidas paliativas.

A recente experiência por que passou a cidade, pouco depois da rescisão dos contratos de limpeza com as seis operadoras, sem um plano B que cobrisse o vazio até à contratação e entrada em funcionamento de outras operadoras, deve servir-nos de lição. Atendendo aos amontoados de lixo, não é exagerado dizer que a cidade de Luanda pagou caro e a probabilidade de surgimento de surto de doenças como a cólera estava a ser, cada vez mais, uma possibilidade real. Ainda bem que oportunamente, a ministra da Saúde veio a público para acalmar com a informação segundo a qual não havia confirmação de existência de cólera atendendo aos testes efectuados.

Em todo o caso, e tal como alertavam numerosos sectores da sociedade luandense, a combinação entre os amontoados de lixo e as enxurradas acabaria por dificultar inclusive o trabalho inicial das operadoras recentemente licenciadas, além dos estragos de natureza sanitária.

Logo, acreditamos que o reforço do processo de gestão e recolha de lixo, com a entrada em cena dos agentes das forças de Defesa e Segurança, das empresas de construção, constitui um desenvolvimento importante. Tal como as iniciativas anteriores, o que se precisa em Luanda são diligências sustentáveis, medidas que transcendam ao lado paliativo de resolução dos problemas e a continuidade do trabalho de recolha de resíduos com segurança e satisfação.

Saudamos a presente iniciativa, embora seja cedo para o balanço que se pretende positivo, sendo o mais importante aqui o passo dado que vai complementar, mas não desonerar os Governo Provincial de Luanda das suas responsabilidades e atribuições.

Esperemos que os actores, agora engajados nesta denominada mega campanha, sejam bem sucedidos no projecto que servirá para complementar o trabalho das operadoras. Atendendo a limite e escassez de recursos, nunca é demais apelar para que em todo este processo as partes intervenientes sejam capazes de evitar a repetição de trabalhos, a duplicação de esforços, a dispersão de recursos. Para dar certo, obviamente que esta mega campanha

precisa e conta com o apoio de todos os munícipes de Luanda, para o seu sucesso completo.

### 8.37 Operação lixo

*Jornal O PAIS*  
27 De Abril de 2021

Lembro-me de ter participado, há alguns anos, num programa radiofónico em que um dos temas em análise era a problemática do lixo em Luanda. Na altura, ainda sem a maka grossa que vivemos na capital, havia por parte de muitos cidadãos a convicção de que nada têm a ver com os amontoados que existiam nas suas zonas de residência.

Naquele dia, um dos ouvintes, que por sinal participou através de um telefonema, ligou para apontar o dedo unicamente ao Executivo como sendo o único responsável por tudo quanto de mal se passava na capital. Foi então que uma pergunta simples fez com que este quase se engasgasse: 'há quanto tempo não passas uma vassoura defronte à tua porta?'

Esta questão simples fez com que se buscassem vários conceitos doutrinários para justificar uma operação tão simples que durante largos anos marcou a vida dos cidadãos na capital e noutros pontos do país, de tal modo que hoje até a própria casca de jinguba ou a lata de gasosa que alguns inadvertidamente deitam defronte às suas casas julgam ser também um assunto cuja responsabilidade é do próprio Estado. O que não é.

Na verdade, desde que se fez do lixo um verdadeiro negócio, que cheira tão bem no bolso de uns tantos sortudos deste país, que também se deixou de lado determinados hábitos, mesmo que hipoteticamente se pague para a sua recolha em determinados pontos.

A perda de alguns hábitos tiveram sérias influências na nossa forma de pensar e como encaramos hoje qualquer situação que nos é dada a ver. Por exemplo, quando há dias se apelou ao envolvimento da sociedade para a resolução da problemática do lixo, verificou-se um certo descaso como se tratasse somente de um problema do Executivo, mas não.

É estranha, infelizmente, a forma como determinados segmentos da vida social, económica e até política reagiram ao facto de se ter envolvido as Forças Armadas Angolanas nesta operação de limpeza que visa devolver a Luanda o mínimo de salubridade possível e acabar com os amontoados que ainda existem em determinados municípios.

Até parlamentares, de quem se esperava uma outra forma de ver o problema, também terão mostrado uma certa indignação. É uma pena.

As FAA não serão no mundo as únicas forças armadas que se envolvem numa operação do género envolvendo lixo.

Há pouco tempo, a Itália teve de recorrer ao seu exército para o mesmo fim, tudo por culpa dos interesses que o sector também enfrenta em algumas cidades daquele país europeu, particularmente com os dedos da conhecida máfia.

Por isso, antes termos as FAA no processo para travar um possível surto de cólera, como já se conjectura, do que termos nos próximos tempos os hospitais apinhados de pessoas com a mesma doença.

### 8.38 Saquele aguarda operadora

*Jornal de Angola*  
27 De Abril de 2021

O Distrito Urbano do Sequele, município de Cacaco, aguarda por meios técnicos para dar início à mega campanha de limpeza lançada pelo Executivo, para retirar os amontoados de resíduos sólidos em toda a província de Luanda.

Até ontem, dia em que a campanha arrancou em algumas zonas de Luanda, o Distrito Urbano do Sequele não havia recebido nenhuma empresa para coordenar a remoção de resíduos sólidos.

Uma fonte da Administração do Distrito Urbano do Sequele disse ao Jornal de Angola que a circunscrição se debate, ainda, com a indefinição da operadora coordenadora local da mega campanha de limpeza, que vai envolver a sociedade civil e efectivos dos Órgãos de Defesa e Segurança.

A mesma fonte assegurou que a empresa e os órgãos de apoio à mega campanha de limpeza no Distrito Urbano do Sequele vão ser conhecidos hoje, depois de um encontro de trabalho que o administrador municipal, Auzílio Jacob, vai manter com todos os administradores dos distritos de Cacaco.

"O início da campanha não é uma certeza porque continuamos à espera de meios técnicos anunciados", reiterou a fonte, adiantando que o Distrito Urbano do Sequele não se apresenta como crítico em matéria de "grandes focos de lixo".

Roque Silva

### 8.39 Governo “oferece” negócio do lixo a parcerias público-privadas

*Jornal O PAÍS*

*29 De Março de 2021*

A iniciativa, a ser co- liderada pelos Ministérios da Economia e Planeamento, das Finanças, da Cultura, Turismo e Ambiente e pelo Governo da província de Luanda é anunciada hoje nas instalações do MEP.

A primeira iniciativa será acedida pela via de concurso público limitado por qualificação prévia, ao qual podem participar entidades estrangeiras, para requalificação e gestão do aterro sanitário dos Mulenvos.

A segunda, consubstancia-se na abertura de candidaturas para desenvolver em parceria com o Fundo Activo de Capital de Risco, FA- CRA, de projectos de investimento nesta área de negócio.

A valorização dos resíduos sólidos, com a sua transformação em matéria-prima, dada a multiplicidade de opções existentes, tem sido apontada como uma das soluções para mitigar o ‘fardo do lixo’ que a longa data custa aos Cofres do Estado valiosos recursos, sem que tal represente uma mais-valia.

A capital angolana está a braços com uma ‘crise do lixo’ depois que cessaram os contratos com as anteriores operadoras que se encarregavam de cuidar dos resíduos sólidos, tão logo Joana Lina ascendeu à liderança do Governo de Luanda.

### 8.40 Abertos concursos para rentabilizar resíduos sólidos de Luanda

*Jornal o País*

*30 De Março de 2021*

*Texto: André Mussamo*

O convite, proferido em cerimónia pública pelo ministro da Economia e Planeamento (MEP), Sérgio Santos, também dirigida a representantes do corpo diplomático no país, visa dar melhor aproveitamento as toneladas de lixo que se têm constituído um “fardo” aos Cofres Públicos, pela via do financiamento de modelos de recolha.

Na ocasião, o responsável do MEP estimou que só na província de Luanda produzem-se 3,3 milhões de

toneladas de resíduos diversos por ano, sendo que 45% deste volume possa ter potencial de reutilização como matéria-prima para a indústria. Outros 35% do mesmo volume daquilo que vulgarmente se designa por lixo é passível também de reutilização pela via da transformação em fertilizantes, enquanto outros 20% podiam ser empregues na produção de energia.

“Temos hoje a honra de anunciar três oportunidades de investimento em regime de Parceria Público Privada (PPP)” anunciou solenemente o governante depois de deixar os números que doravante podem revolucionar aquilo a que se chama “economia circulante”.

Segundo Sérgio Santos, a primeira oportunidade abre-se com o Aterro Sanitário dos Mulenvos na província de Luanda para o qual se esperam propostas de PPP para a sua requalificação e transformação em um centro de valorização de resíduos com a finalidade de gerar matérias-primas.

“Todos os investidores nacionais e estrangeiros interessados podem participar nos procedimentos do concurso a lançar no Portal da Contratação Publica a partir de 30 de Março (hoje)”.

A segunda oportunidade é o desenvolvimento de projectos na “fileira produtiva de valorização de resíduos na província de Luanda”. Todos os interessados que possuam projectos de recolha diferenciada de resíduos, porta a porta ou a partir de ecopontos ou projectos de armazenagem, transporte, de pré-processamento ou de processamento de resíduos podem remeter propostas de parceria”, asseverou o governante.

As propostas podem ser em regime de capital de risco com recurso ao Fundo de Capital de Risco de Angola (FACRA) e a recepção das propostas pode ocorrer até a 30 de Maio próximo.

Na mesma ocasião foi anunciada igualmente uma terceira oportunidade, desta feita, dirigida às indústrias e outros estabelecimentos empresariais que pretendam utilizar resíduos reciclados como matéria-prima ou matérias subsidiárias.

“As indústrias e outros estabelecimentos empresariais que estejam em Angola e que pretendam investir em inovação tecnológica que, os habite a utilizar resíduos reciclados como matérias-primas e/ou matérias subsidiárias ou ainda pretendam ter acesso à financiamento para comprar resíduos reciclados da província de Luanda também podem enviar propostas de parceria ao FACRA”, garantiu o ministro.

Os três convites ora apresentados vão ser reproduzidos em vários modos de comunicação escrita e verbal, em várias línguas para assegurar, segundo o ministro “a máxima participação de interessados visando alcançar níveis de elevada transparência dos procedimentos de solução de novos e futuros parceiros privados do Governo”.

Na implementação da iniciativa estão engajados diferentes departamentos do Executivo angolano, nomeadamente os Ministérios da Economia e Planeamento, das Finanças, da Cultura, Turismo e Ambiente e o Governo da Província de Luanda.

A valorização dos resíduos sólidos, com a sua transformação em matéria-prima, dada a multiplicidade de opções existentes, tem sido apontada como uma das soluções para mitigar o ‘fardo do lixo’ que a longa data custa aos Cofres do Estado valiosos recursos, sem que tal represente uma mais-valia.

A capital angolana está a braços com uma ‘crise do lixo’ depois que cessaram os contratos com as anteriores operadoras que se encarregavam de cuidar dos resíduos sólidos, tão logo Joana Lina ascendeu à liderança do Governo de Luanda.

#### 8.41 Luanda com novas operadoras de limpeza

*Jornal O PAÍS*

*30 De Março de 2021*

Trata-se da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL EP), indicada para os municípios de Luanda e Cazenga, ER-Sol (Icolo e Bengo), Sambiente (Quiçama e Viana), Multilimpeza (Cacuaco), Jump Business (Belas), Chay Chay (Kilamba Kiaxi) e o Consórcio Dassala/Envirobac (Talatona).

De acordo com uma nota de imprensa do GPL chegada à ANGOP, está previsto para Terça-feira, 30, a efectiva adjudicação dos serviços com a assinatura dos contratos.

Depois de assinado o contrato, de acordo com a nota, as operadoras começam, imediatamente, o processo de limpeza e recolha dos resíduos sólidos em toda a extensão da província de Luanda.

O processo para a contratação de novas operadoras, que iniciou a 24 de Fevereiro de 2021, teve a participação de 69 empresas, 39 das quais cumpriram com os requisitos, com sete apuradas.

O concurso lançado pelo GPL surgiu na sequência do Despacho Presidencial de 23 de Fevereiro, que autoriza a despesa e formaliza a abertura do procedimento de contratação emergencial no valor de 34 mil milhões, 885 milhões, 662 mil e 22 kwanzas para serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos.

A província de Luanda produz, diariamente, pelo menos seis mil 800 toneladas de resíduos sólidos, que eram recolhidos, até 2020, por seis operadoras de limpeza.

A seis empresas, que tinham capacidade de recolha de apenas 60 por cento do lixo produzido na capital, perderam as suas licenças em decorrência da suspensão dos contratos públicos, pelo Governo Provincial de Luanda.

Para a recolha de lixo, a província de Luanda trabalhava com as empresas Queiroz Galvão, responsável pelo município de Luanda, Vista Weste, municípios do Talatona e Belas, Nova Ambiental, por Viana, Rota Ambiental, por Cacuaco, Elisal, por Cazenga, e Sã Ambiente por Icolo e Bengo e Quiçama.

#### 8.42 Antigas operadoras removem lixo sem custos para o Estado

*Jornal de Angola*

*30 De Abril de 2021*

*Texto: Cristóvão Neto*

As operadoras do sistema de recolha de resíduos sólidos que viram os contratos rescindidos em Dezembro juntaram-se, há uma semana, à remoção do passivo, como é chamado o lixo desde aquela altura deixado a acumular em Luanda, num processo que se prolonga por um mês e decorre sem quaisquer encargos para o Estado, soube o Jornal de Angola, ontem, de fontes concordantes.

A ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, declarou à nossa reportagem, para explicar essa evolução, que as operadoras “mostraram-se bastante sensíveis face ao momento que estamos a atravessar em Luanda, na medida em que afecta o bem-estar de todos os habitantes da província”.

Representantes das quatro maiores operadoras afastadas da recolha de resíduos em Dezembro, a Queiroz Galvão, Vista Waste, Nova Ambiental e Rota Ambiental, concordaram em que, as companhias, numa acção conjunta, reconhecem o dever de se juntarem à solução desse problema “que também as afecta” enquanto habitantes de Luanda,

mas atribuiu a decisão ao facto de a ministra ter conseguido mobilizar as empresas.

A decisão ocorreu numa reunião ocorrida segunda-feira, em Luanda, a qual Vera Daves de Sousa afirma ter-se realizado à luz de encontros mantidos pela Comissão Interministerial de Apoio à Recolha e Tratamento do Lixo na cidade de Luanda. "A Comissão tem tido várias abordagens e um destes grupos foi o das antigas operadoras do sistema de recolha de lixo de Luanda", disse. A ministra indicou que as operadoras pediram, apenas, que o Estado regularize o máximo que puder as dívidas acumuladas, no que considera ser "um esforço solidário de todos em prol do bem comum".

Valor da dívida

O valor da dívida para com as operadoras afastadas (além daquelas quatro, a Elisal e a SAmbiente) é de 227 735 milhões de kwanzas (341,6 milhões de dólares), de acordo com números fornecidos pela ministra, que assegurou que "o pagamento será feito com base nas disponibilidades, mas o certo é que será regularizado conforme os acordos estabelecidos particularmente com cada uma das empresas".

Vera Daves de Sousa acrescentou que, apesar das restrições de liquidez, "o Estado angolano é um ente de bem e, por isso, procura honrar os seus compromissos", reafirmando uma declaração pública anterior em que indicou que "o pagamento às operadoras será faseado e em diferentes modalidades, ou seja, em cash, títulos da dívida pública e mediante um mecanismo de compensação fiscal". O representante de uma das companhias contactadas revelou que, num dos mais recentes desenvolvimentos, no corrente mês de Abril, o Estado regularizou a dívida de 2018 com títulos da dívida pública com maturidades de três, quatro e cinco anos e juros de 16 por cento, com o que se podem confirmar as declarações da ministra relativas à decisão de pagar.

Antes da rescisão

A fonte de uma empresa que prestou serviços durante cinco anos, forneceu dados sobre como, de um contrato de concessão estabelecido para sete, a companhia recebeu apenas 20 por cento do contratualmente previsto. Em 2020, lembrou, a companhia recebeu 8,0 por cento do valor facturado, algo que, um ano antes, em 2019, foi de quase 20 por cento e, em 2018, de 25 por cento. Entre as opções encontradas para se manterem, as empresas recorreram a empréstimos bancários, em dívidas que permanecem activas, mas também a fundos dos accionistas.

Os números avançados indicam que as indemnizações determinadas pelas rescisões com as empresas prestadoras de serviços envolveram três mil trabalhadores integralmente pagos à saída, além da cedência negociada de meios como camiões e contentores a algumas das empresas que acabaram contratadas para o sistema de recolha de resíduos sólidos de Luanda. As fontes empresariais contactadas manifestaram receios: "se a operação das novas contratadas não funcionar, dentro de meses haverá outro passivo", prevêem.

## 8.43 Concurso para o Aterro dos Mulenvos abre hoje

*Jornal de Angola*

*30 De Abril de 2021*

*Texto: Hélder Jeremias*

O Concurso Público Limitado para a Requalificação do Aterro Sanitário dos Mulenvos é lançado hoje, às 15h00, quando se contam, no Ministério da Economia e Planeamento (MEP), 67 manifestações de interesse de empresas nacionais e estrangeiras, anunciou, ontem, o secretário de Estado para o Planeamento.

Milton Reis afirmou aos jornalistas, no briefing bissemanal realizado pelo pelouro que o prazo oficial para manifestação de interesse fazer parte da gestão terminou ontem, com o registo de 40 empresas nacionais e 27 estrangeiras. O secretário de Estado revelou que, nos últimos sete dias foram recebidas mais 16 manifestações de interesse que na semana anterior, 10 das quais referentes a quatro empresas estrangeiras e seis nacionais.

O responsável considerou que esses números permitem aferir a grande adesão ao projecto que prevê a triagem e valorização dos resíduos sólidos através da reciclagem, venda de material reciclado, compostagem, incineração, biogás e produção de energia (biomassa). Durante o lançamento do concurso, a ser efectuado pelo ministro Sérgio Santos, será feito um balanço de todo o processo de apresentação das manifestações de interesse por parte das entidades nacionais e estrangeiras, assim como serão apresentadas as vias de acesso aos documentos relativos ao concurso aprovado pelo Despacho Presidencial número 34/21, de 24 de Março.

No quadro da preparação dos procedimentos inerentes ao concurso, o destaque vai para uma visita de constatação das actuais condições do Aterro de Mulenvos, realizada, quarta-feira, pela Comissão de Avaliação e equipas do projecto, sendo depois realizado um seminário virtual sobre "A



Implementação das Parcerias Público-Privadas em Angola” promovido pelo MEP, em parceria com o Standard Bank. O seminário contou com a participação de representantes do Banco Mundial, a International Finance Corporation (IFC) e empresas de consultoria dos departamentos ministeriais. Teve como objectivo principal abordar o papel das Parcerias Público-Privadas na diversificação da economia de Angola, bem como os principais desafios face ao actual cenário macroeconómico do país, informou Milton Reis.

#### 8.44 Governo esquece ministro do ambiente da comissão para limpar Luanda

*Jornal Expansão*

*30 De Abril de 2021*

*Texto: Olga Leite*

A Comissão Interministerial de Apoio à Recolha e Tratamento do Lixo na cidade de Luanda, criada pelo Presidente da República, João Lourenço, deixou de fora o ministro do Ambiente e até mesmo a Agência Nacional de Resíduos.

O Expansão procurou apurar, junto do próprio ministro da pasta e do gabinete da Presidência da República, as razões que terão levado o Executivo a não incluir as autoridades máximas do País em matéria de ambiente, quando a coordenadora da própria comissão, a ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira considerou, na conferência de imprensa de apresentação da comissão, que "todos somos poucos para tão ingentes tarefas".

Questionado pelo Expansão sobre a ausência da comissão, o ministro da Cultura, Turismo e Ambiente, Jomo Fortunato, confirmou que não faz parte desta equipa multidisciplinar "porque a campanha não diz directamente respeito ao ambiente", com o argumento que "não temos meios de recolha".

Confrontado com o Decreto presidencial nº 201/10 de 13 de Setembro, que define o Estatuto Orgânico do Ministério do Ambiente, que prevê claramente esta competência, Jomo Fortunato reiterou a falta de meios de recolha remetendo esclarecimentos para junto "de quem fez a selecção".

Contactado o gabinete de apoio da presidência da República, Witold da Glória, técnico assistente da Casa Civil esclareceu que o plano de intervenção está previsto acontecer em duas fases: a actual, em curso, de carácter emergencial e operativo, que pretende remover os passivos de lixo, e uma segunda fase, "na

qual o Ministério do Ambiente terá todo o protagonismo, através da sua Agência Nacional de Resíduos", referiu.

O consultor dissecou as competências que o Ministério do Ambiente terá numa fase posterior ao nível da "fiscalização do exercício das operadoras, de revisitação de todo o sistema" e mesmo ao nível da "educação ambiental", uma vertente que o ministro Jomo Fortunato já está a desenvolver, tendo este anunciado a expansão a preparação de uma campanha de distribuição porta a porta de sacos de recolha selectiva, que num futuro próximo serão depositados em contentores de recolha selectiva, "que estão a ser importados pelo Governo", disse.

#### Competências previstas na Lei

A não competência ou a falta de meios como justificação para não integrar a comissão, contradiz o Art.º 20 do Estatuto Orgânico do Ministério do Ambiente, que define como competência deste organismo a "eliminação, minimização e mecanismos de prevenção e controlo da produção, emissão, depósito, transporte, importação e gestão de poluentes gasosos, líquidos e sólidos", (alínea q) de forma a promover o desenvolvimento económico.

O mesmo Decreto Presidencial, na alínea p) atribui ao Ministério do Ambiente competências na "realização de objectivos, programas e acções de controlo da poluição visando a protecção da saúde pública".

Também a Agência nacional de Resíduos (ANR), criada em 2014, não tem assento na comissão, quando o portal do Governo lhe atribui como incumbência "a actividade de concessão de serviço público na área do lixo e executar a política de gestão de detritos".

A um ano de eleições e com um problema grave em mãos, que fragilizou a imagem de Angola no exterior, e criou embaraços internos ao Presidente da República, João Lourenço 'arregaçou mangas' e no último fim-de-semana deu indicações para anunciar a constituição de uma comissão interministerial para resolver a 'praga' do lixo na capital.

A Comissão Interministerial de Apoio à Recolha e Tratamento do Lixo na cidade de Luanda integra cinco ministros (de Estado e Chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, Pedro Sebastião; das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares; ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta e ministra das Finanças, Vera Daves, sob coordenação da ministra de Estado e da Acção Social, Carolina Cerqueira) e o Governo Provincial.

Na segunda-feira, 26 de Abril, a comissão colocou militares e doze empresas de construção com a missão de limpar Luanda.

## 8.45 Governo não assume, mas médicos denunciam surto de diarreia em Luanda

*Novo Jornal*

*30 De Abril de 2021*

*Texto: Teresa Fukiady*

Os hospitais públicos de Luanda registam aumento considerável de casos de doenças diarreicas e de vómitos, principalmente em crianças, situação que especialistas não hesitam em classificar como "surto", constatou o Novo Jornal, após uma ronda efectuada por algumas das principais unidades sanitárias da capital.

Aliás, embora publicamente as autoridades não tenham ainda assumido o que alguns médicos e enfermeiros admitem ser cenário "difícil de gerir", o NJ sabe que, durante a reunião de terça-feira, 20, em que se começou a 'desenhar' a mega comissão que lidera agora a limpeza na capital, a ministra da Saúde revelou ao Presidente da República que o débil saneamento da província deu origem ao aumentado de casos de doenças diarreicas e vómitos nos hospitais públicos.

Durante uma conferência de imprensa de oficialização da taskforce criada por João Lourenço, realizada no passado sábado, 24, Sílvia Lutucuta assegurou não haver ainda registos de casos de cólera, embora não tivesse descartado a possibilidade de Luanda vir a assistir a um surto da doença em face da actual situação de higiene que atravessa.

Em contrapartida, o Novo Jornal efectuou, esta semana, uma ronda por hospitais e centros de saúde, tendo verificado um "difícil" quadro que os próprios médicos, enfermeiros e outros funcionários revelam estar a "disparar", com o aumento no atendimento de pacientes que apresentam sintomas de dor de barriga, diarreia e vómitos.

Por exemplo, no Hospital Geral dos Cajueiros, sob anonimato, um médico avança que, nos últimos dias, a unidade chega a "atender diariamente a pelo menos 200 crianças".

"Temos um surto de diarreia, doenças gastroenterites. Temos também crianças com síndrome icterícia (olhos amarelados e febre) e presume-se que haja também surto de leptospirose devido aos ratos

provenientes do lixo, alerta, sem descurar os habituais casos de febre tifóide e malária.

A alta demanda, prossegue o médico, tem provocado o caos devido à insuficiência de técnicos, associada à falta de medicamentos, materiais gastáveis e de protecção, o que obriga a que os doentes comprem os seus próprios meios para atendimento. "Falta soro, um elemento muito importante, porque muitas crianças apresentam desidratação. A situação está difícil", reforça, dando conta de um registo diário de 15 óbitos por malária, doenças diarreicas agudas e febre tifóide.

O NJ visitou a referida unidade sanitária, que está localizada no Cazenga, e flagrou um banco de urgência lotado de mães com os filhos que aguardavam por atendimento. No interior, a sobrelotação das salas de internamento, com camas individuais a acomodarem até três doentes, até já leva a que determinados pacientes sejam atendidos no chão do corredor, devido à falta de espaço.

### Problema generalizado

Tal como o Hospital Geral dos Cajueiros, o Hospital Pediátrico de Luanda "David Bernardino" confirma, na voz do seu director-geral, uma subida no número de crianças com diarreia, mas justifica-o com o actual contexto de insuficiência em termos de saneamento por que passa Luanda. Sem avançar números, Francisco Domingos revela que, a nível das urgências, "já se está a chegar ao limite", visto que há aumento no registo de internamentos.

Já no Hospital Municipal de Cacucaco, que o NJ apurou junto de fonte oficial estar situado na zona da capital mais afectada pela situação, a malária predomina, embora também se registem casos de diarreia e anemias. Aquela unidade atende, em média, a pelo menos 10 a 15 crianças com esses sintomas.

Uma profissional deste hospital admite que "não é uma situação recorrente, mas que se tem agudizado com as chuvas e o lixo". A falta de materiais e de medicamentos é, também, uma queixa desta fonte, segundo a qual os doentes são obrigados a adquirir os materiais para o seu tratamento.

Os hospitais Geral de Luanda, xapalanga e Américo Boavida apresentam, praticamente, o mesmo cenário, apurou o NJ, com médico a avisar que o quadro pode colapsar os serviços de Saúde.

### Sindicatos denunciam falta de medicamentos

Adriano Manuel, presidente do Sindicato dos Médicos, descreve a situação que os hospitais vivem

como "alarmante". "Há muita diarreia, gastroenterite e malária."

De acordo com este sindicalista, o problema agrava-se com a falta de medicamentos nos hospitais, pelo que, "de uma forma geral, em quase todos os hospitais de Luanda, a mortalidade aumentou por causa da malária e febre tifóide".

Adriano Manuel avança ainda que se tem registado também um aumento de cirurgias por úlcera atípica e avisa que, pelo "andar da carruagem", os hospitais vão mesmo entrar em colapso. "Já temos hospitais com duas a três crianças na mesma cama, o que, num período de pandemia, pode influenciar para a proliferação da Covid-19", explica.

Por isso, o presidente do Sindicato dos Enfermeiros, Afonso Kileba, que subscreve praticamente tudo quanto diz o seu homólogo, revela ter remetido ao Gabinete Provincial da Saúde de Luanda um caderno reivindicativo cujo prazo termina nesta sexta-feira, 30. Caso não haja uma resposta por parte da instituição, o sindicato ameaça paralisar as actividades. No global, esse sindicato exige melhores condições de trabalho.

## 8.46 Joana Lina fez estragos ao desconstruir a teia do lixo

*Jornal Expansão*

*30 De Abril de 2021*

*Texto: Norberto Carlos*

A situação insustentável da recolha e tratamento do lixo na província de Luanda parece ser um cancro incurável e pode ser considerado já como um escândalo público. Ela mostra, com todas as letras, incapacidade de gestão.

O estado crítico do saneamento básico e tratamento do lixo, tal como a manutenção das estradas, das valas de drenagem e da gestão e manutenção das infra-estruturas e dos equipamentos públicos, em Luanda, não são de hoje, nem se vislumbram soluções a curto, médio ou longo prazo.

É triste verificar, e difícil de entender, que uma estrada obstruída, pelo lixo ou areia, permaneça assim tanto tempo, criando transtornos na via, na vida dos cidadãos, e sem que alguma entidade se predisponha à rápida tarefa de remoção. Não há, nestes domínios, trabalhos regulares.

Nota-se que não há definição de responsabilidades. E, por isso, a irresponsabilidade, a impunidade, o

comodismo e, também, ausência de articulação entre os poderes para a solução dos problemas quotidianos.

De quem é afinal a responsabilidade de retirar o lixo e a areia arrastada pelas chuvas na via pública ou retirar árvores caídas nas estradas, bairros ou municípios? Não há uma única entidade a quem possamos atribuir tal responsabilidade.

O que se nota são paliativos.

Os ensaios feitos ao longo dos anos, sobre a gestão do lixo, mostraram-se pouco robustos. Vários governadores adoptaram modelos, romperam contratos e não solucionaram o problema.

O que ficou é a incapacidade de gestão dos governadores nessa matéria. Qual é, então, o problema de fundo em tudo isso? Porquê que não se colhem experiências de outras paragens, neste domínio?

Ao criar uma Comissão Interministerial para dar uma mãozinha à governadora, o Presidente João Lourenço, no fundo, deu um puxão de orelhas, mas abriu, também, questionamentos.

Conhecendo a autonomia do Governo da Província de Luanda (GPL), a decisão indicia que o chefe do Executivo não foi tido nem achado na decisão sobre o rompimento com as antigas operadoras. Se isso não ocorreu, porquê afinal esta comissão não foi constituída antes para que cobrisse o hiato entre o rompimento e a entrada em funções das novas empresas? Quaisquer respostas, quebram a reputação institucional do GPL e do governo central. Os dois não estiveram bem na fita.

Num cenário como este, custa acreditar que se tenha agido de forma tão leviana, conhecendo as debilidades do nosso sistema de saúde. Tomar decisões desse calibre, sem que se tenha avaliado, com cautela, os efeitos a montante e a jusante, talvez resulte muito mais pesado do que a dívida.

A conferência de imprensa, ao parecer, serviu para encobrir o desconforto institucional. Pareceu mais uma tentativa de quebrar o gelo com Joana Lina do que um esforço concertado para resolver o problema.

Contas feitas, quem vai pagar mesmo é o cidadão. Porque a factura vai parar no seu bolso quando procurar o serviço do hospital sem a atenção merecida.

Ao desconstruir uma teia de negócios complexa, antes de construir outra melhor, Joana Lina causou estragos e pode dar em tragédia. Mas, fica a lição.

Governar é, acima de tudo, tomar decisões ponderadas.

Decidir de forma tão incauta, sem aprofundar, cria resultados perversos, previsíveis e imprevisíveis. E agir assim, constrói indignação, aumenta o desespero e, por vezes, toma-se como acto deliberado. Agora, é preciso reverter isso, rapidamente.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 População queima dois marginais no bairro 28 de Agosto

*Jornal O PAÍS*

*22 De Abril de 2021*

*Texto: Maria Teixeira*

Em entrevista exclusiva ao jornal OPA-ÍS, o presidente da comissão de moradores do quarteirão 12, do bairro 28 de Agosto, Carlos Mualhiuca, onde ocorreu a queima, confirmou que os seus moradores tomaram essa atitude devido às constantes ondas de assaltos que aí acontecem. Esta não é a primeira vez que algo do género acontece, salientando que na semana passada, no bairro vizinho (Simione), também queimaram um jovem após ter assaltado alguém. Já no bairro 28 de Agosto, com estes dois, teve de fazer a ocorrência e procurar saber os motivos. Segundo os munícipes, os mesmos praticavam assaltos na via pública, andavam com armas de fogo, facas e assustavam todos que ali passavam. Cansados disso, a população tomou a decisão de queimá-los.

“Aqui, praticamente os meliantes se tornaram os donos do bairro e por causa disso ninguém mais aceita arrendar uma casa nesta redondeza. As senhoras que vendem no mercado dos Cajueiros não têm sossego. De momento, os meliantes estão a destruir o negócio das mesmas”, explicou.

Carlos Mualhiuca disse que como presidente da comissão de moradores, sozinho, não consegue defender, sublinhando que no mesmo dia, antes de os marginais serem queimados, por volta das 16 horas, se deparou com dois meliantes nas mãos da população, já amarrados e prestes a serem queimados.

Entretanto, pediu aos populares que não tomassem tal atitude, porque ninguém está autorizado a matar, sugerindo que os mesmos fossem levados à esquadra da Polícia, mas o povo rejeitou a ideia.

Teve de recorrer à Polícia e a um amigo, também polícia, que chegou a tempo e fez um disparo para dispersar a população. Os marginais foram

encaminhados à esquadra do comando do Projecto Nova Vida.

“Agora, na madrugada (1h:30) de hoje (ontem) é quando acontece isso. Alguém ligou-me a dizer que dois indivíduos estavam a ser queimados no meu quarteirão. Tentei ligar ao comandante Jorge, da 32ª do distrito, mas não atendia. Afinal estava numa outra área a socorrer outros jovens que estavam também a ser queimados. Até que a Polícia chegou, foi tarde de- mais”, lamentou.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Constatação plataforma ambiental atira-se contra exploração de petróleo em zonas protegidas

*Novo Jornal*

*2 De Abril de 2021*

*Texto: Sebastião António*

As organizações da sociedade civil, adstritas à plataforma ambiental TCHOTA, vieram a público contestar a aprovação, pela Assembleia Nacional, da Lei que autoriza a exploração de petróleo e outros recursos minerais em áreas reservadas.

Guilherme Neves, director-executivo da Associação Mãos Livres, ONG que integra a plataforma, disse, em declarações exclusivas ao NJ, que a exploração de recursos naturais em zonas reservas pode provocar consequências ao meio ambiente, elencando como exemplo a poluição dos rios e a degradação da flora e da fauna.

Questiona os benefícios gerados pelo país, resultantes da exploração de petróleo, um recurso que agora é usado como fundamento para se avançar com a exploração nas zonas de reserva de vasta diversidade ambiental.

"Será que as experiências até agora nos dão o luxo para continuar com essa pressa toda para avançar com tal lei? Será que a exploração nessas áreas ambientais poderá trazer novidades, ou será apenas uma questão política?", questionou o ambientalista.

O director-executivo da Associação Mãos Livres não se sente convencido com os argumentos apresentados como mote para a revogação da Lei 8/20, de 16 de Abril, que impedia a exploração de petróleo em localidades reservadas.

Segundo o Executivo, esta exploração deverá ser feita acautelando o ecossistema através do uso de tecnologias de ponta e antecedida de estudos avançados.

"Quem é que tem a tecnologia de ponta em Angola? Certamente são as empresas estrangeiras, então aqui há uma suspeição: o que o Executivo quer de facto?", indagou Guilherme Neves.

Quem também alinhou no mesmo diapasão é Manuel Cambuta: "Nada nos admira que a ideia de olhar para a tecnologia de ponta sirva apenas para chamar atenção de que serão acauteladas todas as questões nefastas".

Guilherme Neves critica que a lei sobre a exploração de petróleo em zonas protegida foi aprovada num processo "muito rápido e muito estranho", porquanto, no seu entender, o que se previa era a discussão de fundos que começaria a aclarar a questão da Lei de Terra, que hoje "ainda é uma lei muito conflituosa".

"O Governo precisa de fazer uma reflexão profunda e olhar para a forma de funcionamento das empresas mineiras e como degradam o meio ambiente", observou.

Fazendo um recuo à história do País, o director-executivo da Associação Mãos Livres recordou que Angola "sempre teve reserva de petróleo e diamante em grande medida e nós já tivemos um período favorável em termos económicos, mas isso não se reflectiu na vida prática dos cidadãos".

«Dificuldade consiste na forma como ela [exploração] é feita» Ntony-A-Nzinga, que preside à plataforma, esclarece, desde já, que a organização não se coloca contra a exploração petrolífera. Entretanto, chamou a atenção para as cautelas que se devem ter quando se partir para este tipo de exploração.

Um dos integrantes da mesa do presidium, o Reverendo alertou para a necessidade de se acautelarem eventuais consequências desta exploração, inclusivamente na esfera das populações que habitam nos arredores das zonas protegidas.

"Os que habitam perto das zonas de exploração são os que mais vivem as principais consequências da exploração petrolífera", avisou.

Sublinha que a organização que representa "não está contra o recurso à exploração [de riquezas da natureza]", porém a "dificuldade consiste na forma como ela é feita".

### 10.2 Instalações do INAMET inoperantes há 15 anos

*Jornal de Angola*

*02 De Abril de 2021*

Os equipamentos dos serviços do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET), instalados nos municípios de Menongue e Cuito Cuanavale, no Cuando Cubango, encontram-se inoperantes há mais de 15 anos. A situação agravou-se ainda mais com a morte, em 2005, do único especialista que manuseava os aparelhos.

Com a paralisação dos serviços do INAMET, os sectores da Agricultura, Pescas, a Empresa Nacional de Navegação Aérea (ENANA), o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros e outros têm enfrentado enormes constrangimentos pela falta de informação sobre a temperatura, humidade, pressão atmosférica, velocidade do vento, nebulosidade e as quedas pluviométricas.

Segundo uma fonte do Jornal de Angola, que preferiu o anonimato, nos aeroportos de Menongue e do Cuito Cuanavale, que foram recentemente alvo de uma remodelação de todas as infra-estruturas aeroportuárias, existem salas destinadas aos serviços de meteorologia, mas, também, estão inoperantes, porque nunca chegaram a ser equipadas. Com base nisso, as aeronaves com destino a estas regiões dependem apenas das informações que recebem a partir de Luanda.

"Há cerca de dois dias que chove intensamente na província do Cuando Cubango e, mesmo assim, desconhece-se os prejuízos que as chuvas estão a provocar junto das comunidades, por falta de equipamentos e de especialistas entendidos na matéria", disse a fonte.

À reportagem do Jornal de Angola apurou que as instalações situadas na zona urbana de Menongue, adjacente ao Comando Municipal da Polícia Nacional, encontram-se totalmente degradadas e coberta de capim. As paredes estão cheias de fissuras e sem portas, janelas e com os equipamentos, que permitem a emissão do boletim meteorológico diário sobre o clima, avariados há mais de 15 anos.

Depois da morte do único especialista, disse a fonte, as estações existentes na província ficaram completamente expostas a todo o tipo de riscos e nunca tiveram assistência técnica e manutenções. Para obter informações sobre o estado do tempo e do clima, a província depende de informações do INAMET central, em Luanda, situação constrangedora, porque nem sempre chegam em tempo real.

O jornal de Angola soube que existe um programa para a reactivação dos Serviços Meteorológicos nos próximos tempos, com a instalação de duas estações no município de Menongue e uma no Cuchi. Neste

momento, alguns técnicos da área participam de uma formação em Luanda, para melhor manusearem os novos equipamentos nos municípios acima referidos.

As administrações municipais de Menongue e Cuchi, abrangidos, nesta primeira fase, já indicaram os locais onde vão ser instaladas as referidas estações, para o normal funcionamento do INAMET, com vista ao fornecimento de dados com maior celeridade.

O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Júlio Muliata, disse que o funcionamento do INAMET na região vai ajudar na previsão real do tempo, com maior realce para a velocidade do vento, nebulosidade e as quedas pluviométricas, fenómenos que se fazem sentir com alguma regularidade na vida das comunidades.

### 10.3 Lobito aos papéis e submerso em promessas incumpridas

*Novo Jornal*

*2 De Abril de 2021*

*Texto: João Marcos*

Aumentava o tom da crítica, em dia de fecho do NJ, terça-feira, quando as chuvas colocavam à apreciação dos governantes debilidades técnicas do Lobito, já com duas mortes, devido a desabamento de casas, com o foco do reparo na falta de prevenção, após a tragédia que deixou mais de 80 vítimas e milhares de desalojados, em Março do ano 2015.

De lá para cá, levantamentos atrás de levantamentos, projectos atrás de projectos e, inclusive, obras adjudicadas a chineses, mas a realidade, vista agora pelo governador provincial, Luís Nunes, continua a mostrar um sistema de drenagem obstruído, responsável por inundações e desabamento de casas.

Com cerca de 40 quilómetros (dados oficiais) de valas de drenagem tomadas pelo lixo e por vegetação, dois obstáculos que retêm em zonas habitacionais as águas que devem ter o mar como destino, a cidade do Lobito, a "sala de visitas de Angola", está irreconhecível, com famílias 'presas' a gritar por máquinas para a limpeza dos pontos críticos.

Lesto a apontar soluções, na imprensa ou nas redes sociais, o arquitecto Felisberto Amado opta, antes mesmo de avançar para a componente técnica, por questionar a validade do voto dos cidadãos perante uma série de desgraças.

"Há muita coisa desagradável, mas o Governo continua insensível, por isso algo não funciona. Ou eles não precisam da população para o alcance do

poder, já que dirigem a seu bel-prazer, ou, então, alguém dá um murro na mesa", desabafa.

Felisberto Amado, professor do Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela (ISPOCAB), admite, todavia, que o sistema de governação é adverso ao desenvolvimento, impedindo que as coisas aconteçam por força das autorizações "de cima para baixo".

Da política à variante técnica, a sua 'praia', o académico, autor de vários estudos sobre as cidades de Benguela, afirma que, para lá da necessidade de reparação do sistema actual, é imperioso que sejam construídas outras valas, devidamente dimensionadas.

"Quer dizer que as autoridades devem, com recurso a engenheiros, fazer cálculos em obediência às inclinações e medir a vazão (quantidade de água que passa por metro/quadrado da vala)", sugere, acrescentando que essa operação deve ter a companhia de sistemas que amortecem a velocidade das águas, até para não danificar as próprias infra-estruturas.

"É verdade que são grandes obras de engenharia, mas são necessárias, estão em causa vidas humanas e condições sociais", realça Felisberto Amado, pouco antes de ter solicitado, numa mensagem dirigida a Luís Nunes, o fim dos aterros no Lobito.

O especialista salienta que os aterros, sobretudo nos mangais, potenciam as inundações, uma vez que, em casos de marés altas, quando o normal seria a expansão das águas, já não existem espaços.

"A capacidade de absorção do solo é diminuta, quase nula, daí que as águas sigam para as casas dos cidadãos", avisa.

Uma «vala de contradições» a céu aberto

A limpeza das valas de drenagem, uma das acções inscritas no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), do qual Lobito receberá a fatia mais alta dos 11 mil milhões de kwanzas previstos para os 10 municípios, esteve sempre envolta em contradições, pelo menos desde a tragédia - 2015 - que levantou insuficiências, dizem conhecedores, de várias décadas.

Em 2019, o então administrador municipal, Nelson da Conceição, garantia, em conferência de imprensa, "disponibilidade financeira" para trabalhos de limpeza, apontando para as principais valas.

Quem tiver ouvido Nelson da Conceição, primeiro, e agora, há algumas semanas, o administrador municipal-adjunto para a Área Técnica, Ernesto

Carplócio, em declarações à ANGOP, tem tudo para levantar interrogações, como fazem, de resto, homens das engenharias.

Carolócio foi peremptório ao afirmar que a falta de máquinas condicionava a limpeza da vala de macrodrenagem, no bairro da Luz, completamente coberta de vegetação e lama.

Em Junho de 2015, três meses depois da tragédia, foi aprovado o plano Director de Drenagem para os municípios de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta, avaliado em 360 milhões de dólares norte-americanos.

Não saiu do papel, por alegadas limitações financeiras, mas as esperanças acabariam renovadas .ern 2019, precisamente em Março, quando o ministro da Construção e Obras públicas, Manuel Tavares de Almeida, visitou as valas ao lado de empreiteiros chineses que deveriam ter colocado mãos à obra, uma vez adjudicada a empreitada.

Terça-feira, 30, o governador Luís Nunes visitou os pontos críticos, numa jornada que o levou igualmente à Catumbela, mas não prestou declarações à imprensa sobre o quadro vigente, susceptível a mais dissabores, sendo certo que pode continuar a chover nos próximos dias, de acordo com o INAMET.

"Foi apenas uma visita de constatação, que pode lançar bases para uma intervenção", disse o administrador municipal, Carlos Vasconcelos.

As chuvas e os contrastes Irreconhecível como se encontra, com debilidades técnicas e infra-estruturais já aqui afloradas, Lobito não tem, obviamente, um ambiente favorável ao investimento.

Surge este dado, bastante referenciado por homens de negócios, embora não se trate de nenhuma "descoberta de outro mundo", apenas para referenciar que o cenário de crise volta à ribalta com as autoridades à procura de investidores para um adormecido corredor económico.

"Claro, acredito, que ninguém investe nestas condições", disse, numa das passagens sobre a avaliação técnica, o arquitecto Amado.

Em curso, na sequência de um decreto do Presidente João Lourenço, em Diário da República, está já o concurso público internacional para a gestão e exploração do Caminho-de-ferro de Benguela, que tem na disputa operadores alemães, americanos e chineses.

Daqui a três meses, vai ser lançado o concurso para a concessão de terminais no Porto do Lobito, outra



empresa afecta ao maior corredor de desenvolvimento do País.

O virar de páginas, do litoral ao interior da província, indica que a chuva, maldita para os lobitangas, é sinónima de esperança em municípios onde faz morada a penúria alimentar.

Come-se farelo - sobras da transformação do milho - no chongoroí, por sinal um dos municípios eleitos para o arranque do programa de transferências monetárias (Kwenda) nesta parcela do país.

O alerta é dos Irmãos São Francisco de Assis (ISFA), uma organização católica que desenvolve, em parceria com a União Europeia, um projecto agro-pecuário em que insere famílias vulneráveis.

Do Cubal, a 140 quilómetros da cidade de Benguela, há informações de que o regresso das chuvas anima camponeses que procuram recuperar a massambala e o milho.

Trata-se, segundo o consultor comunitário Gil Tomás, antigo quadro da ADRA, de uma missão possível, sobretudo para os casos de sementes de ciclo curto, com o milho, a base da alimentação, incluído.

"É necessário que o Estado apoie com sementes, é possível recuperar culturas", refere.

## 10.4 Chuva causa restrições no fornecimento de água

*Jornal de Angola*

*3 De Abril de 2021*

Parte da cidade do Cuito, na província do Bié, está privada do normal fornecimento de água potável desde quarta-feira, devido às intensas chuvas que caem neste território, nos últimos dias, provocando a inundação do sistema de bombagem, noticiou a Angop.

Estão abrangidos os bairros Azul T, II, Njele, Tchissindo, Cambuluco, Catema e Engenharia. Neste momento, estão a ser feitos trabalhos de manutenção no sistema de captação e distribuição deste precioso líquido, por parte da Empresa de Águas e Saneamento local (EASBIÉ - EP).

O presidente da EASBIÉ-E.P, Menezes Chamale, falando à imprensa local, sublinhou que a água da chuva inundou a casa de bombagem do sistema de abastecimento elo Cuquema II, mas os técnicos tudo estão a fazer para resolver o problema o mais breve possível.

No Cuito, a Empresa de Águas e Saneamento do Bié tem capacidade de bombear mil 421 metros cúbicos hora, incluindo já com o sistema do Cuquema 11, mas actualmente está com menos de 800 metros cúbicos hora.

Grupo gerador

Por outra, no município do Andulo, indivíduos ainda não identificados vandalizaram, na quarta - feira passada, o grupo gerador que abastecia energia eléctrica no centro de tratamento e distribuição de água canalizada, forçando os munícipes a estarem sem o referido bem. Na região, perto de 200 mil pessoas beneficiam de água potável.

O administrador adjunto do Andulo para o sector técnico e infra-estruturas e serviços comunitários, Amílcar Borges, explicou que os vândalos retiraram os filtros e tampo do grupo gerador, o que condiciona o normal funcionamento.

Asseverou igualmente que a instituição trabalha no sentido de se ultrapassar a situação, assim como envida esforços junto do Serviço de Investigação Criminal para identificar os autores e responsabilizá-los criminalmente.

## 10.5 DR PREI regista operações de micro-crédito de Kz 18 milhões em Março

*Jornal O PAÍS*

*7 De Abril de 2021*

*Texto: Patrícia de Oliveira*

Programa de Reconversão da Economia In- formal (PREI) registou operações de micro- crédito no valor de 18 milhões kwanzas, que somam um total 467 milhões de kwanzas, desde o início do ano. A meta, segundo os dados oficiais, é atingir 2 mil 793 mil milhões de kwanzas, até ao fim do programa.

Segundo o secretário de Esta- do para a Economia, Mário Caetano, os 18 milhões de kwanzas traduzem os sete projectos aprovados, sendo que no mês de Março foram registados 54 projectos.

No que toca ao micro-crédito no sector empresarial, o agronegócio continua a liderar em termos de projectos com 996, num montante avaliado em 958 milhões de kwanzas, a seguir destacam- se os sectores da Logística, Distribuição e o Processamento de produtos agroalimentares. Com a aprovação dos projectos de micro-crédito aumentam as perspectivas de empresas formalizadas. "As operações do microcrédito permitiram a formalização de 454

empresas e a meta é alcançar 750 empresas”, explicou o governante.

Mário Caetano referiu que está a decorrer a finalização da base de dados de todo o sistema, que vai incorporar a referida base e permitir o registo dos micro-empresários (autoregisto), quer por via dos mais diversos balcões, nomeadamente o balcão cidadão e o SIAC dos gabinetes provinciais do Desenvolvimento Económico Integrado.

Segundo o dirigente, que falava esta Terça-feira, 6, sobre as operações do PRODESI, na última semana, o serviço de apoio aos produtores registou 13 pedidos para aquisição do crédito, que estão na terceira fase.

Na fase de dossier de crédito, o produtor recebe apoio para constituir os documentos necessários para dar entrada à banca e ter acesso ao crédito.

“Na fase de dossier de crédito encontram-se 270 promotores, no entanto, no decorrer na semana, não houve qualquer operação de crédito e mantêm-se os 96 projectos aprovados desde o início de 2021”, disse.

Mário Caetano João referiu que desde a operacionalização do PRODESI estão registados 754 projectos aprovados e a meta para o final do programa é atingir 1.514 projectos. Para o ano em curso a meta é alcançar 500 projectos. Neste momento, 136 projectos aguardam aprovação da banca”, explicou.

O BDA é o banco que mais financia os projectos com 513, a seguir vem Banco Angolano de Investimentos (BAI) com 35. O sector da agricultura continua a liderar os financiamentos com 348 projectos, a seguir o comércio e distribuição com 216 e a indústria transformadora com 111 projectos. A província de Luan-da conta com 164 projectos aprovados, Huambo e Benguela com 58 projectos.

Em relação ao mercado interno, o responsável frisou que mais de 300 produtores foram registados no Portal de Produção Nacional, perfazendo um total de 11 mil 101 produtores.

## 10.6 Vidrul vai produzir 29 mil toneladas de embalagens de vidro e estreia na produção de frascos

*Jornal o País*

*10 De Abril de 2021*

*Texto: Patrícia de Oliveira*

Qual é o balanço que faz da Vidrul no exercício económico 2020 e perspectivas para o presente ano?

Apesar da crise económica e a actual panorâmica da Covid-19, estamos satisfeitos com os resultados alcançados em 2020. A perspectiva após o aparecimento dos primeiros casos da pandemia era pessimista. Porém, tivemos um desempenho satisfatório. Fomos obrigados a reduzir o volume de importação de matéria-prima, contudo, no último trimestre de 2020, tivemos vendas alavancadas e muita procura de garrafas. Em 2020, tivemos uma produção de 26 mil toneladas de vidro. Em 2020, a Vidrul produziu mais de 100 milhões de garrafas, que faz uma média de 9 milhões mensais e 300 mil garrafas/dia, equivalente a 26 mil toneladas de vidro. Os nossos principais clientes continuam a ser maioritariamente empresas cervejeiras e de refrigerantes, e alguns pequenos produtores de bebidas espirituosas. Este ano, as cervejeiras nacionais aumentaram o pedido de solicitações de garrafas, o que poderá condicionar a exportação. A nossa meta é produzir 29 mil toneladas de embalagens de vidro (garrafas e frascos), mais 10% em relação ao exercício económico de 2020.

O novo forno vai conseguir atender a procura?

Não. O novo forno está a produzir 98% da sua capacidade, mas tem capacidade de fabricar 36 mil toneladas de vidro. Anteriormente, produzámos mais de 40 mil toneladas de vidro por ano. Agora, reduzimos para 29 mil toneladas.

Tal como as demais empresas, acredito que a Covid-19 alterou o funcionamento da Vidrul. Que estratégias foram usadas para manter a produção?

Obviamente que sim. Entretanto, o processo de produção não paralisou porque fazemos parte da indústria alimentar, que foi salva-guardada. Tivemos dificuldade no processo para a compra de material, pois as quantidades programadas para importação foram canceladas e nos deparamos com algumas restrições. Felizmente, a Vidrul não mandou nenhum funcionário para casa, mantemos na empresa o número essencial para continuar a produzir, o mesmo aconteceu com o pessoal de apoio e serviços gerais. Reduzimos para 75% a força de trabalho, conforme as orientações do Executivo e os funcionários que estavam em tele-trabalho foram renumerados.

Aumentou a procura de garrafas nos últimos tempos?

Sim. As indústrias que produzem bebidas estão revitalizadas e a responderem às expectativas, ao contrário do que eram as previsões há um ano. Cresceu o número de solicitações para fornecer garrafas e a nossa capacidade de produção não vai

atender a demanda porque está no limite. Vamos produzir para atender o mercado nacional e reduzir a exportação.

Até que ponto vão reduzir a exportação?

A Vidrul vai exportar no máximo 5% da produção de 2021. Há uma previsão de exportar 13 milhões de garrafas para os Congos Democrático e a Costa do Marfim.

Que medidas estão a ser tomadas para atender a procura das indústrias cervejeiras?

Há uma empresa vidreira concorrente no mercado que arrancou o ano passado, penso que também vai ajudar a suprir as necessidades no mercado nacional. Neste momento, não faz parte dos planos da Vidrul aumentar a capacidade de produção ou pensar em novos investimentos.

Quais são os principais materiais importados e a sua origem?

Em termos de matéria-prima, importamos o calcário, soda, sulfato para a fusão do vidro. Felizmente, a Vidrul iniciou há alguns anos a trabalhar com o vidro reciclado. Estamos a reciclar vidro de várias regiões do país e incorporar no processo de produção, o que reduziu consideravelmente a necessidade que tínhamos de importar a matéria-prima. O vidro reciclado representa mais de 60% da matéria-prima utilizada para o surgimento de novas garrafas.

Já para o armazenamento e o transporte do material, continuamos a importar paletes de plástico, separadores e rolos para a cobertura das garrafas. As paletes de madeira são compradas localmente e o restante do material é adquirido em vários países nomeadamente, Espanha, Portugal, Turquia, Singapura. A quantidade depende da nossa planificação de produção. A importação é feita antecipadamente, tendo em conta as dificuldades e a burocracia nos trâmites. Normalmente a importação é trimestral para garantir o stock mínimo e para não paralisar a produção.

Qual é a quantidade de casco que recebem por dia?

Diariamente recebemos 22 mil toneladas de casco fundido recolhido em vários pontos do país. Após a recepção, o material é pesado e o valor é pago consoante as quantidades. O vidro reciclado representa mais de 60% da matéria-prima utilizada para o surgimento de novas garrafas. Actualmente, a Vidrul produz garrafas de 25, 35 centilitros para o consumo nacional e para a exportação as garrafas são 50 cl, equivalentes a meio litro.

A empresa resolveu investir num novo segmento, que é a produção de frascos. Como está a ser aderência a este novo produto?

Durante os últimos dois anos, temos recebido pequenos produtores nacionais interessados em apostar na produção de compotas, vinagre e outros. Por esse motivo, decidimos produzir frascos para responder às necessidades nesta área. No mês de Janeiro, demos início à produção experimental com mais de 500 mil potes de 25 centilitros, que estão disponíveis para a venda aos pequenos produtores e reduzir a procura no mercado interno. Entre Maio e Junho, pensamos produzir, igualmente, 500 mil potes para aumentar a oferta, perfazendo um milhão de frascos. Eventualmente, se tivermos uma procura maior vai se pensar em aumentar a quantidade de produção.

Quanto foi investido para este novo segmento?

Estamos a utilizar o mesmo forno que produz as garrafas, apenas adquirimos moldes específicos para produzir os frascos. O forno anterior não é adequado para fabricar frascos. Investimos USD 50 mil em maquinaria e no novo forno, que permite produzir embalagens diversas. O nosso objectivo passa por manter a estabilidade de produção 100% operacional. No que diz respeito às vendas, gostaríamos de apostar mais na exportação dos nossos produtos. Mas vai levar algum tempo.

Qual é a apreciação que faz da implementação do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) no mercado angolano?

Aderimos ao IVA com satisfação, pois era uma situação que se impunha com todas as dificuldades que acarretava. Acharmos que o processo foi bem conduzido. A nível interno, conseguimos atempadamente programar o nosso sistema de gestão para responder à entidade fiscal. Sabemos que houve alguma inquietação por parte das empresas, mas achamos que é um imposto que vem regulamentar muitos aspectos do mercado. Há outros impostos que também devem ser revistos, especificamente o imposto especial de consumo que foi revogado.

Quantos funcionários a Vidrul emprega?

A Vidrul emprega 250 trabalhadores directos, que estão distribuídos em diversas áreas. Também contamos com alguns colaboradores que chamamos, em épocas de campanhas.

## 10.7 Praga de gafanhotos invade lavras no Cunene

*Jornal de Angola*

11 De Abril de 2021

Texto: Quinito Kanhameni

Uma nuvem de gafanhotos invadiu, ontem, lavras de camponeses nos bairros Omukumbaimbi e Onahumakhuma, nos arredores da cidade de Ondjiva, capital da província do Cunene,

Vitória Nduyakumwe, moradora do bairro Omukumbaimbi, a sudoeste de Ondjiva, disse que a nuvem de gafanhotos veio da comuna do Oshiedi, município de Namacunde, e devastou a sua lavra durante, aproximadamente, 20 minutos, causando um prejuízo enorme.

Acrescentou que a praga de gafanhotos dizimou toda a plantação de massango. "Para os afugentar começamos a bater sobre as chapas de zinco da casa com latas e outros instrumentos metálicos. Vinte minutos depois, os insectos abandonaram o local em direcção ao bairro Onakhuma, Oeste de Ondjiva", realçou.

Segundo Vitória Nduyakumwe, os insectos comem tudo o que encontrarem pela frente, desde folhas, massango e capim verde, realçando que os prejuízos desta invasão de gafanhotos veio agudizar a fome na região, visto que este ano quase que não choveu e agora a praga de gafanhotos devorou o pouco que se produziu.

De acordo com a camponesa Vitória Nduyakumwe, a praga de gafanhotos parecia um enxame de abelhas, tendo muitas pessoas abandonado as casas com medo de serem picadas. "Esperamos que a praga de gafanhoteós se afaste para bem longo, porque senão as poucas colheitas das fracas chuvas vão ficar completamente comprometidas", afirmou Vitória Nduyakumwe.

Joaquim Caputo, outro camponês morador do bairro Ocashika III, disse que ficou assustado, quando viu um ajuntamento de gafanhotos que cobriam completamente o céu e, quando se aproximavam de lugares com ervas, pousavam, "para, em poucos minutos, devorarem tudo". Aquilo foi uma autêntica razia, disse.

"As pessoas fugiam assustadas para o interior das casas, todas com medo de serem picadas, porque muitas pensavam que fosse um enxame de abelhas

quando pousavam", explicou Joaquim Caputo, sublinhando que os gafanhotos demoravam entre 10 e 15 minutos numa mesma lavra ou lugar com ervas e depois voavam em direcção ao bairro Onakhumba, a Oeste da cidade de Ondjiva. Lembrou que esta é a primeira vez que a província do Cunene regista uma praga de gafanhotos em grande escala.

O Jornal de Angola procurou, ontem, ouvir a Direcção da Agricultura e Pescas, para saber sobre a estratégia de combate à praga, mas sucesso, porque os responsáveis do sector estavam incomunicáveis.

## 10.8 Gafanhotos devastam mais de 20 campos agrícolas

*Jornal de Angola*

12 De Abril de 2021

Texto: Quinito Kanhameni

Mais de vinte campos agrícolas das aldeias de Oipembe e Ofitu Wandudo, a 15 quilómetros de Ondjiva, província do Cunene, foram completamente devastados pela praga de gafanhotos que assolou a região no sábado.

Segundo o chefe da aldeia de Oipembe, Alfeus Hinamunu, a praga durou apenas algumas horas e causou enormes prejuízos às culturas, com excepção da massambala, principal alimento da população nas localidades arrasadas. Alfeus Hinamunu admitiu que, nos próximos meses, "os habitantes das aldeias poderão confrontar-se com falta de alimentos", uma vez que as regiões afectadas foram atingidas, também, pela estiagem.

O responsável do bairro Oipembe disse que os habitantes locais "utilizam vários truques" para afastar os insectos, como fumigação com queima de pneus, batimentos de chapas de zinco e tambores, mas "desta vez, estes truques não funcionaram ante a invasão de gafanhotos".

A anciã Albertina Penomandje, da aldeia de Ofitu Wandulo, disse que é a primeira vez que a localidade regista a presença massiva de insectos que em tão pouco tempo devastaram campos de cultivo. "As autoridades têm urgentemente de encontrar estratégias para combater a imigração de gafanhotos de uma área para outra", disse.

O administrador do município do Ombadja, Hilario Sikalepo, disse que os gafanhotos abandonaram o país ao princípio da manhã de ontem, a partir da localidade de Omukwa Washindjala, no Marco 16, dirigindo-se para re-gião norte de Oshakati, República da Namíbia. Para Hilário Sikalepo, o facto

de os gafanhotos terem imigrado para outro país "não significa que não regressem a qualquer momento.

## 10.9 Mais de 40 mil pessoas estão afectadas pela seca

*Jornal de Angola*

*16 Abril de 2021*

*Texto: Arão Martins*

Mais de 40 mil pessoas do município dos Gambos, na província da Huíla, estão afectadas pela seca e necessitam de uma intervenção urgente, alertou, ontem, naquela localidade, o governador provincial, que considera preocupante a situação.

Nuno Mahapi, que falava no encontro com os membros do Conselho de Auscultação e Concertação Social e da Comunidade, para avaliar e encontrar soluções imediatas para a população mais afectada pela seca, defendeu acções urgentes para apoiar as famílias mais vulneráveis, sobretudo crianças e idosos.

"Temos que reagir. Precisámos do contributo das pessoas para apoiar a comunidade que vive na pele a situação da seca", disse, admitindo ter sido um encontro proveitoso, porque foi possível aperfeiçoar a metodologia a ser adoptada na distribuição de bens alimentares às populações. Para o governador, acudir às famílias não é ir ao encontro delas hoje, mas sim ter capacidade de resposta. Por isso, considerou que é importante que haja contribuições sustentáveis para inverter o actual quadro de penúria.

Uma outra situação a reter tem a ver, segundo o responsável, com o facto das famílias terem gado como riqueza activa, daí a necessidade de se definir o preço verdadeiro a ser praticado na venda do animal. Neste particular, os participantes ao encontro defenderam que um bovino deve custar entre 100 e 500 mil kwanzas e não abaixo deste preço, uma forma de se proteger a riqueza do povo.

"Das informações obtidas, as famílias estão a vender um boi por menos de 50 mil kwanzas, o que tem contribuído para a pobreza desta população. É nossa obrigação evitar que isso prossiga", disseram os participantes ao encontro. O governador da Huíla disse que é papel dos conselheiros darem o contributo relativamente ao preço da venda de um bovino a ser praticado oficialmente em função do tamanho, altura e tempo de vida.

Desencorajou a venda do gado a preços irrisórios, por que o valor praticado não gera

sustentabilidade. Garantiu que o Governo vai investir em infra-estruturas sustentáveis, como barragens, salientando que se está numa fase primária e fundamental para se resolver o problema da seca, sem descurar as acções de emergência que já estão em curso. Reconheceu, por outro lado, que a situação da seca pode complicar-se, não só para o município dos Gambos, mas também para a província, por se tratar de um assunto sério.

Os municípios tradicionais na produção de cereais e não só, que alimentam os grandes centros urbanos (Caluquembe, Caconda, Chipindo, Matala", este ano não produziram, face à estiagem prolongada que se vive. Nuno Mahapi disse que, apesar da seca, o município dos Gambos tem muito a ensinar, e é obrigação e dever do Governo dar solução aos problemas. Participaram no encontro, representantes da sociedade civil, associação de criadores de gado tradicional e igrejas.

## 10.10 Seca nos Gambos atinge mais de 40 mil habitantes

*Jornal O PAÍS*

*17 De Abril de 2021*

No município não chove há mais de sete meses e até as culturas resistentes à seca, como o massango e a massambala lançadas à terra em Outubro, morreram.

A situação levou o governador a manter um encontro técnico com o Conselho de Auscultação o município não chove há mais de sete meses e até as culturas resistentes à seca, como o massango ea massambala lançadas à terra em Outubro, morreram.

Local, para encontrar soluções para o problema.

Nuno Mahapi disse que foram colhidas contribuições para afinar as metodologias de intervenção, com vista a solucionar os problemas identificados em variados domínios, a começar pelo cadastramento das zonas mais afectadas. Admitiu que a situação é "grave", pois os habitantes estão a ser forçados a vender o seu gado a preços baixos, devido à falta de pasto e como forma de conseguir algum dinheiro para suprir necessidades básicas.

Na ocasião, em nome da comunidade, o padre Pio Wakussanga defendeu o mapeamento das famílias em situação vulnerável, para melhor direccionar a intervenção das autoridades. O também activista social, descreveu a situação actual como "triste", pois já existem muitas pessoas com anemia, entre homens, mulheres e crianças.

Adiantou ainda que um grande número de famílias já abandonou o município a pé, buscando sustento noutras partes da província e até à vizinha República da Namíbia.

Alertou que a intervenção das autoridades deve ser urgente, para se evitar a perda de vidas humanas.

Com uma população de 98 mil e 284 habitantes, o município do Gambos dista 150 quilómetros a sul da sede da província da Huíla e vive situações do género em todos os anos de seca, dada a progressão do Deserto do Namibe.

## 10.11 Chuvas comprometem colheitas no Andulo

*Jornal de Angola*

*19 De Abril de 2021*

*Texto: José Chaves*

O município do Andulo prevê, na presente campanha agrícola de 2020/2021, uma colheita de apenas 15 toneladas de café arábica devido à falta de chuvas que se registou durante o mês de Dezembro e no princípio de Janeiro, anunciou o director municipal da Agricultura, Pecuária e Pescas.

Florindo Silas disse que trabalha-se na preparação da colheita de café arábica nas localidades em que a actividade foi reactivada com base no novo programa de fomento da produção, afirmando que, para a implementação desta acção, foram criados viveiros comunitários e que o Andulo conta com mais de 120 mil pés graças à assistência técnica do Instituto Nacional do Café (INCA).

O responsável considerou que as 15 toneladas de café representam um resultado negativo devido à seca que assolou a região, acrescentando que o sector carece, naquele município, de tractores, fertilizantes e insecticidas para fazer face às pragas.

Florindo Silas sublinhou que os pequenos produtores de café do Andulo têm compradores permanentes geralmente idos da província de Luanda, e realçou que o café dessa região é bastante procurado devido à sua especificidade ímpar.

## 10.12 Chuvas em Luanda causaram 14 mortes

*Jornal de Angola*

*20 De Abril de 2021*

*Texto: André da Costa*

Catorze pessoas morreram, ontem, em Luanda, em consequência das fortes chuvas que se abateram sobre a capital do país, logo às primeiras horas do dia, até ao cair da tarde, informou fonte oficial.

De acordo com a governadora de Luanda, Joana Lina, que ontem presidiu ao encontro de emergência da Comissão Provincial de Protecção Civil, cinco mortes ocorreram no município de Luanda, três no município do Cazenga, duas em Cacucaco e igual número em Viana e no Kilamba Kiaxi. Em Luanda, houve ainda a ocorrência de dois feridos. As mortes resultaram do desabamento de casas e electrocussão.

Durante as chuvas, a co-missão coordenada por Joana Lina apurou que 1.617 casas ficaram inundadas, 16 desabaram, 15 foram derrubadas pelas fortes chuvas, um poste de iluminação público caiu e registou-se o incêndio de uma cabine eléctrica. A comissão afirmou que as chuvas afectaram 8.165 pessoas de um universo de 1.717 famílias sinistradas.

No município de Talatona, a conhecida "Ponte do Kamorteiro" ficou parcialmente destruída, resultando na interdição daquela estrutura aos automobilistas pelas autoridades, para evitar situações piores. A governadora provincial de Luanda, Joana Lina, aproveitou o encontro para endereçar condolências às famílias que perderam os seus entes queridos por conta das chuvas. Joana Lina orientou as comissões municipais de Protecção Civil no sentido de tomarem medidas para acudir às vítimas.

A governante assegurou que estão a ser realizadas acções de intervenção nas bacias de retenção e contenção das águas fluviais, uma vez que se nota um aumento exponencial do nível das águas. Acrescentou que este balanço é ainda provisório, estando as equipas do Serviço Nacional de Protecção Civil a apurar mais dados sobre as consequências das últimas chuvas.

Félix Domingos, porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, disse que a instituição continua a proceder à sucção das águas em residências inundadas, e também a fazer o corte das árvores e, consequentemente, a sua remoção. Na província do Zaire, o oficial superior informou que a chuva destruiu 22 residências e danificou parcialmente 57 outras. Acrescentou que houve ainda o registo de 10 quedas de árvores, algumas das quais por cima de residências.

Como consequência das chuvas, 474 pessoas ficaram desalojadas nos bairros Sagrada Esperança, 11 de Novembro e Álvaro Buta. Na província do Namibe, registaram-se 10 quedas de árvores e dois postes de

iluminação pública ficaram danificados. Não há casos de mortes e de feridos.

### 10.13 Presidente da república consternado com as mortes pelas chuvas no país

*Jornal de Angola*  
21 De Abril de 2021

O Presidente da República, João Lourenço, manifestou, através de mensagem profunda preocupação pelos e tragos que a chuva tem estado a causar ao redor do país, com perdas humanas e sinistros de vária ordem, particularizando o caso da cidade capital. Luanda, onde segunda - feira perderam a vida 14 pessoa em consequência das enxurradas.

“Não podemos ficar indiferentes a mais esta tragédia, que ciclicamente enluta ou causa graves prejuízos aos habitantes da capital no período mais agudo da estação das chuvas”, refere o Chefe de Estado. Que endereça "solidariedade e as mais sentidas condolências" a todas as famílias que perderam os seus entes queridos.

"Aproveito esta oportunidade para apelar ao bom senso e compreensão de todos os habitantes da capital, para que evitem agravar o já frágil sistema de saneamento da cidade, abstendo-se de construir sobre as linhas de água e canais de escoamento das quedas pluviais, respeitando as medidas adoptadas para o seu pleno funcionamento", apelou.

MPLA solidário com os sinistrados

O MPLA solidarizou-se, ontem, com as vítimas das chuvas que se abatem sobre todo o território nacional. O sentimento solidário está expresso num comunicado divulgado, ontem, em Luanda, no final de uma reunião do Secretariado do Bureau Político do Comité Central, orientada pela vice-presidente do partido, Luísa Damião.

"O Secretariado do Bureau Político do MPLA manifestou-se profundamente consternado pelas vítimas das chuvas que caíram nos últimos dias em várias províncias do país, endereçando às famílias enlutadas sentidas condolências, augurando a rápida recuperação dos feridos, para o seu regresso à vida normal", refere o comunicado.

O Bureau Político exortou os vários segmentos da sociedade no sentido de se juntarem às acções do Executivo, visando apoiar os sinistrados dessas intempéries.

Achuva que caiu em Luanda, na segunda-feira, provocou 14 mortos e várias casas inundadas.

O encontro apreciou o Plano de realização da reunião alargada entre o Secretariado do Bureau Político, o Grupo Parlamentar do MPLA e os membros do Executivo, bem como o parecer sobre o Relatório de Execução do Orçamento Geral do Estado referente ao III trimestre de 2020.

O Secretariado do Bureau Político foi, igualmente, informado sobre as medidas administrativas tomadas pelo Executivo no sentido do reforço da organização do sector da Comunicação Social, garantindo o pleno exercício da liberdade de imprensa, nos termos da Constituição e da Lei.

Os membros do Secretariado foram informados sobre o Plano da Comissão de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos em Angola, tendo recomendado que se continue a trabalhar para o alcance dos objectivos preconizados, em todas as suas vertentes.

### 10.14 Seca e fome obriga 15 mil angolanos a migrar para o Norte da Namíbia

*Jornal O PAÍS*  
22 De Abril de 2021  
Texto: João Katombela

A denúncia foi feita pela Igreja Católica, num encontro com o Governo Provincial da Huíla, durante a visita que visou avaliar os efeitos da seca naquela parcela do país, a mais afectada pela seca.

Segundo o responsável da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, no município dos Gambos, até ao momento já foram contabilizados um total de 15 mil angolanos, que fugiram a fome que assola os municípios dos Gambos na Huíla e do Curoca no Cunene, encontram-se refugiados no Norte da Namíbia.

O Padre Jacinto Pio Wakussanga disse que o número de cidadãos que abandonam o território nacional pode vir a aumentar, caso não sejam tomadas medidas concretas e permanentes, em função do velho problema que assola a região sul do país. Segundo o sacerdote católico e presidente da Associação Construindo Comunidades (ACC), até no passado dia 11 do mês em curso, pelo menos 30 pessoas da localidade de Tchipepepe preparavam-se para partirem para a vizinha República da Namíbia.

“Realmente, é preciso fazer-se um mapeamento real conseguindo assistência humanitária. A região de Homussaty, no Norte da Namíbia, por exemplo, está cheia de pessoas que saíram dos Gambos, do Curoca e de outras regiões do Sul do país, como refugiados climáticos”, revelou.

Segundo o Padre Jacinto Pio Wakussanga, os familiares dos cidadãos que já se encontram na Namíbia solicitam ao Governo Central a criação de uma comissão que possa deslocar-se à República da Namíbia, para proceder à avaliação das condições de vida dos refugiados climáticos.

Por outro lado, o sacerdote voltou a apelar ao Governo Central, para que declare um Estado de Calamidade Natural, tal como já o haviam sugerido os Bispos de Angola, durante a segunda plenária de 2020. “Comisto, estar-se-á a convidar agências internacionais especializadas em desastres humanitários, a trabalhar no terreno para se acudir a situação com a parceria e apoio da administração local e dos parceiros”, recomendou.

Entretanto, o Governador Provincial da Huíla, que presidiu o encontro, disse que por se tratar de assunto que envolve duas soberanias, a intervenção no problema deverá ser tomada a nível central.

Para o efeito, Nuno Mahapi Da- la, o governador, garantiu que fará chegar o memorando que recebeu da Igreja Católica às mãos do seu responsável nos Gambos, Padre Jacinto Pio Wakussanga, ao Governo Central, num curto espaço de tempo.

“Foi uma informação que recebemos em primeira-mão, é uma matéria sensível e séria, vamos fazer chegar às instâncias superiores e, nos pronunciaremos depois de termos inputs suficientes sobre o assunto”, disse.

Solução passa pela criação de projectos estruturantes

O problema da seca nos municípios do Sul do país arrasta-se há anos, entre os municípios da província da Huíla, Gambos é o mais afectado, sendo que 41 mil pessoas já se encontram em condições extremas

O governador provincial da Huíla disse que a solução para o problema da seca, particularmente nos Gambos, passa pela criação de projectos estruturantes que possam gerar desenvolvimento sustentável.

Em seu entender, estes projectos estruturantes passam pela construção de barragens para a retenção de água, para que se possa praticar a agricultura, com

vista a minimizar os efeitos da seca que assola milhares de pessoas.

“Não se pode continuar a discutir a entrega de alimentos para o município dos Gambos, nós temos de desenvolver todas as valências e o potencial que esse município tem para gerar uma autossuficiência local e, isso, passa pelo aproveitamento das linhas de água. Sabemos que o país está a viver momentos maus da sua economia, mas o bem vida é o mais importante, por isso, vamos continuar a aproveitar estes recursos que se vão perder no Oceano”, garantiu.

## 10.15 A Chuva!

*Novo Jornal*

*23 De Abril de 2021*

Gosto de chuva, confesso. De entre o que melhor guardo da minha infância, estão os sons da chuva no telhado, ao acordar, e o ar lavado que respirávamos depois de uma boa chuvada (que são intensas e frequentes na região onde nasci), a que se juntava o cheiro fresco da terra. Até as brincadeiras pareciam ter mais graça à chuva. A água que desabava a bandeiras despregadas era mais um riso prolongado que nos convidava à acção ou a uma simples contemplação do que a natureza nos brindava, e que se iria traduzir em campos verdes, árvores carregadinhas de frutos, animais refasrelados, um mundo preparadinho, para que o homem pudesse, associando-se a todos os outros actores, imprimir a sua marca, transformando-o para criar felicidade. Isso, é claro, se agisse de forma responsável!

Custa-me, pois, ver a chuva como o vilão, colocado com a cabeça a prémio, acusado de ser o provocador de desgraças generalizadas, porque corre por regueiros que se transformam em ravinas, pois a vegetação que as impedia foi retirada, inunda bairros construídos sobre antigas lagoas e pântanos e onde se obstruíram todas as linhas de água, descabela casas com telhados precários, arrasta pontes mal construídas ou manridas, espalha o lixo que não foi recolhido, impede o trânsito em estradas que não têm um conveniente sistema de recolha de águas pluviais, põe a nu o deficiente trabalho de conservação das infra-estruturas dos centros urbanos que colapsam quando a água encontra os caminhos que a deviam conduzir ao mar, ou aos rios, bloqueados por detritos que, simplesmente, não deveriam estar ali.

Quando a chuvanão é benfazeja, raramente é a ela que devemos apontar o dedo. Olhemos para nós e analisemos o que não fizemos ou o que fizemos mal feito, e corrijamo-lo



As chuvas que têm ocorrido não são demasiadas, pecam por tardias. Que o digam os camponeses e os pastores, que desesperaram por elas no momento certo, sofrendo as consequências da seca numa grande parte do nosso País! Que o digam os que dependem de furos que, entretanto, secaram, porque os aquíferos se reduziram a um nível em que a sua própria sobrevivência ficou em risco!

As grandes concentrações de humanos não são naturais. Constituem, pois, um desafio a quem as formou, no sentido de criarem sistemas que possam, senão eliminar, pelo menos reduzir as consequências de actos da natureza, de todo previsíveis, por serem, esses sim, naturais. O vento, a chuva, o sol são bem-vindos, pois absolutamente necessários para que o planeta funcione. A obra humana deve estar preparada para o acolher, e a eles resistir, exceptuando-se, naturalmente, os acontecimentos que ultrapassem o expectável (e que, felizmente, não são frequentes no nosso país).

As consequências negativas dos actos da natureza, que encham os noticiários, não são, pois, na sua grande maioria, mais do que o resultado da nossa incúria e incapacidade de fazer o que é necessário para preservar ou construir as infra-estruturas indispensáveis para suportar as alterações que vamos fazendo ao País original, onde a natureza se auto-regulava. Um pouco como o investivar o elefante que investiu contra o malfadado caçador que o procurou abater por puro prazer. As consequências não são culpa do elefante!

Quando a chuva não é benfazeja, raramente é a ela que devemos apontar o dedo. Olhemos para nós e analisemos o que não fizemos ou o que fizemos malfeito e corrijamo-lo.

Pois as consequências podem ser terríveis, como a enorme tragédia humana que testemunhámos em Luanda, como consequência das chuvas de 19 de Abril.

## 10.16 Bispo de Benguela deplora condições das vítimas das cheias de Março de 2015

*Jornal O País*

*23 De Abril de 2021*

*Texto: Constantino Eduardo*

Muitas famílias estão a abandonar os Cabrais em direcção às zonas de sinistros, por falta de condições de habitabilidade. Em Março, dias depois das cheias, tinha ficado a promessa de o Governo ajudar as famílias na construção das moradias nos Cabrais, a 22

quilómetros do município do Lobito, mas, de lá para cá, o auxílio de que tanto as autoridades falaram ainda não chegou. Casas inacabadas, falta de transportes públicos e de mais serviços básicos é o cenário a que se assiste nos Cabrais.

“Quando aqui viemos, nos prometeram casas acabadas, mas, infelizmente, nos deram casas inacabadas. Há escassez de água, sem falar da fome e pobreza extrema que enfrentamos. Pedimos a quem de direito que, pelo menos, dê acabamento às nossas residências, para que possamos viver com segurança”, descreveu um catequista representante da comunidade cristã dos Cabrais.

O bispo da Diocese de Benguela, Dom António Jaka, foi ver de perto as condições a que se sujeitam diariamente as vítimas das enxurradas. Na homília da missa a que presidiu nos Cabrais, o prelado católico manifestou insatisfação pelo facto de muitas das casas, seis anos depois da sua última visita, estarem ainda inacabadas. “Ainda vejo as ruas, o loteamento de casas que deviam estar e não estão”, refere.

Embora tenha elogiado a configuração do projecto, a julgar pela forma como foi concebido pelas autoridades governamentais, o sacerdote lamenta, porém, o facto de não se ter dado o impulso de que o mesmo precisava, manifestando-se, apesar disso, esperançado de que, num futuro, se vá, efectivamente, materializar o projecto, desenhado sob a égide do antigo governador de Benguela, Isaac dos Anjos. “Para que as crianças que aqui estão possam estudar, possam ter esperança numa vida melhor”, disse.

Face ao quadro vigente, o prelado insta o Governo a envidar esforços com o objectivo de pôr fim às dificuldades por que passam centenas de concidadãos no bairro 11 de Março. Como homem de Deus que é, ao prelado não lhe resta mais nada senão pedir a Deus, de modo a que suscite nos corações de quem tem responsabilidade para pôr cobro ao sofrimento daqueles cidadãos, de modo a que as famílias vivam com dignidade.

“Nós também viemos pedir a Deus a sua bênção para vós, para que esta situação também mude e que estas casas possam ser terminadas. Que possais ter aqui o mínimo necessário para viver dignamente. A nossa visita também é para dizer: vocês não estão esquecidos pela Igreja, pela diocese e temos a certeza também de que as autoridades não vos vão esquecer”, tranquiliza o bispo da diocese.

Em declarações à rádio Ecclésia, o assistente pastoral Nossa Senhora da Anunciação, padre António Kalaya, afirmou que a falta de condições está a

obrigar a que muitas famílias regressem às zonas de origem, apesar dos perigos que correm. “Eram mais ou menos 800 e poucas famílias aqui, mas agora ficamos pouquíssimos”

Conforme tinha noticiado este jornal em 2018, a província de Benguela, segundo o então governador, Rui Falcão, precisava de mais de mil casas para atender às vítimas das chuvas. À época, manifestou-se incapaz de prosseguir com o projecto por falta de recursos financeiros e clamava, por isso, uma intervenção do Governo Central.

Recorde-se que as chuvas torrenciais que se tinham abatecido sobre os municípios do Lobito e Catumbela, em Março de 2015, ceifaram a vida de mais de sete dezenas de cidadãos e destruiu várias residências.

### 10.17 Últimas chuvas de Luanda mataram mais pessoas que em toda a época 2019/20

*Novo Jornal*  
23 De Abril de 2021

Mais de quarenta pessoas perderam a vida em consequência das chuvas que se abateram pelo País desde o início do ano, constatou o NJ numa contagem paralela. Além das vítimas mortais, as chuvas provocaram incalculáveis danos materiais, como a destruição e inundação de residências, escolas, pontes, hospitais, igrejas e outras infra-estruturas.

Em Luanda, os dados oficiais apontam para pelo menos 33 mortos, na sequência de três chuvas que caíram entre Março e Abril, ou seja, nas últimas três grandes ocorridas em Luanda morreram mais pessoas do que em toda a época chuvosa 2019/2020, a julgar pelos dados do Serviço de protecção Civil e Bombeiros, fornecidos ao NJ, que fixam em 29 mortes o balanço daqueles nove meses. No mesmo período - época 2019/2020 -, as chuvas afectaram mais de 79 mil pessoas e deixaram quase 14 mil casas inundadas.

No presente ano, as últimas enxurradas que caíram sobre a capital do País voltaram a destapar os velhos problemas, como o deficiente sistema de drenagem e a falta de saneamento básico. Contudo, nos últimos anos, o Governo cabimentou, através do Orçamento Geral do Estado, mais de 400 milhões Kz para serviços de desassoreamento e manutenção das valas de drenagem, para reduzir o impacto das chuvas na província.

«Luanda necessita de uma revolução sanitária»

O engenheiro civil Angelino Quissonde entende que Luanda precisa "com urgência de uma revolução sanitária", cujo prazo de execução varia entre os cinco e 10 anos. O também especialista em Engenharia Hidráulica aponta que a referida revolução deve começar com a criação e melhoria dos sistemas de drenagem. "Luanda necessita de uma reestruturação de todo o sistema de drenagem, desde o reperfilamento à execução de novas valas, galerias, colectores e sistema de recolha, transporte, deposição e tratamento das águas das chuvas", explica.

Quissonde defende ainda a criação de um programa estruturado de limpeza das valas e de todos os dispositivos de drenagem de Luanda, para que, quando chova, haja o escoamento rápido das águas.

Já Luaty Beirão usou a sua conta no Twitter para dizer que Luanda era uma "cidade sem solução". Através de um vídeo, o activista avisou que seria preciso "partir muito" para conseguir reconstruir uma cidade que seja adequada ao número de habitantes que a capital tem. Por isso, Luaty alertou que partir implica indemnizar ou implica expropriar à força e atirar famílias inteiras para zonas agrestes como tem sido feito até agora.

TERESA FUKIADY

### 10.18 Chuvas e danos

*Jornal de Angola*  
24 De Abril de 2021

A chuva ocorre todos os anos e, nas zonas menos preparadas para as enxurradas, causa os mesmos danos, razão pela qual contra a mesma pouco podemos fazer para contrariar ou inverter o seu ciclo.

De ano para ano, vai continuar a chover e, seguramente por força das alterações climáticas, provavelmente assistiremos a crescentes cargas pluviométricas por cada metro quadrado.

Há dias, a cidade de Luanda e arredores assistiu a morte de dezenas de municípios por causas directas e indirectas das chuvas que se abateram sobre a capital, realidade que nos deve levar à reflexão e tomada de medidas.

Vale dizer que, em Luanda, e de uma maneira geral na periferia das sedes provinciais das outras dezassete províncias, sempre choveu e só nos últimos tempos é que temos assistido a mortes. Há cinquenta ou quarenta anos, grande parte das casas na periferia de

Luanda eram erguidas tendo como base paus, fitas e barro, daí a designação de casa de pau-a-pique.

Numa altura em que eram praticamente inexistentes as chamadas valas de micro e macro drenagem, as linhas naturais de passagem das águas, os terrenos baldios que funcionavam como espécie de bacias improvisadas de retenção de água, entre outras realidades daquela altura, funcionavam em pleno. E, naquela conjuntura de imensa precariedade no que dizia respeito às estruturas habitacionais, não havia relatos de perdas de vidas humanas por causa das chuvas.

Hoje, o crescimento desordenado da periferia da cidade de Luanda, ao lado da obstrução das linhas naturais de passagem das águas, da deposição de resíduos sólidos nas valas de drenagem, entre outras inconformidades, estão a causar os problemas que assistimos.

Acreditamos que vamos ainda a tempo de inviabilizar o quadro arquitectónico e de desordenamento territorial que, a acentuar-se numa altura em que Luanda caminha para albergar mais de 10 milhões de habitantes, apenas vai acabar por aumentar os problemas derivados das chuvas.

Não faz qualquer sentido que, de ano para ano, continuemos a assistir aos mesmos problemas quando, na verdade, deveríamos já testemunhar a efectivação de um plano que previsse, entre outros, "zero mortes por causa da chuva".

O que seria válido para Luanda e a sua periferia, seria igualmente útil para todas as zonas periféricas das sedes provinciais, na medida em que o crescimento das capitais provinciais, por força da "desertificação humana" no interior de algumas províncias agrava e tende agravar os problemas. Esperemos que as chuvas em todo o país, tal como ocorria no passado não matem mais angolanos e para o feito urge a tomada de consciência das famílias, a sensibilização para que respeitem as linhas de água e a tomada de medidas por parte de quem de direito.

### 10.19 Desabrigados pelas chuvas começam a ser realojados

*Jornal de Angola*

*27 De Abril de 2021*

*Texto: Manuela Gomes*

Três das mais de 60 famílias desabrigadas pelas chuvas, no município do Cazenga, em Luanda, foram, ontem, realojadas na Centralidade de

Kalawenda, um dos vários projectos habitacionais do Estado, localizado naquela circunscrição.

As residências entregues pelo Grupo Parlamentar do MPLA fazem parte das mais de 300 habitações do tipo T2, construídas naquela centralidade.

As últimas chuvas que se abateram sobre Luanda fizeram com que 68 famílias no município do Cazenga ficassem desalojadas e perdessem os seus bens, aguardando por reassentamento, no âmbito do Programa de Realojamento das Famílias.

Segundo o presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, o início do processo de realojamento das famílias desabrigadas pelas chuvas mostra, mais uma vez, o cumprimento das propostas dos deputados que visam melhorar a qualidade de vida da população vítima de catástrofes.

Virgílio de Fontes Pereira disse que foram feitas diligências, junto dos órgãos competentes do Estado, para que, no processo de distribuição de residências às famílias desalojadas pela chuva no Cazenga, se desse prioridade às três famílias.

"Demos primazia a essas famílias, particularmente a que tem uma criança com apenas um ano e vive em situação de extrema precariedade. Houve, da nossa parte, solidariedade institucional e conseguimos este apoio", disse.

Virgílio de Fontes Pereira explicou que essa acção é a concretização de mais uma acção social, que pauta por razões de solidariedade, humanismo, patriotismo e que visa melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Na sua visão, este é um processo que deve ser contínuo, sem muitas burocracias. Para o presidente do Grupo Parlamentar do MPLA é preciso que os órgãos competentes do Estado agilizem os procedimentos, com a simplificação de passos administrativos, para que processos como esse sejam agilizados e resolvam as necessidades das famílias.

"Felizmente este processo que hoje damos cumprimento fizemo-lo em quatro dias. Foram agilizados procedimentos a partir da Administração Municipal do Cazenga, em colaboração com órgãos do Governo da Província de Luanda e do Executivo", referiu Virgílio de Fontes Pereira.

### 10.20 Manuel Nunes Júnior defende modernização do sector florestal

*Jornal de Angola*

*30 De Abril de 2021*

*Texto: Manuela Gomes*

O ministro de Estado para a Coordenação Económica defendeu, ontem, em Luanda, que se encare a gestão dos recursos florestais com uma abordagem holística assente em fortes conceitos de sustentabilidade, de modo a criar as bases e premissas fundamentais para a industrialização e modernização equilibrados deste sector.

Manuel Nunes Júnior, que discursava no acto de abertura do Fórum Nacional de Florestas, considerou que, com isso, vai aumentar-se a competitividade, tornar o sector mais atraente aos investidores (nacionais e estrangeiros) e, por esta via, ampliar os níveis de empregabilidade da mão-de-obra, fazendo com que a sua contribuição seja mais efectiva e expressiva no Produto Interno Bruto do país.

Para o governante, isto implica a implementação de um conjunto de medidas e acções de natureza política, legislativa, técnica e económica dirigidas à consolidação das realizações já conseguidas e para a correcção das distorções que ainda perduram e não permitem a evolução desejada do desenvolvimento do sector. Essas medidas, disse, passam pela introdução gradual do regime de exploração dos recursos florestais sob contrato de concessão de exploração, em substituição do actual regime, baseado em licenças anuais de exploração. Manuel Nunes Júnior defendeu, também, a criação de condições para a aprovação da proposta da Carreira Técnica e Profissional Específica para o pessoal da fiscalização florestal, faunística e respectivo estatuto remuneratório.

A promoção do aumento da produção de madeira em toro e outras, para oferecer maior disponibilidade de matéria-prima, a redução da pressão sobre a floresta nativa, fortalecimento das empresas do sector florestal, bem como a respectiva cadeia de valor são outras das acções necessárias. Manuel Nunes Júnior apontou, também, o fomento da produção do mel, via produtores tradicionais, empresas, associações e cooperativas, a implementação de mecanismos de certificação florestal e apícola, bem como a organização dos produtores de carvão vegetal em associações, cooperativas e a formalização da sua actividade como execuções que podem contribuir para o progresso do sector.

Extensão florestal Resultados preliminares do Inventário Florestal Nacional de 2017 indicam que o país tem uma superfície florestal de aproximadamente 70 milhões de hectares, representando diversas tipologias de florestas ricas em biodiversidade e espécies de plantas de significado valor comercial, cultural, medicinal, alimentar e estético.

A reserva de madeira comercial nestas florestas foi estimada em aproximadamente 606 milhões de metros cúbicos, constituindo-se num importante activo disponível que, em condições de sustentabilidade, permitiria uma produção anual de cerca de 600 mil metros cúbicos de madeira em toro e contribuir, significativamente, para o aumento e diversificação da produção nacional e das exportações. Para o ministro de Estado para a Coordenação Económica, a tudo isso deve-se somar a disponibilidade de vastas extensões de terras não apropriadas para a produção alimentar, mas aptas para o plantio e desenvolvimento de plantações florestais, industriais, comerciais e energéticas.

## 10.21 Ministro defende maior valorização da madeira

*Jornal Economia e Finanças*

*30 De Abril de 2021*

*Texto: António Eugénio*

O ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Júnior, apelou ontem em Luanda, para a necessidade de preservar a reserva de madeira comercial nas florestais angolanas estimada em 600 milhões de metros cúbicos por constituir um activo para o desenvolvimento económico de Angola,

O ministro, que falava durante o Fórum Nacional de Florestas, que decorre sob o lema "O Papel Das Florestas no Desenvolvimento Sustentável do País", disse que a quantidade enumerada constitui um importante activo disponível que, em condições de sustentabilidade, permitirá uma produção anual de 600 mil metros cúbicos de madeira em toro e contribuir para o aumento e diversificação da produção nacional e nas exportações.

Segundo o dirigente, tudo isso deve-se somar a disponibilidade de vastas extensões de terras não apropriadas para a produção alimentar, mas aptas para o plantio e desenvolvimento de plantações florestais industriais, comerciais e energéticas.

Para uma gestão dos recursos florestais com abordagem holística assente em fortes conceitos de sustentabilidade, (ministro aconselha a uma gestão dos recursos florestais com abordagem holística assente em fortes conceitos de sustentabilidade, de modo a criar as bases e premissas fundamentais para a industrialização e modernização equilibrada no sector florestal.

À medida que se aumenta a competitividade, torna-se o sector mais atraente aos investidores nacionais e estrangeiros e por esta via aumentar os níveis de

empregabilidade da mão-de-obra fazendo com que a sua contribuição seja mais efectiva e expressiva no Produto Interno Bruto.

Manuel Nunes Júnior reiterou que o aproveitamento do potencial de recursos florestais que o país dispõe, assente numa política que garanta a sua reposição com carácter de sustentabilidade, pode constituir numa importante fonte de receitas.

O ministro de Estado para a Coordenação Económica adiantou que a exploração da madeira ajuda no melhoramento das condições socioeconómicas da população do meio rural, gerando empregos, desenvolvimento local e contribuindo para a fixação nas suas áreas de origem.

Este factor implica a implementação de um conjunto de acções de natureza política, legislativa, técnica e económica dirigidas para a consolidação das realizações conseguidas e para a correcção das distorções que ainda perduram e impossibilitam a evolução desejada no sector.

Citou, por exemplo, a introdução gradual do regime de exploração dos recursos florestais sob controlo de concessão de exploração florestal em substituição do actual regime baseado em licenças anuais de exploração florestal.

Defende a criação de condições para a aprovação pelo Estado da proposta da carreira técnica e profissional específica para o pessoal da fiscalização florestal e faunística.

Outra sugestão avançada é a promoção do aumento da produção de madeira em toro oriunda das plantações florestais existentes e outras a serem estabelecidas para oferecer maior disponibilidade de matéria-prima para a indústria e reduzir a pressão na floresta nativa, fortalecimento das empresas do sector e da sua cadeia de valor.

Manuel Júnior apelou para a necessidade do fomento da produção do mel, via produtores tradicionais, empresas e cooperativas de produtores, visando melhorar as tecnologias de produção do mel e seus derivados.

O dirigente angolano apelou também para a necessidade da implementação de mecanismos de certificação florestal e apícola de modo a tornar competitivos e valorizar a madeira e o mel de produção nacional e facilitar a sua inserção no mercado internacional, assim como a organização dos produtores de carvão vegetal em associações e cooperativas e a formalização da sua actividade, de modo a permitir a introdução de medidas de gestão de controlo.

"No nosso país, os efeitos das alterações climáticas também se fazem sentir e são visíveis através da seca prolongada, estiagem e a carência de chuvas que vêm provocando dificuldades na produção agrícola e pecuária trazendo como consequência a fome e a má nutrição em numerosas famílias", disse.

Por isso, considera que o Fórum Nacional de Florestas realiza-se numa altura em que há grandes desafios na gestão dos recursos florestais do país e se espera uma contribuição efectiva no processo de desenvolvimento económico, social e ambiental!

Entrega de licenças

Já o ministro da Agricultura e Pescas, António Francisco de Assis, entregou ontem, em Luanda, as primeiras licenças de exploração de madeira de alguns agentes que actua no sector.

A medida que visa disciplinar a exploração da madeira no mercado e garantir a sua sustentabilidade, evitar a desflorestação da floresta com 70 milhões de hectares em termo de superfície, representando 55,6 por cento do território.

Francisco Assis adiantou que durante o evento que terminou, visou promover o debate e procurar soluções para os diversos problemas ligados ao uso e gestão sustentável dos recursos florestais. Associado à promoção de mais plantações, à exploração da floresta nativa, a necessidade da industrialização do sector face à exportação da madeira, divulgação das oportunidades de negócios e investimentos existentes no sector florestal.

Durante a realização do fórum, segundo o ministro, foi aproveitado para proceder a abertura do ano florestal 2022. Por outro lado, está em exposição no local uma feira de produtos florestais e seus derivados. Numa realização conjunta com a Associação Angolana dos Industriais e Madeireiros de Angola (ANIMA).

## 10.22 Presidente da AIA defende rigor nas medidas para desencorajar o comércio da madeira

*Jornal Economia e Finanças*  
*Texto: João Gomes*

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, defendeu ontem, em Luanda, a necessidade de as autoridades tomarem medidas que desencorajem a exploração ilegal da madeira e a sua exportação ilegal.

O responsável, que falava ao JE durante o Fórum Nacional de Florestas aponta para a necessidade de proibir a exportação da madeira não transformada do país "Infelizmente, está 'a sair madeira toro em bruto", afirmou,

O Fórum promovido pelo Ministério da Agricultura e Pescas, segundo o entrevistado, vai permitir colher aporte para melhorar o sector da madeira em Angola, que, em sua opinião, precisa de ser reajustado,

Segundo ele, caso se persista nesta prática pode se atrasar a industrialização de Angola, por existir ainda a necessidade de criar uma indústria de contraplacado e alargamento do processo da industrialização da madeira.

José Severino apelou ao aproveitamento de 300 mil hectares da floresta artificial, que, actualmente, por causa da estiagem 'existem apenas 130 mil, representando uma perda de 60 por cento do valor anterior.

Por sua vez, Yuri Silva, representante da empresa Lamilo que esteve na feira da madeira no Centro de Convenções de Talatona, defendeu a necessidade de se representar um negócio rentável.

A sua empresa chega a facturar anualmente um milhão de euros e exporta 50 por cento do negócio virado à madeira serrada, O Fórum Nacional de Florestas, que encerra hoje, abordou vários temas, entre os quais, o negócio florestal em Angola, financiamento, estratégias de produção e reflorestamento, AE

## 11. MINEIRA

## 12. MIGRAÇÃO

## 13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

### 13.1 Garantido estágio a jovens em empresas chinesas

*Jornal de Angola*

*20 De Abril 2021*

*Texto: Edivaldo Cristóvão*

Centenas de jovens angolanos vão beneficiar de estágios profissionais em empresas chinesas que operam no país, com o objectivo de complementarem o aprendizado que adquiriram ao longo do Sistema de Ensino e da Formação Profissional e serem inseridos no mercado de trabalho.

O acordo foi rubricado ontem entre o Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP) e a Associação das Empresas Chinesas, na presença do ministro em exercício da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Válio Americano, da governadora de Luanda, Joana Lina, do director do Gabinete de Quadros do Presidente da República, Edson Ulisses Barreto, e do embaixador da República Popular da China em Angola, Gong Tao, bem como dos secretários de Estado do Trabalho e Segurança Social, da Educação e da Juventude e Desportos.

De acordo com o director-geral do Inefop, Manuel Mbangui, o protocolo visa criar condições para que os jovens que terminarem a formação profissional, ensino médio e superior possam aliar a teoria à prática. O acordo inclui a remuneração dos beneficiários e garante a possibilidade de serem admitidos em em-presas chinesas.

Manuel Mbangui esclareceu que o Inefop vai apenas dar o apoio metodológico e organizar o processo de admissão dos candidatos aos estágios. Os candidatos aos estágios, acrescentou, devem fazer a inscrição através dos portais do Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE), INEFOP e MAPTSS. Segundo Manuel Mbangui, o programa de estágios profissionais já tem acordos com mais de 100 empresas. "O orçamento inicial do PAPE permitia, apenas, a inclusão de 1.500 jovens, mas com

os apoios da Revitalização do Ensino Técnico e da Formação Profissional, através da União Europeia, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com as empresas chinesas, o número de beneficiários será mais alargado, fundamentalmente nos ramos da Engenharia, Construção, Tecnologias e Indústria Alimentar".

O director do Gabinete de Quadros do Presidente da República, Edson Ulisses Barreto, considera que este acordo vai permitir aos jovens melhorar as suas competências técnicas, profissionais e comportamentais. Para a governadora de Luanda, Joana Lina, "muitos jovens estão ansiosos para ajudar no desenvolvimento do país, por isso todas as iniciativas que fomentem o emprego devem ser acarinhadas e valorizadas".

O presidente da Associação das Empresas Chinesas, Guo Sen, disse que a instituição foi criada há 15 anos e actualmente conta com mais de 65 grandes empresas da China. Guo Sen revelou que mais de dez empresas estão envolvidas nas áreas de infra-estruturas, Energia e Recursos, fabricação industrial, financiamento, Agricultura, Comércio, Geologia, Electrónica e Comunicações. O embaixador da República Popular da China, Gong Tao, considera Angola um dos países do mundo com a população maioritariamente jovem, acrescentando que, ao longo dos anos, têm desenvolvido várias cooperações nos domínios da Educação, Formação Profissional, Desenvolvimento e exploração de recursos humanos, bem como oferta de bolsas de estudo.

#### Estágios profissionais

O programa de estágios profissionais surgiu para atender os desafios do país em dotar o capital humano com ferramentas essenciais para a sua inserção no mercado de trabalho, contribuindo para o progresso e bem-estar social das famílias. O Executivo aprovou o Decreto Presidencial 300/20, de 23 de Novembro, que estabelece regras, modalidades e critérios que regulam o acesso e exercício dos estágios profissionais, enquanto medida activa de promoção do emprego.

O programa é destinado a jovens com idades compreendidas entre 18 e 25 anos, que estejam inseridos nas modalidades de ensino superior, médio e de Formação Profissional. Podem, excepcionalmente, ser destinatárias pessoas desempregadas, desde que não sejam detentoras de qualificações académicas e que tenham concluído um curso de formação profissional.

### 13.2 China quer entrar no cluster da mandioca

*Jornal de Angola*

*24 De Abril de 2021*

*Texto: Victorino Joaquim*

O embaixador da China anunciou ao ministro da Indústria e Comércio que empresas chinesas têm interesse em entrar na cadeia de valor da mandioca em Angola, participando na transformação e aproveitamento dos derivados do tubérculo de amplo consumo a nível do mundo.

Gong Tao reuniu-se com Victor Fernandes, ontem, em Luanda, num encontro realizado para analisar a cooperação económica entre os dois países e onde foi anunciada a participação de Angola em duas feiras comerciais que se realizam, este ano, na China.

Segundo Gong Tao, o interesse chinês na cadeia de valor da mandioca transcende o puramente alimentar, incidindo, também, sobre os fins industriais, entre os quais se incluem os medicinais.

O diplomata chinês disse ser interesse das autoridades chinesas persuadir empresários para as oportunidades que se podem vislumbrar nos pólos industriais, pelo que procurou obter do Ministério da Indústria e Comércio uma visão geral das iniciativas em curso, de modo a dinamizar o investimento industrial.

Angola, declarou o embaixador para ilustrar as noções que a proposta encerra, tem um potencial que pode ser aproveitado para servir o mercado nacional, regional, mas também chinês e outros.

O ministro da Indústria e Comércio elogiou o projecto anunciado pelo embaixador chinês no sentido de conhecer melhor o "cluster" da mandioca e referiu o arranque de uma experiência piloto em Malanje, no município de Cacusso, para a exploração e transformação da mandioca.

Segundo dados disponíveis na nossa redacção, Angola tem uma exploração anual de dez milhões de toneladas de mandioca, colocando-se, assim, em terceiro lugar, atrás da Nigéria e dos Camarões.

Indicadores do mercado global mostram que a indústria da mandioca movimenta mais de quatro mil milhões de dólares por ano, sendo que, em Angola, os factores produtivos podem ser aproveitados na produção de farinha da mandioca, derivados para a indústria cervejeira, saúde (xaropes), bem como a

grande utilidade na indústria alimentar, entre outros interesses.

O embaixador revelou, ainda, ter convidado o Ministério da Indústria e Comércio a participar em duas importantes feiras que têm lugar na China, o que o titular do pelouro confirmou, anunciando a participação de Angola na Feira de Comércio e Investimento China-África, em Setembro, na cidade Wuhan, e na Feira de Importação, em Novembro, na cidade Shanghai.

O ministro disse ter comunicado ao embaixador que Angola vai criar uma equipa envolvendo outros departamentos ministeriais e a Aipex, para levar à China, já nas duas feiras a que o país foi convidado, um sortido de produtos condizente com as metas preconizadas para os certames, que se realizam, principalmente, em formato virtual. Numa dessas feiras, Angola vai estar instalada num espaço reservado a países que têm uma relação longa com a China, afirmou o ministro.

### 13.3 Importações caíram 30 por cento durante o ano passado

*Jornal de Angola*

*24 De Abril de 2021*

As importações diminuíram em mais de 30 por cento em 2020, quando só a aquisição de alimentos no exterior caiu 20 por cento, declarou o ministro de Estado para a Coordenação Económica no acto de posse dos novos órgãos sociais da Câmara de Comércio Angola-China, quinta-feira, em Luanda.

Manuel Nunes Júnior atribuiu essa evolução ao início de um processo em que a produção nacional começa a ocupar espaço na satisfação das necessidades do país, mercê de iniciativas institucionais como o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (Prodesi), considerado pelo ministro como "uma verdadeira aliança entre o Estado e o sector privado para o aumento da produção nacional", emprego e rendimentos dos cidadãos, bem como para o combate à fome e à pobreza.

Ao proferir estas declarações, o ministro referia-se aos novos paradigmas de governação que emergiram no fim de 2017, algo que, do ponto de económico, é dominado pela decisão de acabar com a grande dependência de Angola em relação aos recursos petrolíferos.

No ano passado, apesar da conjuntura difícil, a agricultura teve um crescimento de 5,0 por cento,



quando, no cômputo geral, a economia contraiu 5,4 por cento, o que o ministro apresentou como um "facto notável" do percurso iniciado pelo Prodesi no domínio da produção dos alimentos de grande consumo.

Manuel Nunes Júnior apontou, ainda, o respeito pelo primado da lei como parte dos paradigmas da construção de uma economia de mercado, uma noção baseada em que "num Estado em que o primado da lei não é respeitado, é muito difícil atrair investimentos em níveis adequados" ou em que "o mundo de negócios é baseado na confiança e quando não há confiança ninguém investe". Lembrou que "são muitas as medidas já tomadas pelo Executivo no sentido de combater práticas que não são saudáveis nem recomendáveis para a gestão da vida do país e que por isso não são conducentes ao desenvolvimento de Angola".

A Câmara de Comércio Angola-China, exortou, deve ter a missão essencial de atrair investimentos chineses que façam aumentar a velocidade e a qualidade do processo de diversificação da economia em curso no nosso país, na medida em que o Governo melhora o ambiente de negócios e torna o processo de investimento em Angola mais célere e eficiente.

### 13.4 Ministro de Estado defende maior promoção do investimento chinês em Angola

*Jornal O PAÍS*  
24 De Abril de 2021

O ministro de Estado para Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, defendeu nesta quinta-feira, 22, em Luanda, uma maior promoção do investimento do 'gigante' asiático, no mercado nacional, tendo salientando que o investimento chinês em Angola será sempre bem-vindo "com vista a aportar ao nosso país não só o capital financeiro, mas sobretudo know how e a tecnologia". Ao falar no acto de empossamento dos órgãos sociais da Câmara de Comércio Angola – China (CAC), Manuel Nunes Júnior apelou ainda os operadores económicos a atrair os investimentos chineses que façam aumentar a velocidade e qualidade do processo de diversificação económica de Angola.

O governante referiu, por outro lado, que a CAC deve desempenhar um papel fundamental na promoção da relação de complementaridades estratégicas entre as empresas angolanas e chinesas, para que rapidamente se tire proveito do conhecimento e da tecnologia avançada dos asiáticos.

Afirmou que o Governo angolano está a fazer tudo para melhorar o ambiente de negócios no país, assim como tornar o processo de investimento em Angola mais célere e eficiente.

"Não queremos que Angola seja vista pelo mundo como um país com uma trajectória de crescimento empobrecedor, isto é, um país passivo e sujeito a relações de subcontratação dependente", sublinhou.

Esse cenário, segundo defende, só poderá ser evitado caso Angola desponte para o mundo com uma competitividade em determinados sectores da economia, apostando na diferenciação e na qualidade dos produtos locais.

Manuel Nunes Júnior apontou o desenvolvimento dos sectores como agricultura, indústria, turismo, pescas, construção civil, entre outras áreas que ajudam a diversificar as fontes de rendimento, visando atingir níveis de crescimento económico sustentável e eficiente, como os principais desafios do Governo angolano.

Afirmou que, apesar de ser um ano muito difícil para as economias de vários países do mundo, em 2020, Angola registou um crescimento de 5% no sector da agricultura. Mas lembrou que, no geral, as importações, em 2020, reduziram em 30%, enquanto as importações de bens alimentares diminuíram em 20%.

O ministro de Estado para Coordenação Económica recordou, por outro lado, que o novo paradigma de governação do Executivo angolano, iniciado em 2017, está baseado na livre iniciativa dos cidadãos, no respeito pelo talento e mérito de cada indivíduo, bem como na confiança e capacidade empreendedora inovação dos angolanos.

Sob o lema "Diferentes culturas, um propósito um futuro", a nova direcção da Câmara de Comércio Angola–China (CAC), liderada por Luís Cupenala, tem a missão de impulsionar a participação do empresariado nacional e estrangeiro no processo de diversificação da economia angolana e desenvolver o tecido económico e social do país.

A tomada de posse da nova direcção, que terá um mandato de cinco anos (2021-2026), põe fim ao mandato dos membros fundadores da CAC, que foi presidida por Arnaldo Calado, desde 2016 a 2021.

### 13.5 Acreditar no poder da tecnologia”, diz vice-presidente da Huawei

*Jornal O PAÍS*

*27 De Abril de 2021*

Luanda, 21 de Abril de 2021

- Uma empresa de tecnologia global, a Huawei acredita que as tecnologias de informação e comunicação ou TICs têm o potencial de reduzir as emissões globais de carbono em 20% na próxima década. William Xu, Diretor do Conselho e Presidente do Instituto de Pesquisa Estratégica da Huawei, disse recentemente que a sustentabilidade energética tem sido um grande desafio enfrentado por todos os países na próxima década. “O consumo global de energia está crescendo a uma taxa anual de 1,7%. Atualmente 85% da energia vem de combustíveis fósseis. A sustentabilidade energética é um desafio assustador que todos nós enfrentamos. Ao habilitar uma ampla gama de indústrias, a tecnologia de TIC tem o potencial de reduzir as emissões globais de carbono em 20% na próxima década”, disse Xu.

A Huawei anunciou recentemente que se concentrará na inovação de novas tecnologias para ajudar as indústrias a reduzir seu consumo de energia para um mundo de baixo carbono.

Também na África, muitos países estão adotando cada vez mais as energias renováveis para dar um salto rumo a um futuro energético sustentável.

Com seu algoritmo de conectividade de rede alimentado por AI, a Huawei forneceu mais de 200 modelos de rede elétrica para mais de 30 países e regiões. Isso ajudou as usinas de energia a se conectarem de maneira estável às redes em todos os cenários e gradualmente tornou o fotovoltaico uma fonte de energia convencional de alta qualidade.

Somente em energia solar, a África fez grandes progressos nos últimos anos, com mais de 6.200 projetos de grande escala, comerciais e industriais (C&I) e de minir rede identificados em todo o continente.

Além disso, mais nove nações africanas, além da África do Sul e Egito, estão a caminho de aderir ao ‘Gigawatt Club’, uma marca não oficial para contacto isenta comunicação

|923594448. 917237159 | Edjail.santos@isenta.co.ao o grupo de países com capacidade instalada para produzir um GW de energia solar.

Huang Su, Diretor de Negócios de Energia Digital da Huawei Southern Africa, apontou que quase metade da população mundial sem acesso à eletricidade vive na África Subsaariana. “Portanto, há uma necessidade forte e urgente de acelerar o crescimento de energia renovável em toda a região para garantir energia suficiente, acessível e confiável para todos os africanos e para que os países colham os benefícios de uma economia verde”, diz ele.

A Huawei reuniu mais de 30 anos de expertise e experiência em tecnologias digitais para tornar a geração e o consumo de energia solar mais eficientes e confiáveis com custo otimizado.

### 13.6 Três províncias atraem o investimento chinês

*Jornal de Angola*

*29 De Abril de 2021*

As províncias de Cabinda, Cuando Cubango e Moxico foram apresentadas, recentemente, como sendo bastante atractivas, neste momento, aos investidores chineses, sobretudo nas áreas de silvicultura, segundo o embaixador de Angola na China, João Salvador dos Santos Neto, em entrevista ao jornal "China Economic Herald".

Para o embaixador, as empresas chinesas têm a oportunidade de implementar a silvicultura e produzir, em Angola, bens de valor agregado bastante lucrativos, tais como móveis, bioenergia, papel e celulose, madeira serrada e postes de construção e transmissão de energia.

Na entrevista, que é publicada em destaque na página sobre investimentos, João Salvador dos Santos Neto afirma que Angola dispõe de terras extensas e muito férteis, ainda inexploradas, pelo que os investidores chineses interessados na agricultura e negócios agrícolas podem aproveitar essa oportunidade para abastecer os consumidores do seu próprio país e / ou exportar para outros mercados de sua preferência.

Na opinião do embaixador, "estas duas áreas de cooperação oferecem oportunidades para um desenvolvimento sustentável benéfico, tanto para as empresas chinesas como para a vida da população local em Angola.

O jornal, publicado exclusivamente em mandarim, realça na sua "nota do editor" que Angola é um importante parceiro estratégico da China, e que esta

parceria tem estado na base de uma ampla cooperação entre as duas partes em termos políticos, económicos e sociais.

Nesse contexto, afirmou que Angola e China têm boas relações bilaterais e fortes laços históricos, sociais e económicos, e os dois países regem-se pelo princípio de respeito e confiança mútuas, benefício e ganhos recíprocos, e procuram aprofundar cada vez mais a sua cooperação em vários domínios. O embaixador realçou que Angola é um país em desenvolvimento com necessidades de investimento económico muito diversas, e a cooperação entre Angola e a China é muito importante em muitos domínios, como a silvicultura e a agricultura, pescas, mineração e turismo.

### 13.7 Câmara de comércio angola-china busca novas soluções para a classe

*Jornal Economia e Finanças*  
30 De Abril de 2021

A procura e a atracção de novos parceiros de negócios, com vista o aumento da carteira de investimentos alinhados com o programa de diversificação económica e industrialização de Angola, constituem as principais apostas da Câmara de Comércio Angola-China

(CAC), durante o quinquénio 2021-2026. Segundo o novo presidente da CAC, Luís Cupenala, que assumiu a liderança recentemente, a plataforma de negócios entre Angola e China também vai primar pela segurança jurídica dos investimentos, bem como intermediar a remoção dos constrangimentos ligados ao licenciamento da actividade económica, obtenção de vistos e relações jurídicas laborais. Em declarações à imprensa, durante o acto de tomada de posse, justificou que, devido aos vários constrangimentos que ainda os empresários chineses enfrentam em Angola, a nova direcção da CAC incorporou no seu plano estratégico 2021-

2026 um conjunto de acções para melhor servir os seus associados e contribuir na facilitação da actividade empresarial chinesa no país. Na ocasião, Luís Cupenala lembrou ainda que as trocas comerciais entre Angola e China foram avaliadas em cerca de 16 mil milhões de dólares norte-americanos, no primeiro trimestre de 2019, representando 69% do volume de negócios entre os dois países.

Nesse período, apontou, a China destacou-se como o segundo maior fornecedor de bens industriais, atingindo o valor de 961,7 milhões de dólares, que

correspondem a 12 por cento do total das importações do país.

Em função do peso que as empresas chinesas têm na vida económica de Angola, o presidente da CAC promete também contribuir no incremento de investimentos em ambos os países, mediante a identificação de parceiros sérios com capacidade de aportar valor real à economia nacional. Para tal, Luís Cupenala solicita aos Governos de Angola e da China a continuarem com as suas políticas de apoio ao sector empresarial, porque "não existe câmaras fortes com empresas fracas, tão pouco economias fracas com câmaras fortes". Por seu turno, o presidente cessante e fundador da CAC, Arnaldo Calado, reconheceu que, durante o seu mandato, "não conseguiu concretizar todos objectivos preconizados, mas se for para quantificar classificar o desempenho da antiga direcção atribuí nota 8, numa escala de 0 a 10.

!R